



Espacialidade Mineratória
na América Latina: *ser* minerador no
Brasil (Mariana) e na Bolívia (Potosí).

Rúbia Rúbio-Schrage

Brasília – Distrito Federal, Brasil
Outubro / 2019

A imagem da capa foi gentilmente cedida pela foto jornalista
Ísis Medeiros,
tirada em Brumadinho (Minas Gerais, Brasil) em janeiro de 2019.
A quem muito agradeço, e me inspiro.



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DGEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEA**

RÚBIA RÚBIO-SCHRAGE

***Espacialidade Mineratória na América Latina:
ser minerador no Brasil (Mariana) e na Bolívia (Potosí).***

**BRASÍLIA-DF / BRASIL
2019**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DGEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEA**

RÚBIA RÚBIO-SCHRAGE

***Espacialidade Mineratória na América Latina:
ser minerador no Brasil (Mariana) e na Bolívia (Potosí).***

Tese apresentada à Universidade de Brasília como parte da exigência do Programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (UnB - Brasil)

Co-orientador: Prof. Dr. José Omar Moncada Maya (UNAM - Mexico).

**BRASÍLIA-DF / BRASIL
2019**

RÚBIA RÚBIO-SCHRAGE

***Espacialidade Mineratória na América Latina:
ser minerador no Brasil (Mariana) e na Bolívia (Potosí).***

Tese apresentada à Universidade de Brasília como parte da exigência do Programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção do título de Doutora.

Brasília, 23 de outubro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. **Everaldo Batista da Costa** (Orientador)
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília (Brasília, Brasil)

Prof. Dr. **José Omar Moncada Maya** (Co-orientador)
Instituto de Geografía, Universidad Nacional Autónoma de México (DF, México)

Prof^a. Dr^a. **Lisandra Pereira Lamoso** (Membro externo)
Universidade Federal de Grande Dourados (Dourados, Brasil)

Prof^a. Dr^a. **María Mônica Arroyo** (Membro externo)
Departamento de Geografía, Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil)

Prof^a. Dr^a. **Shadia Husseiní** (Membro interno)
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília (Brasília, Brasil)

Prof^a. Dr^a. **Janáina Mourão Gori** (Membro externo)
Depto. de Geografia, Centro Universitário de Belo Horizonte (Belo Horizonte, Brasil)



Aos corpos histórico e processualmente violentados pela
Espacialidade Mineratória.

Àquelas e àqueles que empreendem resistência a esse movimento.

À utopia de um minerar significativo ao espaço latino-americano, que
possua enquanto lógica a da cristalização ser social-natureza-sociedade.

À ciência brasileira, que esse desmonte se converta em luta, e nos sirva
de força, coragem e solidariedade na construção de possibilidades e
alternativas ao mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

À **Capes**, pelo incentivo na concessão de bolsa de apoio ao trabalho científico.

Aos **agentes que lutaram/ lutam pela construção e execução das políticas públicas brasileiras**, principalmente aquelas atreladas à educação. Meu ensino fundamental I (nos anos finais, conquistei bolsa em instituição privada), Ensino Médio e Graduação (brilhantemente realizados no Instituto Federal Minas Gerais, campus Ouro Preto, e seus importantes professores, principalmente aqueles da Licenciatura em Geografia), meu Mestrado e agora Doutorado (construídos na Universidade de Brasília, ambos com incentivo CAPES). Sou filha da política pública, e sem ela esta trajetória não seria possível.

Ao **professor Dr. (e amigo) Everaldo Costa**, agradeço por tudo e por tanto, nestes sete anos de encontro. Agradeço todas as oportunidades, a confiança, a paciência. Agradeço por sua busca contínua, tão inspiradora. Agradeço pela exigência constante, pelo trabalho conjunto. Agradeço por ser você, e que me oportuniza a aprender mais sobre mim mesma.

Ao **GECIPA**. Algo que deveria ser aqui destacado, pois oportuniza o debate na escala latinoamericana, se dá por meio da experiência de pertencer (e, por isso, construir) ao Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe (GECIPA), coordenado pelo professor Everaldo Batista da Costa. Há, neste grupo, uma completude não só de método analítico, que se dá a partir do diálogo da dialética com a fenomenologia existencialista; como também, o incentivo primaz pela ampliação da investigação para além dos limites administrativos brasileiros. Tem sido realizado um esforço de esclarecimento do que é o Brasil (em sua totalidade geohistórica) através de sua própria inserção no processo histórico que o forja, e do diálogo com realidades que lhe são dialeticamente consubstanciais. Este grupo, ante a crise que se atravessa no país, é signo de resistência política. A importante coorientação do **professor Dr. José Omar Moncada Maya**, da Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM); o despertar para as similitudes e distanciamentos entre os processos percebidos em Mariana (Minas Gerais, Brasil) e Potosí (Tomás Frías, Bolívia) e o diálogo com estudos acerca das realidades de outros países; os contatos, trocas e encontros com professores de importantes universidades latinoamericanas, na ocasião de Seminários e Colóquios; a participação do professor **Dr. Luis Felipe Cabrales Barajas** da Universidad de Guadalajara (México) na banca de qualificação de Doutorado; as devolutivas de análise realizadas pela professora Dra. **Ilia Alvarado-Sizzo**, professor **Dr. Victor Fernando Zamora Águila**, ambos da Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM), e pelo professor **Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde** da Universidade de São Paulo (USP). Todos estes encontros foram propiciados por meio dos esforços empreendidos pelo GECIPA, destacadamente na persona de seu coordenador (orientador e inspiração deste trabalho), o professor Everaldo Batista da Costa, que estimula para além de somente encontros, a ampliação da escala e o engrandecer, comprometer, e aprofundamento da análise. Agradeço aos colegas com quem compartilho a minha inserção em 2013 ao grupo (Rafael, Renan, Janaína e, no ano seguinte, Luana), a todos e todas que comungaram tal trajetória (mestrandos, doutorandos, pibics e convidados), e àquelas que recentemente angariaram fôlego e aconchego novos (Bia, Thalyta, Nayara, Dennise).

Às professoras que compõem essa banca, Doutoradas **Lisandra Pereira Lamoso**, **María Mônica Arroyo**, **Shadia Husseiní**, **Janaína Mourão Gori**. Agradeço a aceitação ao convite e aos

esforços de leitura e de se fazerem presentes em cenário que denuncia as tentativas de precarização do acontecer científico.

À **Universidade de Brasília**. O encontro contigo também representou aquele comigo mesma.

À professora **Dr^a Christiane Girard**, do Departamento de Sociologia, que me fez notar minhas próprias mordanças. Sua atuação é fonte de inspiração. Aos gentis colegas deste Departamento, pela acolhida e solidariedade.

Ao **Departamento de Geografia** e À **Pós-Graduação em Geografia**, com os seus professores, colegas e, destacadamente, os trabalhadores Jorge e Agnelo, a quem agradeço a disponibilidade, carinho e atenção.

Aos **entrevistados e entrevistadas**. Agradeço a paciência, a disponibilidade, e por me deixarem adentrar o terreno da construção de si. Entendo e tentei respeitar o silenciamento. Entendo e tentei respeitar o seu medo, a sua angústia, o seu temor em pensar nas consequências de se ser identificado. Tentei geodeslocalizar seu testemunho, para que a sua voz não seja repreendida em cenário no qual a precarização da vida é a principal mordança. Entendo a sua luta, e esta também é a minha.

Aos **coletivos sociais e grupos de pesquisa e trabalho** que empreendem resistência à *Espacialidade Mineratória*, destacadamente a brilhante, sensível e atuante fotógrafa Isis Medeiros, a atuação do Cáritas em Mariana, o coletivo Um minuto de Sirene, o Jornal A Sirene o Gepsa/UFOP e ao MAB que lutam contra o esquecimento, justiça social, e fornecem mínimo de conforto aos atingidos através do lembrar constante e engajado.

Aos **colegas, profissionais da educação**, e vários destes que se converteram em amigos. Agradeço as palavras de apoio e incentivo, destacadamente à Luciana, Felipe, Rafael, Heloísa, Fagner, Kerlei, Ana Paula, Rogério; e às Direções compreensivas de Kênia (no início da tese) e Adim (final desta). Às supervisões sensíveis de Carla (início) e Luciana e Felipe (final desta). Agradeço também aos encontros que nos ensinam através do processo de desidentificação.

Às centenas de **estudantes**, os melhores diálogos por vezes aconteceram nas salas de aula.

Ao **Cidade** e ao **Curso Preparatório Cidade**, pela oportunidade, apoio e valorização antes mesmo do título.

Ao **meu pai Airton** e **minha mãe Maria**, por me respeitarem e me amarem em todas as minhas fases espirituais e de vida. Sei que muitas escolhas vocês não entendem, mas o amor e o incentivo me fizeram mais forte. Ao Ruanito e Allan, pela fraternidade. Aos importantes e poucos **familiares** que, ao invés de me dilapidar, respeitaram a minha essência.

Aos **amigos e amigas**, pelo respeito à minha ausência.

Aos meus **cãopanheiros**, Zeus e Ratzel, por serem anjos.

Ao **Thomas**, por sermos juntos. Você é o meu melhor processo, maior alegria e aconchego. Obrigada por construirmos um sentimento tão mútuo, tão fluido, tão único. E por me conceder a sua própria família.

Ao **devir**, que antes me remetia a agonia da imprevisibilidade, hoje percebo e habita em mim as cores daquilo que ainda há porvir.

A influência civilizadora do capital é a sua tendência, que é fundamentalmente “destrutiva [, pois] revoluciona constantemente, derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais”

(Marx, 1858, p. 543)



“Em nossa história, até no Império dos Incas, não se plantava mais do que se necessitava, nem se matava mais do que se necessitava, nem se pescava mais do que se necessitava. Só o necessário, porque se tinha a ideia de que a terra era dos nossos netos e dos netos dos netos, o seja, para o futuro. Então, sempre se dizia que é preciso guardar a terra, que essa era a riqueza, que esse era assunto de vida. Hoje é a mesma coisa, porque se a terra não produzir, mesmo tendo prata, tendo ouro... o que é que vai comer se não há comida: seu ouro, sua prata? Então toda a humanidade deveria ter o critério de cuidar da Natureza. No entanto, não”.

(Domitila Barrios de Chungara, mulher andina boliviana, ímpar na luta pelos direitos operários de mulheres e homens que trabalham na mineração, e na denúncia da violência da divisão territorial do trabalho na América Latina).



RESUMO

Esta tese busca revelar a natureza ontológica e espacial do minerar na América Latina, por meio de uma totalizante *Espacialidade Mineratória*. Parte-se do pressuposto de que a mineração ainda se executa com preceitos da *empresa* colonial que forja, violentamente, a América Latina no seio da modernidade. Esta análise é estruturada por meio da categoria trabalho (Marx, 1867) e da compreensão do ser social (Lukács, 1984; 1986), que orienta a abstração necessária ao exercício de pensamento, que na Geografia possui repercussão através de Santos (2006), Moraes (2005), Harvey (2005), Costa (2015; 2016), Souza (2009) e outros. Além disso, converge-se à perspectiva decolonial que orienta o localismo regional enquanto base empírica da pesquisa. Por meio da tese, confirma-se a hipótese de que sua realização socioespacial é orientada por uma *construção-destrutiva*, enquanto mecanismo de reprodução da expansividade capitalista e seletividade do capital, nas cidades-campo. O longo e duradouro processo é garantido por meio de suas *metanarrativas espaciais da mineração*, que dão movimento dialético e garante a catalisação e retotalização da *Espacialidade Mineratória*. Tais *metanarrativas* sintetizam os mecanismos e estruturas que garantem a sua reprodução. Assim, as tragédias do minerar conformam-se como síntese do movimento desta *Espacialidade*, e são convertidas em *metanarrativas espaciais* de consecução da expansividade, por meio do esvaziamento da dimensão do drama que se impõe à vida do sujeito situado. Desta forma, a noção *situação espacial duradoura* (Costa, 2016) possui dupla vinculação a esta tese: compor a triangulação que denuncia a condicionante capitalística situação espacial pelo minerar que acomete e assujeita o ser social; bem como, auxiliar a leitura da base concreta e empírica que, utopicamente, serve de suporte às reações criativas e significativas que respondem ao próprio movimento. Portanto, a *Espacialidade Mineratória*, as *metanarrativas espaciais* e a *situação espacial duradoura* reúnem-se numa tríade que representa uma possibilidade singular de apreensão do *ser* minerador latino-americano com as formas de violência decorrentes.

Palavras-chave: *Espacialidade Mineratória; Metanarrativa espacial da mineração; situação espacial duradoura; tragédia; América Latina.*

RESUMEN

Esta tesis busca revelar la naturaleza ontológica y espacial de la minería en América Latina a través de una totalizadora *Espacialidad Minera*. La suposición es que la minería todavía se lleva a cabo bajo los preceptos de la *empresa* colonial que forja violentamente a América Latina dentro de la modernidad. Este análisis se estructura a través de la categoría trabajo (Marx, 1867) y la comprensión del ser social (Lukács, 1984; 1986), que guía la abstracción necesaria para el ejercicio del pensamiento, que en geografía tiene repercusión a través de Santos (2006), Moraes (2005), Harvey (2005), Costa (2015; 2016), Souza (2009) y otros. Además, converge con la perspectiva descolonial que guía el localismo regional como la base empírica de la investigación. La tesis confirma la hipótesis de que su realización socioespacial está guiada por una construcción destructiva, como mecanismo de reproducción de la expansión y selectividad capitalista del capital en las ciudades rurales. El proceso largo y duradero se garantiza a través de sus *metanarrativas espaciales mineras*, que dan movimiento dialéctico y aseguran la catálisis y la retotalización de la *Espacialidad Minera*. Tales *metanarrativas* sintetizan los mecanismos y estructuras que garantizan su reproducción. Así, las tragedias de la minería se conforman como una síntesis del movimiento de esta *espacialidad*, y se convierten en *metanarrativas espaciales* para lograr la expansión, al vaciar la dimensión del drama que se impone en la vida del sujeto situado. Así, la noción de *situación espacial duradera* (Costa, 2016) tiene un doble vínculo con esta tesis: componer la triangulación que denuncia la situación espacial capitalista condicionante por parte de la minería que afecta y somete al ser social; además de ayudar a leer las bases concretas y empíricas que apoyan utópicamente las reacciones creativas y significativas que responden al movimiento mismo. Por lo tanto, la *Espacialidad Minera*, las *metanarrativas espaciales* y la *situación espacial duradera* se unen en una tríada que representa una posibilidad única de aprehensión del *ser* minero latinoamericano con las formas resultantes de violencia.

Palabras clave: *Espacialidad Minera; Metanarrativa espacial minera; situación espacial duradera; tragedia; América Latina.*

ABSTRACT

This thesis seeks to reveal the ontological and spatial nature of mining in Latin America through a totalizing *Mining Spatiality*. The assumption is that mining is still carried out under the precepts of the colonial enterprise that violently forges Latin America within modernity. This analysis is structured through the category work (Marx, 1867) and the understanding of the social being (Lukács, 1984; 1986), which guides the abstraction necessary for the exercise of thought, which in geography has repercussion through Santos (2006), Moraes (2005), Harvey (2005), Costa (2015; 2016), Souza (2009) and others. Moreover, it converges with the decolonial perspective that guides regional localism as the empirical basis of research. The thesis confirms the hypothesis that its socio-spatial realization is guided by a destructive construction, as a mechanism of reproduction of capitalist expansiveness and selectivity of capital in the countryside cities. The long and lasting process is ensured through its *mining spatial metanarratives*, which give dialectical movement and ensure the catalysis and retotalization of the *Mining Spatiality*. Such *metanarratives* synthesize the mechanisms and structures that guarantee their reproduction. Thus, the tragedies of mining conform as a synthesis of the movement of this *Spatiality*, and are converted into *spatial metanarratives* of achieving expansiveness, through the emptying of the dimension of the drama that imposes itself on the life of the situated subject. Thus, the notion of *lasting spatial situation* (Costa, 2016) has a double link to this thesis: composing the triangulation that denounces the conditioning capitalistic spatial situation by the mining that affects and subjects the social being; as well as helping to read the concrete and empirical basis that utopically supports the creative and meaningful reactions that respond to the movement itself. Therefore, *Mining Spatiality*, *spatial metanarratives* and the *lasting spatial situation* come together in a triad that represents a unique possibility of apprehension of the Latin American mining *being* with the resulting forms of violence.

Keywords: Mining Spatiality; Spatial metanarrative of mining; lasting space situation; tragedy; Latin America.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	"Quanto Vale? - Retratos da Realidade"	p. 43
Figura 2	Lógica dilapidadora: "As mãozinhas dos alunos na parede que a lama não alcançou".	p. 45
Figura 3	Capacidade mutiladora da mineração: "Este é Carlos, 20 anos de idade, desde os 9 trabalha na mina. Depois de dez anos de serviço, quando o trabalhador invariavelmente já perdeu 50% da sua capacidade pulmonar ele adquire o direito de se aposentar."	p. 47
Figura 4	Isla de La Española (1492).	p. 53
Figura 5	As exportações americanas (1503-1660)	p. 61
Figura 6	Los Reinos de Indias a fines del siglo XVI	p. 63
Figura 7	Figura representativa das datas estimadas de descoberta de importantes depósitos de extração mineral da porção norte e oeste do território latino-americano.	p. 64
Figura 8	Cerro Rico de Potosí (Potosí, Bolívia)	p. 66
Figura 9	Ocupação nas franjas de Cerro Rico, e exploração minerária em seu cone (Potosí, Bolívia)	p. 68
Figura 10	Três elementos centrais da <i>empresa</i> colonial portuguesa manifestos na concreção Mariana em sua praça tiradentes: centralidade eclesiástica, Câmara Municipal e Cadeia, e o pelourinho.	p. 80
Figura 11	La reconfiguración petrolera en Bolívia (Período 2007-2015).	p. 88
Figura 12	Mulheres e a rede de comércio informal boliviana (Potosí, Bolívia).	p. 109
Figura 13	Mulheres na lavagem de ouro.	p. 110
Figura 14	Mulheres que gerenciam as chamadas Vendas.	p. 111
Figura 15	Adolescentes também são trabalhadores das minas de Potosí (Bolívia).	p. 120
Figura 16	Manifestação em posto de gasolina na estrada de conexão da sede do município à área de operação das minas da Vale e Samarco.	p. 123
Figura 17	<i>Ser</i> da mineração em Potosí.	p. 134
Figura 18	Tragédia de Mariana: síntese da <i>Espacialidade Mineratória</i> .	p. 140
Figura 19	Áreas globais atrativas à exploração mineral (Fraser, 2016).	p. 191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Mineiros, lavadores de ouro e ourives para as Índias, 1492-1519.	p. 56
Tabela 2	Perfil socioespacial de entrevistados potosinos (Bolívia).	p. 130
Tabela 3	Perfil socioespacial de entrevistados em Mariana (Brasil).	p. 137
Tabela 4	Arrecadação CFEM município de Mariana (2004-2019).	p. 159
Tabela 5	Panorama da exportação da Bolívia em 2017, segundo OEC.	p. 164
Tabela 6	Exportação da Indústria Manufatureira em 2007 e 2016 (com produção acima de 3000 dólares em 2016)	p. 166


LISTA DE GRÁFICOS


Gráfico 1	Exportação da Bolívia, por setor.	p. 165
Gráfico 2	Índice de Gini em países latino-americanos (2001-2017).	p. 169

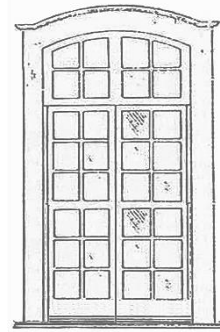
LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Tragédias do minerar enquanto síntese e evento da <i>Espacialidade Mineratória</i>	p. 143
Mapa 2	Territórios indígenas e áreas de proteção ambiental bolivianas.	p. 167
Mapa 3	Outorgas minerárias no Brasil, Bolívia, México e Argentina, requerimento de lavra no Brasil e os garimpos ilegais na Amazônia.	p. 180
Mapa 4	Periodização das concessões minerárias do território brasileiro.	p. 181
Mapa 5	Pressão e ameaça na Amazônia.	p. 183
Mapa 6	Avanço da mineração sobre Amazônia.	p. 184

SUMÁRIO

PREÂMBULO: A tríade de pensamento ao revelar da lógica do minerar na América Latina.....	19
PRIMEIRA PARTE: O PROCESSO CIVILIZATÓRIO DA MINERAÇÃO NA MODERNIDADE-COLONIALIDADE	28
CAPÍTULO 1: A inserção violenta da América Latina na modernidade e o minerar enquanto marco civilizacional do espaço latino-americano	30
1.1 A América Latina na forja violenta da modernidade	32
1.2 Dialética da colonização ao projeto modernidade-colonialidade	37
1.3 A mineração enquanto marco civilizacional do espaço latino-americano	44
CAPÍTULO 2: A forja da <i>Espacialidade Mineratória</i> no espaço latino-americano: a mineração na expansão capitalista moderna	52
2.1 Controle do minerar na expansão capitalista moderna	55
2.2 Desenvolvimento e regulação jurídica da economia minerária na expansão capitalista moderna	63
2.2.1 Potosí (Tomás Frías, Bolívia): “El paraíso en el nuevo mundo”	66
2.2.2 <i>Empresa</i> colonial lusitana no afrouxamento do sistema <i>regaliano</i>	73
2.2.3 Concreção Mariana no fluxo do capital minerador	80
2.3 Regulação da atividade minerária à reprodução e catalisação da <i>Espacialidade Mineratória</i>	86
	
SEGUNDA PARTE: ESPACIALIDADE MINERATÓRIA: CONSTRUÇÃO-DESTRUTIVA E O SER MINERADOR NA AMÉRICA LATINA	93
CAPÍTULO 3: Dialética do trabalho à catalisação da <i>Espacialidade Mineratória</i>: o capitalismo expansivo-seletivo na forja do <i>ser</i> minerador latino-americano	95
3.1 Dialética do trabalho ao capitalismo universalizante.....	96
3.2 <i>Construção-destrutiva</i> da <i>Espacialidade Mineratória</i> e a divisão territorial do trabalho da modernidade-colonialidade.....	98
3.3 Opressão e controle do trabalho do <i>ser</i> minerador latino-americano.....	104
3.3.1 Raça e gênero à <i>construção-destrutiva</i> da modernidade-colonialidade.....	110

CAPÍTULO 4: Capitalismo paradoxante: <i>injunção paradoxal</i> como <i>metanarrativa espacial da mineração</i>	116
4.1 A imposição de paradoxos enquanto ajustamento da expansão capitalista moderna	117
4.2 As <i>injunções paradoxais</i> do sujeito em <i>situação espacial duradoura</i> : concreção Potosí.....	130
4.3 Tragédia do minerar como síntese da <i>Espacialidade Mineratória</i> : concreção Mariana.	139
	
TERCEIRA PARTE: METANARRATIVAS ESPACIAIS DA MINERAÇÃO À CATALISAÇÃO DA ESPACIALIDADE MINERATÓRIA	148
CAPÍTULO 5: Cartografia latino-americana da <i>Espacialidade Mineratória</i> na modernidade-colonialidade	150
5.1 Noção <i>socioambiental</i> como <i>metanarrativa espacial da mineração</i>	153
5.2 Mineração ao suposto <i>desenvolvimento</i> marianense.....	161
5.3 A Mineração ao suposto <i>progresso</i> boliviano	166
5.4 Divisão territorial do trabalho na modernidade-colonialidade: economia exportadora, privatização e reprimarização econômica	173
5.4.1 Nota sobre os garimpos no Brasil	181
CAPÍTULO 6: Crítica e resistência coletiva à <i>Espacialidade Mineratória</i>: por um utopia do minerar como construção significativa	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS	203
ANEXOS	
Anexo 1: Narrativas de entrevistados marianenses que relacionam a mineração a sua vida: sobrevivência e existência.....	214
Anexo 2: Narrativas de entrevistados marianenses que relacionam a mineração a sua vida: sobrevivência e existência.....	224



Preâmbulo:

A tríade de pensamento ao revelar da lógica do minerar na América Latina

Esta tese surge da necessidade de entender as tragédias da mineração, perpassados mais de cinco séculos de exploração contínua de recursos minerais na América Latina. Em 2015, o Brasil e o mundo assistiram perplexos ao rompimento da barragem de rejeitos de mineração, em Mariana (Minas Gerais, Brasil), não tendo sido o único caso na história. Esta cidade (Mariana – MG) se configura no local de nascimento desta pesquisadora, e é lugar de memória e vida de seus familiares. A partir deste evento de rompimento, atentou-se para a forma como a própria vida se intrincava à mineração, de forma que, naquele momento, havia uma mistura de interpretações difusas que impediu que se fizesse uma análise imediata que instigasse uma resposta para toda aquela lama e morte.

No ano seguinte ao rompimento, no primeiro semestre, adentre-se ao Programa de Doutorado em Geografia na Universidade de Brasília, mas com outro tema, associado à investigação de rituais festivos diversos. No segundo semestre em curso, quase um ano depois do evento, deparou-se com as pesquisas disciplinares socioclínicas e algumas interpretações para as doenças psíquicas que são profundamente originárias das relações sociais e, por que não, espaciais. Através de uma técnica de pesquisa denominada Seminário, a professora Dr^a Christiane Girard oportuniza que se interrompa tudo (naquele espaço-tempo de uma sala de aula) e se retome as questões primordiais da vida: quem seria esse Eu, com base nas trajetórias

que simultaneiam as dimensões sociais, familiares e individuais. E, assim, chega-se à mineração: como eixo norteador sobre o qual a relação com o mundo estava ainda intrincada, perturbada, requisitando dedicar-se à elucidação. Relação dramática.

Percebeu-se a falta de elucidação própria sobre o que tinha ocorrido em Mariana. As interpretações ainda eram imediatas, atreladas ao dano ambiental e humano desta atividade, ao mesmo tempo em que se percebia o sofrimento social atrelado ao amplo desemprego. As narrativas marianenses eram confusas, raivosas, tristes, e requisitavam uma resposta que nenhum órgão, nenhuma empresa, e organização conseguia totalizantemente conceder. Havia interesses diversos, opostos ou aparentemente, mas todos eram simultâneos.

O olhar vinculado à dialética materialista histórica contribui para que não se introspectasse aquela agonia característica de eventos causadores de dramas (perspectiva que será dialoga no capítulo 4), e buscasse compreender o processo que origina a tragédia como o seu evento, sendo demonstração e síntese de seu movimento. Foi instrução e recomendação do orientador deste trabalho, prof. Drº Everaldo Costa. Além disso, há o incentivo para que as pesquisas desenvolvidas pelo *Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe* (GECIPA) amplie-se para a escala latino-americana, através do diálogo com realidades dialeticamente consubstanciais, o que irá desdobrar-se nas concreções escolhidas (Mariana-Brasil e Potosí-Bolívia). É salutar destacar que este esforço tem sido empreendido pelo Grupo nos últimos cinco anos, mediante saída de campo do coordenador prof. Everaldo, quando reconheceu a ausência desta perspectiva regional no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, incentivando os estudantes do grupo a seguir a empreitada. Esse esforço de esclarecimento deseja contribuir com uma Geografia decolonial e Costa (2016) inaugura essa proposta, no âmbito do grupo¹.

A crítica decolonial permite que se opere o revelar deste processo de um ponto de vista latino-americano, favorecedora de uma construção significativa de análise na escala da América Latina. Assim, é importante salientar que em toda investigação irá se perceber a profunda identificação de método e da perspectiva assinaladas, bem como é norteadora da metodologia utilizada, pautada na pesquisa de duas realidades empíricas que servem como concreções do movimento estudado, que é o da *Espacialidade Mineratória*. Assim, conforme se verá na segunda parte da tese, esta metodologia envolveu a realização de entrevistas com dois eixos

¹ Alguns trabalhos defendidos no Gecipa, com essa perspectiva são: Mesquita (2019), Maluly (2017), Oliveira (2016) e Hostensky (2018).

norteadores de análise: a vida vinculada à mineração, e a compressão da dimensão socioambiental para entrevistas marianenses e potosinos.

Porquanto, o objetivo desta tese parte também do empírico: havia uma confusão de sentidos, significados e interesses na interpretação, perpetuação e apreensão da tragédia do minerar. Havia uma violência concreta e simbólica que compartimentava os empregados e os atingidos. Com o passar do tempo, notou-se se tratar do violento esquecimento e emergência de superação, para que o *desenvolvimento* e o *progresso* marianense e brasileiro fossem retomados.

É salutar antecipar ao leitor que a necessária abstração realizada e teorizada para explicar a natureza ontológica e espacial do minerar na América Latina, e assim sobre os conteúdos das tragédias do minerar, será sustentada por uma **tríade de pensamento**. A *Espacialidade Mineratória* totaliza a natureza do processo espacial e ontológico do minerar na América Latina na modernidade-colonialidade. A noção *metanarrativa espacial da mineração* denuncia a natureza violenta da *construção-destrutiva*, e revelam o movimento de retotalização da *Espacialidade Mineratória*. Por serem reveladoras do movimento, as *metanarrativas espaciais* não somente denunciam as realizações socioespaciais da violenta e capitalista *construção-destrutiva*, mas revelam a própria *tendência* do cíclico processo, o que cria condições utópicas e necessárias de interromper e revolucionar a direção dilapidadora deste giro. E as *injunções paradoxais* (Gaulejac, 2014) descrevem a forma como a *Espacialidade Mineratória* opera-se no *sujeito situado*, na forja de sua *situação espacial duradoura* (Costa, 2016).

Assim, a tese **objetivou** *identificar e analisar a Espacialidade Mineratória que totaliza o ser minerador latino-americano, e dissimula o seu movimento por meio de suas metanarrativas espaciais da mineração, que promovem sua catalisação e retotalização, que conduz o sujeito a uma situação espacial duradoura através da imposição de paradoxos, apreendidos por meio da injunção paradoxal.*

Cabe salientar, que a imposição de paradoxos é mecanismo da expansividade capitalista, que opera-se por meio do autocontrole do trabalho e da dessubjetivação de classe. A análise do trabalho revela a cisão do próprio homem² (Marx, 1867) e do ser social (Lukács, 1984; 1986)

² Algo importante de ser destacado reside na adoção do termo “homem” para dialogar com a dimensão de trabalho apreendida em Marx e Lukács. Tais autores utilizam a nomenclatura como referência à própria humanidade e ao ser social, e não à demarcação de gênero e sexo. Poderia ter se feito a substituição para um outro termo geográfico e socialmente aceito, tal como sujeito. Mas a palavra sujeito também é construída no masculino, se o problema é

que, cindido, é assujeitado pela *situação espacial duradoura* (Costa, 2016) que inibe sua capacidade de reação ao movimento.

A **hipótese de pesquisa** buscava verificar se: i. se o sistema capitalista se impõe enquanto norma geradora de submissão (*injunção paradoxal*); ii. se os paradoxos que gestam as *injunções paradoxais* na realização concreta e subjetiva da *Espacialidade Mineratória* estão intrincados à contraditoriedade (atrelada às tensões que dicotomizam a sobrevivência e a existência) imanente ao sistema capitalista; iii. se a forja das *metanarrativas espaciais da mineração* servem à catalização do processo civilizatório que ainda subjulga a América Latina; iv. e se contribui, de fato, à perpetuação e retotalização da *Espacialidade Mineratória*.

Noções preliminares

Por este motivo, necessário se faz apresentar preliminarmente algumas noções centrais que balizam esta tese, sobretudo a tríade fundamental para a apreensão da concreticidade do minerar na América Latina. Esta tríade se estabelece entre a *Espacialidade Mineratória* – que descreve a síntese da totalidade do minerar no continente; as *metanarrativas espaciais da mineração*, que operacionalizam e garantem a contemporaneidade da natureza colonial e civilizatória do minerar no espaço latino-americano; e as *injunções paradoxais*, que servem como procedimento à compreensão da repercussão do processo no *sujeito situado*, na escala do corpo, o que resvala em sua *situação espacial duradoura* (Costa, 2016).

Neste sentido, defende-se que a forja da *Espacialidade Mineratória* se dá na expansão do capitalismo através do processo civilizatório que inscreve violentamente a América Latina no seio da modernidade. Inscrição por meio de um movimento que trama o moderno e amplamente novo, através de uma dialética da colonização (Bosi, 1992) à execução da seletividade do capital. Desta forma, este continente apesar de garantir o desenvolvimento da própria ideia de Europa com o seu capitalismo em expansão, passa a angariar o signo da subalternidade como parte constituinte, e isso se contemporaniza através das impagáveis dívidas com organismos internacionais – tal como o FMI -, e do posicionamento no escopo da

a forma, e não o conteúdo intencional. Além disso, assume-se a dimensão de sujeito em dialética com o espaço. Portanto, é necessário explicar que se quis demarcar as utilizações, tentando respeitar os contextos e perspectivas que as forjaram.

*divisão territorial e internacional do trabalho*³ – a despeito de se ter sustentado o desenvolvimento comercial e industrial das centralidades que orientam o sistema.

Assim, a América Latina é colocada à força no processo universalizante que se conclama moderno, a despeito de servir de subsidiária à continuidade do próprio processo, de forma que o controle do trabalho torna-se garantia à reprodução da dialética do colonialismo interno (Mealla, 2014), o qual sustenta a perpetuação deste sistema, no âmbito das gestões nacionais.

A este período, adota-se a noção modernidade-colonialidade (Mignolo, 2005) capaz de descrever a natureza violenta, expansiva-seletiva, do capital e do capitalismo. Sintetiza o presente-contínuo capitalista, o projeto moderno ainda em expansão, e os seus conteúdos operados pela colonialidade, a partir de uma estrutura forjada pelo colonialismo (Costa, 2016). Porquanto, a dialética da colonização (Bosi, 1936) se perpetua no que Costa (2015) denomina *construção-destrutiva* atinente a setores de território, na cidade, no campo e pelo trabalho; dialética que sustenta o longo processo em curso, sintetizado pela periodicidade modernidade-colonialidade. Neste sentido, a modernidade-colonialidade, que sumariza a forja civilizatória e colonial do novo, expressa a periodicidade do processo, revela a perversidade da lógica da expansão capitalista e denuncia a sua realização espacial, através da *dialética da construção-destrutiva* (Costa, 2015; 2016).

Em síntese, a construção de modernidade baliza a execução central do papel das *metanarrativas espaciais* à operacionalização da *construção-destrutiva*, nesta mesma lógica, irá se perceber como as noções de *desenvolvimento* e *progresso* retotalizam o ideal que orienta a perpetuação da modernidade-colonialidade.

Porquanto, as *injunções paradoxais* (Gaulejac, 2014) que dispõe sobre a capacidade de reação do sujeito frente ao processo que o violenta, e que contribuem à forja da *situação espacial duradoura* (Costa, 2016), catalisam o movimento da modernidade-colonialidade e, no que concerne ao minerar, da *Espacialidade Mineratória*. Assim como, a própria cisão do homem dividido entre existência e sobrevivência, e dissociado material e subjetivamente da natureza, executam-se como *metanarrativas espaciais* à retotalização da lógica da modernidade-colonialidade, pois encontra-se individualizado de sua classe, através do sequestro da subjetividade à desagregação do sentido humano (Marx, 1858; 1867; Lukács, 1984; 1986).

³ Dimensão apreendida de Santos (2006).

Neste sentido, as *metanarrativas espaciais da mineração* dão movimento dialético à *Espacialidade Mineratória*, e sintetizam as narrativas que favorecem que esta espacialidade se realize nas construções espaciais contemporâneas, com o signo civilizacional de exploração minerária forjado na América Latina na ascensão capitalista moderna, e que ainda violentam os *sujeitos situados*. Além de contribuírem à apreensão da totalidade, que é a própria *Espacialidade Mineratória*, a análise de seu movimento dialético demonstra que estas atuam como catalisadoras e se retotalizam na própria *Espacialidade*, de forma a garantir a sua reprodução.

As *metanarrativas espaciais da mineração* fornecem, portanto, a concreticidade que elucidam sobre a gênese da *Espacialidade Mineratória* e a forma como ela se expressa tanto no movimento do fazer histórico, quanto na *situação espacial duradoura* (Costa, 2016) revelada pelas *injunções paradoxais* do minerar, apreendida através das tragédias da mineração percebidas em Mariana (Brasil) e em Potosí (Bolívia). A escolha destas concreções merece menção, ainda que breve, e será mais bem explicitada ao longo da Tese. Com Mariana (Minas Gerais, Brasil), há uma relação que extravasa o recorte teórico (juntamente à Ouro Preto, de centralidade na exploração de ouro no século XVIII) e passa a expressar momento onde se apercebeu em *injunção paradoxal*, mediante reconhecido “evento”⁴ da barragem Fundão de rejeitos (em 2015).

Já em relação à Potosí (Tomás Frías, Bolívia), há um paralelo interessante (resguardadas as temporalidades e peculiaridades do processo histórico) em ter sido a centralidade da extração da prata do século XVII, e que ainda hoje se verifica central o elemento mineração na construção de seu espaço. Além disso, Potosí contribuiria para uma dimensão diferenciada de tragédia, dissociada de evento, e que se opera via cotidiano, no tempo de vida e trabalho dos sujeitos. Assim, ambas as cidades são erigidas enquanto fixo no fluxo do capital minerador⁵, e

⁴ Cabe salientar que a dimensão de evento aqui assumida encontra-se com a proposta filosófica de Santos (2006, p. 93-96) para quem “os eventos criam o tempo, como portadores da ação presente”. Neste sentido, os “eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço”. Eodem ser divididos entre eventos naturais (enquanto “manifestão diversificada da energia natural” e eventos sociais ou históricos, que é o “movimento dasciedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da informação”. Cabe destacar que na Parte II da tese irá se enfocar de que forma as tragédias do minerar são intencionalmente construídas como eventos naturais.

⁵ A relação entre fixos e fluxos é assumida no sentido dado por Santos (2006, p. 38) que estabelece um diálogo com suas obras anteriores e conclui que a análise que apreende a relação entre eles expressa “a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para geografia”. Assim, o fluxo da expansão capitalista através do capital minerador forja e significa as concreções, tais como Mariana e Potosí, que, por meio da tragédia do minerar, reforça o próprio movimento do fluxo minerador.

são assumidas enquanto concreções de análise à apreensão do processo da *Espacialidade Mineratória*.

Portanto, as *metanarrativas espaciais* referem-se ao conjunto de discursos, práticas, mentalidades e situações que caucionam a natureza civilizatória da *construção-destrutiva* enquanto lógica socioespacial urbano-rural capitalista. Assim, a lógica da *construção-destrutiva* que garante à *continuance* da modernidade-colonialidade também descreve o movimento da *Espacialidade Mineratória* que totaliza a natureza do processo do minerar no espaço latino-americano. Por estar intrinsecamente vinculado à expansão capitalista, ainda se trata da continuidade do processo civilizatório que violenta e forja à força este continente.

Além disso, esta vinculação à expansão capitalista também lhe atribui a perversidade de se apropriar da cisão do homem – cindido entre trabalho vivo e trabalho morto (Marx, 1858; 1867), entre existência e sobrevivência, cisão do ser social (Lukács, 1984; 1986) – à operacionalização do reforço de seu próprio movimento, ou seja, à catalização e retotalização da *Espacialidade Mineratória*, que se dá por meio de suas *metanarrativas espaciais*, tais como as citadas noções *desenvolvimento* e *progresso*.

Neste sentido, a análise do controle do trabalho revela o exercício da *Espacialidade Mineratória* através das *metanarrativas espaciais da mineração* que contemporanizam o caráter civilizatório do minerar no espaço latino-americano. Assim como, denuncia à forja da *situação espacial duradoura* que, por meio da *injunção paradoxal*, usurpa a capacidade de ação e reação do *sujeito situado*, que se silencia mediante a violência do minerar. A análise do trabalho demonstra como a cisão do próprio homem – (em dissidência com necessidades atreladas à sobrevivência em cenário de precarização da vida e as necessidades que o aproxima da humanidade, em termos de manifestação do ser social e de sua vinculação com a natureza) – está sendo cooptada (como *metanarrativa espacial*) à continuidade deste longo processo.

Assim, o pensamento é exercido por meio de uma tríade, que se forma entre (i) a construção categórica do conceito *Espacialidade Mineratória*, com (ii) a construção da noção que lhe catalisa e retotaliza que é a *metanarrativa espacial da mineração*, com (iii) a apreensão de sua realização social e concreta, assimilada por meio da *Injunção Paradoxal* (Gaulejac, 2014), que fora assumida enquanto procedimento analítico à apreensão da *situação espacial duradoura* (Costa, 2016) do *ser minerador*.

Estruturação

Esta tese está estruturada da seguinte forma: a Parte I, composta pelos capítulos 1 e 2, analisa a expansão capitalista moderna que inscreve violentamente o território latino-americano na reprodução da modernidade-colonialidade. Irá se perceber de que forma a mineração ancora a *empresa* colonial, na garantia de sua lucratividade e da perpetuação de seu caráter expansivo-seletivo. O elucidar do processo a partir da modernidade-colonialidade caracteriza a periodização desta análise acerca da natureza do minerar no espaço latino-americano. Bem como, forja o que se defende como *Espacialidade Mineratória* - enquanto processo civilizatório que ainda se estabelece na América Latina, e se vincula mais recentemente às chamadas fronteiras do neoextrativismo com princípios neoliberais, que caracterizam a expansão capitalista. Esta análise conterà elementos pertencentes à chamada jurisprudência minerária, considerada reveladora da forma e favorecedora dos conteúdos à *continuance* da *Espacialidade Mineratória*.

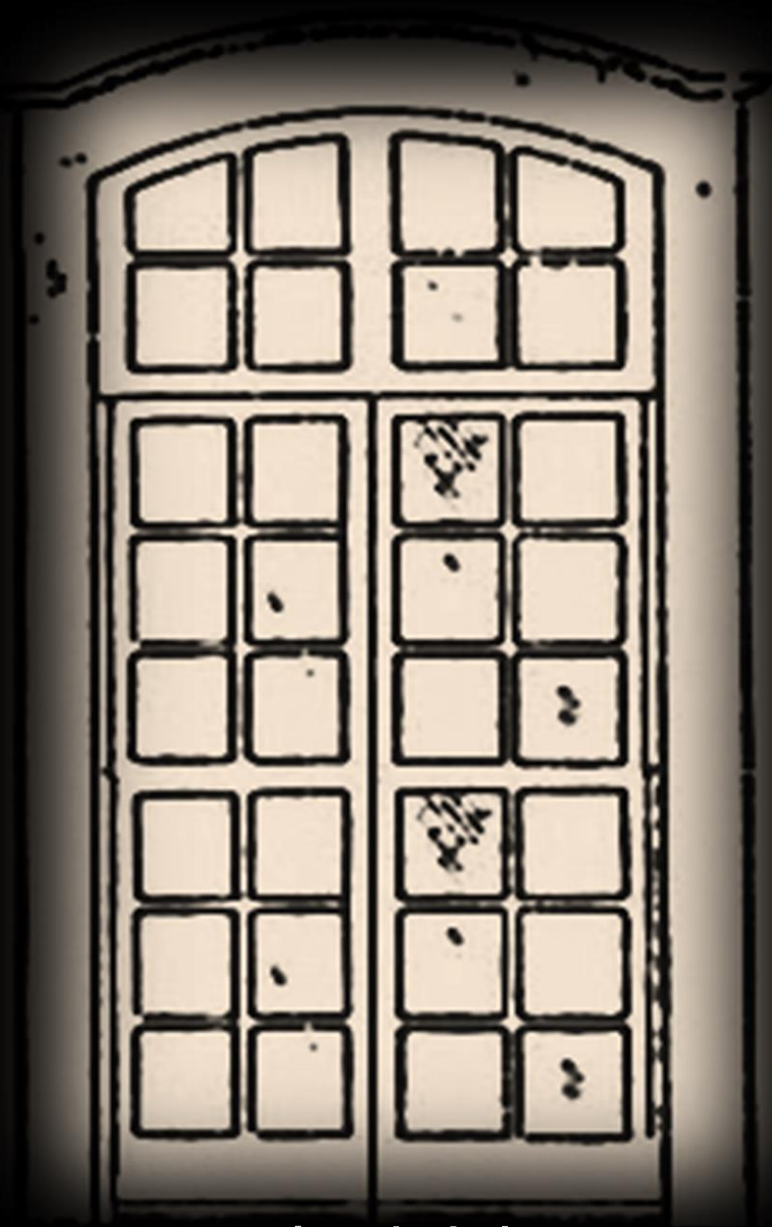
A Parte II, composta pelos capítulos 3 e 4, discorre sobre a divisão territorial do trabalho como mecanismo de universalização do capitalismo, e sua realização espacial se dá por meio da *construção-destrutiva* do território latino-americano, fundamental à retotalização da *Espacialidade Mineratória*. A dialética do trabalho denuncia o *ser* da mineração na subversão do par existência-sobrevivência, que se evidencia na forja contemporânea de um capitalismo paradoxante, que converte o espaço latino-americano em *metanarrativa espacial* de consecução da expansividade-seletividade capitalista (Harvey, 2005; Moraes, 2005).

A *situação espacial duradoura* (Costa, 2016) é capaz de revelar de que forma a *injunção paradoxal* garante a catalisação e retotalização da *Espacialidade Mineratória* e se converte, ela mesma, em *metanarrativa espacial da mineração*. Dessa forma, a tragédia não ameaça o movimento dessa *Espacialidade* específica, mas se traduz, ao contrário, em síntese de seu percurso.

Por fim, a Parte III, com os capítulos 5 e 6 desta tese analisa o panorama socioeconômico da *Espacialidade Mineratória* através do revelar de seu movimento contemporâneo. A noção *socioambiental* serve de via de apreensão da cisão sociedade-natureza, que também é forjada pela dialética do trabalho. Essa cisão do próprio homem contribui para a catalisação da *Espacialidade Mineratória*, através de *metanarrativas espaciais* que garantem a expansão capitalista na modernidade-colonialidade, atrelado aos ideais de *progresso* e *desenvolvimento*.


Neste contexto, a mineração emerge como primaz ao *desenvolvimento* e ao *progresso*, porém reforça a subalternidade na divisão territorial do trabalho (Santos, 2006), que culmina em sua *construção-destrutiva*.

As tragédias do minerar em sua ampla dimensão sociedade-natureza traduzem-se enquanto síntese da *Espacialidade Mineratória* que orienta a realização socioespacial latino-americana. A crítica à *Espacialidade Mineratória* configura-se num tratado geográfico que denuncia a lógica dilapidadora da realização socioespacial na América Latina, onde se impõe a gestão das violências territoriais e os custos da expoliação de seus recursos naturais e humanos. Desse modo, a *Espacialidade Mineratória*, as *metanarrativas espaciais* e as *injunções paradoxais* que forjam a *situação espacial duradoura* reúnem-se numa tríade que representa, portanto, uma possibilidade singular de apreensão do *ser* minerador latino-americano.



PARTE I

O PROCESSO CIVILIZATÓRIO DA MINERAÇÃO
NA MODERNIDADE-COLONIALIDADE

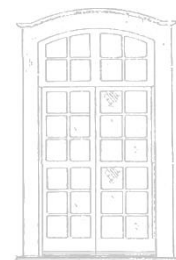


Esta primeira parte analisa a expansão capitalista moderna que inscreve violentamente o território latino-americano na reprodução da modernidade-colonialidade. Irá se perceber de que forma a mineração ancora a *empresa* colonial, na garantia de sua lucratividade e da perpetuação de seu caráter expansivo-seletivo.

O elucidar do processo a partir da modernidade-colonialidade caracteriza a periodização desta análise acerca da natureza do minerar no espaço latino-americano. Bem como, forja o que se defende como *Espacialidade Mineratória* - enquanto processo civilizatório que ainda se estabelece na América Latina, e se vincula mais recentemente às chamadas fronteiras do neoextrativismo com princípios neoliberais, que caracterizam a expansão capitalista neste espaço-tempo de análise.

Esta análise conterà elementos pertencentes à chamada jurisprudência minerária, considerada reveladora da forma e favorecedora dos conteúdos à *continuance* da *Espacialidade Mineratória*.

1. A inserção violenta da América Latina na modernidade e o minerar enquanto marco civilizacional do espaço latino-americano;



A violência marca a construção do espaço latino-americano. *Metanarrativas espaciais* ou “variantes estéticas”⁶ servem não só à manutenção da engrenagem universal do capitalismo (Galeano, 1978), como à máscara distópica⁷ que garante a sua *continuance* avassaladora. A América Latina é colocada à força na ordem que estimula o moderno enquanto processo que se impõe como curso neste espaço. A violência traduz-se como marca e denota inclusive uma espécie de unicidade regional, chamada ao processo como áreas selvagens, territórios coloniais do terceiro mundismo e subdesenvolvimento, de veias abertas. Autores, tais como Galeano (1978), Dussel (2005), Mignolo (2005), Quijano (2000a; 2000b), Moraes (2000) e Costa (2016) dedicam-se à elucidação do processo histórico que forja a América Latina de um ponto de vista latino-americano, o que revela a sua instituição antes mesmo da ideia de Europa: a invenção da subalternidade é a via do exercício de poder soberano capitalista; por meio da subalternidade, cria-se o que é central ou eurocêntrico – e mais recentemente os grandes centros de perpetuação do capitalismo expansivo-seletivo.

A modernidade torna-se avassaladoramente linear, onde a ideia de *desenvolvimento* se atrela essencialmente ao *progresso* e à expansão do capitalismo. Erige-se violentamente uma América Latina com signos civilizatórios que constituem suas veias abertas: os estudos decoloniais tornam-se uma via necessária de reflexão sobre a forma como se apercebe no

⁶ Noção “variantes estéticas” no sentido atribuído por Costa e Suzuki (2012), a qual se vincula aos elementos substanciais da sustentação da própria administração brasileira colonial, imperial e republicana, variantes estéticas favorecedoras de uma ideologia espacial.

⁷ Concebe-se como máscara distópica, e irá se elucidar ao decorrer da Tese, a capacidade de mutilação que possui o capitalismo – que segundo Moraes (2005) é universalizador e exaustivo por natureza - que se associa ao capital – enquanto mecanismo de segregação – e são, juntos, capazes de criar um manto distópico em relação à utopia revolucionária (Kosik, 1963), que são formas alternativas à reprodução modernidade-colonialidade. Sobre este aspecto, irá defender se tratar de *metanarrativas espaciais* que catalisam o processo civilizatório de expansão capitalista: no que concerne à mineração, trata-se das *metanarrativas espaciais da mineração*.

processo⁸. O enfoque em relação ao minerar revela a forja do que se defende como *Espacialidade Mineratória*, na análise dialética e ontológica da mineração no espaço latino-americano.

Este primeiro capítulo possui três subitens de consecução da ideia central, acerca da *inserção violenta da América Latina na modernidade e o minerar enquanto marco civilizacional na construção do espaço latino-americano*. O primeiro subitem tecerá sobre a *empresa* colonizadora que constrói a América Latina sob o signo violento e civilizacional, seguindo-se o ideal de modernidade, onde a subalternidade torna-se primaz e representativa da manutenção do processo civilizatório. Já o segundo subitem pretende analisar de que forma a noção de modernidade-colonialidade se converge à dialética da colonização, e garante sua catalisação através das noções de *progresso* e *desenvolvimento* na expansão capitalista contemporânea [e, por isso, tais noções servem de *metanarrativas espaciais* do capitalismo, conforme se verá]. Este primeiro capítulo será finalizado enfocando-se o papel da mineração na construção civilizatória do espaço latino-americano, o que revela o surgimento e a natureza da *Espacialidade Mineratória*.

⁸ Ballestrin (2013) explana sobre a diferenciação na formação do pensamento decolonial latino-americano, em relação a outras formas de resistência ao colonialismo (como a corrente pós-colonial) em territórios africanos e no que se intitula de pensamento oriental.

1.1 A América Latina na forja violenta da modernidade

Dussel (2005) apresenta as variações de significado do conceito Europa, com a pretensão de revelar esse deslizamento semântico que dificulta que se compreenda a invenção da centralidade europeia na modernidade. Em esquema propositivo, evidencia que a ideia de Europa moderna é posterior à fundação (violenta) da América em 1492, e ao que chama de Renascimento italiano (a partir da segunda metade do século XV), que reside na fusão dos impérios helenístico, romano e cristão que formam, juntos, o Mundo Europeu Moderno sustentado por uma ideologia ocidental. O autor destaca se tratar de uma ideologia, pois não havia, empiricamente, uma história mundial, uma universalidade que justificasse a união deste mundo sob um mesmo signo ocidental: tratava-se, ao contrário, de histórias justapostas. Também reforça a posição geopolítica no globo, o que dificulta a construção de uma centralidade que lhe seja originária, no que se refere ao posicionamento na trama do mercado euro-afro-asiático.

Esta evidenciação semântica é realizada por Dussel (2005), com vistas à explicitação de dois conceitos de modernidade: o primeiro deles associa-se à emancipação pela razão, e é eminentemente eurocêntrico, isto é, construído a partir da Europa e para ela se volta na explicação de processos. A defesa da racionalidade torna-se exercício da modernidade, o que subsidia o movimento decolonial que depõe contra a colonialidade do saber, que é também a do poder. Assim, haveria um romantismo no destaque das civilizações gregas e romanas enquanto elementos de defesa estética e política a uma Europa representativa de ser considerada centralidade moderna. E, mais ainda, trata-se de uma construção de Europa sustentada por discursos que escondem a práxis violenta na construção do que se denomina Europa moderna.

Tais discursos são assim descritos pelo autor: 1. A defesa de se tratar de uma civilização superior já é em si eurocêntrica; 2. A intitulação de superioridade justifica moralmente as expedições civilizatórias; 3. O eurocentrismo cunha também a ideia linear de desenvolvimento, “falácia desenvolvimentista”, ao qual a Europa servirá de modelo; 4. A violência passa a ser permitida e defendida na reação obstrutiva do chamado povo bárbaro que se opõe ao processo civilizador, e coloca obstáculos à modernização; 5. A dominação produz vítimas, e esta violência é defendida como parte integrante da vítima, inclusive através dos artifícios classificadores; 6. A modernidade é apresentada como emancipatória, onde o colonizado deve

ser agradecido ao processo civilizador; 7. Os sofrimentos são inevitavelmente custos da modernização: um mal necessário (Dussel, 2005, p. 28-29).

Já o segundo conceito, proposto pelo autor, propõe amplificar à escala mundial de análise a partir da operação do sistema-mundo, onde a defesa do moderno se dá através da construção de uma História mundial. Isto é, a partir de 1492, Dussel (2005) afirma ser possível mencionar a forja de uma História mundial, advinda da data de operação do sistema-mundo, teorizado por Wallerstein (1974). A este respeito, Wallerstein (1974, p. 73) explica que houve outras economias-mundo ao longo da história, mas estas acabavam se transformando em impérios, citando os exemplos da China, Pérsia, Roma; onde se verifica tanto uma centralização política, quanto econômica. Para este autor, “foi no século XVI que se constituiu uma economia-mundo europeia baseada no modo de produção capitalista”, embora a ideologia associada à livre empresa, ao individualismo, naturalismo ou nacionalismo só se fez presente a partir dos séculos XVIII e XIX. Assim,

A característica distintiva de uma economia-mundo capitalista é a de que as decisões econômicas estão orientadas primariamente para a arena da economia-mundo, enquanto as decisões políticas estão orientadas para as estruturas mais pequenas que têm controle legal, os estados (nações-estados, cidades-estados, impérios) dentro da economia-mundo.

Antes de defender que a modernidade é cunhada pelo que se entende como sistema-mundo capitalista, Wallerstein (1974) convida a pensar no panorama mundial que permitiu que esta profunda transformação da organização econômica se empreendesse inaugurado o século XVI. Este autor diz ser uma questão de perspectiva teórica a interpretação da forma como se encara a invenção do mundo moderno: há autores que colocam como espécie de colapso do sistema feudal, no “culminar de 1000 anos de desenvolvimento, [uma] crise decisiva de um sistema” (Wallerstein, 1974, p. 33) que levaria ao desenvolvimento de uma economia capitalista. Porém, também há aqueles que encaram como espécie de “regressão no desenvolvimento do século XIV, um revés que foi mais tarde ultrapassado [...]. Os factos são os mesmos. A perspectiva teórica é diferente” (Wallerstein, 1974, p. 37). Além disso, sugere que a periodização que denota uma espécie de fundação do sistema-mundo capitalista não imediatamente corresponde à virada cronológica do século XVI, e esta não fora cunhada de forma homogênea a todas as áreas em expansão. Ao contrário, defende se tratar de uma economia mundo que institui a sua capacidade de vastidão e expansão, mas é ainda fraca em

fins do século XV. Esta fraqueza da economia-mundo emergente diz respeito ao estágio do capitalismo nesta fase de desenvolvimento, fazendo com que exista de forma plural, e por vezes associando-se a características consideradas feudais principalmente no que concerne ao controle do trabalho. O esforço deste autor passa a ser a qualificação do que chama de economia-mundo, e o seu caráter inédito reside na transmutação progressiva para um sistema-mundo capitalista, ao qual Galeano (1978) denomina de engrenagem universal do capitalismo.

Assim, Dussel (2005) concorda com Wallerstein (1974) de que a modernidade é inaugurada na operação do sistema-mundo capitalista, e afirma direcionar a sua análise a duas grandes etapas representativas da construção de uma História mundial: a primeira etapa corresponde ao mercantilismo mundial, e este autor reforça o papel dos metais na acumulação de riqueza monetária na negociação e comercialização, e na conquista de territórios. Já a segunda etapa é notadamente marcada pela Revolução Industrial e o movimento artístico realismo, que erige, por exemplo, a Inglaterra enquanto centralidade até o século XX. Para este autor, esta concepção de modernidade é cunhada na forja da América (latina), o que possibilita a construção da centralidade europeia e das demais áreas enquanto suas periferias, o que é consoante com o pensamento de Bautista (2014, p. 18) para quem “ser centro y saberse centro es la determinación ontológica de la Europa moderna. [...] Ese es el contenido histórico que contiene el concepto”.

A modernidade é assumida, portanto, “como novo paradigma de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico” (Dussel, 2005, p. 28). Além disso, esta dimensão de moderno permite que se compreenda a relação modernidade-alteridade, que é fundamental na invenção de centralidade e também de periferias. Para este autor, cada povo cria regras de razão que tendem a colocar a si próprio enquanto central: o outro sempre será periférico na história que se conta a partir de um eu. Mas, a partir da História universal, narrada pela expansão do capital, as periferias tornam-se fundamentais à perpetuação do capitalismo e de seus centros - conforme se verá, reside nesta lógica a natureza processual de uma *construção-destrutiva* operante nas cidades-campo.

Neste sentido, Mignolo (2005) denomina o sistema-mundo moderno proposto por Wallerstein (1974) como metáfora que convoca um “quadro histórico e relacional de reflexões que escapam à ideologia nacional sob a qual foi forjado o imaginário continental e subcontinental, tanto na Europa quanto nas Américas, nos últimos duzentos anos” (Mignolo,

2005, p. 34). Além disso, Mignolo (2005) é consoante com a dimensão de modernidade cunhada a partir do sistema-mundo capitalista, porém reforça a necessidade de se debruçar sobre as condições em que a colonialidade de poder atua como estratégia à modernidade. Para este autor, não interessa a investigação acerca de quando, cronologicamente, se inicia a modernidade, ou sobre quando se instala o sistema-mundo moderno teorizado por Wallerstein (1974). A sua análise se preocupa com a “emergência do circuito comercial do Atlântico, no século XVI, que [considera] fundamental na história do capitalismo” (Mignolo, 2005, p. 34), assim como inaugura uma modernidade que se instala via colonialidade de poder, análise fundamentada em contribuições de Quijano (2000b). Para este último autor, no processo histórico de constituição da América Latina, onde o capitalismo se torna global, modernidade e colonialidade se estabelecem enquanto eixos centrais de seu novo padrão de dominação, e isso ainda persiste.

Con la constitución de América (Latina), en el mismo momento y en el mismo movimiento históricos, el emergente poder capitalista se hace mundial, sus centros hegemónicos se localizan en las zonas situadas sobre el Atlántico— que después se identificarán como Europa— y como ejes centrales de su nuevo patrón de dominación se establecen también la colonialidad y la modernidad. En breve, con América (Latina) el capitalismo se hace mundial, eurocentrado y la colonialidad y la modernidad se instalan asociadas como los ejes constitutivos de su específico patrón de poder, hasta hoy (Quijano, 2000b, p. 342).

Assim, a dimensão de modernidade aqui assumida é aquela cunhada pela expansão capitalista no sistema-mundo (Wallerstein, 1974), que se sustenta a partir de um novo padrão de dominação que se estabelece através da colonialidade de poder, ou seja, trata-se da modernidade-colonialidade⁹. Cabe salientar que essa noção de modernidade que se executa via colonialidade, além de se tratar de uma especificação teórica acerca da dimensão de modernidade assumida, também representa um mecanismo de periodização desta análise, na

⁹ Cabe destacar a utilização desta concepção dupla, qual seja modernidade-colonialidade, assumida também enquanto artifício de periodização, pois consegue demarcar o processo civilizatório que institui violentamente a América Latina. Há outras formas de adoção destes termos: Modernidade/Colonialidade (separadas por barra) é assumido por Mignolo (2005) ao processo de articulação e rearticulação em que a modernidade ocidental tem transformado as diferenças em valores à produção de subalternidades e, assim, garantido a continuidade do processo civilizatório. Assim como, Azibeiro (2007) utiliza o termo ModernidadeColonialidade sem artifício separador de conceitos, na defesa do pensamento liminar que se pauta em Walter Mignolo. Contudo, não explicita a diferenciação desta forma em relação àquela pautada no pensador. Por este motivo, o sentido assumido aqui corresponde a este pautado em Mignolo (2005), tendo somente uma diferença: o uso da barra (/) na demarcação dos conceitos pode ter o seu sentido confundido com a função disjuntiva desta acentuação na língua portuguesa, em contraposição àquela aditiva possibilitada pelo hífen. Por este motivo, assume-se o termo modernidade-colonialidade.

medida em que expressa o momento do processo histórico a ser focado. Trata-se da natureza civilizacional da mineração na construção do espaço latino-americano, que é forjada e se contemporaniza na relação modernidade-colonialidade, e se executa a partir do que se denomina *Espacialidade Mineratória*.

Desta forma, a América Latina é fundamental à forja do sistema-mundo capitalista enquanto território construído pela subjugação, inclusive com mecanismos de classificação social através das categorias mentais de raça, gênero e controle do trabalho (Quijano, 2000a), aspectos que serão mais bem delineados. No próximo item, pretende-se dizer de que forma o projeto da modernidade é contemporaneizado pelas noções de *progresso* e *desenvolvimento*, através de uma dialética da colonização (Bosi, 1936; Mealla, 2014), o que o transforma em um projeto totalizante e civilizacional pautado numa dimensão de modernidade-colonialidade.

1.2 Dialética da colonização ao projeto modernidade-colonialidade

Para Ballestrin (2013), a dimensão de modernidade estando intrinsicamente associada à colonialidade, inclusive o que inspira a nomenclatura do principal grupo latino-americano de estudos decoloniais, qual seja *Modernidade/Colonialidade* (M/C); advém da análise crítica realizada, sobretudo, por Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo e Immanuel Wallerstein. Para esta autora, citando tais autores, “a colonialidade é o lado obscuro¹⁰ e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva [...], não existe modernidade sem colonialidade [assim como] não poderia haver uma economia-mundo capitalista sem as Américas” (Ballestrin, 2013, p. 100). A menção de se tratar a colonialidade como o lado obscuro e constitutivo da modernidade encontra-se à proposta da dialética da colonização, sistematizada por Bosi (1936) no que concerne ao território brasileiro, e explicitada por Mealla (2014) em sua dimensão interna à Bolívia. Isto porque a *empresa* colonizadora (representativa do sistema-mundo capitalista em expansão que institui o processo civilizatório) não se trata de uma migração de povos que decorre de expedições com vistas ao conhecimento planetário, apesar de a “colonização dá um ar de recomeço e de arranque a culturas seculares” (Bosi, 1936, p. 12). Ao contrário, trata-se de

[...] um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crentes que trouxeram nas arcas da memória a da linguagem aqueles mortos que não devem morrer. Mortos bifrontes, é bem verdade: servem de agulhão ou de escudo nas lutas ferozes do cotidiano, mas podem intervir no teatro dos crimes com vozes doridas de censura e remorso (Bosi, 1936, p. 15).

Enquanto projeto totalizante, Bosi (1936) elucida de que forma a colonização carrega um sentido universal de dominação material e subjetiva do conquistado, ao passo que difunde o ideal do novo e do moderno através de mediações simbólicas, explicitadas por este autor

¹⁰ Na tradução brasileira da Introdução do livro “The darker side of western modernity: global futures, decolonial options” (publicado por Duke University Press, Durham & London, 2011), Marco Oliveira traduz o título “Coloniality I The Darker Side of Western Modernity” para “COLONIALIDADE: O lado mais escuro da modernidade” (Mignolo, 2017). A partir de Ballestrin (2013), que realiza uma análise contextual da obra em relação ao giro decolonial, irá se traduzir como *Colonialidade: o lado obscuro da modernidade ocidental*, pois acredita-se que melhor valorize a construção do pensamento do autor em relação à dialética modernidade/colonialidade.

através da usurpação material e subjetiva do *colo* – da terra e sobrevivência, da vivência e existência -, da análise que observa processos de apropriação dos cultos e ritos, bem como a partir da construção do que haveria de ser considerado cultura, a partir deste momento. Neste sentido, “a ação colonizadora reinstaura e dialetiza as três ordens: do cultivo, do culto e da cultura” (Bosi, 1936, p. 19). Enquanto parte deste projeto totalizante, o autor descreve a proibição oficial a partir de 1556 na Espanha do uso das palavras conquista e conquistadores, sendo substituídas por descobrimento e colonos, o que revela o caráter material e subjetivo do projeto universalizante. Cabe ressaltar que o sentido de defesa de se tratar de um projeto denota o seu movimento impositivo e universalizante, naturalizado pelos centros como dinâmica modelar modernizante que assume esse caráter de projeto às periferias (Moraes, 2005).

Além disso, Bosi (1936) defende que a colonização corresponde à gênese de um sistema, na medida em que condiciona os elementos que passam a integrar essa formação social específica. O que é consoante com o pensamento de Moraes (1999, p. 23) para quem “na colonização da América conformam-se processos de ocupação que expandem o espaço econômico europeu por meio de instalações produtivas historicamente singulares, isto é, que geram formações sociais específicas do ponto de vista da história comparada”. A esse respeito, Bosi (1936, p. 379) destaca alguns momentos nos quais a dialética da colonização pode ser apreendida através de sua manifestação vultosa no território brasileiro. O primeiro momento reside no contraste entre a ação dos jesuítas – enquanto ordem religiosa militante – e uma frente econômica predatória, associada à divergência de interesses políticos no que concerne ao Estado metrópole e às elites instauradas nos locais. Processo agravado pelo “domínio material e moral sobre o trabalho indígena [que] deu conteúdo bruto a uma antinomia de visadas e vontades políticas”. O segundo momento de manifestação evidente da dialética da colonização expressa-se no liberalismo mercantil que marca os anos 1860 a 1880, com os discursos e práticas de aberturas de portos, associado à corrente que defende o escravismo em contraposição àqueles que possuem o trabalho assalariado como bandeira: ambos a favor do que se denomina liberalismo, ainda que estruturalmente na perpetuação do conservadorismo. O terceiro momento destacado se refere à instauração da República e do Abolicionismo com a manutenção dos interesses de classes dominantes, o que agrava o coronelismo provinciano ao atendimento dos ideais de *progresso* instalados.

No que se refere ao espaço latino-americano, Galeano (1978) afirma que nas regiões de veias abertas se instaura o futuro já traçado ao subdesenvolvimento. Para este autor, este espaço

foi forjado à expansão do sistema-mundo capitalista e, por isto, é assumido pelo discurso hegemônico enquanto centro abastecedor às necessidades do mercado europeu e, mais recentemente, norte-americano. Neste sentido, o autor destaca o quantitativo sobrelevado de exportações quando comparado às importações, e poderia ainda se comparar em relação à diversificação industrial, desde o século XVI¹¹. “A estrutura econômica das colônias ibéricas nasceu subordinada em torno do setor exportador, que concentrava renda e poder” (Galeano, 1978, p. 22). Portanto, há a fluidez de recursos, de todo tipo, às nações europeias, e toda esta colonialidade se fez através de relações de dominação, que se concretizam também por meio da ideia de raça, gênero, do controle do trabalho (Quijano, 2000a), bem como poderia ser apontado o papel da evangelização ao amortecimento da práxis violenta (Bosi, 1936) da *empresa* colonizadora.

Institui-se, portanto, o que Bautista (2014, p. 18) denomina como subjetividade dominadora, expressão mesma do modo de produção material e subjetivo que se inscreve na origem e na reprodução do espaço latino-americano.

[...] La transferencia creciente de riqueza em todos los sentidos, desde el vegetal hasta el mineral, pero, sobre todo, la transferencia de acumulación superlativa de trabajo impago, será la auténtica “acumulación primitiva” que ya supone el capitalismo. Es decir, la sangre y la muerte de millones de seres humanos, de indios y, posteriormente, negros (del literal no-pago de su trabajo), será el fundamento de la riqueza moderna e del capitalismo; riqueza que, constantemente, debe volver a producir genocidios semejantes para desplegar nuevos procesos de acumulación de capital. [...] El trabajo impago de indios y negros, objetivado en la riqueza transferida, contiene el tiempo de vida, la existencia y la humanidad de estos, pero de modo negado; la riqueza entonces es usurpación de vida, la economía que administra aquello nace encubriendo esa constancia. Se trata de una transferencia sistemática de valorización unilateral, de vaciamento sistemático de la humanidad de las víctimas; de esse modo se llena, se reconstituye y se completa una subjetividad dominadora, de todo lo que le vacía a sus dominados.

Assim, os momentos destacados que remetem à expansão do capitalismo moderno por meio da instituição de formas arcaicas, no que se refere às dimensões materiais e subjetivas com que se interpreta o papel do colonizado, dialogam com a noção de anomalia, advinda de Marx. Para Bosi (1936, p. 22-23), a expansão do capital se dando através da perpetuação do

¹¹ A reprimarização econômica será discutida enquanto marca endógena ao espaço latino-americano, no capítulo 5 desta tese.

trabalho escravo, enquanto forma conservadora, em contraposição ao que se denomina moderno assentado no liberalismo mercantil, se encaixaria no que Marx denomina como anomalia, pois este teorizou com base na passagem do servo do campo ao trabalho assalariado da Inglaterra do século XIX.

Entretanto, se o objetivo é conhecer a situação interna e peculiar às formações colonizadas, a verdade nua é que tal anomalia durou longamente e vincou fundo a nossa existência social e psicológica. Ainda Marx, em outro contexto: "Os horrores bárbaros civilizados do sobretrabalho são enxertados nos horrores bárbaros da escravidão". Foi ao longo dessa enxertia ao mesmo tempo moderna e retrógrada que se gestaram as práticas políticas do povo brasileiro.

Neste sentido, a dialética da colonização é a realização espacial latinoamericana da *dialética da construção destrutiva*¹² operada universalmente, sendo marco regional do processo civilizatório instituído na expansão capitalista moderna. "Enquanto máquina mercante e sistema, a colonização preparava o surto do capitalismo mundial em que o país futuro iria ingressar na qualidade de nação dependente. Mas, enquanto condição, a vida cotidiana nas colônias reproduziria, *intramuros*, velhos estilos de pensar, sentir e dizer" (Bosi, 1936, p. 378, grifos do autor), o que ao longo da tese irá se perceber como, de fato, subsidia a construção de *metanarrativas espaciais* que naturalizam a violência da *construção-destrutiva*. Porquanto, para Bosi (1936, p. 379), a dialética da colonização se expressa, de forma geral, na "[...] conquista do Novo pelo Velho Mundo" que "juntou práticas de violência e barbárie, como a reinvenção do trabalho escravo, e estímulos ao progresso, como em geral se considera o trânsito do feudalismo ao lento, árduo mas irreversível ascenso da burguesia que ocorreu nos séculos posteriores aos descobrimentos".

Assim, se o território latino-americano se desenvolve na perpetuação dessas anomalias, enquanto traço estrutural e conservador sobre o qual se constrói tal espaço, haveria formas mais contemporaneizadas de garantir a *continuance* da dialética da colonização ao processo modernidade-colonialidade. A este respeito, no capítulo *A teoria moderna da colonização*, Marx (1867) inicia sua explanação na menção de duas formas de propriedade privada sendo uma antítese da outra, às quais denomina de dois sistemas econômicos: aquela baseada no trabalho do produtor e a outra pautada na exploração do trabalho alheio. No que concerne aos

¹² Assumido no sentido construído por Costa (2015), a qual se revela pela repartição e tomada estatal-capitalista de setores exclusivos dos territórios urbanos-rurais

territórios coloniais, ele menciona que o capitalismo fez sucumbir a forma de trabalho próprio, para instaurar a exploração do trabalho alheio. Para este autor, o “desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, a cooperação, a divisão do trabalho, a aplicação da maquinaria em larga escala, etc. são impossíveis sem a expropriação dos trabalhadores e a correspondente metamorfose de seus meios de produção em capital” (Marx, 1867, p. 835-836). Por este motivo, na transformação das formas encontradas em capital, o que se denomina aqui expansão capitalista na forja da modernidade-colonialidade, as anomalias podem expressar-se enquanto síntese do movimento de expansão do próprio capital, que “sai em busca de meios artificiais que engendrem a pobreza do povo e, assim, sua armadura apologética se dilacera, pedaço por pedaço, como lenha podre” (Marx, 1867, p. 836). Assim, as divisões do trabalho¹³ serviriam, como se verá, à expansão do capitalismo, que é expansivo-seletivo.

Por isso, é estabelecido um diálogo inspirador com Costa (2015) e Costa (2016), que teoriza sobre a contradição permanente entre processos de preservação, mercantilização e destruição da vida espacial (referindo-se a cidades-campo latinas); trata de um processo de construção e desconstrução que se operacionaliza simultaneamente – circunscrito pelo movimento ininterrupto só entendido na relação entre a particularidade e a universalidade de lugares atrativos ao capital – na consagração da “natureza” e da cultura mundiais. Esta análise dialética materialista-existencialista, que se preocupa com a simultaneidade da totalidade urbana - totalidade-mundo, contribui para se pensar na perpetuação da *dialética da construção destrutiva* aplicada à América Latina, na medida em que há *metanarrativas espaciais*¹⁴ que ofuscam e revelam a natureza do processo em curso da modernidade-colonialidade.

¹³ As divisões do trabalho possuem diferentes dimensões e nomenclaturas associadas às características sociais de seus fenômenos: 1. *Divisão social do trabalho*, que se refere ao caráter específico do trabalho humano (Marx, 1867), em suas múltiplas especificações, e que também é chamado de *divisão do trabalho social*; 2. *Divisão capitalista ou pormenorizada do trabalho*, já diz respeito à reformulação da forma de controle do trabalho e o produto é resultado do trabalhador coletivo, que é gerenciado num processo, quando ocorre a sua expropriação no que concerne ao produto de seu próprio trabalho; 3. *Divisão sexual do trabalho*, atrelada inicialmente ao gênero como vigor corporal e à idade, mas que adentra o processo produtivo como marca classificatória e se converte em mecanismo de controle do trabalho, e característica estrutural da construção do espaço; 4. *Divisão internacional do trabalho*, que diz respeito ao processo produtivo global no contexto de expansão capitalista do sistema-mundo, no qual a construção violenta do espaço latino-americano é fundamental à expansão do capital europeu; assim como, vem sido discutida no âmbito da divisão territorial do trabalho, que expressa as novas centralidades que denunciam o movimento do capitalismo em seu aspecto expansivo-seletivo, mas que denota a violência da expropriação ainda como marca da América Latina.

¹⁴ As *metanarrativas espaciais* são defendidas no sentido de representarem sínteses que condicionam, operacionalizam e catalisam o signo civilizacional nas construções espaciais contemporâneas, conforme elucidado no Prolegômenos.

A este respeito, através de estudos sistematizados no terceiro quarto do século XX, Furtado (1982) já anunciava que a questão do *desenvolvimento*, sobretudo econômico, se convertia num mito. Para este autor, a função do mito serve ao lançar de luzes sobre um campo à percepção, ao mesmo tempo em que obscurece outros. Desta forma, enquanto a questão do *desenvolvimento* se traduz em plano a ser alcançado, se obscurece a sua tarefa de ofuscar as tendências estruturais do sistema capitalista que forja, obrigatoriamente na perpetuação de contradições, áreas destinadas ao subdesenvolvimento e à dependência econômica. A América Latina percorreria, portanto, o plano de se alcançar o desenvolvimento, atendendo às diretrizes que lhe são impostas enquanto receitas a se seguir, ao passo que haveria como sua própria condição a tendência originária ao subdesenvolvimento, que é ofuscada pelo mito criado. Neste sentido, o mito do desenvolvimento (Furtado, 1982) garante a continuidade do projeto modernidade-colonialidade, e por este motivo se converte em *metanarrativa espacial* ao processo civilizatório, pois garante a continuidade via distopia. No que concerne à mineração, os discursos de que a atividade minerária empreende o desenvolvimento nacional, regional ou local se convertem em *metanarrativa espacial da mineração* de consecução da *construção-destrutiva* do espaço latino-americano. É, portanto, uma forma contemporaneizada de garantir a perpetuação da modernidade-colonialidade.

Nesta lógica, Dupas (2007, p. 73) irá discorrer sobre o *progresso* enquanto “mito renovado por um aparato ideológico interessado em convencer que a história tem destino certo e glorioso”, no que se refere ao paradoxo que se instala e se perpetua através do ideal de progresso enquanto “discurso dominante das elites globais, [que] traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais”. Desta forma, *desenvolvimento* e *progresso* são mecanismos de catalisação da expansão capitalista, por meio da construção de *metanarrativas espaciais*, que são capazes de garantir a perpetuação da modernidade-colonialidade. São por meio dessas noções que se instalam os caminhos necessários para se alcançar o futuro-moderno, ainda que por meio de sua autoexpropriação. Neste sentido, o projeto universalizante da modernidade é contemporaneizado pelas noções de *progresso* e *desenvolvimento*, através de uma dialética da colonização (Bosi, 1936) que é a realização espacial da *dialética da construção destrutiva* (Costa, 2015), que o transforma em um projeto totalizante e civilizacional pautado na dimensão modernidade-colonialidade.

Contudo, não irá se assumir a dimensão mitológica ou de defesa de se tratar de um mito, na explicitação dos artifícios que garantem à *continuance* da modernidade-colonialidade. Enquanto hipótese da construção dessa Tese, tem-se que o capitalismo angaria o caráter contraditório e também paradoxal (Gaulejac, 2015) à mineração no espaço latino-americano. Irá ser elucidada a forma como a mineração torna-se central à execução e continuidade da *empresa* colonizadora, justamente por sua natureza civilizatória que garante lucratividade econômica em detrimento da violência do sujeito situado e da usurpação da relação sociedade-natureza.

Neste sentido, a *Espacialidade Mineratória* se realiza de forma a ultrapassar as próprias construções discursivas e mitológicas atreladas ao *desenvolvimento* e *progresso*. A *Espacialidade Mineratória* refere-se ao processo em curso e longo forjado pela expansão capitalista que ainda se dá por meio da modernidade-colonialidade. No cerne da mineração, este processo é catalisado e retotalizado por suas *metanarrativas espaciais* que constroem a modernidade enquanto regra, subvertem os territórios e as vidas à lógica de sua expansão, invisibilizam os conteúdos da realização social e violentam o *sujeito situado* – que se apresenta, portanto, em *situação espacial duradoura* (Costa, 2016). Assim, este processo revela a natureza da *Espacialidade Mineratória* latino-americana, onde a mineração é marco civilizacional deste espaço.

1.3 A mineração enquanto marco civilizacional do espaço latino-americano.

Para Moraes (1999, p. 33), no que concerne ao território brasileiro, “o século XVI vive a entrada em cena das relações capitalistas de produção [...] processo lento, cuja plenitude só ocorrerá dois séculos depois com a revolução industrial”. Este processo lento não é algo singular ao Brasil, mas se configura na pluralidade de movimento que percorre a expansão capitalista moderna. Wallerstein (1974, p. 82) diz que não havia somente um capitalismo, mas vários capitalisms europeus, “cada qual com a sua zona e os seus circuitos”, o que aumentaria a importância da acumulação monetária através da manutenção de estoques de metais preciosos à construção da circularidade de uma economia europeia, já que a sua centralidade só passa a ser forjada a partir da América. Neste contexto, o autor destaca as vocações agrícolas iniciais desempenhadas pelo leste europeu e a economia mercantilista entre a Europa mediterrânea e o Oriente. Bem como, ressalta a implementação de máquinas burocráticas nas áreas americanas, através do sistema colonial de exploração, que não só garante a amplitude da produção agrícola e do mercado consumidor, assim como atua, através da expropriação de riquezas minerais, como fundamental à acumulação monetária, que irá subsidiar as decorrentes industrializações dos centros de poder.

A este respeito, Galeano (1978) concorda que as colônias americanas foram assim conquistadas dentro do processo de expansão do capital comercial, onde a exploração mineral configura-se como salutar a este processo. Em sua obra, destaca uma colocação de Karl Marx (apud Galeano, 1978, p. 21) para quem

[...] o descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento nas minas da população aborígine, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a conversão do continente africano em local de caça de escravos negros: são todos feitos que assinalaram os alvares da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais no movimento da acumulação original.

A historicidade da América Latina estaria marcada, desse modo, por processo civilizatório característico deste novo padrão de poder mundial que irá subsidiar que o capital ainda exerça o controle da dominação. Percebe-se, portanto, que o capitalismo se ascende em força e capacidade de definir sociedades inteiras como primitivas, nas quais a inserção de novas

relações de produção material e subjetiva induziria o seu pertencimento ao novo projeto de modernidade. E disso advém as ideias de raça, gênero e da subalternização do trabalho (Quijano, 2000a) como padrão civilizacional na América Latina. Assim como, provém que o mercantilismo e o bulionismo se ascendam às práticas econômicas, e se elevem enquanto caminhos ao desenvolvimento, ou elemento de um processo que forja o processo civilizatório no espaço latino-americano.

A quantificação de riquezas através da acumulação de metais preciosos é responsável pela denominação desta prática econômica chamada de bulionismo – bulhonismo, ou metalismo, que é um elemento fundamental para a construção da chamada *Espacialidade Mineratória*. Para Wallerstein (1990), a acumulação de metais estaria ligada tanto ao consumo interno europeu, quanto ao alargamento das comercializações empreendidas, principalmente com a Ásia. Contudo, é importante mencionar que o uso dos metais extrapola o meio de pagamento, enquanto estatuto de moeda simbólica, e passa a auferir valor. Para este autor, este mecanismo permite a expansão do capitalismo, pois gera certa confiabilidade nas transações, e o lucro acompanha a complementariedade entre meio de pagamento e medida de valor, pois passa a estar baseado no deferimento de valor realizado. Ao invés de se alterar o meio de pagamento mediante alguma possível escassez ou limitação, antes do ouro e prata americana abastecer este mercado, há, ao contrário, um aprofundamento da prática bulionista que passa a ser considerada fundamental à construção do sistema-mundo capitalista. “Os metais preciosos devem ser considerados como um elemento fundamental para uma economia-mundo próspera” (Wallerstein, 1990, p. 53).

A este respeito, Galeano (1978) salienta que os metais extraídos do que chama de domínios coloniais não só estimularam o desenvolvimento europeu, como o condicionaram. A despeito de Portugal e Espanha dominarem colônias que possuíam as maiores reservas de prata e ouro das Américas – referenciando a importância da prata potosina e do ouro e diamante das Minas Gerais brasileira¹⁵, estes Estados funcionaram como espécie de intermediários. Para este autor, não foram Espanha e Portugal os principais beneficiários do capitalismo mercantil, a despeito de serem os colonizadores de áreas que nutriam este movimento através do abastecimento mineral – ouro e prata, e da disponibilização de áreas à produção agrícola, principalmente de açúcar. Baldivieso (1998) denomina tais nações como incapazes de conter

¹⁵ Que são as concreções analisadas nesta tese.

ou represar os ganhos desta acumulação monetária, já Galeano (1978, p. 22) destaca suas funções de servirem de trânsito enquanto intermediárias ao capitalismo europeu.

Foram outras as comarcas da Europa que puderam incubar o capitalismo moderno, valendo-se, em grande parte, da expropriação dos povos primitivos da América. À rapinagem dos tesouros acumulados sucedeu a exploração sistemática, nos socavões e jazidas, do trabalho forçado dos indígenas e escravos negros, arrancados da África pelos traficantes. A Europa necessitava de ouro e prata. Os meios de pagamentos em circulação se multiplicavam sem cessar e era preciso alimentar os movimentos do capitalismo na hora do parto: os burgueses se apoderavam das cidades e fundavam bancos, produziam e trocavam mercadorias, conquistavam novos mercados. Ouro, prata, açúcar: a economia colonial, mais abastecedora do que consumidora, estruturou-se em função das necessidades do mercado europeu, e a seu serviço.

A mineração é, dessa forma, marca fundacional do espaço latino-americano, e carrega sentido civilizatório no que concerne ao desenvolvimento capitalista mundial. Na análise contemporânea das macroeconomias latino-americanas, a decisão pela exportação volumosa de recursos ainda segue princípios da usurpação e expropriação material e subjetiva (foto 1) de seus próprios territórios, no atendimento de interesses fundamentados na acumulação monetária de elites, nacionais e internacionais.

Figura 1: "Quanto Vale? - Retratos da Realidade".



Fonte: Intervenção artística Projeto Djambê. Fotografia Ísis Medeiros (2018).

Porquanto, a acumulação de riquezas proporcionadas pela extração mineral é responsável por forjar as centralidades desse padrão de poder instituído¹⁶ - que é o capitalismo, mas também inscreve a subalternidade na historicidade do espaço latino-americano. Para Galeano (1978), “[...] a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial.” (Galeano, 1978, p. 05). Sob este aspecto, a atividade extrativista integra o movimento de expropriação de riquezas criadas pelo capitalismo, e se constitui enquanto processo civilizatório.

Portanto, a inserção na engrenagem universal cria um padrão de reprodução de imensa miséria popular, “tão lucrativa do ponto de vista dos interesses reinantes, [que] impedia [e impede] o desenvolvimento [...]” (Galeano, 1978, p. 23). O espaço latino-americano passa a ser encarado, segundo Moraes (2005, p. p. 38), como espaços para se ganhar, no sentido de expropriação, na expansão mundial do capitalismo. No que concerne à extração de recursos naturais, predomina a lógica do “baixo custo no seio da divisão internacional do trabalho”, que se perpetua aos países da América Latina “em diferentes arranjos ao longo de suas histórias”. Assim, a historicidade da América Latina estaria marcada, desse modo, por processo civilizatório característico deste novo padrão de poder mundial que irá subsidiar que o capital exerça o controle da dominação.

Neste contexto, a mineração subsidia o processo civilizatório que forja violentamente a América Latina na modernidade-colonialidade, com signo da perpetuação da *construção-destrutiva* deste espaço, o que é revelado por essa prática relacionada à cidade-campo¹⁷, neste caso, Potosí e Mariana. A atividade extrativista mineral, quando inscrita na reprodução do capital criador de subterrâneos e periferias em contraposição às centralidades de poder, revela perpetuar a modernidade-colonialidade na realização espacial da *construção-destrutiva* na América Latina.

A economia colonial forjada através da expropriação mineral, agrícola e da própria existência do explorado, se origina a partir de princípios atrelados à concentração de riquezas, no desinteresse na diversificação das economias internas de territórios explorados, no caráter predatório da extração de recursos que se agrava ainda mais por seu direcionamento à

¹⁶ Galeano (1978) contextualiza a importância da ampliação da acumulação monetária mediante não só a tentativa de expansão das atividades mercantis, como também de comercializar sem perdas oriundas da relação com certos intermediários mercadores. O reinado espanhol financia, desta maneira, a busca por novas fontes de especiarias e sal, como também de plantas tropicais, armas brancas, tecidos; além é claro dos metais. “O desejo de metais preciosos, meio de pagamento para o tráfico comercial, impulsionou também a travessia dos mares malditos. A Europa inteira necessitava de prata: os filões da Boémia, Saxônia e Tirol já estavam quase exaustos” (Galeano, 1978, p. 10).

¹⁷ Adota-se a noção cidade-campo, com hífen, com base em Alvarado-Sizzo e Costa (2019).

exportação, na despreocupação em desconcentrar o conhecimento técnico e tecnológico, no sobrepujar de culturas locais, e, principalmente, na perpetuação das chamadas tragédias do minerar (figura 2) – que possuem sua realização material e subjetiva na usurpação da vida.

Figura 2: Lógica dilapidadora: “As mãozinhas dos alunos na parede que a lama não alcançou”.



Fonte: Foto extraída de Cristina Serra (2018, p. 274), tirada em escola localizada em Bento Rodrigues (Mariana, Minas Gerais, Brasil), invadida pela lama em 5 de novembro de 2015. Na parede, há a inscrição realizada com a lama resultante do rompimento da barragem: “sistema capitalista (doente)”.

Moraes (2005, p. 13) denominaria essa usurpação de lógica dilapidadora (foto 2), que caracteriza a construção espacial latinoamericana. Neste sentido, o rastro de corpos deixados pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração, em 05 de novembro de 2015, em Mariana (Minas Gerais, Brasil), traduz-se somente como um momento que decorre do processo denominado *Espacialidade Mineratória*, que é totalizador de outros momentos ao longo da história, sendo o mais recente, e considerado o maior *acidente*¹⁸ de trabalho da história latinoamericana, o romper de três barragens que compõem a Mina Feijão em Brumadinho (Minas Gerais, Brasil), em janeiro de 2019. Em Mariana, vinte existências foram usurpadas pela lama,

¹⁸ Essa dimensão de *acidente* é considerada uma *metanarrativa espacial da mineração* que contribui à *continuance* da *Espacialidade Mineratória*, e será problematizada no quarto capítulo, na análise das tragédias do *ser* minerador.

dentre as quais 14 adultos homens inseridos na atividade extrativa, 1 idoso e 2 idosas moradoras do distrito marianense Bento Rodrigues, um casal de crianças que não conseguiu fugir enveredando-se pela mata morro acima, e um não *contabilizado* aborto¹⁹.

Serra (2018) utiliza sua experiência jornalística, mas também o peso de se ter trabalhado na maior emissora brasileira de jornalismo e televisão, e consegue acessar não só os principais envolvidos na produção e apuração deste momento, mas também as famílias dos engolidos pela lama. O seu livro é caracterizador da dimensão material e subjetiva deste evento, a despeito de sua nomenclatura se propor a revelar “a história do maior *desastre ambiental* do Brasil”. Neste, estão contidos depoimentos com tamanha profundidade, que se convertem em expressões da dimensão existencial da *Espacialidade Mineratória*, que se realiza na perpetuação da contradição, das contradições espaciais, mas também do caráter paradoxal (Gaulejac, 2015), que contribui ao engano (Kosik, 1963), acerca da natureza do fato, e se convertem em *metanarrativas espaciais da mineração*.

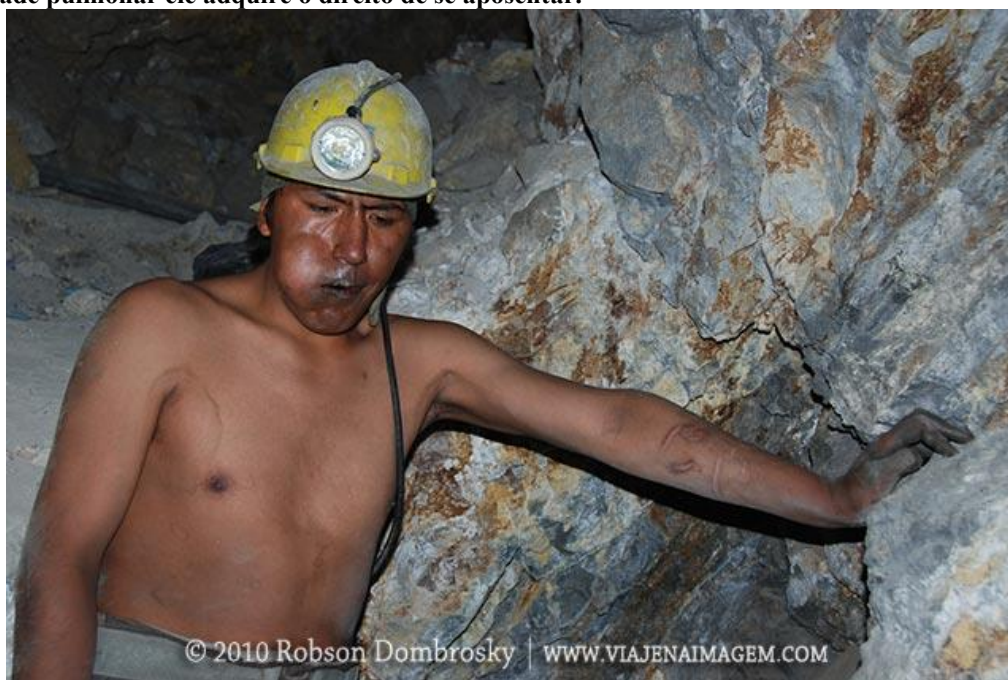
A tragédia de Mariana ultrapassa, portanto, o momento do rompimento da barragem que corrompe existências, e se adentra à própria forja da cidade, que se deu por meio do minerar, que constrói o fixo urbano no fluxo do capital minerador no século XVIII, bem como remonta à reprodução da modernidade-colonialidade no espaço latino-americano. Cada evento de rompimento de barragem descende do longo processo histórico que forja e descreve a natureza da *Espacialidade Mineratória* reveladora de seus conteúdos: as tragédias se convertem, portanto, em síntese do movimento desta *Espacialidade* investigada.

Neste sentido, Mealla (2014) discorre sobre a capacidade mutiladora da mineração (foto 3), não só como atividade extrativista, mas que se executa na forja de uma lógica à reformulação da vida social. Este autor observa que, ao longo da história da Bolívia (inclusive, quando pertencente ao Alto Peru), posterior à intensidade da exploração minerária dos séculos XVI e XVII que canalizam as existências, povos que haviam desenvolvido uma espécie de cultura na relação com o campo (em seu sentido agrário e agrícola, ou seja, de lugar de vivência e de sobrevivência), voltam a serem inseridos na atividade mineradora mediante reprimariação produtiva econômica, inclusive incentivados pelo recente Estado Plurinacional. Para Mealla (2014), esta transição de povos agrário-agrícola à reprodução da matriz extrativista mineral diminui a complexidade social destes, na usurpação de sua natureza espacial vinculada à terra.

¹⁹ “A mãe que sofreu aborto na lama e luta para incluir feto entre vítimas de Mariana”. Reportagem de Ricardo Senra, BBC Brasil, de 4 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37829548>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

Enquanto lugar de vida, existência e sobrevivência, a terra passa a representar onde se extrai minerais, mas também se extrai suas próprias vidas, dado o caráter aniquilador do trabalho na reprodução da modernidade-colonialidade, conforme será discutido no capítulo 3 desta Tese. Portanto, esta capacidade de mutilação da mineração no espaço é inerente e, por isso, reveladora da *Espacialidade Mineratória*.

Figura 3: Capacidade mutiladora da mineração: “Este é Carlos, 20 anos de idade, desde os 9 trabalha na mina. Depois de dez anos de serviço, quando o trabalhador invariavelmente já perdeu 50% da sua capacidade pulmonar ele adquire o direito de se aposentar.”



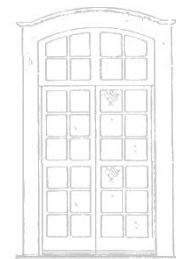
Fonte: Fotografia e legenda de Robson Dombrosky tirada em 2010 em mina do Cerro Rico de Potosí (Potosí, Bolívia). Sítio de disponibilização: <www.viajenaimagem.com>. Cabe salientar que, na fotografia, o volume percebido na boca do minerador trata-se da mastigação de folhas de coca, que é uma marca das minas subterrâneas de Potosí, pois inibe a fome e os efeitos do enclausuramento.

Além disso, Mealla (2014) analisa se tratar de uma dialética do colonialismo interno, na medida em que observa a reconstituição da condição colonial, inclusive no que concerne ao que denomina como supremacia constitucional do direito positivo moderno que ainda mutila os direitos dos povos indígenas bolivianos. Esta análise concretiza ou expõe a resultante espacial singular da dialética da colonização (Bosi, 1936), a qual inscreve a *dialética da construção destrutiva* (Costa, 2015) na reprodução da modernidade-colonialidade, considerada por Mignolo, Quijano, Dussel e outros.

Assim, a dimensão da jurisdição minerária, que será abordada no próximo capítulo, será assumida enquanto reveladora da forma (orientações, normas e caracterização das centralidades

decisórias) e do conteúdo expansivo-seletivo da *construção-destrutiva* aqui tratada. Será entendida a natureza do processo civilizatório à reprodução da modernidade-colonialidade expressa na leitura ontológica do minerar, que catalisa e retotaliza a *Espacialidade Mineratória*.

2. A forja da *Espacialidade Mineratória* no espaço latino-americano: a mineração na expansão capitalista moderna;



Há uma diferenciação crucial realizada por Moraes (2005) que proporciona uma maior apreensão do movimento da *Espacialidade Mineratória*, bem como manifesta elementos de sua natureza. Na defesa do caráter expansivo de sua espacialidade, Moraes (2005, p. 149) discrimina que a essência do capitalismo reside na “exaustão como meta, isto é, busca submeter todos os lugares à sua lógica”, a partir da destruição, reformulação e incorporação de elementos que seriam preexistentes a sua chegada. Por este motivo, define que a natureza do capitalismo é universalizadora e exaustiva, ao citar a capacidade de construção de uma História universal (a partir da modernidade-colonialidade), bem como a forma avassaladora com que expropria os locais. Já o capital é, segundo o autor, “entendido como uma relação social realizada através de objetos, é em sua essência seletivo, isto é, elege lugares para sua aplicação e concentração” (Moraes, 2005, p. 149). Neste sentido, haveria uma ação combinada da expansividade capitalista e da seletividade do capital que forjaria a contradição na realização espacial através de um sistema.

O sentido do minerar a partir da lógica modernidade-colonialidade revelaria, portanto, manifestações desta contraditoriedade espacial, que são apreendidas na análise da *Espacialidade Mineratória* por meio das *metanarrativas espaciais da mineração*. A função primaz das *metanarrativas espaciais* seria garantir a reprodução da expansividade capitalista associada ao obscurecimento da intenção seletiva do capital, o que aloca a seletividade enquanto parte integrante para se alçar à modernidade, e ameniza o seu caráter avassalador, violento e perverso. Assim, as *metanarrativas espaciais* contribuem à capitalista *construção-destrutiva* (Costa, 2015) do espaço latino-americano que se realiza espacialmente por meio da dialética da colonização (Bosi, 1936; Mealla, 2014).

Neste sentido, as *metanarrativas espaciais da mineração* dão movimento dialético à *Espacialidade Mineratória*, e sintetizam as narrativas que garantem que esta espacialidade se

realize nas construções espaciais contemporâneas, com o signo civilizacional de exploração minerária forjado na América Latina na ascensão capitalista moderna, e que ainda violentam os *sujeitos situados* ou em *situação espacial duradoura* (Costa, 2016). Além de contribuírem à apreensão da totalidade, que é a própria *Espacialidade Mineratória*, a análise de seu movimento dialético demonstra que estas atuam como catalisadoras e se retotalizam na própria *Espacialidade*, de forma a garantir a sua reprodução. As *metanarrativas espaciais da mineração* fornecem, portanto, a concreticidade que elucida a gênese da *Espacialidade Mineratória* e a forma como ela se expressa, tanto no movimento do fazer histórico, quanto nas *injunções paradoxais* que se inscrevem na construção espacial do minerar, e diretamente no sujeito – que é apreendido através das tragédias da mineração percebidas em Mariana (Brasil) e em Potosí (Bolívia).

Este capítulo é dedicado à dimensão da jurisdição minerária enquanto reveladora da forma (orientações, normas e caracterização das centralidades decisórias) e do conteúdo expansivo-seletivo (enquanto elemento construtor espacial e síntese de uma lógica da *construção-destrutiva* através da realização espacial da dialética da colonização, que violenta o *sujeito situado*), que descrevem, juntos, a natureza do minerar como processo civilizatório na reprodução da modernidade-colonialidade, síntese da *Espacialidade Mineratória*.

Assim, o primeiro tópico deste capítulo será iniciado com uma breve análise da ilha La Espanõla que integra o caribe latino-americano, no contexto de servir de marco inaugural da expansão do capitalismo na modernidade-colonialidade, através do primeiro e violento ato da instituição do processo civilizatório, que garante a perpetuação da *empresa* colonial por meio da mineração de ouro. Dialoga-se de que forma se iniciou o contexto de regularização da atividade mineradora, que denota o surgimento de uma jurisprudência, pautada na propriedade privada de recursos minerários por parte das Coroas-metrópoles, chamado pelo Direito brasileiro de princípio *regaliano*. Este princípio – *regaliano* - convive com a clandestinidade, até a sua sobreposição por interesses nacionais emergentes com as independências políticas latino-americanas, percebido através das concreções Brasil e Bolívia, na salvaguarda de seus principais centros mineradores, destaca-se o ouro da região marianense (Minas Gerais, Brasil) e a prata da região potosina (Tomás Frías, Bolívia). Contudo, percebe-se, através da análise, que a expansão capitalista com o seu aspecto expansivo-seletivo denota e coordena os interesses regulatórios da mineração na América Latina, possui sua realização espacial vinculada à

continuance do processo civilizatório, o que descreve a natureza ontológica da *Espacialidade Mineratória* na reprodução da modernidade-colonialidade.

2.1 Controle do minerar na expansão capitalista moderna

A periodização modernidade-colonialidade contribui à análise acerca da natureza civilizatória do minerar na América Latina. Essa colocação é retomada para explicar que a *Espacialidade Mineratória* não possui seus marcos de realização associados à construção de eras com base em materiais que foram predominantes a cada espaço-tempo, conforme realiza Navarro (2006). Este autor, a partir de dados arqueológicos, realiza uma leitura da história da Humanidade com enfoque nos materiais predominantes em cada período, perpassando brevemente as Idades da Pedra e da Argila, que marca a passagem do homem Paleolítico ao Neolítico; a Era dos Metais, com as Idades do Cobre, Bronze e Ferro; que culmina na chamada Era Moderna, marcada pela utilização do aço, petróleo e, mais recentemente, do silício, que inclusive seria marco de iniciação de uma nova Era substitutiva à Moderna. Assim, para Navarro (2006), a Era Moderna seria instaurada no final do século XIX e início do XX, pois denota uma revolução da capacidade de utilização, alargamento da aplicação e transformação profunda das estruturas dos materiais adotados. Trata-se, portanto, de uma capacidade técnico-científica na apropriação de recursos e na transformação destes em materiais, a serem explorados de forma utilitária e comercialmente.

O que se difere eminentemente da periodização adotada nesta análise na investigação da natureza do minerar estando associada à reformulação da dimensão de moderno a partir da modernidade-colonialidade. Porquanto, a busca pelos sentidos e significados da *Espacialidade Mineratória* considera o processo civilizatório na forja do espaço latino-americano enquanto qualitativo de circunscrever a análise. A preocupação se desloca do interesse pela ancestralidade de utilização, exploração do recurso mineral e variedade dos materiais adotados, e se firma no reconhecimento das formas e conteúdos que revelam a natureza da mineração na América Latina. Assim, a dimensão da jurisdição minerária servirá à revelação da forma (com base na análise ampla de suas orientações, centralidades decisórias e sentidos atribuídos) e de seu conteúdo estritamente associado ao caráter expansivo-seletivo por sua vinculação à reprodução da modernidade-colonialidade favorecedora da *construção-destrutiva* (Costa, 2015) que se

realiza espacialmente por meio da dialética da colonização (Bosi, 1936; Mealla, 2014). Nesta perspectiva, considera-se como marco latino-americano de conquista e fundação do chamado Nuevo Mundo, a segunda maior ilha das Antilhas [à sudeste do atual território de Cuba e oeste de Porto Rico] chamada La Española (figura 4).

Atualmente é conhecida como Ilha de São Domingos, que é a base territorial de dois

Figura 4: Isla de La Española (1492).



Fonte: Elaboração da autora.

países: à oeste, se localiza o Haiti, e à leste a República Dominicana cuja capital permanece com a nomenclatura que referencia a história de sua fundação, qual seja: Santo Domingo. O frei espanhol Bartolomé De Las Casas [1484-1566] realiza uma importante descrição *de la isla Española*²⁰, oriunda de sua participação na expedição de Nicolás de Ovando (em 1502), e nas demais expedições realizadas na primeira metade do século XVI. Foram a partir destes contatos que Bartolomé De

Las Casas transforma a sua ação colonial-expedicionária de apoio à conquista espanhola, em atuação contra a escravização de povos classificados espacialmente como índios²¹, conforme demonstrado a partir de sua renúncia pública à *encomienda*²² que possuía em Cuba, e de sua atuação política contra os *encomenderos* a partir de 1514, com enfrentamentos políticos nas Antilhas – Cuba, La Española, Guatemala – e publicações de tratados e manuscritos endereçados às autoridades espanholas.

A *empresa* colonial identificou, a partir do relato de De Las Casas (1502-1566), a existência de cinco grandes reinos e várias outras províncias que foram inscritos, violentamente, como pertencentes ao território de La Española, são eles: i. Maguá, traduzido para Vega, onde

²⁰ Bartolomé de las Casas (2015).

²¹ Irá se adotar a terminologia índio no sentido de ressaltar momentos em que a classificação social (e também espacial) é preponderante à caracterização da ação empreendida.

²² Sobre a *encomienda*, por enquanto resalta-se a definição de Hoyos (2015) para quem: “[...] este régimen de explotación recibió como nombre un eufemismo: encomienda. Vocablo que quería decir, en rigor, esclavitud bajo ciertas condiciones, pues acordaba el aprovechamiento de la mano de obra indígena por parte de los colonizadores a cambio de la evangelización y la enseñanza de las costumbres europeas” (Hoyos, 2015, p. XX). A discussão acerca do controle do trabalho será realizada no próximo capítulo.

se localiza a província Cibao, descrita por suas minas de ouro e pelo convencimento dialógico inicial na incorporação ao cristianismo e apoio nas atividades de extração; ii. Marién, onde se inaugurou um Puerto Real, fundamental ao escoamento; iii. Maguana, onde se firmou a produção de açúcar; iv. Jaraguá, onde se destacam os serviços de proteção e guarda da *empresa* colonial; v. Higüey, quinto reino, que era governado por uma mulher chamada Higuanamá. Tal descrição é realizada no intuito de destacar que tais povos já estavam inseridos ao empreendimento colonial, inclusive no que concerne ao desempenho de funções atreladas à extração de ouro, à produção de açúcar, ao apoio na guarda dos espanhóis contra a resistência de outros povos, etc. E, ainda assim, Bartolé De Las Casas (1502-1566) identifica o uso de uma violência sem precedentes, que gerou uma matança generalizada, que condenará a própria continuidade da *empresa* colonial exclusivamente por meio da mineração que requer grande volume de trabalhadores, e reformulará a vocação de La Española às atividades agrícolas, conforme se verá adiante.

Porquanto, a construção da cronologia de sua atuação, em Bartolomé de las Casas (1502-1566), demonstra a sua luta contra a *encomienda*, ou seja, contra a escravização dos povos originários, mas mantém a ação civilizatória da colonização, percebida através da tentativa de expansão do que considera *verdadera religión*, do mecanismo classificador da nomenclatura índio e da permanência na exploração do trabalho, a despeito de ser denominada de colonização pacífica, pois realizada através de suposta persuasão e diálogo. A este respeito, Hoyos (2015), que assina o Prólogo da edição do *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias*, afirma que a imagem deste religioso é controversa, tendo referências inclusive de ser incentivador da escravização de corpos negros arrancados de África na substituição da escravização de povos originários da América. Contudo, reforça que a escravização e o colonialismo se tratavam de práticas habituais da virada do século XV ao XVI, que antecedem e proscvem a atuação de Bartolomé, o que demonstra uma certa rigidez desta estrutura social. Neste sentido, Bartolomé De Las Casas possuiria suas ações em contextualização a uma época específica, a despeito de ter atuado contra a escravização. Inclusive, Hoyos (2015) ressalta que, ao invés do olhar se voltar ao caráter controverso de Bartolomé que demonstra possuir uma agenda legislativa em favor da humanização da colonização de povos originários; melhor seria a evidenciação de que o Padre Cristovão Colombo com autorização Real em sua primeira expedição, ao não encontrar as cobiçadas minas de Cipango para a exploração de metais preciosos, ordena que se retorne com uma caravela com quinhentos índios para negociação no

mercado de Sevilha. “Consideraba el Almirante que, aunque no se habían encontrado ni las calles ni los nacimientos de oro mencionados por Marco Polo que tanto habían calentado durante años su imaginación febril, mucha era la riqueza que podría conseguirse a costa del sudor y los trabajos de los nativos” (Hoyos, 2015, p. xx).

Porquanto, Hoyos (2015, p. xxiii) ressalta que Bartolomé enfrenta grande oposição nas ilhas de Cuba e La Española, por sua franca oposição à reprodução da *encomienda*. Para este autor, a forma *encomienda* se tratava de “um híbrido abominável” que conciliava uma estrutura econômica medievá, com a instauração de feudos (que são os *repartimientos* ou as donatarias brasileiras), somada a uma noção gerada na expansão capitalista de o trabalho servir “como elemento gerador de riqueza”, de modo “que una iniciativa proteccionista como la de Las Casas iría, más bien, en detrimento de los intereses de sus coterráneos”. E completa sobre a capacidade da riqueza mineral sobrepular as formas de humanidade que fizesse resistência ao trabalho forçado de indígenas ou dos corpos negros: “sería ingenuo creer que los conquistadores renunciarían a sembrar las tierras y a sacar oro de las minas (oficios siempre realizados por sus vasallos indios) solo porque un monje filántropo, solitario y desarmado, se obstinaba en pedir respeto por la integridad y la libertad de los nativos” (Hoyos, 2015, p. xxiii).

A esse respeito, D’Esposito e Jacobs (2015, p. 01) explanam sobre a “febre do ouro” que marca o espaço latino-americano até o século XIX. Estes autores analisam a mencionada ilha La Española como “la primera tierra conquistada en el Nuevo Mundo”, conhecida por Colombo em 1492. Para os autores, fora a partir do ano 1502 que o comando de Nicolás de Ovando, à frente de trinta navios com estimados dois mil e quinhentos espanhóis, reformula o sentido expedicionário atrelado ao Cristovão Colombo, e inaugura o que considera como “la primera sociedad colonial del Nuevo mundo, cuyo objetivo es la búsqueda y explotación de oro”. Esta forma de colonização também orienta, como se verá, as ações portuguesas em território brasileiro, que primeiro tratou de conhecer e usufruir o potencial de sua longa costa (à exploração de recurso madeireiro e base de embarque e reabastecimento às explorações transatlânticas), para empreender com o passar das décadas os processos de forja de uma economia exploratória, que orienta o surgimento de fixos urbanos enquanto concreções do fluxo de capital.

Por este motivo, a fundação do que se considera sociedade colonial, que reside na criação de fixo urbano ao fluxo de exploração, extração e circulação principalmente de ouro, atrela-se, evidentemente, à regulamentação da atividade minerária pelas autoridades

espanholas. La Espanõla é forjada no movimento de expansão capitalista correspondente à modernidade-colonialidade, onde a mineração exerce a tarefa de erguê-la enquanto fixo urbano no fluxo da acumulação monetária, tratando-se de concreção do movimento da *Espacialidade Mineratória*. Portanto, a regulamentação da mineração, que inaugura o que se entende como jurisprudência minerária, representa a materialização do processo civilizatório na América Latina por meio da forja da *Espacialidade Mineratória*. A regulamentação inicial do minerar havia de considerar a essência da expropriação de territórios colonizados, a flutuação do mercado de grãos e demais alimentos para a subsistência e reprodução da *empresa* colonizadora, tanto na denominada metrópole espanhola (que também perpassa uma crise de mortandade por insuficiência de recursos), quanto nos próprios territórios de exploração latinoamericanos. Bem como, o contexto que era de conflitos pela expansão do mercado, conquista de territórios euro-afro-asiáticos e de recrutamento de soldados.

Contudo, algo importante destacado por D'Esposito e Jacobs (2015) reside no baixo número de *mineros, lavaderos de oro y plateros* entre os anos de 1492 e 1519, com base em dados construídos por Boyd-Bowman, conforme demonstra a tabela 1.

Tabela 1: Mineiros, lavadores de ouro e ourives para as Índias, 1492-1519.

Ano	Número	Ano	Número
1495	5	1508	1
1496	-	1509	1 (Porto Rico)
1497	-	1510	3 (2 a Porto Rico)
1498	1	1511	2
1499	-	1512	5 (1 em Cuba e outro em Tierra Firme)
1500	-	1513	5
1501	1	1514	14
1502	1	1515	1
1503	-	1516	-
1504	-	1517	1
1505	-	1518	2
1506	-	1519	1
1507	-	TOTAL	44

Fonte: Boyd-Bowman (1985), extraído e adaptado de D'Esposito e Jacobs (2015, p. 8)

D'Esposito e Jacobs (2015) destacam a verificação historiográfica daqueles que foram registrados na exploração mineral, mas que também apareciam confirmados em anos seguintes em expedições de conquista e busca por riquezas, distribuídas pelo México, Porto Rico e Cuba,

o que gera alguma confusão na confiabilidade dos dados. Além disso, associam esse baixo número de mineiros (cerca de 44) a uma investigação baseada na profissão apontada por cada indivíduo. Ressaltam que, por se tratar de uma atividade em expansão, e que requisitara baixíssimo nível de especialização, os espanhóis teriam dificuldade de identificarem-se à atividade extrativa (ou seja, como mineradores) no momento de registrar-se a caminho do Nuevo Mundo, apontando profissões diversas, e inclusive anteriores à expedição, como a de marinheiro.

Por este motivo, verifica-se que a natureza da *Espacialidade Mineratória* no território latino-americano se vincula ao que se denomina de *conquista*, que é a usurpação material e subjetiva que forja a própria América Latina no contexto da modernidade-colonialidade, e que reside já nas expedições instigadas pelos interesses metalistas e mercantilistas. Mas se concretiza a partir do achamento, apossamento e gerenciamento do direito de extrair futuro do recurso mineral ou de sua extração imediata a partir de canais fluviais (aluviões), que ficou conhecido como sistema *regaliano*, que inscreve e regulamenta a mineração no seio da expansão capitalista moderna, sob a via colonialista de exploração.

Assim, a posterior fase de exploração efetiva, numa maior escala, atrela-se ao aumento do número de povos indígenas submetidos à escravização e à incorporação do trabalho forçado de corpos negros arrancados de África (que se dá em escalas diferentes no espaço latino-americano). Bem como, associa-se à formação de uma economia mineira favorecedora de uma geografia urbana cunhada pela mineração, em aspectos concernentes a: i. proximidade dos depósitos minerais, veios de exploração e conexão com portos para exportação; ii. concentração de mão obra forçada ao trabalho nas minas e na produção de alimentos para a subsistência; iii. necessidade de vigilância para a circulação, armazenamento e exportação das riquezas acumuladas; iv. a manutenção de redes de circulação terrestres favoráveis ao desenvolvimento das etapas de prospecção, extração, lavagem e separação; v. além dessas atividades, haveria aquelas de cunho urbana, que diria respeito à manutenção e intervenção logística e infraestrutural no gerenciamento dos aglomerados citadinos ao desenvolvimento de uma sociedade mineira.

No caso de La Española, essa economia de base mineira começou a sucumbir a partir da segunda década do século XVI, conforme enfatiza D'Esposito e Jacobs (2015), por motivos atrelados ao decréscimo da mão de obra disponível, já que a matança tornou-se norma, aos custos de produção associados à diminuição do rendimento das minas, bem como ao

esgotamento dos depósitos que eram, até então, predominantemente superficiais. As consequências do esgotamento minerário à Metrópole correspondem à pobreza extrema, descenso demográfico, queda dos comércios, e a diminuição do fluxo migratório ao Nuevo Mundo que servia de auxílio ao processo civilizatório. A partir desse dilema, a jurisprudência caminha no sentido de resguardar a centralidade minerária à *empresa* colonial, e autoriza a saída de habitantes de La Española para a colonização de ilhas vizinhas, tais como Porto Rico e Cuba. O primeiro território de materialização do processo civilizatório instituído por meio do minerar se converte em central ao desenvolvimento de uma economia agropecuária de sustentação da *empresa* colonial, ao menos até as primeiras décadas no século XVI em que se opera predominantemente como principal subsidiária, e por sua centralidade urbana no Nuevo Mundo, com colonização inaugural na América Central e Caribe.

Cabe salientar, enquanto concreticidade da *Espacialidade Mineratória*, que os autores D'Esposito e Jacobs (2015) concordam com os dizeres de Mealla (2014) e Moraes (2000), ao denunciar o caráter fugaz da atividade mineradora, que estabelece o desenvolvimento da economia monotonamente dedicada à mineração, ao inibir atividades paralelas que não sejam para atender à rede de produção minerária – inclusive, esse caráter fugaz consolida-se como permanência e será mais bem trabalhado na apresentação do panorama minerário contemporâneo, no quinto capítulo desta tese.

Neste sentido, D'Esposito e Jacobs (2015) afirmam ser este o caso do desenvolvimento da agricultura que não consegue abastecer todos os imigrantes de La Española no início do século XVI, o que chamam de crise de subsistência; enquanto Mealla (2014) se refere à inserção forçada da população boliviana na atividade mineradora, o que lhe arranca a complexidade social atrelada ao tempo de dedicação e à realização espacial por meio da agricultura; bem como Moraes (2000) denuncia como as áreas de mineração de Minas Gerais (Brasil) estavam sujeitas à importação de alimentos de outras regiões do Brasil. Aliás, no próximo capítulo que enfoca as formas de controle do trabalho, se verá como a fome predomina em áreas de extração aurífera, o que motiva o surgimento de um Decreto (1711) que obriga a permanência de braços escravizados no trabalho agrícola, e que as minas servissem somente àqueles que precisassem de medidas corretivas.

Porquanto, a atuação de Bartolomé de Las Casas (1502-1566) e da ordem dominicana²³ no combate às *encomiendas* e na propagação da colonização por meio do que se denomina de convencimento, teve como consequência o surgimento das Leyes Nuevas, de 20 de novembro de 1542, representativas da preocupação com as matanças que condenavam a continuidade da *empresa* colonial, por meio da diminuição de mão de obra (Soriano, 2003). Por este motivo, não chegou a representar um entrave imediato ao desenvolvimento de uma economia mineira que serviria de combustível ao processo civilizatório de reprodução da modernidade-colonialidade. Inclusive, este pressuposto configura-se semelhante à modernização-conservadora (Moraes, 2000) empreendida no Brasil, por meio do qual a aparente abolição da escravização do corpo negro serviria e garantiria a continuidade da modernidade-colonialidade.

Assim, esta Lei surge em substituição à Leye de Burgos, de 1512, que regulamenta a instituição das *encomiendas* e incentiva a catequização. O conjunto de Leyes Nuevas de 1542 foram atualizadas em 1544, através da *Leyes y ordenanzas nuevamente hechas por S. M. para la gobernación de las indias, y buen tratamiento y conservación de los indios* (Espanha, 1544). Dentre outras providências, esta Lei institui a conservação (ou seja, que a violência não gerasse a sua morte) dos chamados índios e sua inserção no catolicismo, e a defesa de se tratar de pessoa livre associada à sua condição de servidão. Também demonstra nítida tentativa de gerenciamento da *empresa* colonial a partir da criação ou reformulação de suas estruturas de comando, inclusive na destinação de um Vice-Rei específico para o Reino do Peru, enquanto forma de controle de revoltas que pudessem abalar a continuidade da colonização. Conforme se verá, o enrijecimento do controle somado ao incentivo ao fim das *encomiendas* irá influenciar toda a construção do espaço potosino, a partir da descoberta da prata no ano seguinte de execução desta Lei.

²³ Em De Las Casas (2015) há o registro da atuação do grupo de missionários dominicanos – Ordem de Santo Domingo - na contestação das *encomiendas* desde 1492, quando “*descubriéronse la Indias*”, que é encorpada a partir de 1523 com a participação de Bartolomé de las Casas.

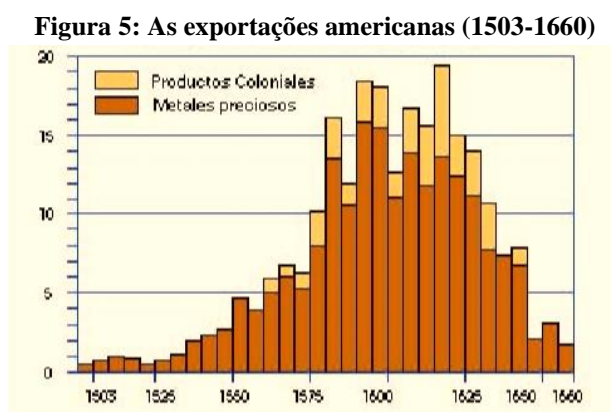
2.2 Desenvolvimento e regulação jurídica da economia minerária na expansão capitalista moderna

A descrição de Bartolomé de Las Casas (1502-1566) revela o marco inaugural do processo civilizatório iniciando-se pela ilha La Española em 1492, Cartagena (Colômbia) em 1499, passando à expansão da colonização em San Juan (norte de Porto Rico) e Jamayca em 1509, Cuba em 1511, Tierra Firme (expansão à noroeste da Venezuela, Colômbia e Panamá) em 1514, Trinidad em 1516, La Nueva España (México) a partir de 1517, Nicarágua (que abarcara também Costa Rica) em 1522-1523, Santa Marta (divisa norte colombiana com noroeste venezuelano) em 1523, Venezuela em 1526, e demais territórios que correspondem a essa porção mais ao norte da América Latina e Caribe ao longo das primeiras três décadas do processo. Também descrito pelo autor, destaca-se a exploração do Río de la Plata, com o registro de chegada da intendência em 1522, e do Peru em 1531. Em todo o empreendimento colonial que se expande pela América Latina ao longo do século XVI, há a inscrição de dois elementos que são marcos da realização espacial do processo civilizatório: a primeira reside na exploração minerária com a conseqüente formação de uma economia mineira que inclui a formação de cidade, o desenvolvimento de uma agricultura de abastecimento interno e de exportação, o desenvolvimento de comércios e o estabelecimento de canais de transporte. E a segunda seria essa economia minerária sendo representativa da expansão da escravização do corpo indígena e daqueles arrancados e comercializados de África, que passa a ser conciliado com formas de trabalho aparentemente divergentes (como se verá com a *mita*). Mesmo no Brasil, onde a extração mineral não se deu de imediato, com o interesse mercantil da Coroa lusa, a mineração irá configurar-se enquanto base de sustentação e lucratividade da *empresa* colonial.

Porquanto, as Leyes Nuevas, de 1542-1544, demonstram ser uma devolutiva apresentada pelos dominicanos, através de Bartolomé de las Casas, que denunciam a truculência do processo civilizatório, principalmente no que concerne a povos que já haviam sido cooptados ao desempenho de funções na *empresa* colonializadora. Assim, as cartas de *defesa da conservação do índio* que culminam nas Leyes Nuevas não se tratam de uma ameaça à continuidade do processo civilizatório, ao contrário, são representativas da preocupação com a manutenção de estoque de mão de obra necessário ao desempenho da atividade minerária e de suas redes de execução. Para Chávez e Aguilar (2010), o indígena americano sustenta a economia colonial, e foi inclusive inserido legalmente (no aspecto jurídico) enquanto súdito da

coroa, que respaldou nas formas alternativas à escravização forçada, que reside no pagamento obrigatório de tributos e impostos e/ou na prestação de serviços às autoridades monárquicas da América (latina), enquanto intendência Real. Estas formas alternativas ficaram conhecidas como *repartimiento forzado*, que se relaciona ao trabalho rotativo e obrigatório, por vezes parcamente remunerado. Sobre essas formas de controle do trabalho, irá se dialogar na próxima Parte.

Chávez e Aguilar (2010) reforçam que a extração de metais preciosos na América Latina, principalmente ouro e prata, atinge no século XVI e XVII uma proporção superior à 90% de tudo aquilo comercializado fora destes territórios coloniais: ou seja, a América Latina passa a sustentar a expansão capitalista por meio da expropriação de recursos minerais e existências vinculadas obrigatória e violentamente à *empresa* colonial. E na demonstração gráfica do volume exportado, percebe-se a importância dos metais preciosos e o caráter secundário dos demais produtos produzidos nesses territórios (como o açúcar e a produção de grãos). Esta demonstração gráfica (figura 5) é extraída destes autores, a partir da análise histórica e econômica da América hispânica realizada por Guillermo Céspedes del Castillo (1983). Cabe salientar que a unidade de medida adotada conforme Del Castillo (1983) é a tonelada (mil) que, a partir de Barreiros (1838), constatou-se se tratar de 793,0774 quilogramas (sendo diferente da tonelada métrica).



Fonte: Guillermo Céspedes del Castillo (1983), extraído de Chávez e Aguilar (2010).

Algo importante de ser destacado reside no reconhecimento através das Bulas de Donación de Alexandro VI, datadas de 1493, que inclusive servirá de subsídio ao Tratado de Tordesilhas de 1494. Estas Bulas atuam na gestão do mal-estar que a chegada de Colombo causou às autoridades reais portuguesas, que não conseguiram resolver por meio de reuniões diplomáticas. Assim, recorre-se ao Papa Alejandro VI que reconhece o privilégio de exploração

dos Reyes católicos de Castilla – Fernando e Isabel – das terras recém descobertas, tal como se institui anteriormente para Portugal em relação às terras africanas. Esta Bula concederá à Portugal a exploração e soberania da costa leste sul-americana a partir de 1500, mas com descoberta de metais no final do século XVII e franca exploração minerária no XVIII. Assim, para Chávez e Aguilar (2010, p. 1), as Bulas de Donación concedem à coroa espanhola o “dominio sobre el suelo y el subsuelo de las tierras americanas. Por lo tanto, quienes se dedicaron a la actividad extractiva debían pagar un impuesto a la corona que, generalmente, fue de un 20% del producto; este fue conocido como el quinto real”. Esta Bula de Donación subsidia o que Ruy Barbosa (1994) e Serra (2012) denominam de sistema *regaliano* de exploração minerária, donde é resguardada a soberania de exploração e pertencimento de recursos minerais às Coroas-metrópoles que executam a *empresa* colonial, onde a lucratividade e o princípio da propriedade privada capitalista subvertem toda a terra e gente encontrada à sua própria lógica.

Assim, tem-se na figura 6 a constituição dos eixos de administração da *empresa* colonial anterior aos grandes descobrimentos das principais jazidas minerais da América Latina. A figura 6 construída por Del Castillo (1983) expressa o movimento do processo colonial nas franjas do continente, enquanto que a próxima imagem (figura 7) contendo as datações das descobertas de recursos minerais representam a capacidade de interiorização da mineração, e a formação de uma rede de fixos-cidades que garantem a formação de uma economia colonial minerária. Cabe salientar, que tais recursos minerais foram descobertos já nas primeiras décadas do século XVI, conforme demonstrado na figura 7, onde há a data do registro do achamento de grandes depósitos de ouro e prata no território colonial latino-americano, mas que não representa ainda a identificação de recursos minerários na porção leste de dominação portuguesa.

Aliás, a figura 7 é ilustrativa do quanto “a dominação ibérica moderna da América Latina [de momento técnico: o da madeira e da água (a priori) e do ferro e do carvão (a posteriori)] tem por lógica a culturalização da natureza feita em duro dilema sociotecnológico: minerar as riquezas da terra sem preservá-la e a alto custo aos cativos e aos nativos” (Costa, 2016, p. 05). Assim, destacam-se como representativas do volume mineral extraído para a manutenção da expansão capitalista, as minas de ouro de Carabaya (1542, Peru), Antioquia (1548, Colômbia), Popayán (1538, Colômbia), Zaruma (1560, Equador). Já em relação à prata, tem-se Taxco (1534, México, #3 no mapa anterior), Guanajuato (1550, México, #12), Zacatecas (1546, México, #16), Castrovirreina e Huancavélica (1563, Peru; com exploração importante de mercúrio), Potosí (1545, Bolívia), dentre várias outras.

Figura 6: Los Reinos de Indias a fines del siglo XVI



Fonte: Guillermo Céspedes del Castillo (1983, p. 92).

Figura 7: Figura representativa das datas estimadas de descoberta de importantes depósitos de extração mineral da porção norte e oeste do território latino-americano.



Fonte: A identificações numéricas na porção onde hoje se localiza o México são: 1. Tegucigalpa (P, O. 1530-1531); 2. Tehuantepec (O, 1530-1531); 3. Taxco (P, 1534); 4. Sultepec (P, 1530); 5. Zumpengo (P, 1530); 6. Localização de Cidade do México; 7. Pachuca (P, 1552); 8. Zimapén; 9. Tlalpujahuá (P, 1534); Guadalajara (P, 1543); 11. Colima (O, 1530); 12. Guanajuato (P, 1550); 13. San Luís de Potosí (P, O, 1592) e Zacatecas (P, 1546); 14. Bolaños (P, 1740); 15. Rosario (P, 1650); 16. Sombrerete (P, 1558); 17. Santa Barbara (P, 1567); 18. Parral (P, 1631); 18. Chihuahua (P, 1703). Elaborado pela autora, com base em bibliografias diversas que apontam estas respectivas datas.

A este respeito, para Gumucio (2011), a análise da atuação do espanhol Gonzalo Pizarro [1502–1548] expressa a resistência que as Leyes Nuevas provocaram a importantes *encomenderos* que desenvolviam suas atividades extrativistas ou correligionárias. Considerado um rebelde pela Coroa espanhola, pois se posicionou contra a execução das Leyes Nuevas, anteriormente desempenhou papel fundamental ao processo civilizatório na conquista do Império Inca. Uma intendência importante que se manteve leal à Coroa reside naquela conhecida como La Plata, que inclusive foram os primeiros a se instalarem nas saias do Cerro de Potosí, descoberto em 1545, numa região chamada Alto Peru.

2.2.1 Potosí (Tomás Frías, Bolívia): “El paraíso en el nuevo mundo”

Romero (2006, p. 156) afirma que a mineração se tratou da principal atividade do empreendimento colonial, e que, inclusive, as intendências privilegiavam este setor em detrimento da própria agricultura, que servia para manutenção do sistema. Para este autor, a história de Potosí²⁴ (figura 8) se confunde com a da prata, configurando-se num fixo do capital minerador da expansão capitalista moderna. Há divergência em relação ao volume de produção em Potosí, dadas as inúmeras explorações que ocorriam à margem de registro da Coroa, ou seja, na clandestinidade²⁵. Além disso, havia minas ao redor de Potosí, ao longo do antiplano andino, que por vezes suas produções minerárias eram agrupadas à contabilização central potosina, tal como Chayanta. A partir da análise de Gumucio (2011), percebe-se a construção de uma economia minerária que oportuniza que Potosí se torne a centralidade da extração da prata do final do século XVI e XVII, através de sua integração com: i. A região argentina de La Plata, que atua como subsidiária comercial e de transporte; ii. O Cerro de Porco ao sul de Potosí, que possui sua exploração minerária ainda mais antiga do que Cerro Rico (Romero, 2006), mas se converte ao papel de subsidiária agropecuária para Potosí, e hoje compõe o município de Porco que, segundo Ayaviri et al. (2014), é considerado *rural pobre* na *Clasificación socioeconómica de los municipios de Bolivia*; iii. Na relação que estabelece com a mina de Huanvélica, a partir de 1571, que oportuniza a extração da prata com a utilização de mercúrio extraído há mais de

²⁴ Um importante trabalho acerca da história de Potosí por meio de cartas geográficas reside em Meléndrez (2015).

²⁵ Para entender a lógica dos des-caminhos da mineração, especialmente no Brasil, ver Maluly (2017).

dois mil quilômetros de Potosí; iv. A construção da cidade de Asunción, que serve de proteção do El Dorado potosino aos portugueses que avançavam pelo Rio Paraná; v. O domínio que a intendência paraguaia exercia na região conhecida como El Chaco, que serve de barreira ao avanço português, que inclusive hoje compõe o Parque Nacional Defensores Del Chaco, na fronteira oeste-noroeste do Mato Grosso do Sul e sudoeste do estado brasileiro de Mato Grosso; v. E a construção do que Gumucio (2011) denomina de arco de proteção a Potosí, que reside na instauração das cidades Tomina (à leste), Cotagaita (sul), Tarija (à sudeste), Cochabamba (à norte) e populações mais à oeste, tal como Cerro de Porco. A necessidade deste arco de proteção erige de narrativas de viajantes, tal qual Accarette du Biscail (1660), que denuncia que “la ciudad no tiene muralla, ni fossa, ni fortaleza para defenderse”.

Figura 8: Cerro Rico de Potosí (Potosí, Bolívia)



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal (2018).

Além disso, Gumucio (2011, p. 9) destaca a própria mitificação na construção da história em torno da exploração da prata no Cerro Rico de Potosí, que reside na não-exploração anterior pelo império Inca, nas imagens de seus últimos governantes Huayna Cápac (1493-1525) e Huáscar (1525-1532). Segundo o autor, se propaga uma lenda de que a prata não fora anteriormente explorada pelos Incas justamente por se tratar de uma concessão divina de que tal monte pertenceria a “otros dueños”, diferentemente de outros territórios onde os povos indígenas foram impelidos de referenciar onde se encontravam os metais que já eram utilizados

(à exceção de povos originários na porção leste do continente que passa a erigir o chamado Brasil). Os espanhóis batizaram o monte “y la ciudad que atropelladamente se formaria em sus faldas como Potosí y éste es el nombre que ha alcanzado difusión universal, como sinónimo de extravagante riqueza”. Para este autor, do contorno cônico e alto do monte (figura 8, anterior) origina-se a nomenclatura indígena Potosí, que auspicia a sua centralidade.

Aliás, Galeano (1978) relembra que Potosí passa a ser sinônimo de riqueza e caracteriza nominalmente a moeda que passa a circular. Para León (1988, p. 49), “em ninguna parte del mundo, se hallo cerro tan rico”, acerca da exuberância que representou a exploração da prata neste Cerro Rico, e da concentração de pessoas que esta prata instigou. Como também, o Frei Rodrigo de Loayza (1585) refere-se à forma como se trata os índios em Potosí como “las sardinhas en el mar” (Loayza, 1585), ao focar todas as formas de abusos praticados contra tais povos na exploração minerária e para além dela, inclusive na obrigação da repetição de orações em missas (por vezes, desconhecendo ainda a língua ecoada) como se fossem papagaios, afirma o autor.

Capoche (1585) descreve as características hostis de Potosí e de seu Cerro Rico, através do destaque de suas íngremes encostas, desfiladeiros, à 4800 metros de altitude. Descreve a urbanização se dando em suas faldas, que é o nome dado ao sopé deste morro formado na intemperização do Cerro Rico, que é um pouco mais aplainado, onde se localiza o seu centro urbano, com praças, prédios e ruas já instituídos (figura 9). Menciona que Potosí está cercado por vizinhos *encomenderos* e um vazio urbano no entorno imediato, o que faz parecer piorar as baixas temperaturas e aumentar a dificuldade nas comercializações e de transporte. Interessante notar na figura 9 que este traçado urbano descrito ainda é marca da paisagem das franjas de Cerro Rico, onde em seu vértice verifica-se somente as concessões minerárias. Contudo, nada se compara ao relato acerca da seguridade na extração de metais, onde Capoche (1585, p. 54-55) destaca: “Y entre las cosas que a esta gente ha sucedido lastimosas, cuya memoria está fresca, daré cuenta a Vuestra Excelencia [de algunas] por donde se entenderá el trabajo que padecen y lo que les cuesta el metal, que podríamos decir que es más sangre que metal”, e prossegue no relato de inúmeras mortes decorrentes da atividade mineradora. O que difere essencialmente da leitura de Pinelo (1635, p. 58) para quem Potosí é “el paraíso en el nuevo mundo”.

Figura 9: Ocupação nas franjas de Cerro Rico, e exploração minerária em seu cone (Potosí, Bolívia).



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal (2018).

Porquanto, Gumucio (2011) retrata que a prata extraída de Potosí foi central à expansão capitalista europeia, e financiou diversas guerras entre a Casa Habsburgo²⁶ através de conflitos em Flandes, França, Alemanha, Itália, no Mediterrâneo contra o império Turco e inglês, ao passo que a própria Espanha (e também Portugal com os metais brasileiros) mergulhava-se num processo inflacionário advindo do acúmulo de riqueza que constituiu o fator principal da decadência de sua agricultura e desenvolvimento industrial. O processo que se instituiu na América Latina é resumido, por Galeano (1978, p. 42), como frenesi ou furor metalista.

O longo ciclo do açúcar deu origem, na América Latina, a prosperidades tão mortais como as que engendraram, em Potosí, Ouro Preto, Zacatecas e Guanajuato, os furores da prata e do ouro; ao mesmo tempo, impulsionou com

²⁶ A dinastia Casa de Habsburgo [XIII-XX] exerceu forte influência na região onde posteriormente foi identificada de Europa. Chegou a representar o Rei dos Romanos, Hungria, Boêmia, Espanha, Portugal, Imperador da Áustria, assim como constituiu monarquias e territórios denominados Sacro Império Romano, Sicília, Nápoles, Espanha e Portugal, além de demais acordos e conquistas ao longo da história. Interessante notar que a conciliação de interesses se dava por meio da relação diplomática entre as monarquias e, mediante o impasse, havia a posterior recorrência ao Papa, por meio de suas Bulas. Apesar de comporem uma dinastia, havia certa autonomia às conquistas em África e Leste da América Latina (no caso Português) e nos demais territórios da América Latina (no caso espanhol). Sobre a conformação dos Reinos Habsburgos em conflito com o Valois, consultar Mainka (2003).

força decisiva, direta ou indiretamente, o desenvolvimento industrial da Holanda, França, Inglaterra e Estados Unidos.

Neste sentido, a prata extraída de Cerro Rico serviu ao pagamento dos acordos na delimitação e defesa das fronteiras espanholas (inclusive, em 1750 utilizou-se mais de 900.000 pesos para executar o Tratado de Madrid, na definição de novas fronteiras com Portugal), bem como na cobertura de gastos à manutenção de intendências espanholas em outros territórios, que é o caso das Filipinas. Porquanto, a análise do estatuto jurídico que permeia as monarquias espanhola e portuguesa revela que: i. As Bulas de Donación reconhecem a soberania espanhola e portuguesa no território latino-americano; ii. A monarquia portuguesa demonstra interesse na instituição de um código jurídico através das Ordenações Afonsinas que regulam o direito canônico e romano, instituído a partir de 1446; iii. As substitutas Ordenações Manuelinas que regem entre 1512-1603, inclusive durante momentos da União Ibérica [1580-1640], quando se verifica centralidade decisória concentrada na figura do Rei e nítido interesse pela defesa da unidade e soberania nacional; iv. Que foram substituídas pelas Ordenações Filipinas, que se trata de uma reformulação do código manuelino, realizada pelos reis espanhóis Felipe I e Felipe II, que mesmo no fim da União Ibérica servem de estatuto jurídico dos dois países, e inclusive rege o Brasil até o código civil de 1916.

No que concerne à extração minerária, o princípio jurídico *regaliano* (Ruy Barbosa, 1994; Serra, 2012) garante o favorecimento das metrópoles na extração de minerais e nas demais atividades desenvolvidas nos territórios colonizados. Este princípio, que possui lastro de reconhecimento da chama Igreja católica, subsidia o controle do minerar na América latina, na expansão capitalista moderna. Contudo, o quinto real, que reside nos 20% de impostos à Coroa firmado a partir da permissão da Bula Papal, passa a ser calculado em cima de um volume imprevisivelmente aquém do que era extraído. O que é representativo da emancipação potosina da obediência colonial à Coroa espanhola, e grafa o estabelecimento de elites locais que gerenciam uma economia minerária na expansão capitalista moderna. Assim, o sistema *regaliano* que denota o regime jurídico minerário predominante nos dois primeiros séculos de dominação espanhola e portuguesa (Serra, 2012), começa a sofrer instabilidade mediante “la fiebre potosina” (Gumucio, 2011, p. 10), que respalda no que Galeano (1999) conclui: “España tenía la vaca pero otros tomaban la leche”, no que se refere ao desenvolvimento de elites minerárias locais que se distanciam das diretrizes instituídas pela metrópole e na ascensão do

poderia de outras metrópoles tal como a Inglaterra e França, o que contribui para a diminuição da influência da Coroa espanhola, mas ratifica vinculação à expansão capitalista.

Portanto, pode-se concluir que a *empresa* colonial está sob o gerenciamento da expansão capitalista, ao invés somente de uma noção Imperialista atrelada eminentemente à influência de um Estado na dominação de territórios. O capitalismo, em seu aspecto expansivo-seletivo, subverte as áreas colonizadas à sua lógica, e se apropria do minerar como garantia de lucratividade. Assim, o minerar se institui no território latino-americano no apoio, fundamentação e sustentação do processo civilizatório, o que descreve a natureza, os elementos e os significados da *Espacialidade Mineratória*. Essa análise favorece entender o território como síntese da formação e de domínio social; o lugar como quadro de referências situadas do mundo, de experiências humanas, da criatividade e de resistências, como propõe Costa (2016) e será aprofundado.

2.2.2 Empresa colonial lusitana no afrouxamento do sistema *regaliano*

O nome *regaliano* advém, segundo Serra (2012, p. 25), do direito à regalia instituído pelas Ordenações Manuelinas, que se refere ao direito sobre “os veeiros de ouro ou prata ou qualquer outro metal”, que se estende ao domínio do subsolo pela Coroa. Segundo essa autora, o posicionamento do Direito, enquanto ciência, no que concerne à jurisprudência minerária brasileira questionaria se houve de fato a instituição de um sistema *regaliano*, ou se as ações portuguesas e ibéricas seguem mais um princípio de execução, do que um sistema, baseado somente na apropriação da riqueza proveniente da exploração do recurso. Aliás, a Coletânea de Legislação Mineral (Freire e Mattos, 2014) com suas 1742 páginas, que dispõe sobre o direito minerário brasileiro, apresenta os códigos, regulamentos, leis, emendas, portarias e normas datados a partir de 1942, somente. A este respeito, enquanto trabalho de tese geográfica, não irá se aprofundar no debate no âmbito do Direito acerca do reconhecimento ou não do sistema *regaliano* na averiguação de se tratar de uma regulação própria ou somente uma incorporação de uma ordenação construída na, pela e para a metrópole; pois se interessa pela dimensão de seu princípio, isto porque, não há a transformação de sentido na instituição da América Latina, que denota o caráter expansivo, e da subjugação atinente à seletividade da expansão capitalista,

que usurpa recursos e existências nos territórios explorados. O princípio *regaliano* permanece no manto de legalidade concedido às Coroas – tanto espanhola, quanto portuguesa - e no reconhecimento pelas Bulas Papais da usurpação, expropriação, subjugação e violência com que os territórios colonizados são colocados à força na chamada História universal.

Porquanto, diferentemente da porção oeste do Tratado de Tordesilhas [1494] substituído pelo de Madrid [1750], o avanço português não se defrontou com a lucratividade minerária de forma imediata, como se deu com a exploração de La Española. Talvez seja esse um elemento de distinção que contribui à construção do que Moraes (1999) denomina de identidade nacional portuguesa, histórico e socialmente construída. Ao analisar a construção do território português, à oeste da Península Ibérica, este autor constata que a construção identitária portuguesa não advém de uma possível compartimentação geomorfológica que contribuiria para operar a sua singularidade em relação ao seu entorno espanhol. Este autor verifica ser densos os canais de comunicação e comercialização com demais países, apresenta características atreladas à organização de uma urbanidade na forma de rede, e sua distinção nas navegações, que inclui o transporte fluvial, oceânico e cabotagem – rente ao continente, e que alimenta sua indústria naval e interesse pela madeira (construção e combustível). Além disso, enquanto marco português, Moraes (1999) conclui se tratar de uma identidade atrelada a sua dominação senhorial, demonstrada através da dinastia Avis [1385-1580] que antecede à União Ibérica, e se institui no território brasileiro através das seguintes características fundamentais: um império marítimo filiforme, com feição senhorial-escravocrata, e com marco de realização social no atlântico a partir do cultivo de cana de açúcar, tal como foram inscritos nas colonizações dos Açores, Madeira e Cabo Verde.

A este respeito, Moraes (1999, p. 290) analisa que a prata potosina e aquela extraída das minas do México, num primeiro momento, inundam a economia portuguesa com mercadorias e, a partir da segunda metade do século XVI, os metais inflacionam Portugal, com a diminuição do poder de compra e a alta no custo de vida. O ouro e a cana de açúcar que decorrem da *empresa* colonial em território africano estimulam, segundo o autor, as expedições ultramarinas, mas não foram suficientes à estabilidade econômica portuguesa mediante a exploração espanhola no Nuevo Mundo. Portugal se tornara “uma aventura mercantil sem meios de manter tão ambicioso empreendimento, uma empresa dependente de recursos e mercadorias estrangeiras para seu sustento”. Reside nisso a abertura para a construção da centralidade inglesa na expansão capitalista moderna. Este autor defende que a unificação ibérica agrava o

quadro do expansionismo português, que perde sua força no chamado Oriente ou no Índico e, a partir das Ordenações Filipinas de 1640, Portugal realoca sua influência primaz e se torna um império Ocidental e Atlântico.

Esta reformulação do Império explica a periodização da *empresa* colonial no Brasil, com a sua primeira etapa entre 1500-1640, e o que passa a se tornar a partir das Ordenações Filipinas e, mais ainda, com as legislações pombalinas a partir de 1750. Na entrada do século XV, a expansão lusitana se defronta com dois novos elementos: a apropriação dessa América-leste chamada Brasil e a entrada nas águas do oceano Índico. Aliás, Moraes (1999, p. 290) compartilha os autores que desconfiavam que a tal *descoberta* data do século XV, ao invés de iniciado o XVI, devido à insistência portuguesa na extensão do limite oeste do Tratado de Tordesilhas [datado de 1494]. Assim, o interesse pela comercialização no Índico transforma as terras americanas em intenção secundária, em relação a aberturas de comercialização no Oriente, já que “este novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano”. Contudo, a despeito de sua exploração e ocupação não serem prioritárias, este território foi devidamente apropriado, inclusive no apoio à exploração do Atlântico, devido a sua cobertura e extensão litoral. Esta fase inaugura o que Moraes (1999) denomina de exploração lenta, pautada: i. no escambo com indígenas (agrupados como tupis e guaranis, mas que abrangem diversos povos que possuem a agricultura e a mobilidade territorial como base); ii. na extração de pau-brasil que, segundo Coelho (2009), perdurou até o século XIX com a sua abolição pela Lei Orçamentária de 1859; iii. e no (re)conhecimento das novas terras, inclusive a partir da exploração de pau brasil, até para servir à manutenção de sua soberania, frente às expansões francesas, holandesas e inglesas.

Já na segunda viagem, Moraes (1999) verifica que o Estado português arrenda o litoral brasileiro para extração de pau-brasil a companhias privadas, também discutido por Furtado (2001) e Coelho (2009), o que lhe angaria o desenvolvimento de benfeitorias (atreladas à extração e comercialização da madeira) que servirão de base de ocupação da formação socioespacial brasileira. Aliás, acerca do arrendamento, Coelho (2009) diz se tratar do início da cobrança do quinto, 20% de impostos, que se estenderia por séculos. Além disso, pode-se concluir que a característica movente dos povos encontrados, diferentemente das áreas de domínio espanhol, irá influenciar na falta de manipulação originária de metais que dificultará o seu achamento imediato, no aproveitamento dos caminhos já formados às expedições de reconhecimento territorial denominadas bandeiras a partir do final do século XVI, e na

dificuldade de escravização do corpo indígena devido a grande capacidade de circularidade territorial e fuga destes povos, o que instiga a execução de um modelo parecido com o *repartimiento* que é o *aldeamento*.

Sobre o aldeamento, Oliveira (2016, p. 37) discorre, em seu doutorado, sobre sua interdependência na construção de centralidades no empreendimento colonial e para além dele, inclusive na constituição futura de metrópoles, como é o caso de São Paulo e o antigo aldeamento de Carapicuíba dado o caráter de se traduzir enquanto fixo urbano no fluxo do capital da *empresa* colonizadora. Os aldeamentos possuíam funções principais atreladas ao trabalho compulsório e à estratégia militar de defesa. Assim, em diálogo com Moraes (1999) e Oliveira (2016), tem-se que o aldeamento foi substantivo de execução de controle por parte da Coroa portuguesa, bem como atuou numa frente de proteção contra forças estrangeiras – que se juntavam àqueles considerados rebeldes e tribos hostis –, além do franco isolamento capaz de auxiliar no controle do índio através de sua expropriação territorial e cercamento.

Algo que denota uma distinção importante entre as *empresas* coloniais portuguesas e espanholas refere-se a que os “portugueses não se defrontaram com uma estrutura interiorizada preexistente, nem com uma rede urbana que induzisse uma instalação na hinterlândia” (Moraes, 1999, p. 307). A esse respeito, Holanda (2014, p. 57) reforça o caráter secundário da agricultura para a Coroa portuguesa, o que culmina num certo desprezo ao desenvolvimento de uma cultura atrelada à agricultura no território forjado, inclusive na falta de aproveitamento de técnicas que povos indígenas já utilizavam. Não havia um primor pelo desenvolvimento do território explorado, já que as instigações eram imediatamente lucrativas. Para este autor, havia uma espécie de mania de grandeza apegada aos grandes movimentos de conquista, que instigou que a exploração madeireira e posteriormente a lavoura de cana de açúcar se executasse com caráter civilizatório, como mais um elemento que garante a lucratividade do empreendimento colonial – o que para Faoro (1958) distingue da essencialidade da colonização inglesa na América do Norte.

Portanto, para Moraes (1999), o latifúndio (através da criação das donatarias e capitânicas hereditárias já no início da *empresa* colonial), a monocultura (da extração de pau brasil, da produção de cana de açúcar, e a monotonia da economia minerária) e o escravagismo (através da violação dos corpos indígenas e africanos arrancados de suas terras) integra a base de formação socioespacial brasileira. Coelho (2009, p. 13) reforça que “continuamos com a mesma exploração quanto aos envolvidos: o senhor e o trabalhador desassistido. Se os trabalhadores

não são escravos como no século XVI” [e até isso pode-se indagar, já que se trata de um elemento permanente, mas com uma nova forma, conforma se verá no capítulo 4] “os senhores, por outro lado, continuam os mesmos, agora estrangeiros de vários matizes, com a selvageria de sempre”. Por este motivo, o território colonial que constitui o Brasil possui os seus dois primeiros séculos dedicados às atividades de extração de madeira e desenvolvimento agropecuário, conciliadas a *entradas*, que são tentativas lusas de aproximação do território mais fronteiriço onde a Espanha já explorava metais (que inclusive tornou-se preocupante às intendências espanholas, demonstrados por meio dos Defensores del Chaco), a fim de otimizar a prospecção e oportunizar a exploração de metais.

Cabe salientar a percepção de que há uma espécie de tipologia espacial relacionada à instauração da economia minerária, ou seja, que possui a mineração como principal atividade econômica. Para Galeano (1978, p. 31), o processo de conquista e de implementação de proletariado envolvido nas minas “rompeu as bases das civilizações” encontradas. “As minas exigiam grandes deslocamentos da população e desarticulavam as unidades agrícolas comunitárias; não só extinguíam incontáveis vidas através do trabalho forçado, como abatiam indiretamente o sistema coletivo de cultivos”. Esta tipologia espacial também é percebida quando Gorceix (1881) denuncia a entrada de capital e gerenciamento estrangeiro no desenvolvimento de indústrias da mineração, na região de Mariana e Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil), por conta de uma não valorização da administração imperial do suposto potencial desta atividade. A sua fala é representativa da percepção da forma como os territórios colonizados estavam/estão submetidos à lógica da dependência, assim como é reveladora de princípios que orienta o liberalismo econômico que denota a Revolução Industrial, enquanto caminho ao desenvolvimento.

A industria actual, nos paizes em plena posse de todas as forças productivas, tem necessidade de dispor de uma produção muito mais rápida e muito mais considerável. São-lhes necessário fornos altos, mas não devemos deixar-nos arrastar por palavras, e julgar os sonhos realidades [...]. Estou certo de que então os capitães não poderão faltar ao autor do projecto, sobretudo si apresentar todas as garantias de um industrial activo, e instruído, tendo feito experiências; os accionistas terão a certeza de que seu bem concebido projecto será bem executado e a obra bem dirigida. Prestará elle além disso ao paiz um serviço enorme, tornando conhecida uma fonte de riquezas para a qual nunca será superfluo chamar a attenção (Gorceix, 1881, p.14-15).

É por este motivo que Galeano (1978, p. 41) ressalta que “o ferro, em mãos estrangeiras, não deixará mais do que o ouro deixou”, acerca deste signo civilizatório relacionado à atividade extrativa, e que agora se expande via fronteiras do neoextrativismo. Desta forma, há uma espécie de herança colonial no modo como se estabelece a atividade mineradora no espaço

latino-americano. A *Espacialidade Mineratória* se constitui, neste espaço, enquanto processo civilizatório porque ainda mantém padrão colonial, pautado na exploração através da contradição de classes [assim como, do ofuscamento da própria percepção de classe através da *injunção paradoxal* que forja a *situação espacial duradoura* (Costa, 2016), que se converte em *metanarrativa espacial* de consecução da *construção-destrutiva*: a ser tratado no capítulo 4], no padrão de dominação instituído pelo capital, e na manutenção de centralidades de poder que destitui, material e subjetivamente, os territórios violentados. E não somente isso. Há outros elementos que comporiam a continuidade do processo civilizatório presentes na manutenção do latifúndio, enquanto fator de sustentação de desigualdades estruturais; na canalização de recursos ao sustento do luxo e da ostentação de classes dirigentes e da burguesia; em atividades especulativas que impedem a fixação territorial de capitais produtivos.

Além disso, há o que Galeano (1978) ressalta como herança principal a concentração de capitais dirigida ao desenvolvimento do capitalismo europeu, e que no próximo capítulo irá se tratar por meio da divisão territorial do trabalho (Santos, 2006). O que é consoante com a análise de Coelho (2009, p. 13) para quem

O regime colonial, estribado na monocultura, formou a sociedade brasileira e propiciou o latifúndio e a escravidão. Os ciclos que se seguiram, o do ouro e o dos diamantes, trouxeram uma riqueza que foi gasta em conventos e igrejas, fomentaram o desenvolvimento inglês e alicerçaram o contrabando. Nunca se arrecadou tanto, sempre sob uma forma cruel que incluiu a delação como instrumento de cobrança e prêmios. Enfim, a administração fazendária, em tempos coloniais, representava o Estado absolutista português.

Em relação a esta administração fazendária, Coelho (2009) realiza densa análise dos tributos e regimentos aplicados na e pela *empresa* colonial. Nessa, percebe-se o princípio *regaliano* ainda voga através do sistema de controle e cobrança gerido pelo Estado absolutista português, inclusive no que concerne ao gerenciamento do poder e do dízimo eclesiástico da Igreja. A este respeito, os *Sermões* de Padre Antônio Vieira (1608-1697) expressam [tal como poderia ser percebido nos dominicanos] a contraditoriedade da atuação dos jesuítas que passam a proteger os povos indígenas contra a exacerbação da violência na dominação, assim como auxilia o processo civilizatório através da domesticação indígena via catequização e da requisição pela incorporação de mão obra negra escravizada, que foram chamados por Padre Antônio Vieira de *soldados pagãos com lança* que teriam suas almas salvas na vinda ao Brasil. A partir de 1520, a utilização da mão de obra indígena já começa a ser substituída pela aquela

advinda do tráfico negreiro, fundamental para a consolidação do Estado português como centralidade da comercialização transatlântica.

Além disso, Coelho (2009) destaca a importância da produção e comercialização da cachaça que passa a ser a principal fonte de arrecadação do reino em 1695, e também serve de moeda de troca ao tráfico negreiro, assim como salienta que a Coroa mantinha controle total sobre os tributos. Neste sentido, Furtado (2011) menciona a distribuição do volume da mão de obra escravizada negra dividida por setor econômico (entre os anos de 1550 e 1850), sendo, de um total de 3.300.000 escravizados, cerca de 10,6% estariam alocados na produção de açúcar, 30,3% no recrudescimento do açúcar, o que inclui a cachaça, 18,2% na mineração, 7,6% no café, e as demais atividades (como algodão, fumo) somariam 33,3%. Contudo, Coelho (2009) considera que a interpretação realizada por Alencastro (2000) seja mais confiável e representativa do volume exacerbado e sem precedentes de desembarque de africanos nas Américas, entre 1526-1850, que soma mais de 3,5 milhões.

Aliás, Alencastro (2000, p. 353) realiza uma importante análise que contribui à compreensão deste complexo processo (e sua respectiva contabilização) que reside na transformação da miscigenação – enquanto “simples resultado demográfico de uma relação de dominação e de exploração — na mestiçagem, processo social complexo dando lugar a uma sociedade plurirracial”. Para este autor, este processo foi estratificado, ideologizado, e até sensualizado à “ocultação de sua violência intrínseca, parte consubstancial da sociedade brasileira”. Por ora, destaca-se o volume de escravizações, o que constitui em mais um elemento de garantia de lucratividade da *empresa* colonial.

A este respeito, Coelho (2009) revela que o empreendimento colonial português enfrenta uma crise no final do século XVII em decorrência de más condições agrícolas, concorrência do açúcar holandês e a expansão capitalista europeia, quando, já se mencionou, os metais da América espanhola inflacionaram e encareceram a economia portuguesa. Assim, o achamento de metais preciosos funcionaria como saída da crise e fôlego novo a este império, o que instiga o movimento das bandeiras que objetivam à retomada da intensidade da escravização indígena conciliada com a busca por metais preciosos.

2.2.3 Concreção Mariana no fluxo do capital minerador

Já na última década do século XVII, seriam desvalados os metais (ouro) nas cercanias de Ribeirão do Carmo (Mariana-MG) e Vila Rica (Ouro Preto-MG), no Rio das Mortes (São João del Rei-MG), no Rio Doce e demais localidades de Minas Gerais (Brasil), em 1719 em Cuiabá (Mato Grosso, Brasil), e por volta de 1729 o diamante seria descoberto no arraial de Tijuco (Diamantina, Minas Gerais, Brasil). Tais descobertas são representativas da construção de um protótipo do que viria a ser uma rede urbana inaugurada com a mineração, conforme elucidam Costa e Scarlato (2009).

Para tais autores, a mineração instiga a construção de uma nova e ampla rede urbana de *tempo lento* que contribui para a reconfiguração do território brasileiro, através de novas conexões comerciais e do estabelecimento de atividades subsidiárias à mineração, como pecuária e agricultura, mas que persiste numa diferencial intensidade, a partir do declínio desta principal atividade, a partir do final do século XVIII. Os autores consideram que a ocorrência e exploração mineral contribui à interligação do Centro-Sul e o Nordeste brasileiro e que, inclusive, a economia minerária inaugura o que pode ser considerado a *primeira rede urbana brasileira*, a partir do século XVIII, “dada a dinâmica propiciada pela mineração do ouro e dos diamantes” (Costa e Scarlato, 2009, p. 17). Reforçam que a agropecuária se insere no estabelecimento dessa rede urbana favorecedora da *empresa* colonial, o que é percebido também na análise a partir de La Española e de Potosí, onde as centralidades exploratórias se cristalizam como centrais no espaço-tempo de exploração devido à instituição dessas redes urbanas, que elencam áreas destinadas a tarefas subsidiárias.

Portanto, a descoberta e exploração de recursos minerais desempenham influência principal na reorganização socioespacial do território brasileiro, de forma a ameaçar, até mesmo, o sistema de administração da intendência portuguesa, mediante a eclosão de revoltas. Segundo Coelho (2009), inclusivamente diversos funcionários do governo, oficiais de justiça e do fisco, que compõe o sistema de controle da intendência e, posteriormente, da monarquia; abandonam seus postos de trabalho e direcionam-se a caminho do *eldorado* brasileiro, na região das Minas Gerais. O governo português responde com a criação do *Regimento para as Minas de Ouro*, de 19 de abril de 1702, no qual coibi-se o contrabando e institui severas penas a quem não pagasse corretamente os tributos, dentre outras providências. Como também, através de Carta Régia datada de 8 de fevereiro de 1730, a Coroa legaliza que as autoridades fizessem o

possível e necessário à expansão dos lucros advindos das explorações de metais. Assim, o auge da produção de ouro se deu entre 1733 a 1748, o que instiga a substituição do cargo de superintendência, criado pelo Regimento, e forja a Intendência das Minas, considerada um tribunal de primeira e última instância, com averiguação minuciosa da atividade minerária. Assim, a regulamentação lusitana da atividade tem o seu berço as Minas Gerais.

Ao passo que, na região dos diamantes, a Coroa atua de forma diferenciada. Primeiro, permite até o ano de 1733 o desenvolvimento da exploração chamada de livre extração, resguardado o direito da Coroa aos diamantes de especial grandeza, acima de 20 quilates. Posteriormente, há a proibição de toda forma de extração, a fim de recompor sua ação regulatória, e passa a manipular administrativamente a atividade a partir de 1739, mediante um regime contractual que estabelece uma taxa fixa para a Coroa, considerada altíssima e por isso onerosa ao contratado. Este regime contractual durou mais de 30 anos, e foi substituído pelo controle total da Coroa, período já pombalino, que convive com o aumento da atuação clandestina do garimpeiro.

Por este motivo, Coelho (2009) demonstra que as maiores somas de diamantes foram lavradas durante o período contractual, seguido pelo posterior de maior controle da Coroa, ao passo que o contrabando é estimado em cerca de 2% do total extraído nessa região diamantífera, podendo atingir cifras muito maiores na consideração de demais áreas de extração. Portanto, algo que se fazia presente, a despeito de todo o controle português, reside no contrabando, exercido por pobres, escravizados, e também pela elite que se constituía. Assim, a mineração segue instigando a quebra do sistema *regaliano*, através do afrouxamento da prerrogativa de pertencimento do subsolo à Coroa e do favorecimento exclusivo da metrópole em sua extração e comercialização. Porém, oficialmente, no ramo do Direito, considera-se que esta substituição se deu mediante a independência política brasileira, na forja de sua independência monárquica, em 1822.

Assim, todas as formas de contrabando passam a ser rigidamente proibidas, coibidas e punidas, ao mesmo tempo em que a Coroa responde através do maior controle, inclusive censitário e de circulação, e criação de formas e meios de executar a repressão – onde a atuação de Marquês de Pombal expressa o controle e a centralização do Estado português. Aliás, a este respeito, fora em 1750 que foi criado o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana (Minas Gerais), representativo da composição de um clero nas Minas Gerais e fundamental na centralização de poder. Bem como, destaca-se a importância da criação da Câmara Municipal

de Mariana, em 1711, que conspira a regulação da vida urbana, na conciliação de interesses, na manutenção do poder colonial, na sacralização de hierarquias sociais por meio das festas, missas e procissões que ritualizam a vida colonial e, posteriormente, monárquica, além da movimentação de uma economia urbana por meio das comercializações. A instituição Câmara Municipal expressa a forma do colonialismo português, já que os espanhóis implementaram os vice-reinados e, posteriormente, as intendências enquanto instrumento de controle de territórios coloniais. Para Pires e Magalhães (2012, p. 16), “o poder local na colônia portuguesa fazia-se representar por intermédio de Câmaras Municipais eleitas, ainda que fossem influenciadas pelos interesses das elites fundiárias”.

A este respeito, Pires (2012) realiza um importante panorama histórico que permite a compreensão de Mariana enquanto fixo no capital minerador da região das Minas Gerais. Esta autora, no destaque de inúmeras obras que concedem elementos ao revelar histórico, remonta ao bandeirante paulista chamado Bento Rodrigues o achamento do morro Mata Cavalos onde daria início à colonização das redondezas do ribeirão do Carmo a partir de 1696 – sendo que, Bento Rodrigues também é o nome do distrito marianense soterrado pela lama da mineração em 2015. Assim, em 1698, há a criação de uma paróquia na capelinha do Carmo; entre 1700-1703 o arraial se transforma em freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão do Carmo; em 1711, ascende à categoria Vila Real de Nossa Senhora (no contexto de aumento do controle sobre as áreas mineradoras no fim da Guerras dos Emboabas), e recebe, em 1745, o nome de Mariana – que remete à Maria Ana de Áustria, como também a essa simbologia católica atrelada à Mãe Maria.

A história territorial de Mariana é marcada, portanto, por três elementos centrais: a centralidade eclesiástica, a expansão do colonialismo e do poder régio português e a busca por metais (figura 10).

Figura 10: Três elementos centrais da *empresa* colonial portuguesa manifestos na concreção Mariana em sua praça tiradentes: centralidade eclesiástica, Câmara Municipal e Cadeia, e o pelourinho.



Fonte: Trabalho de campo, arquivo pessoal (2017).

A este respeito, Pires (2012, p. 27) destaca a conciliação do controle real em comunhão com a expansão de paróquias e freguesias pelo território brasileiro, sobretudo nas regiões das minas.

À medida que os arraiais iam se povoando, o bispo do Rio de Janeiro autorizava a ereção de capelas e a criação das primeiras freguesias com párocos encomendados, ou seja, sacerdotes nomeados pelo prelado. Essas

freguesias necessitavam da autorização real e, dependendo da importância do local para o desenvolvimento da região mineradora, recebiam a confirmação do Rei a curto, médio ou longo prazo e passavam ao patamar de paróquia colativa, possuindo um páraço que recebia a cômputo anual de duzentos mil reis.

Assim, Mariana recebe este título de paróquia colativa em 1724, antes mesmo de sua transformação em cidade. O desenvolvimento da atividade mineradora explica as medidas que visam ao maior controle da mineração, por meio também da centralidade eclesiástica. Assim, Pires (2012) destaca a criação de três comarcas (Vila Rica, Real Vila de Sabará e Rio das Mortes) em 1714 ao desempenho do controle da atividade minerária. Dentre as comarcas, a Vila Rica seria menos extensa, porém aquela considerada central e representativa de maior lucratividade, além de importante eixo de formação da sociedade, considerada a sede da capitania Minas a partir de 1720. A comarca Vila Rica era dividida em dois termos: a sede Vila Rica, com maior volume extrativo, e a Vila de Ribeirão do Carmo, sede do bispado a partir de 1748, considerada mais populosa e com maior extensão territorial e número de freguesias, dedicada às atividades extrativas conciliadas a uma emergente agricultura e atividades diversas. Além disso, é marcada por colonização dispersa pelos rios até tangenciar-se ao Rio de Janeiro, e ainda abrangia população originária - como aqueles do tronco linguístico macro-jê, como os krenaks e os pataxós que resistem à violência por séculos e possuem agora suas existências brutalmente, novamente e processualmente violadas pela lama de Mariana (2015)²⁷ e Brumadinho (2019)²⁸.

Assim, a partir do diálogo sobre o desenvolvimento de uma economia minerária na expansão capitalista, explanou-se sobre a capacidade da mineração de criar fixos urbanos no fluxo do capital minerador, sendo Potosí e Mariana concreções deste processo. A análise da regência do sistema *regaliano* revela a legitimação jurídica do processo civilizatório que coloniza, violenta, e soterra existências sob a sua lógica de usurpação. Percebe-se que o afrouxamento do princípio *regaliano* (isto é, quando a força exploratória se diversifica deixando de ser executada unidirecionalmente pela Metrópole) é exercício da execução do esforço universalizante-seletivo da expansão capitalista, através de novas frentes, tais como a entrada

²⁷ “Desastre ambiental em Mariana afeta cultura dos índios krenaks”. (O Globo, outubro de 2017). Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/brasil/desastre-ambiental-em-mariana-afeta-cultura-dos-indios-krenaks-22012035>

²⁸ “‘Pescaria acabou agora’, lamenta indígena de aldeia afetada pela lama.” (Estado de Minas, janeiro de 2019). Recuperado de: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/01/29/interna_gerais,1025788/pescaria-acabou-agora-lamenta-indigena-de-aldeia-afetada-pela-lama.shtml.

de capital estrangeiro, a formação de elites locais, as lutas pela independência econômica (ainda que por meio da independência política) e a clandestinidade extrativa. Por este motivo, dialoga-se sobre a expansão capitalista (sob a lógica do expansivo-seletivo) enquanto princípio de manutenção da *Espacialidade Mineratória*.

2.3 Regulação da atividade minerária à reprodução e catalisação da *Espacialidade Mineratória*

A jurisprudência minerária brasileira caracteriza o conteúdo da regulação da atividade minerária em quatro princípios, baseado em sistematizações de Ruy Barbosa (1994) e Serra (2012), quais sejam: *regaliano*, *dominial*, *acessão* e *concessão*. O regime *regaliano* consiste, como já elucidado, no favorecimento das Coroas-metrópoles na exploração dos recursos minerais, de forma a se exercer por meio de uma dualidade imobiliária, ou seja, solo e subsolo são diferenciados nas formas de apropriação. Mediante a ocorrência mineral, a qualidade de pertencimento do subsolo à Coroa se exalta em relação a demais formas de ocupação da terra. Assim, este princípio subsidia ainda hoje os chamados interesses estratégicos nacionais.

Em relação à Bolívia, a movimentação para a quebra do sistema *regaliano* materializa-se em sua luta efetiva pela independência a partir de 1809, que fora advinda do constante descontentamento de povos indígenas que marcam as revoltas ocorridas a partir do terceiro quarto do século XVIII, onde destaca-se a figura de Tupac Amaru II, e também dos chamados criolos, que são descendentes de espanhóis que se inserem ativamente do desenvolvimento econômico minerador e agrícola, e aspiram à emancipação política da Coroa para diminuição de tributos e barreiras comerciais. No final deste mencionado século, Potosí se torna um *repartimiento* administrativo dentre os quatro que foram criados, quais sejam: La Paz, Cochabanda, Chuquisaca e Potosí. Inaugurou-se, portanto, uma administração espanhola indireta, a partir de tais Intendências, auxiliados pela criação dos Bispados – donde também se identifica enquanto marco espacial de Mariana (MG, Brasil) que se torna sede de um Bispado próprio (em 1748) que abarca toda a região mineradora, ao menos até a segunda metade do século XIX, com desmembramento inicial de Diamantina, em 1854. Consta-se novamente, portanto, o papel central da Igreja à *empresa* colonial.

Já em relação ao princípio *dominial*, este é associado por Ruy Barbosa (1994) e Serra (2012) à independência política brasileira, ainda que monárquica em 1822, e poderia ser estendido ao período que corresponde à concretização da independência política boliviana em 1825, que foram 16 anos depois da proclamação de sua república, defendida com luta. Neste período, houve a redução da influência das Coroas espanhola e portuguesa, mas relações comerciais, industriais e monetárias eram estabelecidas com demais nações que se configuram centrais a este momento da expansão capitalista, tais como Inglaterra e França. Para Ruy

Barbosa (1994) e Serra (2012), no que se refere à interpretação do pertencimento e uso do solo e do subsolo, permanece a dualidade imobiliária, ou seja, as duas instâncias solo e subsolo não se confundem no ramo da jurisdição – o que contribui para a desvinculação da relação com a terra por meio do minerar, conforme se verá. Mediante a ocorrência de metais preciosos, é preponderante que a sua exploração seja destinada anteriormente à Coroa portuguesa e, posteriormente, às autoridades monárquicas brasileiras e às elites minerárias bolivianas. Ruy Barbosa (1994) observa que, em relação à criação de novos marcos regulatórios, este sistema *dominial* não apresenta regimes de controle aperfeiçoados, e nem estímulos à mineração enquanto prática de desenvolvimento macroeconômico. A este respeito, poderia ser apontado as quedas nas extrações de metais a partir do século XVIII e XIX, somadas ao cenário conflituoso dos processos de independência política que denota certo enfraquecimento do controle das Coroas, e aos ideais iluministas que permeiam o contexto ocidental.

A partir do enfraquecimento da Coroa espanhola, mediante ataque e ocupação francesa napoleônica, oportuniza-se que as lutas pela independência ganham força, generalizam-se, e são expressas na ascensão da figura de Símon Bolívar. Ao contrário da declaração de independência brasileira, que se tratou de um acordo burocrático entre a Coroa portuguesa e a autoridade monárquica herdeira daquela²⁹, a independência de territórios latino-americanos colonizados pela Espanha fora resultado de constantes conflitos e lutas. A proclamação da independência boliviana ocorreu em 1809, porém só fora instituída uma república posterior a 16 anos de luta, em 1825. Neste ínterim, a fundação do estado Boliviano tensionou forças monárquicas (de apoio ao Fernando VII, principalmente nas demais regiões do Peru), forças adeptas da nova junta administrativa (a partir da chegada de Bonaparte ao reino Espanhol), e aquelas que simpatizavam com as forças republicanas que avançavam da Argentina e de demais regiões sob liderança de Simón Bolívar na construção da chamada *Gran Colômbia* (Linera, 2015). O estado Boliviano é reconhecido a partir de 1825, constituindo uma base territorial

²⁹ Alguns outros territórios, tal como o Brasil, também se emanciparam da Coroa Espanhola ou Inglesa, foram recolonizados em negociações e processos de conquista, porém prosseguem com regime político monárquico, tais como: Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Jamaica (eram antigas colônias espanholas, passaram à dominação inglesa, e prosseguem com monarquias que possuem enquanto chefe de Estado a monarca do Reino Unido Elizabeth II. Já Barbados configura-se numa colonização inglesa, que conquista a Independência através da instauração de monarquia própria, e também prossegue com a chefe de Estado Elizabeth II. Enquanto Granada, São Cristovão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas eram territórios de colonização francesa, e/ou inglesa, e/ou holandesa que foram incorporados à monarquia inglesa, constituíram monarquias próprias, e seguem com Elizabeth II enquanto Chefe de Estado. Tais informações podem ser consultadas em: <https://www.royal.uk/commonwealth-and-overseas>

jurídica parecida com aquela de regência colonial, o que se permite interpretar sua jurisdição estando associada ao de regime *dominial*.

Este princípio *dominial* durou menos de um século, já que, segundo Linera (2015), ideais caracterizados como liberais e modernistas começaram a circular nos territórios escravizados por Portugal e Espanha. O *dominial* foi substituído pelo princípio de *acessão*, que no Brasil se deu a partir do período republicano, regulado pela Constituição de 1891. Esta Constituição, segundo Serra (2012), traz a novidade de realocar a exploração do subsolo, ou seja, os recursos minerários estavam submetidos ao interesse do dono do solo, na garantia da propriedade privada, seguindo-se preceitos liberalistas de exploração. A quebra da mencionada dualidade imobiliária entre solo e subsolo passa a ofuscar o pouco traço de interesse e controle nacional que poderia emergir, e se converge à historicidade da desigualdade de acesso a terra (Rúbio, 2015) e a recursos minerários. Para Serra (2012, p. 28), “em razão do sistema de *acessão* ter subordinado o aproveitamento mineral à vontade do proprietário do solo, durante sua vigência assistiu-se a uma baixa da produção mineral no Brasil”, que possui seus arquipélagos econômicos (Oliveira, 1977) voltados ao desenvolvimento de economias regionais, e à falta de um plano nacional que subsidiasse a exploração.

No que concerne à Bolívia, a fundação da república é marcada pela presença do que Linera (2015) denomina de facções militares insurgentes da antiga elite colonial, de forma a valorizar o militarismo enquanto exercício político, de poder e de controle das inúmeras revoltas que marcaram este território. Em cenário de conflito, há a ligeira incorporação do sistema de *acessão* (Serra, 2012), onde a continuidade da extração minerária ficava à cargo daqueles interessados na exploração do subsolo. Foi um período turbulento na história boliviana, onde o empoderamento das facções militares é representativo da preocupação com a retomada da soberania nacional. Tais facções garantem a legitimidade republicana, mas é constitutivo da continuidade do processo civilizatório a partir do reforço da subalternidade indígena em relação à elite política. O estado republicano nasce, portanto, fundamentado num *apartheid* político indígena que, segundo Linera (2015), ocorre mesmo mediante o incentivo na criação de autoridades indígenas regionais ao exercício de controle estatal. Assim, instala-se o chamado bipartidarismo posterior à perda na guerra no Chile (1879-1882), o que divide as forças políticas entre liberais e conservadores, e prossegue com a subjugação indígena. Para Linera (2015), esse processo de modernização política fora executado por uma elite letrada auxiliada por novos empresários da mineração, que reinscrevem no território boliviano uma divisão racial oficial

(entre brancos elitizados, mestiços urbanos-industriais e trabalhadores artesanais, e índios tutelados). Além disso, aproveitaram-se das indenizações pela perda da saída do mar (na guerra do Chile) e na negociação pelo território do Acre (com o Brasil, 1902-1903) para a construção de estradas de ferro [como a Arica-La Paz] que viabilizassem a exportação mineral aos mercados externos. Contudo, essa exportação se defronta com uma crise financeira mundial, que fora capaz de eclodir diversas revoltas internas que possuem enquanto ideário, segundo Linera (2015): “terras ao índio e minas ao Estado”.

A Bolívia adentra o século XX, tal como o Brasil, na incorporação do sistema de *concessão* (Ruy Barbosa, 1994; Serra, 2012), que suposta e ideologicamente se sustenta a partir do princípio de defesa do interesse social e nacional sobre os recursos minerários, discursos que balizam ambas as democracias. Porém, a despeito da legislação minerária possuir um princípio aparentemente mais social, quando comparado ao declarado liberalismo da *acessão*, irá se perceber a continuidade e aprofundamento do caráter expansivo-seletivo do capital na construção do *ser* da mineração, sobretudo a partir do final do século XX através do volume de investimento de capital estrangeiro, que denota as novas fronteiras do neoextrativismo (Zhourri *et al*, 2016). A este respeito, Zhourri *et al* (2016, p. 9-10) descreve elementos comuns dos cenários da atividade minerária a partir da segunda metade do século XX, quais sejam: i. a “desestabilização das democracias latino-americanas [...] intensificado no contexto das novas pressões do capitalismo transnacional, que impõe um regime violento de apropriação dos bens naturais e culturais dos povos do continente”; ii. a reprimarização econômica; iii. “os programas neodesenvolvimentistas globais que emergiram no novo século”; iv; “incertezas políticas e socioambientais do modelo extrativista neoliberal” que expande seus discursos e práticas de sustentabilidade em um contexto de reconhecimento dos direitos diferenciados das populações indígenas, tradicionais e camponesas; v. erguimento das “bases pra novas apropriações territoriais, até mesmo via desastres socioambientais de envergadura na região, não raro com implicações no que diz respeito à desestabilização da ordem institucional aparentemente democrática vigente”; vi. “retomada de práticas de violência e de criminalização de ativistas e de pesquisadores que nos recordam os períodos mais duros das ditaduras na América do Sul”.

Enquanto constitutivo de atuar como *metanarrativa espacial da mineração*, que se intensifica na década de 1990 no Brasil e que Jimenez (2015) identifica na segunda década do século XXI na Bolívia, Zhourri *et al* (2016, p. 10) analisam tratar-se de “um novo imaginário desenvolvimentista relacionado à super exploração de recursos naturais e bens comuns”, que

revela sua pseudoconcreticidade através do “fracasso da sustentabilidade como discurso e a impossibilidade do equilíbrio entre crescimento econômico e uma ecologia social e política real”. Posteriormente, reformula-se o que tais autoras destacam como “programas neodesenvolvimentistas nas formulações de políticas nacionais, em função, entre outros, da globalização e da reestruturação econômica neoliberal”.

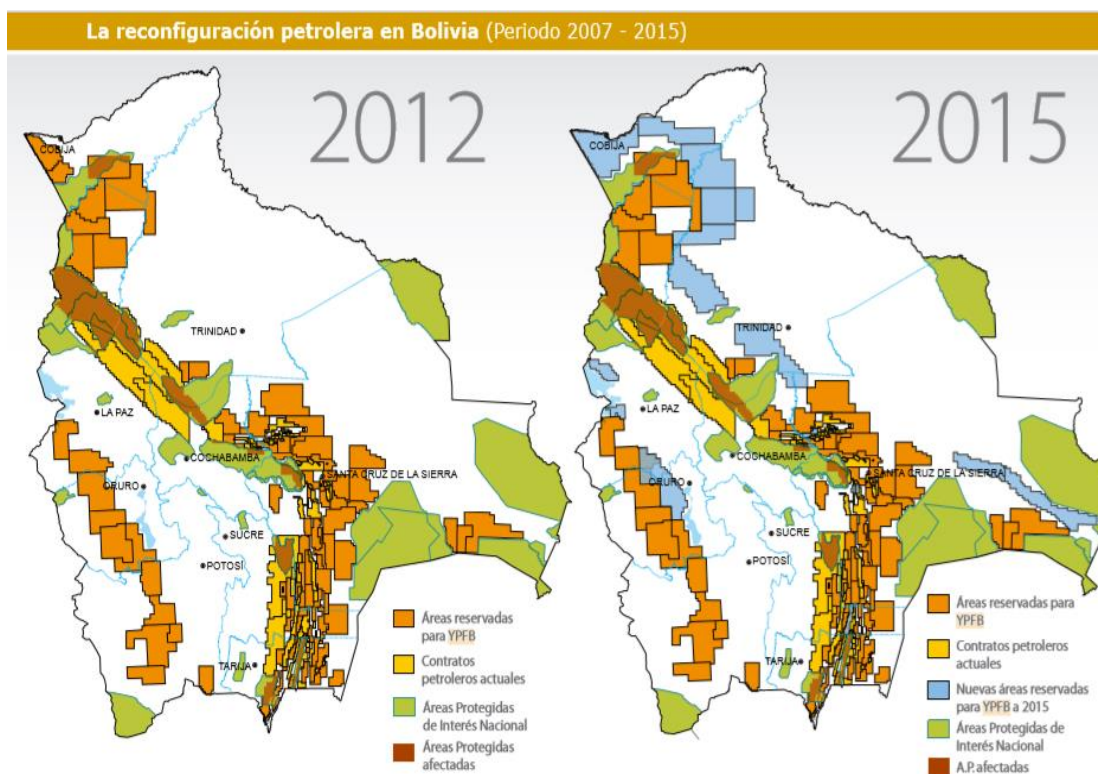
Neste sentido, Gudynas (2016) conceitua os “efectos derrame” que decorrem da atividade minerária em territórios expropriados e na relação política, social e econômica que estes estabelecem com a trama nacional, que são representativos do que poderia ser apontado como consequência territorial da *Espacialidade Mineratória*. Este autor destaca que a mercantilização da natureza, a redução das exigências ao empreendimento minerário, as flexibilizações de regras e punições (principalmente, ambientais); servem ao modelo pautado no neoextrativismo, que representa concretamente a *continuance* da *Espacialidade Mineratória* na expansão capitalista na reprodução da modernidade-colonialidade. Aliás, Enríquez (2007) irá perguntar-se se a mineração corresponde a uma dádiva ou a uma maldição, na análise das macroeconomias e dos dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira.

A este respeito, Jimenez (2015) elucida que as fronteiras extrativistas bolivianas divergem do que perpetua o estado Plurinacional do “Vivir bien” (Bautista, 2014), e “se expandem a lo largo y ancho del país [que] nos remite a la realidade de una territorialidade nacional diferente a la que conocemos y que está definida en la Constitución”. Assim, para a autora, “el otrora ordenamento territorial del Estado boliviano há sucumbido a uno nuevo en el que grandes extensiones de la geografía nacional se han convertido en territorios de sacrificio” (Jimenez, 2015, p. 4). Haveria, portanto, uma contraditoriedade entre o que difunde um Estado nacional que possui como pressuposto a nacionalização dos recursos minerais e um princípio fundamentalmente social de nação, e a sua prática essencialmente neoextrativista, que denota a essência da *Espacialidade Mineratória* neste espaço-tempo de execução, na construção de “territórios de sacrificio” (como se verá na figura 10). Segundo a autora, a fronteira neoextrativista na Bolívia se reflete na concessão, a partir de 2013, de áreas de proteção ambiental à exploração de recursos petrolíferos por meio de capital privado e estrangeiro, e na flexibilização e incentivos jurídicos que otimizam o investimento desta tipologia de capital, que conflita com os interesses nacionais-sociais – conforme irá se discutir no capítulo 5. Para Jimenez (2015, p. 5-6),

A pesar del intento denodado por esconder las semejanzas entre las actuales políticas de Estado y las impulsadas por los gobiernos anteriores de corte neoliberal, el actual gobierno no consigue ocultar sus políticas orientadas a favorecer la presencia de capitales privados y extranjeros en la explotación y exportación de recursos estratégicos garantizándoles una presencia hegemónica, generándoles un marco legislativo favorable, flexibilizando las medidas de resguardo ambiental y social, dándoles incentivos, permitiéndoles la ocupación de gran parte de la superficie del territorio nacional y otorgándoles derechos preferenciales a costa de la afectación de los derechos de la población, los pueblos indígenas y en oposición a los postulados de la Constitución Política del Estado.

Conforme a figura 10, há o aumento de novas áreas de exploração petrolera no território boliviano em apenas três anos, expresso pelos quadrantes azuis. Contudo, as extrações potosinas, a despeito de não grafar expansão deste ramo extrativo na figura anterior, orienta as suas atividades no sentido da atividade mineratória (e secundariamente no desenvolvimento da rede turística) que possui caráter técnico e formalmente diferenciado em relação à mineração em Mariana-MG. Este assunto será mais bem delineado a partir da análise das tragédias do minerar em Mariana (Brasil) e Potosí (Bolívia).

Figura 11: La reconfiguración petrolera en Bolivia (Período 2007-2015).



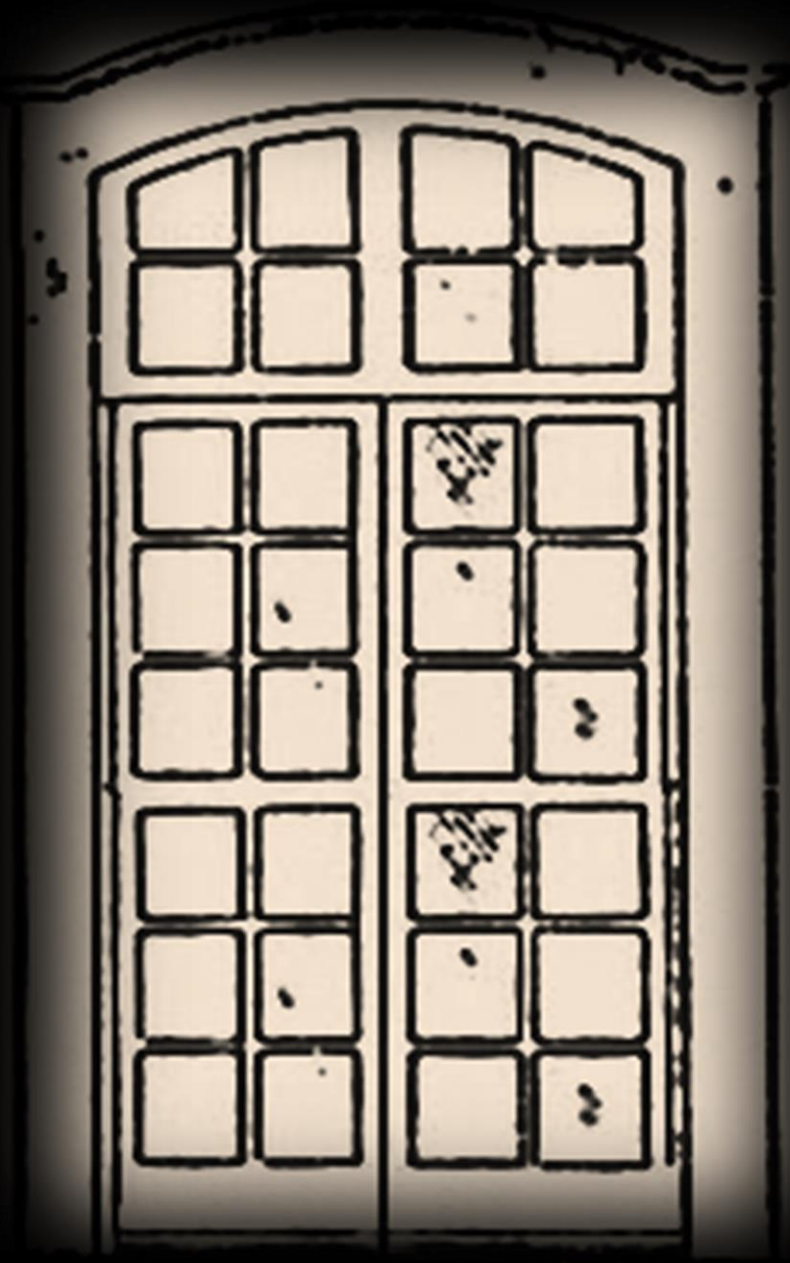
Fonte: Extraído de Jimenez (2015).

Portanto, a expansão capitalista que descreve a natureza e os elementos da *Espacialidade Mineratória* se inscreve, inclusive, em Estados que tentam gerir sua inserção na internacionalização econômica, ainda que com uma velocidade diferenciada, quando comparada com a realidade brasileira de abertura e banalização da incorporação de capital privado e estrangeiro em seu desenvolvimento econômico, principalmente a partir da segunda metade do século XX, como ficará apreendido através da construção do panorama mineral latino-americano (capítulo 5). Destarte, percebe-se que a expansão capitalista em seu aspecto expansivo-seletivo denota e coordena os interesses regulatórios da mineração na América Latina, onde a jurisprudência é reveladora da forma e favorecedora dos conteúdos que garantem a *continuance* da *Espacialidade Mineratória*, na reprodução modernidade-colonialidade.

A modernidade-colonialidade se executa através de uma dialética da colonização (Bosi, 1936; Mealla, 2014) interna e da divisão territorial do trabalho³⁰, o que a transforma num projeto totalizante e civilizacional que se contemporaniza através de *metanarrativas espaciais*, tais como o *progresso* e o *desenvolvimento*. A natureza da *Espacialidade Mineratória* associa-se ao caráter expansivo-seletivo do capital, e o seu fazer traduz-se pela dialética da construção-destrutiva (Costa, 2015) que explica que as tragédias do minerar sejam a síntese de seu movimento.

Assim, a Parte II discorrerá sobre a *Espacialidade Mineratória enquanto natureza ontológica do minerar na América Latina*, e está composta por dois capítulos. No capítulo 3, será tratada a modernidade-colonialidade enquanto condição (histórica e duradoura) ao trabalhador latino-americano, sobretudo àquele atrelado à atividade minerária. Esta condição serve de *metanarrativa espacial da mineração* à catalisação da *Espacialidade Mineratória*. Já no capítulo 4, se discorrerá sobre as tragédias do minerar que violentam o *sujeito situado*, de forma a provocar o estado de paralisia condicionante da *situação espacial duradoura* (Costa, 2016), que também serve de *metanarrativa espacial da mineração* à retotalização da *Espacialidade Mineratória*, síntese do *ser* minerador na reprodução da modernidade-colonialidade.

³⁰ Divisão territorial do trabalho no sentido atribuído por Santos (2006).



PARTE II

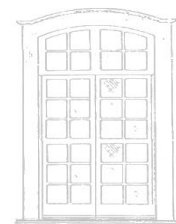
*ESPACIALIDADE MINERATÓRIA:
CONSTRUÇÃO-DESTRUTIVA E O SER MINERADOR
NA AMÉRICA LATINA*

A Parte II, composta pelos capítulos 3 e 4, discorre sobre a divisão territorial do trabalho como mecanismo de universalização do capitalismo, e sua realização espacial se dá por meio da *construção-destrutiva* do território latino-americano, fundamental à retotalização da *Espacialidade Mineratória*.

A dialética do trabalho denuncia o *ser* da mineração na subversão do par existência-sobrevivência, que se evidencia na forja contemporânea de um capitalismo paradoxante, que converte o espaço latino-americano em *metanarrativa espacial* de consecução da expansividade-seletividade capitalista.

A *situação espacial duradoura* é capaz de revelar de que forma a *injunção paradoxal* garante a catalisação e retotalização da *Espacialidade Mineratória* e se converte, ela mesma, em *metanarrativa espacial da mineração*. Dessa forma, a tragédia não ameaça o movimento dessa *Espacialidade* específica, mas se traduz, ao contrário, em síntese de seu percurso.

3. Dialética do trabalho à catalisação da *Espacialidade Mineratória*: o capitalismo expansivo-seletivo na forja do *ser* minerador latino-americano.



A América Latina é forjada violentamente pela expansão capitalista moderna. Este movimento erige a chamada modernidade-colonialidade, que possui o minerar enquanto marco civilizacional do processo de construção do espaço latino-americano. A dialética da colonização (Bosi, 1936) se perpetua naquilo que Costa (2015) denomina *construção-destrutiva* atinente a setores de território, na cidade-campo e pelo trabalho; dialética que sustenta o longo processo em curso, sintetizado pela periodicidade modernidade-colonialidade. Um movimento que trama um moderno e amplamente novo na realização violenta da seletividade do capital. A natureza da *Espacialidade Mineratória* denuncia a totalização de sentidos e significados do que tem sido longamente o minerar no continente.

Este minerar já nasce com a regulação e formas de controle necessários ao movimento de expansão e seletividade do capital, sendo esse percurso expansivo-seletivo (Harvey, 2005; Moraes, 2005) o princípio de reprodução e catalisação da *Espacialidade Mineratória*. Assim, haveria uma natureza ontológica (Lukács, 1984; 1986) do minerar, que pode ser apreendida através da dialética do trabalho (Marx, 1867; Lukács, 1984; 1986), enquanto categoria primaz da práxis e da existência.

A análise do trabalho revela a condição imposta pela modernidade-colonialidade, no que concerne aos mecanismos (violentos, de opressão e controle) de ajustamento ao capitalismo universalizante. Tal condição denuncia a sua dialética, através da subversão das necessidades atreladas à sobrevivência e àquelas que seriam relacionadas à existência do ser social: tais necessidades se fundem e grafa o *ser* na modernidade-colonialidade, que se converte em uma *metanarrativa espacial* fundamental à retotalização da *Espacialidade Mineratória*. Este capítulo dialoga sobre o movimento da dialética do trabalho e sobre a divisão territorial do trabalho que servem à *Espacialidade Mineratória* e revelam elementos de sua natureza.

3.1 Dialética do trabalho ao capitalismo universalizante.

Lukács (1984; 1986) realiza uma ontologia do pensamento marxiano, para pensar no surgimento do ser social, que é essencialmente histórico. Para tanto, divide o *ser* em três esferas, que denunciam o desenvolvimento e as dinâmicas das formas materiais, quais sejam: inorgânica, que é a base que antecede à vida, mas que também se relaciona a circunstâncias que se impõe à história, ou seja, ao ser social (tal como, o lócus de nascimento, os progenitores, etc); biológica, onde dialoga sobre continuidades e descontinuidades em relação à esfera social, como a questão da reprodução para a manutenção da espécie (da humanidade); e o social, enquanto devenir dos homens. Assim, o ser social surge a partir de uma matriz inorgânica-biológica, que lhe antecede.

A passagem da esfera inorgânica para a biológica é marcada pelo surgimento da vida, e de questões que lhe são fundamentais, tal como a reprodução. Já a passagem da esfera biológica para a social se dá através do aprofundamento da complexidade do *ser*, exigindo novas categorias ao *novo ser*. Tais categorias exigidas advém essencialmente do trabalho, que remete à capacidade criadora do *novo ser*, *o momento da explicitação da essência humana*, fundamento do ser social. Assim,

O trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social [...]. No entanto, é preciso sempre ter claro que com essa consideração isolada do trabalho se está efetuando uma abstração; é claro que a socialidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc. surgem do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente identificável, e sim, quanto à sua essência, simultaneamente (Lukács, 1986, p. 44).

Reside neste paradigma o encontro de Lukács com a dimensão de trabalho de Marx, onde o trabalho é condição de existência do ser social: a gênese do trabalho também é a do ser social. Esta análise contribui para que se compreenda o homem enquanto ser social, que também possui uma base biológica e inorgânica de formação. Este homem – com o perdão de parecer perpetuar o patriarcado, mas é um termo que expressa as veias, a fome e o espírito num corpo vivo – existe, e precisa sobreviver. Há condições que são fundamentais para tanto, atreladas à esfera biológica: a alimentação, a reprodução, a digestão... Como também o trabalho cria outras e novas dinâmicas nas formações sociais que definem, processualmente, o ser social. Em outras palavras, para além do que poderia se chamar de necessidades biológicas, o ser social inventa, por meio do trabalho, novas necessidades atreladas à própria formação social.

Marx (1867, p. 119) foi o primeiro a teorizar sobre o “duplo caráter do trabalho”, que é a representação do alcance, da violência e da potência de transformação e aniquilamento do capital, que transforma o significativo valor de uso em mercadoria – e reformula essencialmente o ser social. Por este motivo, sua dialética do trabalho incorpora duas noções que abarcam tal contradição: o trabalho vivo e o trabalho morto, que se definem através de sua teoria do valor.

O trabalho vivo, que cria valor de uso, refere-se à “condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. Além disso, vai muito além do atendimento às condições biológicas de sobrevivência, podendo se relacionar ou não com o mercado, e se pauta na propriedade privada fundada no trabalho próprio. Mas, Marx (1867, p. 121) faz o alerta: “o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. Como diz William Petty: o trabalho é o pai, e a terra é a mãe da riqueza material”. Já o trabalho morto, produtor de valor de troca, expropria o trabalhador, acumula trabalho vivo na forma de bens de produção, esvazia a humanidade do ser social atrelada à criação de valores de uso, e passa a catalisar o que se denomina de *construção-destrutiva*. Assim, o capital expansivo-seletivo perpetua o trabalho morto como norma, e violenta o ser social destituído de sua práxis.

Este capitalismo forja a cisão dialética do próprio homem dividido entre a existência viva e a produção morta; entre ser trabalhador vivo e trabalhador expropriado; entre a necessidade-sobrevivência e a necessidade-consumo; entre desejar-ser e ser-o-que-der. Por extensão, entre ser trabalhador e não se aperceber na contradição de classe; entre ser a favor da natureza e aceitar o único emprego poluidor possível; entre entender o movimento vegano e somente ter ovos na geladeira. A *construção-destrutiva* relativa à cidade-campo no continente revela a natureza do que tem sido o próprio homem na modernidade-colonialidade, e é síntese da realização espacial da expansividade-seletividade capitalista. Por este motivo, é salutar apreender o movimento do capitalismo universalizante que institui a violência como lógica de sua reprodução.

3.2 Construção-destrutiva da Espacialidade Mineratória e divisão territorial do trabalho³¹ da modernidade-colonialidade

Costa (2015) propõe a noção *dialética da construção destrutiva* aplicada ao território e fundamentado em K. Marx, G. Lukacs, K. Kosík e outros, para explicar a consagração do capital sobre as cidades-campo, no bojo da contradição permanente entre processos de preservação e mercantilização de setores territoriais latino-americanos, na consagração de bens da “natureza” e cultura mundiais. Trata-se de processo de construção-desconstrução simultâneo, entendido na relação entre a particularidade e a universalidade dos fatos espaciais. Esta análise dialética é capaz de sintetizar o movimento de retotalização do capitalismo universalizante e da seletividade violenta do capital, pela base empírica. A simultaneidade da totalidade urbana – totalidade-mundo, teorizada por Costa (2015), contribui para a apreensão da *construção-destrutiva* do espaço latino-americano no longo processo em curso (que é a modernidade-colonialidade), no que concerne ao seu rebatimento particular que forja o *ser* da mineração, e que pode ser empiricamente percebida por meio das tragédias do minerar nas cidades de Mariana (Brasil) e Potosí (Bolívia).

A este respeito, Marx (1858, p. 542) defende que a produção baseada no capital é capaz de criar um “sistema de exploração universal das qualidades naturais e humanas”, que converte tais qualidades em mera “utilidade universal”. Na análise do minerar, apreende-se a dimensão de que a sociedade e a natureza, num evidente movimento de dissociação deste par, servem no sentido de utilidade à continuidade da *empresa* colonial. Irá se perceber, por exemplo, de que forma a noção socioambiental contribui e catalisa este processo, a despeito de ser um conceito com as categorias justapostas.

Assim, esta capacidade de conversão à lógica através da transformação em utilidade universal contribui para que Marx (1858) conclua sobre o seu caráter civilizador³². Por este

³¹ Divisão territorial do trabalho tomada no sentido desenvolvido por Santos (2006) que será discutido ainda neste tópico.

³² A respeito das formações econômico-sociais anteriores a esse período da modernidade-colonialidade, consultar revisão realizada por Ribeiro (1998). Ressalta-se que a construção de períodos é realizada por Ribeiro (1998) com enfoque diferente do assumido aqui. Este enfoque se dá no que denomina como revolução técnica, nos processos de dominação intensos e nas formações socioculturais, do ponto de vista de um antropólogo. Assim, a expansão do capitalismo é colocada em seu quadro de apresentação de forma a proscriver o colonialismo escravocrata, sendo uma etapa do processo somente mediante um colonialismo mercantil. Contudo, o autor reconhece que a expansão capitalista “é um desdobramento dessa mesma revolução tecnológica responsável pela configuração das primeiras formações capitalistas mercantis e de seu contexto de colônias escravistas mercantis e de povoamento”. Por este motivo, utiliza-se a noção civilizador no sentido de Marx (1858), que também se aproxima de Elias (2011) ao assumir o sentido de processo civilizatório perseguindo a instauração do moderno.

motivo, destaca a “grande influência civilizadora do capital: sua produção de um nível de sociedade em comparação com o qual todos os anteriores aparecem somente como desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza”. Essa influência civilizadora é o que Marx (idem) denomina como tendência, que é fundamentalmente “destrutiva [, pois] revoluciona constantemente, derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais”. Assim como, “[...] se move em contradições que constantemente têm de ser superadas, mas que são também constantemente postas”. Tais contradições estão sendo aqui expressas pelo par dialético inerente à noção de *construção-destrutiva*, a qual é importante nesse trabalho por estar baseada, geograficamente, no espaço que capitanea a expansividade-seletividade capitalista moderna.

Mészáros (1930, p. 144) é subsidiário dessa noção fundamental em Marx, e denomina essa influência civilizadora como “auto-reprodução destrutiva”. Para o autor,

A razão pela qual [se faz a distinção entre auto-reprodução e a produção] é tão importante [porque] o capital não está em absoluto preocupado com a produção enquanto tal, mas somente com a auto-reprodução. De modo análogo, o “irresistível impulso para a universalidade” do capital só concerne à sua tendência para a expansão global no interesse de sua auto-reprodução, mas não aos interesses da produção humanamente significativa e recompensadora.

Essa auto-reprodução destrutiva se perpetua e retotaliza através da *contradição viva* marxiana, sendo assumida por Mészáros (1930) através da lei tendencial: este autor defende a contradição viva como tendência principal da lógica capitalista que se realiza através do par dialético tendência-contra tendência. Este par construído pelo autor pretende abarcar todos os pares opostos e complementares inventados pela e para a lógica do capitalismo, que na tese recebe o nome de *construção-destrutiva*, quais sejam: monopólio - concorrência, centralização - fragmentação, equilíbrio - quebra de equilíbrio, internacionalização - particularismos nacionais e regionais, luxo - prodigalidade, natureza - sociedade... Para Mészáros, tais pares que se resumem à sua dialética da lei tendencial (enquanto síntese do deslocamento das contradições internas do capital) ficam ainda mais visíveis iniciado o século XX, e apesar disso a contradição viva marxiana ainda descreve e denuncia a sua lógica.

Neste sentido, Mészáros (1930, p. 57) aponta a preponderância do que poderia ser chamado de realização espacial da lei tendencial, que reside no *desenvolvimento desigual*, que

pode “manifestar-se de maneira muito diversa nas diferentes partes do mundo, dependendo do nível mais ou menos avançado de desenvolvimento dos capitais nacionais dados, bem como da posição mais ou menos dominante destes últimos no quadro da estrutura do capital global”. A noção de universalidade expansiva do capitalismo e a seletividade do capital ajudam a entender a universalização do desenvolvimento desigual enquanto realização espacial da *construção-destrutiva* de base espacial, apesar de todos os seus particularismos.

Esta dimensão é percebida por Seabra e Goldenstein (1982, p. 22) como “caráter combinado do desenvolvimento desigual”. Para os autores, as desigualdades de desenvolvimento cada vez mais acentuadas entre os países “é uma desigualdade combinada que se produz e reproduz pelos mecanismos do intercâmbio desigual”, de forma que, ainda hoje, os pares de opostos e complementares que servem à classificação socioeconômica de países ainda sejam adotados para a caracterização regional. Além disso, se dá “em favor dos países que detêm os ramos de mais alta composição orgânica do capital”, impõe diferentes e desiguais formas de consumo ao trabalhador, além de forjar o que se entende(rá) como *situação espacial duradoura* aos territórios e existências violentadas, mediante inserção à força na modernidade-colonialidade, que inaugura o papel fundamental da América Latina na divisão internacional do trabalho.

Essa noção atrela-se ao que Harvey (2005, p. 48) teoriza como ajuste espacial, que diz respeito à expansividade (internacional) capitalista, consequência da tendência universalizante do capital, que realiza “a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou ‘o mercado mundial’”. Este aspecto internacional nutre a sua noção de “geopolítica do capitalismo”. A este respeito, para Seabra e Goldenstein (1982, p. 22), “o surgimento do capitalismo, como modo de produção dominante de uma formação econômico-social, pressupõe a existência de formas avançadas de divisão do trabalho e a permanente redefinição das proporções e do significado social e territorial desta divisão”. As etapas da divisão social do trabalho requisitam a utilização de meios materiais de consecução, o que revela a sua dimensão espacial e a exigência na instituição de formas de controle.

Numa economia política do território (Santos e Silveira, 2001, p. 290), certos locais são submetidos ao desempenho de funções que atendam tanto à divisão internacional do trabalho quanto às hierarquias internas de produção de riqueza e, por isso, se trata de uma divisão territorial do trabalho. Como se verá, há locais subjugados à violência da monotonia de uma

atividade econômica que atende quase que exclusivamente aos anseios da própria *construção-destrutiva* – sendo o caso de países latinoamericanos que inauguram o século XXI na cíclica reprimarização econômica, por exemplo. Assim, “o território, considerado como território usado, é objeto de divisões de trabalho superpostas. Desse modo, a expressão divisão territorial do trabalho acaba sendo um conceito plural. Pode-se considerar também que cada atividade ou cada empresa produz a sua própria divisão do trabalho” (Santos e Silveira, 2001, p. 291).

A divisão territorial do trabalho é assumida, portanto, no sentido de ressaltar as lógicas escalares diversas da divisão do trabalho, ressaltando as abrangências e especificidades dos circuitos criados ao fluxo do capital. Concorde-se com Santos e Silveira (2001) para quem seria ocioso discutir se se trata mesmo de uma divisão territorial do trabalho, com seus fluxos escalares [tratados por Arroyo (2012)], na criação e reprodução da fragmentação, da especialização de lugares, de funções e técnicas, na forja de hierarquias e mecanismos socialmente classificadores; ou se são somente expressões particulares de tais divisões, ao considerar a universalidade da divisão do trabalho. O conceito divisão territorial do trabalho parece abarcar a realização espacial da *construção-destrutiva* de territórios, seus usos e existências. Assim, a divisão territorial do trabalho é assumida no sentido desenvolvido por Santos (2006) para quem esta noção é criada a partir da multiplicidade e diferenciação dos lugares forjados pela seletividade espacial e socioeconômica do sistema capitalista.

Aliás, Marx (1867, p. 428) afirma que a divisão territorial do trabalho (que em alguns momentos é utilizada no sentido da divisão manufatureira do trabalho) “se apossa não apenas da esfera econômica, mas de todas as outras esferas da sociedade, firmando por toda parte as bases para aquele avanço da especialização, das especialidades, de um parcelamento do homem”. Trata-se de uma crítica não somente ao aprofundamento da especialização produtiva, como também, e principalmente, à transformação destes homens em trabalhadores parciais, no sentido de cisão do trabalho entre o vivo (significativo) e o morto. Além disso, destaca as condições ainda piores quando a análise se volta aos “trabalhadores nas minas de carvão e outras minas [que] pertencem às categorias mais bem vagas do proletariado” (Marx, 1867, p. 739-740), e fornece uma descrição reveladora dos elementos da *construção-destrutiva* do ser minerador, neste contexto inglês do século XIX.

Lancemos aqui um rápido olhar sobre suas condições habitacionais. Em regra, o explorador da mina, seja seu proprietário ou arrendatário, constrói uma série de *cottages* para seus operários. Estes recebem ‘gratuitamente’ tanto o casebre como o carvão para calefação, que constituem uma parte do salário pago *in*

natura. Os que não podem ser alojados dessa maneira recebem 4ℳ anuais a título de compensação. Os distritos mineiros atraem rapidamente uma grande população, composta da própria população mineira e de artesãos, comerciantes etc. agrupados ao redor dela. Como em todo lugar onde a população é densa, arrenda fundiária é, aqui, alta. Por isso o empresário de minas procura erguer ao redor da boca da mina, no espaço mais estreito possível, tanto os casebres quantos forem necessários para amontoar seus operários e suas famílias. Quando novas minas são abertas nos arredores ou velhas minas são reativadas, aumenta a superlotação. Na construção dos casebres vigora apenas um critério: a ‘renúncia’ do capitalista a todo o dispêndio de dinheiro que não seja absolutamente inevitável.

Necessário se faz a denúncia de como a *construção-destrutiva* se realiza espacialmente, no que concerne à dimensão existencial – particularizada neste trabalho no revelar do *ser* minerador. Assim, a *construção-destrutiva* não pode ser tomada como pura abstração: é a síntese da realização espacial violenta na América Latina. A noção de violência tomada no sentido da invenção do outro (Dussel, 2005), do estabelecimento da colonialidade de poder e da diferenciação colonial (Quijano, 2000a; 2000b), na instituição da colonialidade do saber (Mignolo, 2005), na invenção de identidades geográficas que operam ao sistema-mundo (Wallerstein, 1974); em suma, a violência da modernidade-colonialidade é naturalizada enquanto parte integrante e exercício do processo. Para Palermo (2010, p. 80-81), é emergente revelar os suportes de uma violência pautada na construção e reprodução da diferença colonial. Assim,

Lo que acá se propone es pensar críticamente la diferencia colonial para generar condiciones adecuadas que propugnen la emergencia de relaciones dialógicas en las que la intervención del sujeto colonizado se encuentre en paridad y simetría con el discurso hegemónico, en síntesis, de romper la relación de dependencia, de los hombres [y mujeres] a quienes sabiamente se les ha inculcado el miedo, el complejo de inferioridad, el temblor, la genuflexión, la desesperación, el servilismo. [...] Proponer ante esta lógica monotópica, una perspectiva pluritópica como el universalismo del futuro, como el camino para un nuevo humanismo.

Combater, assim, a imposição funcionalista na divisão territorial do trabalho, através também do revelar de suas formas de controle – tais como o neoliberalismo, o acordo de commodities, e a reprimarização econômica, discutidos no capítulo 5, além da subalternização material e subjetiva deste território. Segundo Palermo (2010), a primeira violência a ser rompida se trata, portanto, daquela epistêmica capaz de explicar o paradoxal processo de naturalização de diferentes formas de subjugação, de inferioridade, de inibição da práxis efetiva, terreno propício para que a *injunção paradoxal* forje a *situação espacial duradoura*

(Costa, 2016) passível de transformação em procedimento às *metanarrativas espaciais*, dentre elas, para a *metanarrativa espacial da mineração*.

Neste sentido, a tragédia será tratada, no próximo capítulo, enquanto expressão de violência, a despeito de também ser denúncia do movimento da *Espacialidade Mineratória* que se opera de forma perversa, naturalizada, mascarada pelas dimensões da necessidade. Por meio da dialética do trabalho, se faz a denúncia do *ser* minerador na subversão do par existência-sobrevivência, através da forja contemporânea de um capitalismo paradoxante (Gaulejac, 2015), que converte o espaço latino-americano em *metanarrativa espacial* de consecução de sua expansividade-seletividade. Por ora, faz-se necessário lançar luz sobre as formas de controle do trabalho do *ser* minerador enquanto mecanismo de ajustamento ao capitalismo universalizante.

3.3 Opressão e controle do trabalho do *ser* minerador latino-americano.

Para Bautista (2014), o ineditismo do “mito fundacional” da chamada modernidade-colonialidade reside não só na criação da inferioridade por meio da ideia de raça, mas em sua naturalização enquanto inerência aos povos originários. Desta forma, o processo civilizatório se recobre como feito emancipatório, a partir de sofisticadas armas atreladas à ciência, à filosofia, à cristandade. Assim, a modernidade consiste num “proyecto expansivo de dominación, de una voluntad de poder absoluto”. Como se viu na Parte I, houve a construção concreta e subjetiva do par superioridade (ou moderno) - inferioridade, inclusive através de respaldos jurídicos que fundamentam a *empresa* colonial, e que Bautista (2014, p. 18) denomina “derecho de conquista”. Para o autor, “la inferiorización naturalizada que el conquistador ha producido como devaluación de la humanidad de las víctimas que, en razón de aquella inferiorización, ya no aparecen como víctimas sino como inferiores [és la] argumentación [que] constituye el núcleo de la naturalización de la dominación”.

Neste sentido, Bautista (2014, p. 41, grifos do autor) afirma já ter havido diversas formas de relações coloniais de dominação espacializadas pelo globo, inclusive pautadas na exploração tributária de colônias e na exploração do trabalho através de escravaturas – que é o caso do “fenômeno da escravidão por dívidas” que já se fazia presente, por exemplo, em civilizações andinas. Contudo, para este autor, a dominação colonial moderna, ou seja, a modernidade-colonialidade é distinta e inédita, pois institui o racismo como forma de legitimar a inferiorização: “en toda la historia de la civilización humana, no se encuentra referencias que describan una *sistemática devaluación absoluta* de la humanidad del distinto”, construído como o outro, classificado socialmente através da raça e violentado de múltiplas formas.

Para Galeano (1978, p. 05), a divisão internacional do trabalho inventa e é inventada pela subjugação do espaço latino-americano, que está “a serviço de necessidades alheias”, através da construção de dois pares de opostos e complementares: o que se “especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder.” Esta noção é chamada por Bautista (2014) de subjetividade dominadora – que profundamente persiste.

Consoante, portanto, com a concepção de que o capital produz a *construção-destrutiva* do/no espaço, onde a violência lhe é parte constitutiva, Quijano (2000, p. 2) afirma que, na modernidade-colonialidade, todas as formas de controle e exploração do trabalho foram articuladas em torno do capital, em seu processo de expansão e seletividade. O capital se universaliza e produz um padrão global de controle do trabalho. Este autor aponta três

argumentos que sustentam a afirmação: o primeiro defende que tais formas de controle foram estabelecidas e organizadas para a produção de mercadorias ao mercado mundial; o segundo, pois ocorriam de forma simultânea e articulada ao capital no espaço-tempo da formação social e, por isso, amplamente vinculadas ao novo padrão global de controle do trabalho; e, por último, cada uma das formas de controle desenvolveu-se histórico-estruturalmente de maneira a atender funcionalmente à nova lógica. Ou seja, para o autor, o padrão global do controle do trabalho se constitui em função do capital, e esse caráter de conjunto advém de uma nova estrutura de relações de produção que reformula a experiência histórica do mundo, que reside no capitalismo mundial.

A este respeito, Mészáros (1930, p. 982) afirma que na expansão capitalista, a função do controle social (e também do trabalho) se transfere do “corpo social” para o próprio capital, “que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição”. Dessa maneira, Bautista (2014) destaca que a chamada modernidade-colonialidade é um fenômeno novo, pois está fundamentada na dominação das próprias estruturas de produção e reprodução da vida, e o controle do trabalho fornece materialidade a esta dominação, o que a tornou estruturalmente mais estável e duradoura. O que converge com a dimensão defendida por Wallerstein (1990, p. 82) de que o capitalismo emerge “como forma dominante de organização social da economia”, e se impõe como única via possível, pois “outros modos de produção só sobrevivem em função da forma como se ajustam ao [seu] enquadramento político-social”. Assim, o capitalismo passa a ser entendido como engrenagem universal que incorpora modos de produção e estrutura de classes e delimita certas funções a serem atendidas com vistas a sua própria reprodução.

Neste sentido, Wallerstein (1990, p. 91-92) aponta as tipologias produtivas que passam a sustentar o sistema-mundo na virada do século XV ao XVI, quais sejam: escravos, servos, camponeses, trabalhadores assalariados, estreita camada dirigente, estando inclusas a nobreza, a burguesia e a burocracia estatal. A explicação deste autor para a coexistência destes diferentes modos de organização do trabalho reside nos instrumentos de controle se ajustarem à divisão internacional (territorial) do trabalho. Assim,

[...] estavam estes modos concentrados em zonas diferentes da economia-mundo – [como por exemplo] a escravatura e ‘feudalismo’ na periferia, trabalho assalariado e auto-emprego no centro [...]. Porque as formas de controle do trabalho afectam significamente o sistema político (em particular

a força do aparelho de Estado) e as possibilidades de uma burguesia indígena prosperar. A economia-mundo estava precisamente baseada no pressuposto de que realmente existiam estas três zonas e de que estas possuíam de facto diferentes formas de controle do trabalho. Se assim não fosse, não teria sido possível assegurar o tipo de fluxo dos excedentes que permitiu que o sistema capitalista visse a luz do dia.

Wallerstein (1990) menciona a existência das relações de dominação expressas através do trabalho coercitivo, presente marcadamente em zonas que ele denomina de periféricas. Ao longo de sua obra, este autor interpreta a expansão do sistema-mundo capitalista se dando através de três zonas: as centrais, que transmutam centralidades de poder; as semiperiféricas, que atuam como subsidiárias de produtos primários ao abastecimento da economia capitalista, tal como o que considera como Europa Oriental; e as periferias subjugadas pela instituição do mundo moderno, inicialmente por meio do espaço latino-americano e, mais tarde, do espaço africano. Cada forma de controle do trabalho se ajustaria, portanto, ao território onde este seria exercido, sendo um princípio do que se considera a divisão territorial do trabalho. Contudo, não irá se aprofundar sobre a consideração destas zonas à expansão do capitalismo mundial. Porém, é salutar a compreensão de que a América Latina é forjada enquanto periférica à criação deste sistema-mundo para atender à estratégica *construção-destrutiva* que fundamentiza a expansão e universalização do capital.

Para Wallerstein (1990, p. 92), a escravatura já era conhecida na Europa medieval, mas o seu papel passa a ser relevante para a constituição do que chama de economia-mundo europeia, entre os séculos XVI e XVIII, através da pilhagem de escravos, ao qual denomina “gado humano”. Para este autor, para a realização da *empresa* colonial – sobretudo, para as ações de grande dimensão onde se destaca a mineração, “tem que haver muita carne humana barata no mercado”. Assim, as relações de dominação garantem, por consequência, não só a manutenção do sistema de exploração, mas se constitui na própria natureza do capital. Para Galeano (1978, p. 12), “uma única bolsa de pimenta valia, na Idade Média, mais do que a vida de um homem, mas o ouro e a prata eram as chaves que o Renascimento empregava para abrir as portas do paraíso no céu e as portas do mercantilismo capitalista na terra”.

Neste sentido, Baldivieso (1998), ao descrever as transformações do espaço latino-americano, principalmente a região de Potosí, destaca a destruição da estrutura político-socioeconômica de povos originários, através do aniquilamento de sua cultura, culto e cultivo (no sentido atribuído por Bosi, 1992) para a inserção forçada no sistema produtivo minerador. Aliás, no destaque de palavras do historiador Fernández de Oviedo, Galeano (1978, p. 12)

ressalta: “muitos deles, por passatempo, mataram-se com veneno para não trabalhar, e outros se enforcaram com as próprias mãos”.

Sobre as formas de controle do trabalho no espaço latino-americano, especificamente nessa região do Alto Peru, Baldivieso (1998) destaca haver diferentes graus de servidão, que poderia significar também diferentes classes sociais. As formas de trabalho atuariam como uma espécie não só de controle, como também um organizador de possíveis classes sociais. Desta forma, ao referenciar Potosí, que nesse momento ainda integra os domínios do Alto Peru, este autor infere que as classes não foram profundamente estudadas, e por este motivo estas se definem conforme os graus de servidão ao processo civilizatório que, nesta localidade, estava eminente, essencial e principalmente atrelado à extração de metais – destacamente a prata - e atividades subsidiárias à mineração. Baldivieso (1998) divide a classe trabalhadora (ainda neste momento sem realização da devida distinção de gênero) entre: trabalhadores supostamente livres, mas que estavam imersos no mecanismo de escravidão por dívida, e o imaginário de trabalhar em regime de sociedade com espanhóis contribuiu para que estes atuassem como grandes investidores da extração de metais; os chamados *hatum-runas*, utilizados na servidão de cunho urbano; os *K'ajchas*, que atuavam como espécies de burladores ou de ladrões permitidos pela Coroa, já que pagavam devidamente os tributos pela exploração dissimulada nas minas nos finais de semana, à margem do sistema oficial adotado pelos *azogueros*; os *palladores*, espécie de misturadores artesanais, que misturavam a prata de mais alto teor com outros tipos de minerais; e os *varas*, que possuíam um maior conhecimento técnico e tecnológico de exploração e eram contratados diretamente por certos espanhóis. Estas mencionadas classes poderiam corresponder (respeitando-se, evidentemente, a plasticidade das formas sociais) a três grandes grupos, conforme o mecanismo de controle do trabalho adotado, qual seja: *mitayos*, que trabalhavam coercitivamente; os *mingas*, que a escravidão se dava por dívidas; e os *faltriquera*, que conseguiam livrar-se da coerção somente depois do pagamento de terem sido *mitayos*.

Para Zagalsky (2014, p. 57), durante o período colonial, em Potosí foram utilizados diversos e coexistentes sistemas para organizar a atividade mineira, quase em sua integralidade desempenhada por indígenas, quais sejam: “indios de *encomienda*, indígenas en condición de esclavitud (especialmente en las primeras décadas coloniales, las llamadas ‘*piezas*’), indígenas trabajando bajo sistemas de reclutamiento forzado y trabajadores asalariados libres”. Em Zagalsky (2014), há a descrição historiográfica das formas de controle do trabalho utilizadas

em Potosí em cada espaço-tempo de realização e expansão da atividade mineira. Percebe-se um aprofundamento técnico, social, político e econômico de estabelecer tais formas de controle, que vão das *huayras* iniciais (onde espanhóis controlam indígenas); aprimoram-se para as *encomiendas*, que é um sistema de envio de indígenas que auxilia o processo civilizatório através do controle do trabalho e de sua tributação; insere-se os *yanaconas* e depois os *lupacas* oriundos da região do Titicaca obrigados à realização de tarefas rotativas mineiras; e institui-se a *mita* a partir de 1570 como forma de ganho emergencial para cobrir dívidas da coroa, assim como para responder à fragilidade das *encomiendas* já que havia constituído uma classe mineira (tanto no aspecto técnico da extração, como no controle das redes produtivas e reprodução do controle do trabalho) que questiona a influência espanhola e ibérica na região.

Neste período, a *empresa* colonial responde com o aumento do controle (social, fiscal, religioso...) que se realiza espacialmente através da forja dos *repartimientos* de índios, os *pueblos*, no controle total da minería através dos *azogues* e se institui o trabalho forçado enquanto pagamento de tributo à metrópole - onde ao homem era obrigatório o pagamento, mas abrange todas as camadas sociais e familiares no sistema, já que envolve mortes e fugas de trabalhadores, dedicação das mulheres ao sustento familiar mediante a ausência masculina, dívidas impagáveis que se avolumam, inclusive levando ao suicídio, crianças obrigadas à inserção precoce em unidades produtivas, além do desmantelamento social da inserção forçada à *empresa* colonial mineradora. Este tributo é denominado *mita* num sistema chamado *mitayo*, que garante o ápice do volume extraído na região. Cabe ressaltar ainda que “entre 1550 y 1800, los dominios de Portugal y España en América [latina] contribuyeron al desarrollo de la economía global con más del 80% de la plata y más del 70% del oro producido en el mundo” (Zagalsky, 2014, p. 56)

Para Galeano (1978), por mais que se alterasse o regime de trabalho adotado, seja ele escravidão, seja *encomienda*, houve alteração somente superficial da condição jurídica da mão de obra indígena, e poderia ser ampliada para a negra. Menciona ter havido tentativas de interrupção deste trabalho coercitivo (inclusive, jurídicas), já que iria na contramão de ideais iluministas, mas seguidamente cessadas mediante à necessidade criada da expansão dos volumosos ganhos obtidos por meio do minerar do espaço latino-americano – como se viu na Parte I através da atuação dos jesuítas e dominicanos. Para este autor, somente em Potosí, e durante trezentos anos de exploração intensiva, foram queimadas oito milhões de vidas em sua

rica montanha reluzente de prata, “eram as terríveis condições de trabalho na mina que mais gente matava” (Galeano, 1978, p. 29).

Assim, não só as estruturas sociais das comunidades originárias foram desmanteladas na imposição da lógica espacial da *construção-destrutiva* que baliza o *ser* minerador, expresso nas coerções e controle do trabalho da atividade mineira, como toda a organização material dos campos agrícolas foi profundamente modificada. “Os mineiros desprezavam o cultivo da terra e a região [potosina] sofreu epidemias de fome em plena prosperidade, por volta de 1700 e 1713”, isto porque “os índios eram arrancados das comunidades agrícolas e empurrados, junto com suas mulheres e seus filhos, rumo às minas. De cada dez que iam aos altos gelados, sete nunca regressavam. [...] Muitos dos índios morriam pelo caminho, antes de chegar a Potosí”. Além disso, “os milionários tiveram que comer gatos, cães, ratos, formigas, gaviões. Os escravos esgotavam suas forças e seus dias na lavagem de ouro” (Galeano, 1978, p. 39). Isto porque, a atividade agrícola passou a ser considerada como repassadora de mão de obra fundamental à expansão da mineração.

Este princípio também integra a exploração mineira na região das Minas Gerais brasileira. Galeano (1978, p. 39) menciona que a extração de ouro, enquanto principal fonte de ganhos da *empresa* colonial constituída, “não somente incrementou a importação de escravos, mas, além disso, absorveu boa parte da mão-de-obra negra de outras regiões do Brasil, que ficaram sem braços”. O autor menciona um decreto real de 1711, por exemplo, que chegou a proibir que corpos escravizados que já estavam submetidos a tarefas agrícolas fossem enviados às minas, exceto como medida corretiva - cabendo salientar que este é um período no qual a coroa lusitana já conhecia os furores metalistas na América Latina por meio da exploração ibérica do continente, e explorava timidamente a Baía do Paranaguá³³ desde a metade do século XVII. Porquanto, na Comarca Vila Rica (dividida entre dois termos, onde suas sedes abarcam o que seria hoje os municípios de Mariana e Ouro Preto): “Era insaciável a fome de escravos [...]. Os negros morriam rapidamente; só em casos excepcionais chegavam a suportar sete anos contínuos de trabalho” (Galeano, 1978, p. 39). Assim, Galeano (1978) chama atenção para a profundidade da violência na forja do espaço latino-americano na modernidade-colonialidade.

³³ A Baía do Paranaguá se localiza onde hoje é o litoral paranaense, conforme Picanço (2009), que discute aspectos amplamente geográficos, que inclui as dimensões de circulação, de apoio e intenção política e econômicas na exploração nas chamadas capitânicas do sul. Através de sua cartografia, é possível constatar a importância das redes hidrográficas para constituição da exploração mineral no Brasil, além de outros elementos relacionados à pilhagem de escravos e ao interesse técnico.

O seu diálogo com Darcy Ribeiro descreve um aprofundamento da dominação que vai além daquela física, e adentra a subjetividade, a construção da identidade, a reconversão do outro. Servirão essas palavras, portanto, como elemento que revela a natureza da *construção-destrutiva* em curso.

Os conquistadores praticavam também, com refinamento e sabedoria, a técnica da traição e da intriga. Souberam aliar-se com os tlaxcaltecas contra Montezuma e explorar, com proveito, a divisão do império incaico entre Huáscar e Atahualpa, os irmãos inimigos. **Uma vez abatidas**, pelo crime, as chefias indígenas, souberam **ganhar cúmplices entre as castas dominantes intermediárias**, sacerdotes, funcionários, militares. Além disso, também usaram outras armas ou, se se preferir, outros fatores trabalharam objetivamente para a vitória. Os cavalos e as bactérias, por exemplo. [...] **As bactérias e os vírus foram os aliados mais eficazes**. Os europeus traziam consigo, como pragas bíblicas, a varíola e o tétano, várias doenças pulmonares, intestinais e venéreas, o tracoma, o tifo, a lepra, a febre amarela, as cáries que apodreciam as bocas. A varíola foi a primeira a aparecer. Não seria um castigo sobrenatural **aquela epidemia desconhecida e repugnante que aumentava a febre e descompunha as carnes?** ‘Já se foram a mexer em Tlaxcala. Então se difundiu a epidemia: tosse, grãos ardentes, que queimam’, diz uma testemunha indígena, e outro: **‘Muitos morreram com a pegajosa, compacta, dura doença de grãos’**. **Os índios morriam como moscas**; seus organismos não opunham defesas contra doenças novas. **E os que sobreviviam ficavam debilitados e inúteis**. O antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro calcula que mais da metade da população aborígine da América, Austrália e ilhas oceânicas morreu logo no primeiro contato com os homens brancos (Galeano, 1978, p. 14-15, grifos nossos).

Torna-se salutar, portanto, o apontamento a seguir sobre a profunda violência que se executa através da construção espacial da raça, enquanto mito fundacional da chamada modernidade (Bautista, 2014).

3.3.1 Raça e gênero à *construção-destrutiva* da modernidade-colonialidade

Quijano (2000) elucida que a América Latina possui inscrita em sua historicidade uma divisão racial do trabalho, que se configura numa categoria mental característica da criação da modernidade, pois não há registros que tenha sido adotada anteriormente na história da humanidade. Este autor aponta que talvez tenha surgido pautada em diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, porém foi utilizada para fundamentar a existência de diferenças

classificadoras nas estruturas de tais grupos. Tais relações sociais que se inscrevem a partir da ideia de raça produzem o que Quijano (2000) denomina como identidades sociais historicamente novas, instrumentos de classificação que sustentam e naturalizam hierarquias sociais, tais como: índios, negros e mestiços. Além disso, fora capaz de redefinir outras já existentes, atreladas anteriormente à procedência geográfica que se reformula angariando conotação racial, qual seja, português, espanhol e, mais tarde, europeu e hoje norte-americano. Quijano (2000, p. 02) destaca que essa codificação atrelada ao elemento cor da pele provavelmente surge em áreas de dominação colonial britânico-americana pautado no trabalho do corpo negro originário do continente africano, onde haveria a necessidade do colonizador se instituir enquanto branco, para “otorgar legitimidad a las relaciones de dominación impuestas por la conquista”.

A ideia de raça, que é mais ampla, revelou-se essencial ao estabelecimento das relações coloniais de dominação, pois passa a servir de legitimação a relações pautadas na subjugação do não-europeu, além de ainda perdurar enquanto elemento estruturante do espaço latino-americano. De fato, para além da construção racial, poderia ser apontado o mecanismo classificador por gênero, que oprime ainda mais profundamente o feminino e as mulheres latino-americanas. A este respeito, Chávez e de La Vega (1997) se incomodam com o silenciamento sobre o trabalho feminino nas minas de prata na colonização espanhola, bem como Mary del Priore (1997) se dedica à historiografia que remonta os papéis desempenhados pelas mulheres no Brasil, onde se destaca aquelas associadas à extração mineral no estado de Minas Gerais. Para tais autoras, a história passa a ser contada de forma a silenciar, produzir desconhecimento, calar ou não mencionar o papel da mulher, sobrepujada duplamente (por ser latino-americana e por ser mulher) pelas estruturas de mineração.

Neste sentido, Chávez e de La Vega (1997) demonstram como originalmente as mulheres indígenas possuíam certo padrão de comportamento baseado na complementariedade, onde não haveria certa sobreposição de importância entre uma tarefa ou outra. A divisão sexual do trabalho estaria baseada no princípio da responsabilidade, que poderia ser entendido enquanto uma organicidade das relações de trabalho. Assim, tais autoras mencionam a participação destas mulheres atreladas a tarefas domésticas no geral, tal como a servidão aos dirigentes coloniais, a subsistência e alimentação familiar, inclusive de homens destinados ao trabalho forçado nas minas.

Contudo, houve também a participação da mulher na mineração de prata do século XVI e XVII que se deu, segundo Chávez e de La Veja (1997), pela necessidade de inserção na atividade, que se inscreve enquanto meio principal de trabalho, que destitui inclusive as dedicações andinas às atividades agrícolas. Como também, se deu através do avanço técnico da produção minerária, que absorve essencialmente a mão de obra masculina, e cria uma mineração marginal com relativo atraso técnico. E, por último, pela necessidade de sobrevivência familiar, onde a ausência de homens era cada vez mais comum devido à desumanidade do trabalho na mineração. Desta forma, o trabalho feminino se institui enquanto força na *empresa* colonial mineradora, conforme será verificado com Viezzer (2003) que narra a luta operária da mulher boliviana Domitila, no contexto do trabalho feminino à mineração. Como também, as mulheres instituem uma economia informal ou submergida, que significou certa resistência à economia oficial colonial a qual os homens estariam obrigados a dedicar-se. Este informalismo seria marcado por comercializações diversas, destacadamente de amálgamas de prata que elas mesmas fabricavam clandestinamente.

Essa divisão do trabalho configura-se como permanência percebida empiricamente em Potosí (figura 1). Há por todo espaço urbano da cidade de Potosí, e também verificou-se ser comum na capital La Paz (Bolívia), estes pontos de comercialização (à direita), frequentemente administrados por mulheres, em cruzamentos de ruas ou ao longo destas. São pontos comerciais informais mais fixos, que demonstram certa territorialidade, já que é percebido que as mesmas ocupam os mesmos pontos diariamente.

Figura 12: Mulheres e a rede de comércio informal boliviana (Potosí, Bolívia).



Fonte: Trabalho de campo, arquivo pessoal (2018).

Desde alimentos caseiros ao atendimento ao trabalhador potosino, aos alimentos industrializados e empacotados à venda turística e juvenil, até pequenos artigos industriais e artesanais, atreladas à confecção de tecidos e regalos turísticos. Na capital, fez-se frequente o encontro com mulheres dedicadas às trocas financeiras de moedas internacionais, inclusive o Real brasileiro, e bancas que atende a um mercado mais interno e menos turistificado de consumo. Desta maneira, essas não só alimentam o *circuito inferior da economia urbana* (Santos, 1979), que ainda hoje marca a construção do espaço potosino através de comercializações feitas em espaços públicos, como se fizeram presentes na própria estrutura do extrativismo mineral. E isso também corresponde à realização espacial verificada no Brasil.

Mary del Priore (1997) destaca a absorção nas Minas Gerais (Brasil) da divisão sexual do trabalho, onde as mulheres desempenhariam papéis atrelados a atividades domésticas em áreas de mineração, como também participa da atividade extrativista através de sua lavagem e se torna central para o desenvolvimento agrícola da região (figura 12). Contudo, é sobre o padrão da participação das mulheres na economia informal pautada nas comercializações que é percebido um maior destaque (figura 13).

Figura 13: Mulheres na lavagem de ouro.



Fonte: Extraído de Mary del Priore (1997, p. 145).

Mary del Priore (1997) destaca a economia submergida que se instalou em Minas Gerais através do aprofundamento de atividades ligadas às comercializações. Tais atividades causaram

infelicidade à Coroa por serem difíceis ao monitoriamento, a despeito de atuarem enquanto essenciais à manutenção da mineração. Inclusive, esta autora aponta que as vendas, frequentemente dirigidas por mulheres, serviam de encontro para diferentes grupos sociais, e mascaravam contrabandos de ouro e pedras preciosas, prostituição e os planos de abastecimento alimentar de quilombos.

Figura 14: Mulheres que gerenciam as chamadas Vendas.



Fonte: Extraído de Mary del Priore (1997, p. 153)

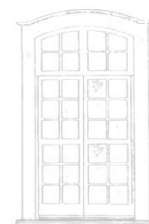
Para Mary del Priore (1997, p. 144), a participação das mulheres no pequeno comércio é uma marca do Brasil colonial, e há duas referências histórico-culturais que poderiam ser elementos centrais dessa marca: o primeiro deles diz respeito à influência africana, “uma vez que nessas sociedades tradicionais as mulheres desempenhavam tarefas de alimentação e distribuição de gêneros de primeira necessidade”. Já a segunda influência deriva

[...] da transposição para o mundo colonial da divisão de papéis sexuais vigentes em Portugal, onde a legislação amparava de maneira decisiva a participação feminina. Às mulheres era reservado o comércio de “doces, bolos, alféloa, frutos, melaço, hostaliças, queijos, leite, marisco, alho, pomada, polvilhos, hóstias, obreiras, mexas, agulhas, alfinetes, fatos velhos e usados”. Dessa forma, conjugam-se dois padrões que irão atuar na definição do lugar das mulheres no Brasil (Del Priore, 1997, p. 144).

Percebe-se, portanto, ser salutar um maior aprofundamento das funções requisitadas e impostas à mulher não só como forma de esclarecimento da história de construção do espaço latino-americano, perpetuamente contada a partir de versões e da voz masculina, como também serve de denúncia à utilização da divisão sexual do trabalho como expressão máxima da *construção-destrutiva* na modernidade-colonialidade. Aliás, Segato (2012) analisa a inter-relação entre colonialidade e patriarcado e conclui ser parte integrante do processo colonial/modernidade e, por isso, o denomina patriarcado colonial moderno. Esta é uma linha de investigação necessária e desejada a trabalhos posteriores, considerando os limites dessa tese. Porquanto, estes aspectos de subjugação e controle do trabalho que revelam a violência da construção da diferença colonial manifestam-se como expressões socioespaciais da *construção-destrutiva* que forja, inclusive, a dialética do trabalho.

Portanto, a *construção-destrutiva* espacial, compreendida pelo diagnóstico da configuração histórica e escalar de territórios (Costa, 2015, p. 48), sintetiza estas e outras contradições forjadas pela modernidade-colonialidade a fim de garantir a reprodução da tendência expansiva-seletiva do capital; ela atende ao capitalismo universalizante, que forja a cisão dialética do próprio homem dividido entre a humanidade do trabalho vivo e a necessidade de sobrevivência imposta pelo capital. O ser humano está cindido de sua humanidade, amordaçado violentamente pelo sistema e, no que concerne ao *ser* minerador, garante a própria reprodução da *Espacialidade Mineratória*. Por este motivo, necessário se faz uma análise na escala do corpo para que se entenda como opera internamente ao homem a *construção-destrutiva* – tema enfocado no próximo capítulo.

4. *Injunção paradoxal na forja da situação espacial duradoura.*



É necessário retomar brevemente o esforço de análise empreendido até aqui. Este trabalho busca revelar a natureza ontológica e espacial do minerar latino-americano, à qual totaliza-se por meio da *Espacialidade Mineratória*. Esta *Espacialidade* específica possui enquanto tendência o caráter violento da expansividade capitalista e seletividade do capital (Harvey, 2006; Moraes, 2005), e sua reprodução é garantida por meio de *metanarrativas espaciais*, a partir de fundamentos e estruturações [e Souza (2009) destacaria ainda as metáforas] que são favorecedoras da continuidade do processo modernidade-colonialidade capitalista. Neste capítulo, irá se dialogar sobre a forma como a *construção-destrutiva* opera-se no indivíduo forjando a sua situação condicionante, que inibe a capacidade de reagir ao processo civilizatório que o violenta, e que Costa (2016) teoriza como *situação espacial duradoura*.

Por meio de uma análise teórico-prática adaptada do âmbito da sociologia clínica, através de Gaulejac (2014), utiliza-se a *injunção paradoxal* como procedimento que contribuirá para compor a triangulação necessária e singular que permita apreender o *ser* minerador latino-americano. Desta forma, o pensamento é exercido por meio de uma tríade, que se forma entre (i) a construção categórica do conceito *Espacialidade Mineratória*, com (ii) a construção da noção que lhe catalisa e retotaliza que é a *metanarrativa espacial da mineração*, com (iii) a apreensão de sua realização social e concreta, assimilada por meio da *injunção paradoxal*, que fora assumida enquanto procedimento analítico à apreensão da *situação espacial duradoura* do ser minerador.

Assim, a *Espacialidade Mineratória* forja o seu evento³⁴ (que denuncia o seu movimento) que é a tragédia do minerar, que se resvala no drama do sujeito em *situação espacial duradoura* (Costa, 2016).

³⁴ Cabe, de novo, salientar se tratar da dimensão filosófica de evento trabalhada por Santos (2006).

4.1 A imposição de paradoxos à expansão capitalista moderna

A dialética do trabalho é a essência do *ser* social na modernidade-colonialidade. As classificações sociais, destacadamente a categoria mental raça e a subjugação sexual sustentam o avanço do desenvolvimento desigual forjado pela *construtiva-destrutiva* capitalista. As formas de controle do trabalho garantem, pela coerção, que o trabalho vivo seja sobreposto por sua transformação em mercadoria. Coerção atrelada à precariedade do mundo do trabalho, onde a competição se traduz em lógica, e a luta de classes é a expressão da contraditoriedade do sistema, mas também utopia de revolução deste.

Algumas perspectivas teorizam sobre transformações que possam ter ocorrido no chamado mundo do trabalho na contemporaneidade marcada pelas tecnologias da informação, pelas aplicações financeiras, pela globalização e mundialização de mercados, capitais, conhecimento e informações. Fala-se de um novo paradigma tecno-econômico; de um “novo ciclo no sistema capitalista marcado pela modernização conservadora e a insegurança no trabalho”; como também do “surgimento de uma nova economia, na qual informação e conhecimento ganham relevância estratégica para a competitividade empresarial” (De Paula e Crivellari, 2002, p. 119). Todas essas abordagens sequencializam formas específicas de empreender a chamada gestão do trabalho, que é uma maneira disciplinar de denominar teorias exitosas de exercer o seu controle, com vistas ao processo produtivo. Disso decorre as práticas do fordismo, taylorismo e todas aquelas que empreendem a gestão do processo produtivo através de um específico controle do trabalho.

Ao analisar as teorias de gestão do trabalho contemporâneo, De Paula e Crivellari (2002, p. 119) percebem certa transformação nos discursos que, de força física, agilidade e rapidez, passam a convocar ao trabalhador habilidades atreladas ao pensamento, à criação e inovação. Assim, a interpretação das autoras consideram as modificações de uma sociedade industrial, alvo de reflexão marxista, onde a luta de classes era evidente entre os detentores dos meios de produção (que possuem os meios e os objetos de trabalho) e a força de trabalho (o homem, trabalhador, oprimido na *construção-destrutiva* do sistema); e a passagem para uma forma contemporânea do trabalho, pautado no incentivo e sequestro da subjetividade humana – e que contribui para que se iniba a percepção da contraditoriedade de classe, e se expanda a reprodução de paradoxos enquanto lógica.

Assim, a subjetividade do trabalhador tem se convertido em *performance* da produção. “É a subjetividade que entra em cena, do escritório de P&D ao chão de fábrica: elemento de performance da produção e da qualidade” (De Paula e Crivellari, 2002, p. 120). Contudo, opera-se como *metanarrativa espacial* de consecução capitalista a divulgação de um posicionamento supostamente diferenciado do indivíduo frente ao resultado de seu trabalho, ao considerar que o estímulo da subjetividade também poderia angariar, simultaneamente, a produção de conhecimentos também sobre si e sobre a sua situação de trabalho. A análise desenvolvida pelas autoras conclui, ao contrário, estar diante “de uma nova sobrecarga posta ao trabalhador na produção”, “uma sobrecarga mental, cognitiva, que também apela ao afetivo”. Assim, concluem que a convocação da subjetividade não pressupõe uma “humanização do mundo do trabalho”, ao contrário, trata-se de “um modelo de trabalho que amplia suas demandas sem oferecer um correspondente retorno aos que lhe dedicam seus esforços”.

Já Rosenfield (2002, p. 2), preocupada com a relação do operário industrial com seu trabalho, conclui haver uma espécie de autonomia outorgada – permitida e que serve ao próprio sistema – que culmina num cenário de aprofundamento da insegurança do trabalhador, que passa a ser extremamente adaptável às reformulações e requisições capitalistas. Neste sentido, a autora concorda com esse momento de cooptação da subjetividade, onde ocorre uma mobilização da “inteligência e o investimento subjetivo dos trabalhadores a fim de fazer face às exigências crescentes de qualidade e flexibilidade dos produtos”, num contexto de “desemprego tecnológico, desemprego estrutural e questionamento quanto à manutenção de direitos sociais já adquiridos”. Portanto, “a flexibilização da força de trabalho significa mais liberdade para o capital e maior insegurança para os trabalhadores”.

Este cenário de sequestro da subjetividade ocorre simultaneamente com a desagregação social e exploração da individualidade no processo produtivo. Os coletivos de trabalho se modificam substancialmente mediante o neoliberalismo, quando são substituídos pela fluidez operacional, pela flexibilização das funções e pela desagregação do espaço-tempo do trabalho – e isso, evidentemente, também na mineração. Percebe-se na fala do trabalhador aposentado da mineração **M.3**³⁵ (a seguir) como tais coletivos de trabalho geram nostalgia, pois funcionavam como espécie de respiro na ampla jornada, e contribuía para o alívio desta através do divertimento, das trocas, das sociabilidades através de jogos, do compartilhamento de

³⁵ O porquê da nomenclatura **M.3** ficará evidenciada através das tabelas 2, 3 e 4 que apresentam o perfil socioespacial dos entrevistados. Adotou-se a letra P para Potosí e M para Mariana.

questões operacionais e dos desabafos. Além disso, apreende-se como estavam muito bem delineadas as funções de empregado e aquela do chefe personificado.

[...] jogava baralho, dominó, fazia comida na lata, todo mundo comia, a saudade de casa batia, da mulher né? Mas, lá a gente dividia quando não sabia fazer. **Era uma zuação só.** Também faziam umas sacanagens de trocar sabonete por produto químico da flotação, quando o cara via já *tava* todo sapecado. [risadas]. **A gente trabalhava, mas divertia.** Dava pra guardar um dinheirinho pra levar pra casa, comprar os tijolos. [...]. **Ixi, o chefe aparecia, ficava todo mundo estátua.** Até assustava quando ele só ia para fumar um cigarro. Nunca se sabe, né? [...]. Quando queria descansar, jogavam matacão lá [no britador]. Paravam tudo. Mas eu tinha que ir lá né? Mecânico, pagava o preço do descanso dos outros. [Entrevistado M.3, Trabalho de campo em Mariana - 2018].

É curioso como as narrativas de quem vivenciou certas modificações do trabalho se convergem. O *Grupo de Pesquisa Conexões Saberes sobre o Trabalho (UFMG, 2006)*³⁶ verifica de que forma Felipão³⁷ [homem, prestes aposentar-se em época do testemunho, operador desde o final da década de 1970] percebe as modificações vivenciadas sendo trabalhador da maior empresa estatal de mineração brasileira, a Vale do Rio Doce, e as transformações decorrentes de sua privatização, em maio de 1997, que “foi acabando aquela coisa do aconchego, aquela coisa dos estar juntos, porque começou a dispersar muito”, no que diz respeito à ampliação produtiva regional e mundial desta empresa.

Pós-privatização, a primeira coisa que começaram a acabar foi esse negócio do transporte pesado, onde a gente tinha um armário que guardava os objetos pessoais, aquele negócio todo. Então isso começou a acabar, começaram a acabar com o transporte pesado, que era esse aconchego. O restaurante que fica dentro da área da Vale, também foi um motivo pra acabar com essa coisa, essa coisa de estar juntos. **Porque muitos passariam a jantar e almoçar no restaurante, então não ficava ninguém pra jogar baralho na hora do almoço, em hora de janta.** Aí começou a dispersar: hoje em dia, você não consegue mais... a não ser um grupo muito pequeno pra fazer um churrasquinho no final de semana, uma coisa assim. Então acabou. **Pra mim, a principal mudança, pra assim, no meu caso, quando acabou com essa convivência dos turnos, dos grupos. A privatização trouxe isso. Ela dispersou todo mundo** (UFMG, 2016, transcrição e destaques nossos).

³⁶ Trata-se do vídeo “Lições de pedra para quem soletrá-la” (2006) divulgado em página do Grupo de Pesquisa Conexões Saberes sobre o Trabalho da Universidade Federal de Minas Gerais. Direção: Gisele Favacho. Recuperado de: <http://trabalho.fae.ufmg.br/arquivos>. Acesso em: julho/2019.

³⁷ Inscreveu-se aqui o seu nome, pois o seu testemunho está registrado e divulgado na internet, e amparado pelo Comitê ético da Universidade Federal de Minas Gerais onde se executou tal atividade de pesquisa.

O testemunho de Felipão (UFMG, 2006) é um revelar da concreticidade das modificações do trabalho, no que concerne à dissolução dos coletivos (Alves, 2011), à uniformização comportamental do trabalhador através da substituição de relações sociais do trabalho por relações profissionais do trabalho (Rosenfield, 2002), além da dissipação da figura personificada do chefe. **“A gente compartilhava essa raiva, essa insegurança, e compartilha essas coisas. O motorista também compartilhava que a estrada está ruim, é... que eu estou com problema de coluna. Então, todas as nossas reclamações, todos os nossos problemas, eram discutidos ali, porque tinha esse convívio.”** Além destes elementos, há menção também à flexibilidade das equipes de trabalho das unidades produtivas: **“eram dois calderistas, eram dois ajudantes, tinham mais motoristas trabalhando. [...] Hoje em dia, a cada momento, você está com uma pessoa diferente** (Entrevistado Felipão, UFMG, 2006, transcrição e destaques nossos).

Neste sentido, o trabalhador da mineração Primo (UFMG, 2006) menciona o que representou a inserção obrigatória dos APR (Análise Preliminar de Risco) na atividade mineradora que, para além de exercício de segurança do trabalho, se executa como flexibilização do controle (que passa a funcionar via autocontrole do trabalho) e responsabilização produtiva do trabalhador.

(Indagação: que que é a APR?) É, você usa esse APR que é um eliminar de risco. Você preenche, tipo um cheque mesmo, você está colocando ali, tipo assim... É para... Pra *mim* pegar essa barra, o que eu tenho que estar fazendo, quais são os riscos, né, iminentes nessa área, nessa tarefa. **Aí o próprio funcionário tem que estar levantando os riscos.** Tipo assim, **a empresa as vezes joga aquela responsabilidade em cima do funcionário.** Como? Se acontecer o acidente, aí o chefe vai virar pra ele e vai dizer: vem cá, você colocou aqui que você teria que estar erguendo essa barra aqui, colocar antes uma alavanca primeiro, você não colocou a alavanca, e você pensou o seu dedo. **Então, é tipo assim, se o funcionário já preencheu aquilo, o chefe tira de cima da empresa e coloca em cima [do trabalhador], que ele é o responsável pelo acidente que aconteceu.** Essa APR, essa eliminar de risco, [mas] o funcionário acaba sendo a vítima. Você estava fazendo essa tarefa, você colocou que não devia pegar na barra, mas você pegou (Entrevistado Primo, UFMG, 2006, transcrição e destaques nossos).

Cabe salientar que se trata de uma ferramenta obrigatória de gestão do trabalho em ambientes confinados ou que possuem relação com a execução de atividades em altura, que deve ser elaborada pela empresa em conjunto com os chamados colaboradores-empregados; mas que são transformados em mecanismo de responsabilização produtiva e de incremento das atividades a serem desempenhadas pelo trabalhador. A este respeito, Alves (2011, p. 2-4)

percebe nestas modificações apontadas justamente a continuidade do movimento da expansão capitalista, de forma a verificar na contemporaneidade não uma cisão ou alteração profunda da morfologia social do trabalho, mas um ajuste espacial (no sentido atribuído por Harvey, 1992) favorecedor da própria expansão. A capacidade flexível – a flexibilidade - tão propagada e admirada por seu ineditismo fluido num mundo globalizado, torna-se “estratégica para a acumulação do capital”, já que dispõe também da flexibilidade “relativa à legislação e regulamentação social e sindical” da força de trabalho. Concorda-se com Alves (2011, p. 3) para quem a maior modificação da morfologia social do trabalho reside na flexibilidade da força de trabalho, que altera a dinâmica da “troca metabólica entre os espaços-tempo de vida e espaço-tempo de trabalho, em virtude da ‘desmedida’ jornada [... que] corrói o espaço-tempo de formação de sujeitos humano-genéricos, aprofundando, deste modo, a autoalienação do homem que trabalha”.

Além disso, impõe paradoxos para que se execute o chamado autocontrole do trabalho, por meio da precarização enquanto realização socioespacial da *construção-destrutiva* do espaço latino-americano. Tais paradoxos atuam como *metanarrativas espaciais* que catalisam a expansão capitalista, pois dispõem não só sobre as consequências territoriais do movimento [às quais Gudynas (2014) denomina efeitos derrame], mas revelam a tendência, ou seja, os fundamentos e estruturações do próprio movimento, quando estes já se resvalam no território (por meio da denúncia de seus princípios e vinculações), mas depõe sobre a forma como irá se executar socioespacialmente. Assim, as tragédias do minerar é um evento da *Espacialidade Mineratória*, mas denuncia também os ajustes necessários à continuidade do movimento - por este motivo, o drama não cessa pós-evento ao sujeito situado.

Assim, este autor aponta uma espécie de “tríplice crise da subjetividade humana”, que reside na alteração brusca na vida pessoal, na sociabilidade e na autorreferência pessoal, onde a sua dimensão de crise converge com a perspectiva marxiana de implicar riscos, mas também oportunidade de resistência ao movimento do capital. Portanto, a flexibilidade da força de trabalho “expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir, ou ainda, submeter e subordinar o trabalho assalariado à lógica da valorização, através da perpétua sublevação da produção (e reprodução) de mercadorias, inclusive, e principalmente, da força de trabalho” (Alves, 2011, p. 4). Esta acumulação flexível (Harvey, 1992) emerge como característica fundamental da precarização da força de trabalho e do homem que trabalha, e é expressão da tendência expansiva-seletiva do capital.

Deste modo, o mencionado sequestro da subjetividade não angaria uma nova forma humanizada de trabalho, ao contrário, trata-se de mecanismo de ajustamento do próprio capital, que agora também precariza o homem que trabalha. Alves (2011) utiliza as dimensões da dialética do trabalho marxiana e de ser social de Lukács para reformular o conceito de precarização. A noção de precarização do trabalho não abarca somente o trabalho morto, mas incorpora a “dimensão do homem que trabalha enquanto ser humano-genérico capaz de dar respostas ao movimento do capital”. Este autor elucida que a noção de ser humano-genérico, que sustenta a expressão homem que trabalha, advém da cisão histórico-ontológica de Lukács acerca das “individualidades pessoais de classe”. Por este motivo, sua proposta estimula a analisar não só a precarização da força de trabalho enquanto mercadoria, mas do próprio homem que trabalha, “no sentido de desefetivação do homem como ser genérico [que leva aos] novos modos de (des)constituição do ser genérico do homem” (Alves, 2011, p. 2). Neste sentido, este autor discorre sobre as três mudanças de caráter que reformulam a morfologia social do trabalho no espaço-tempo de análise na virada do século XX ao XXI, quais sejam: 1. A “dessubjetivação de classe”; 2. “Captura” da subjetividade do homem que trabalha; 3. Redução do trabalho vivo a força de trabalho.

A “dessubjetivação de classe” se relaciona à desagregação dos “coletivos de trabalho”, conforme verificado nas narrativas anteriores. Tais coletivos são dissolvidos por estarem “impregnados da memória pública da luta de classe” (Alves, 2011, p. 4), presente na fala de Felipão quando referencia se tratar de momento de compartilhamento, reclamações e aconchego, como também na fala de **M.3** quando referencia a diferenciação entre os trabalhadores e o chefe, que estimula mudança de comportamento do coletivo.

É interessante notar que, em minas subterrâneas de Potosí, a despeito dos trabalhadores compartilharem uma mesma frente de lavra por dias consecutivos gerando um clima de cooperação, e de estarem unidos por associação de mineiros, a precariedade do contexto espacial potosino (expresso na crise generalizada pelo emprego) ressalta a importância do desempenho pessoal na extração (e sua consequente remuneração proporcional), o que agrava a concorrência no interior de um mesmo grupo de trabalhadores, e contribui à desagregação de classe. Em tais minas, a despeito de uma forma de controle do trabalho aparentemente cooperativo, já que se tratam de associações e cooperativas de mineiros (e apesar da cobrança monetária para a concessão de uma frente de lavra), a imprevisibilidade no encontro de um bom veio de metal – estanho, zinco, e ainda prata - contribui para criar as condições necessárias para

que o trabalhador introjete a necessidade de dedicar-se ao máximo, em corpo, alma e pulmões. Assim, a imersão ao trabalho aumentaria as possibilidades de maior faturamento, o que respalda na inserção masculina precoce, ou seja, no trabalho infantil presente em tais minas (figura 15). Os coletivos de trabalho dissolvem-se para formas individuais e, no limite, familiares em Potosí, já que denunciam conhecerem que este trabalho diminui consideravelmente a expectativa de vida do trabalhador e aspiram a uma vida melhor aos seus filhos possivelmente longe das minas.

Figura 15: Adolescentes também são trabalhadores das minas de Potosí (Bolívia).



Fonte: Trabalho de campo, arquivo pessoal (2018).

Tal como se percebeu no encontro com **P.3**, que se deu no momento em que exercia sua ocupação de taxista. Mostrou-se interessado em responder as questões feitas, de forma que o diálogo ultrapassou a corrida programada entre a periferia, onde se hospedou no campo, e o Museu de la Moneda, localizado no centro tombado. P.3 trabalhou em minas desde os seus 10 anos de idade. A necessidade torna também comum a inserção de crianças na atividade mineradora. Apesar da esquiva destes quando se tenta fotografá-los (fotografia 15), pareceu extremamente naturalizado o trabalho infantil e, mais ainda, a divisão sexual do trabalho minerador. Sobre essa divisão, outro entrevistado **P.2** afirma que Pachamama, que é um mito indígena representativo da Madre Terra enquanto aquela que sustenta a vida, sentiria ciúmes da presença de mulheres com o El Tío, Senhor das minas, e castigaria a todos, de forma que a mulher se perfaz como mau presságio, má-sorte, à segurança do trabalho. Percebe-se, portanto, de que forma o mito da Pachamama além de expressar a rica vinculação com a natureza na

cultura indígena, também esconde a divisão sexual do trabalho³⁸ minerador, além de acobertar os incidentes de trabalho enquanto irritações da Pachamama.

Sobre as condições de trabalho, **P.3** retrata que era difícil a sua rotina na mineração: “pesava, machucava”. Quase morreu atropelado pelo próprio carrinho, responsável por subir blocos rochosos para a superfície. A sua renda contribuía para a sobrevivência familiar, já que cresceu acostumado com a morte do seu pai minerador, sua mãe inserida nas comercializações informais alimentícias, e os seus irmãos mais novos ainda em fase da escola. “Estando aqui, quero que não estejam lá” é o desejo de P.3 aos irmãos, agora que conseguiu comprar um carro para trabalhar como taxista. Esta narrativa encontra-se com as condições relatadas por M.3, resguardadas as diferenciações em termos de mecanização da atividade produtiva mineradora:

Era o *cumpadre* do britador, o *cumpadre* da escavadeira, *cumpadre* pra lá, *cumpadre* pra cá [sobre os coletivos de trabalho]. Depois, começou uma rotina mais dispersiva, com constantes mudanças nos turnos. Umás regras... Numa dessas, eu tava lá né. Corpo moído, de um tal jeito. Aquele dia um frio danado, de doer os ossos. Nu, que friagem. Aí tô pra lá, tô pra cá, resolvendo trem. Do nada, a peneira pára. Eu pensei: eta, lascou. Vou precisar resolver isso. Olho pro lado, cadê? **Não tinha um pra ajudar...** e o supervisor tava mais longe. Aí pensei. Vou dá um jeitinho de levantar isso aqui, curvo a malha, e aí pronto, resolvido. Vou eu. Menina, o cabo do trem entorna e tum no meu dedo. Quase chorei de dor. **Mas continuei e resolvi, porque a esteira não podia ficar parada não, porque senão já já eles vinham puxar minha orelha.** Aí fiquei com aquele dedo. Lateja. Incha. Ficou uma bola vermelha. O supervisor viu, e perguntou: falei que não era nada. Pra que? No dia seguinte, chego pra trabalhar e havia notificação lá de reunião. Entro na sala... **tá eu, o mais bobo de todos, e chefe do sei lá quem, chefe daquele outro lá, chefe sei lá de quê.** Pergunta pra mim: fulano esse seu dedo foi acidente de trabalho? Como que eu falo? Olho pros lados, chefe. Eu falei que não era não senhor. **Me fizeram assinar um negócio lá, que nem li de tanto medo. E voltei a trabalhar. Esse dedo torto aqui, menina, tem história.** [É uma história de medo?]. ah, é e muito trabalho. Já dei muito jeitinho pra eles [pros chefes]. **Quando dá certo, ninguém fala. Quando dá errado, entorta o dedo. Vai reclamar com quem? Você tem que agradecer...** [Entrevistado M.3, Trabalho de campo em Mariana – 2018].

Assim, M.3 faz um importante relato acerca da responsabilização produtiva do trabalhador na mineração, na dissolução de equipes de trabalho mais bem integradas, e na situação que ocupa dentro do quadro das estruturas de comando - terreno propício para o

³⁸ Um importante e premiado documentário retrata o trabalho resistente de mulheres em minas de Potosí, denominado *Mujeres de la mina* (2014), direção Loreley Unamuno e Malena Bystrowicz. Trata-se de uma resistência, pois descreve a persistência dessas em um contexto completamente machista e de forma naturalizada por mitos. Além dessa obra, recomenda-se fortemente o livro “Se me deixam falar” (Viezzler, 2003) que se trata de uma narrativa intensa da boliviana Domitila, que da luta operária passa a reivindicar justiça social, além de expressão ímpar do *ser* minerador latino-americano.

desenvolvimento dos processos de dessubjetivação de classe. Neste sentido, para Alves (2011, p. 11-12), o contexto de reestruturação produtiva das grandes empresas capitalistas a partir da década de 1970, as modificações na política com “experiências históricas de derrotas sindicais e políticas da classe”, somadas às “derrotas históricas do trabalho no processo de luta de classes”, contribuem para o que o autor considera como “intensos processos sociais de dessubjetivação de classe”, que se associa à “ofensiva do capital [com] a vigência da ideologia do individualismo na vida social” através da desvalorização das “práticas coletivistas e os ideais de solidarismo coletivo na qual se baseavam os sindicatos e os partidos e disseminam-se na cultura cotidiana, influenciada pela mídia, publicidade e consumo, os ideais de bem-estar individual, interesse pelo corpo e os valores individualistas do sucesso pessoal e do dinheiro”. Além disso, questiona a “corrosão dos espaços públicos enquanto campo de formação da consciência de classe contingente e necessária, e, portanto, do em-si e para si da classe social como sujeito histórico”. Assim, a esse momento do processo histórico de expansão do capitalismo intitulado neoliberalismo, prioriza-se a dessubjetivação de classe, ou seja, impõe-se empecilhos ao desenvolvimento da consciência e da luta perante o avanço do capitalismo global, bem como focaliza-se a destruição do passado³⁹, enquanto maneira de garantir o presente-contínuo, a não vinculação histórica, e de criar o terreno propício à execução das *metanarrativas espaciais*, tais como os ideais de *progresso* e *desenvolvimento* anteriormente conceitualizados.

Conciliado ao primeiro caráter da morfologia social do trabalho (dessubjetivação de classe), tem-se o segundo que diz respeito ao sequestro da subjetividade humana. O sentido de subjetividade vai além da cooptação da capacidade criativa do homem, e adentra os terrenos da construção da própria subjetividade, que é, por essência, intersubjetiva. Em outras palavras, este caráter converge com o anterior ao se centrar nas formas de dissolução das relações sociais que constituem o *ser* social. Assim, as formas de controle do trabalho priorizam a dissolução dos coletivos e das teias de relações e exalta o desempenho individual, o que se expressa não apenas numa forma de “controle/manipulação das instâncias psíquicas do sujeito burguês, do homem que trabalha, apreendido como uma mônoda social, mas [na] corrosão/inversão/perversão do ser genérico do homem como ser social” (Alves, 2011, p. 4). Mas, é importante salientar: este processo de captura não é verticalizado e sem resistências.

³⁹ Por isso, torna-se salutar as investigações acerca de intervenções territoriais e da patrimonialização da cultura e da natureza, como tem desenvolvido o Grupo de Pesquisas CNPq Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe, do Departamento de Geografia da UnB.

Ocorre, ao contrário, através de processos complexos que envolvem a coerção através do cenário de precarização, que cinde ainda mais o *ser* social e estimula a subversão da sobrevivência em detrimento da realização espacial de si, de sua existência humanamente possível; associada a formas de consentimento e até cooperação, nos processos de individualização na realização social. Nesta lógica, quanto mais profunda e estrutural a precarização da força de trabalho e do homem que trabalha, mais estimulante se torna posicionamentos que expressam uma afetação altamente individualizada e desconectada, em termos escalares e sociais, com outras realidades e realizações espaciais.

Como é o caso das manifestações frequentes presenciadas na cidade de Mariana (Minas Gerais, Brasil) que reclamam o retorno das atividades mineradoras (figura 16), que foram parcialmente cessadas mediante o rompimento da barragem de rejeitos apontado anteriormente. Tais manifestações incitam uma identificação coletiva com a empresa que se faz por meio da necessidade empregatícia através do *Somos Todos Samarco*, que é uma das principais mineradoras da região. O pedido de retorno às atividades é realizado em cenário de imprevisibilidade das compensações humanas e ambientais mediante o evento.

Figura 16: Manifestação em posto de gasolina na estrada de conexão da sede do município à área de operação das minas da Vale e Samarco.



Fonte: Trabalho de campo, arquivo pessoal (2018).

Esta espécie de campanha, *Somos Todos Samarco*, acumula em uma rede social, por exemplo, quase 9,2 mil seguidores, com milhares de mensagens de apoio e de cobrança por compensações pela tragédia de Mariana, em 2015. Em termos comparativos, esta cifra representa quase 17% de toda a população marianense [importante destacar que em 2017, 26% se trata de população ocupada, conforme IBGE], a despeito de se tratar de uma manifestação social concernente a toda a rede minerária produtiva, disposta ao longo do Rio Doce até a sua foz Linhares (Espírito Santo, Brasil), localizada há uma distância de duas horas do principal porto (Tubarão - ES) de escoamento mineral desta empresa. Aliás, a respeito da população marianense, é salutar o seguinte destaque: segundo o censo demográfico de 2014, Mariana contabilizava uma população de 58.233 habitantes, desconsiderando a cifra de trabalhadores temporários em empresas que prestam serviços diversos (logística, elétrica, mecânica, transporte, de execução de obras) à mineração, e que frequentemente acusam moradia na cidade de origem, dado o caráter temporário e indireto do serviço executado. Já no último censo disponível (IBGE, 2017), a população marianense decresce para 54.219 habitantes, uma redução de um pouco mais de 4 mil pessoas. É provável que a migração de retorno explique o fenômeno, devido a paralisação parcial das empresas mineradoras na região mediante a tragédia de Mariana. A dimensão de tragédia enquanto síntese da *Espacialidade Mineratória* será discutida no terceiro tópico deste capítulo.

Porquanto, para Alves (2011, p. 14-15), ao explorar a subjetividade à expansão capitalista, os treinamentos que aspiram à execução de formas de controle do trabalho passam a mobilizar o que considera como “valores-fetiches”, que também são *metanarrativas espaciais*, extremamente passíveis de afetações mediante cenário da individualização de classe, e que levam às barbáries sociais, como são as tragédias da mineração. Trata-se de uma “fábrica do medo” que atua “na instância do pré-consciente e do inconsciente, torna-se a “moeda de troca” dos consentimentos espúrios das individualidades de classe, tal como a coação verificada na fala destacada de **M.3**, que o impossibilita de mencionar o acidente de trabalho pelo risco de sua autoresponsabilização, o que culminaria em sua demissão. Portanto, a função estrutural da barbárie social é a produção simbólica do medo como afeto regressivo da alma humana” (Alves, 2011, p. 14-15). A fábrica do medo extravasa o seu papel de produção subjetiva, e adentra a concreticidade da construção espacial marcada pela precarização. Conforme figura 16, aqueles desempregados de uma empresa de mineração, ou que se sentem afetados pela paralisação do

rompimento que provocou mortes e a destruição do lugar de vida de milhares de pessoas, criam um mecanismo de identificação e solidariedade justamente com essa empresa, pois vê a continuidade de sua própria reprodução (vinculado ao trabalho na mina) ameaçada e, a partir disso, se distancia em humanidade dos atingidos e mortos pelo evento. Isso ocorre também pelo fato da *Espacialidade Mineratória* se impor enquanto lógica espacial onde se perpetua, através da forja da dependência socioeconômica em relação à atividade⁴⁰.

A subversão paradoxal do par existência-sobrevivência, que poderia também ser a identificação social e a individualização de classe através do aprofundamento do cenário da precarização, é o que garante a reprodução contemporânea da expansividade capitalista mediante a perpetuação de paradoxos que distanciam o homem de si mesmo. O que levará ao último e terceiro caráter teorizado por Alves (2011) que se trata da redução do trabalho vivo a força de trabalho como fundamental à sua morfologia social. Alves (2011, p. 22) absorve a dialética do trabalho já mencionada para dispor sobre “a bipartição da personalidade integral do homem proletário que possibilita as operações de manipulação/’captura’ da subjetividade do trabalho pelo capital”. Assim, a cisão do homem, consequência do caráter civilizador do capital, é terreno de catalisação do próprio processo civilizatório da *construção-destrutiva*, e signo de retotalização da *Espacialidade Mineratória*.

Este homem que coopera com a expansão capitalista, pois está cindido de sua humanidade, operacionaliza a forma mais fluida, flexível e efetiva de reprodução do capital através do autocontrole do trabalho. Isto porque, enquanto *metanarrativa espacial*, se opera um aliciamento da subjetividade mascarado pelo discurso da incorporação das tecnologias da informação que proporcionam maior flexibilidade do processo produtivo, e do aumento da qualidade da produção, já que esse trabalhador – em corpo e alma – possui a tarefa de lidar com o imprevisto, o inusitado e promover o novo. Ou seja, há mecanismos que levam o próprio trabalhador a se responsabilizar pelo processo produtivo, e isso se opera de forma vertical e interiorizada. É percebido que no trabalho minerador este novo princípio se consolida através da desagregação de classe, onde operários que antes passavam o tempo-trabalho juntos, passam a lidar uns com outros somente no que concerne ao atendimento de uma etapa produtiva. Bem

⁴⁰ O trabalho no âmbito da economia de Enriquez (2007) questiona se a base econômica mineira se trata de uma maldição (por conta dessa monotonia socioeconômica, que impede o desenvolvimento de outras atividades) ou se poderia exercer-se como dádiva, seguindo-se preceitos de um suposto desenvolvimento sustentável. Contudo, não houve relato empírico que demonstre a mineração como dádiva, senão a partir de indicadores de crescimento econômico.

como, houve a criação de mecanismos que garantem a responsabilização do próprio trabalhador por todas as etapas da produção, como a maneira como se constroem os APR's, e a precarização do mundo do trabalho que se aprofunda e estimula comportamentos atrelados à concorrência, expressão mais concreta da transformação do trabalho vivo em mercadoria.

Por este motivo, Alves (2011) denomina o atual contexto histórico de “capitalismo manipulatório”, que corresponde ao que Gaulejac (2015) acusa “capitalismo paradoxante”, pois inibe o próprio homem de ser social, impõe paradoxos à percepção da contraditoriedade de classe e afeta os mecanismos de identificação social. Este homem passa a introjetar em si mesmo não só a responsabilidade pelo processo produtivo, como também acolhe em seu corpo as problemáticas geradas na *construção-destrutiva* capitalista de base espacial, e não consegue projetá-las enquanto sintomas sociais. Disto decorrem as profundas taxas de doenças psíquicas relacionadas a este momento de expansão capitalista (que vai da depressão à esquizofrenia), e que Gaulejac (2014) sintetiza como neurose de classe, enquanto crise da identificação humana.

Em resumo, o ser social não percebe estar submetido à *injunção paradoxal* que se converte no autocontrole do trabalho e inibe a capacidade do *sujeito situado* de reagir à violência que o acomete. Assim, o mecanismo da *injunção paradoxal* é favorecedora da *situação espacial duradoura* (Costa, 2016) que garante a reprodução da modernidade-colonialidade e, por isso, sustenta a retotalização da *Espacialidade Mineratória*.

4.2 As *injunções paradoxais* do sujeito em *situação espacial duradoura*: concreção Potosí.

No âmbito de teorias que analisam o comportamento humano, as *injunções paradoxais* são centrais ao “duplo-vínculo” ou double-bind, primeiramente teorizadas por Bateson et al (1956). Tais autores foram os primeiros a descreverem o dilema da comunicação (sendo o duplo-vínculo um perturbador da nitidez comunicacional) para o estabelecimento das causas, origens e natureza do distúrbio denominado esquizofrenia. Em suas observações, verificaram que a clareza da comunicação estabelecida com indivíduos acometidos por essa doença mental nem sempre ocorre, o que o aprofunda e submete à chamada *injunção paradoxal*. Isto é, o esquizofrênico não consegue distinguir entre uma mensagem ou outra, pois estas se anulam, gerando um impasse onde este sempre se sente derrotado, e não consegue entender o contexto de significantes da própria mensagem. O grande exemplo utilizado nas áreas psiquiátricas reside na figura de uma mãe que solicita ao filho “me ame, espontaneamente”, de forma que a obediência levaria este filho a um amor não espontâneo, ao mesmo tempo que a negação do pedido da mãe o levaria ao não-amor: ou seja, há um impasse impossível de resolução entre as mensagens, assim como não há uma reação social por parte do próprio filho para reivindicar maior distinção e clareza destas. Neste caso, na análise comportamentalista onde o sujeito é tratado como paciente, verifica-se que este está submetido à *injunção paradoxal*, que grafa a sua impossibilidade de responder a mensagem que o acometeu à confusão e, sozinho, ele não é capaz de resolver socialmente esta questão.

Cabe esclarecer que, na obra de Bateson et al (1956) – e na literatura contemporânea -, não há uma conclusão sobre o causador central da esquizofrenia, mas conclui-se que a profusão de mensagens paradoxantes [geradoras de confusão, por conta da indistinção das mensagens] acomete o paciente à apresentação de sintomas a ela relacionados, que se atrelam a uma perturbação da capacidade de identificação social do indivíduo, ou seja, de identificação de si em relação aos outros.

Para Knight (1991, p. 235), as *injunções paradoxais* diferenciam-se das injunções contraditórias. Isto porque as contraditórias, no estabelecimento da comunicação, requisitam ao indivíduo que ele escolha uma das mensagens, de forma a tornar possível a abdicção da outra. Assim, impõe-se ao indivíduo que ele escolha entre A ou B, onde é capaz de reconhecer os limites e os significados dos dois grupos, e optar por um dos dois. Situações do cotidiano impõe

injunções contraditórias todo o tempo: esta ou aquela roupa, comer isto ou aquilo, ir ou não ir a tal lugar ou a tal encontro... Por outro lado, as *injunções paradoxais* geram “a falência da própria escolha. Nada é possível. O receptor não pode sair do âmbito da mesma [mensagem]. Não pode reagir nem adequada nem tão pouco desadequadamente”. Para Knight (1991), as *injunções paradoxais* também são frequentes e não são sozinhas responsáveis por gerar a esquizofrenia, mas essa confusão comunicacional quando repetitiva e processual talvez induza ao distúrbio comportamental. “Para isso, é necessário que este tipo de relação seja induzido de uma forma precoce e repetitiva na infância, por um ente próximo e muito significativo, a maior parte das vezes a mãe” (Knight, 1991, p. 236).

Por este motivo, Knight (1991, p. 235-240) propõe três tipologias de comportamentos que abarcam as possíveis maneiras que os indivíduos possam reagir às *injunções paradoxais* em situações do cotidiano, quais sejam: 1. Comportamento paranoide, que se relaciona à inquietude excessiva do sujeito para buscar os significados das mensagens que lhe são atribuídas, podendo supor que tais mensagens irão atingi-lo e, por isso, mostra-se desconfiado de maneira sintomática [isso ocorre frequentemente na entrevista com trabalhador da mineração, ou aposentado, ou seus familiares; que recuam-se nas respostas por antecipar possíveis sanções da empresa mineradora]; 2. O segundo posicionamento chamado hebefrênico seria o de aceitar o sentido literal de todas as mensagens recebidas, sem intenção de discernir os significados para além daquilo aparente ou que tenha sido apresentado [postura que descreve a ascensão de movimentos de ultradireita, ainda que em detrimento da grande massa prejudicada pelo recuo de políticas sociais; ou a reivindicação imediata pelo retorno da atividade mineradora, ainda que na permanência da forma geradora de tragédia]; 3. E o terceiro comportamento se relaciona à atitude de rejeitar, não reagir ou ignorar as mensagens que o cercam, numa atitude denominada catatônica [que explica o profundo movimento de identificação com figuras que se dizem apolíticas e dissociadas de uma suposta velha política nacional, mas que se elegem a cargos políticos; ou a imobilização de massas em cenários onde o pós-tragédia expressa a necessidade de superação do ocorrido ao desenvolvimento local].

Assim, as *injunções paradoxais* provocam internamente ao indivíduo reações denominadas paranoide (preocupação excessiva, mas confusa na busca por significados), hebefrênica (absorção do imediato, sem aprofundamento) e catatônica (rejeição de mensagens, ou não reação a estas). Por estar em *injunção*, o indivíduo não consegue identificar e solucionar sozinho o problema da comunicação e discernimento de mensagens, já que estas são

eminentemente espaciais – possuem contextos, temporalidades e escalas de acontecimento diferenciadas.

É necessário explicar que, a despeito da *injunção paradoxal* tratar-se de um mecanismo que acomete o indivíduo, Gaulejac (2014) defende sua fundamentação social resultante das contradições e paradoxos de classe, de forma a ascender-se ao que denomina “neurose de classe”. Por se tratar de conflito de identidade, que para Gaulejac (2014, p. 8) se agrava no que considera como sociedades hipermodernas, a neurose exemplifica todas as repercussões introjetadas psicologicamente, mas que possuem fundamentação em fenômenos que são sociais. Contudo, através da convocação da dimensão espacial do processo, e o seu rebatimento multiescalar, a *injunção paradoxal* não somente descreve um mecanismo de não encaixe ou pertencimento a um grupo social, mas denuncia a lógica contemporânea da realização capitalista-moderno do espaço latino-americano, através da denúncia da *situação espacial duradoura* (Costa, 2016).

A leitura geográfica da *injunção paradoxal* contribui para compreender de que forma uma noção clínica e psicológica de perturbação da mensagem, a qual influencia profundamente o indivíduo, pode se resvalar na condicionante socioespacial denominada *situação espacial duradoura*, teorizada por Costa (2016). E, além disso, de que forma são convertidas enquanto *metanarrativas espaciais* à reprodução da modernidade-colonialidade do *ser* minerador.

Neste sentido, Costa (2016, p. 1-2) defende os utopismos patrimoniais enquanto potencialização da realização simultânea de práticas territoriais alternativas e resistentes ao desenvolvimento capitalista, no que concerne à valorização “endógena e rendas alternativas, através de roteiros patrimoniais utópicos urbanos-rurais, nas periferias da América Latina”. Para o autor, o conceito de utopia é necessário, pois ocorre o rompimento “com a realidade presente e [projeção] do futuro” alternativo à reprodução da modernidade-colonialidade, e por este motivo “assume-se o utopismo como o ideal do processo social inovado e já em andamento; proposição no devir fundada em ações de potencialidades e de fragilidades situadas e em situação duradoura”. Assim, a dimensão de *situação espacial duradoura* serve ao revelar da lógica espacial do continente latino-americano - “ainda marcado pela colonialidade do poder e do saber, pela modernidade e modernização seletivas no território”, que acomete e violenta o sujeito situado, e influencia na sua capacidade de reação por estar em *injunção paradoxal*.

A *situação espacial duradoura* compõe a tríade proposta à apreensão do *ser* minerador por revelar a condição dilapidadora à qual o continente está submetido, que é inscrito

violentamente no movimento da modernidade-colonialidade, “como sua ‘outra face’, dominada, explorada, encoberta” (Costa, 2016, p. 3). Através dessa noção, é possível analisar socioespacialmente a situação do *sujeito situado*, com sua capacidade de reação ultrajada pela *construção-destrutiva* que produz as *injunções paradoxais* como procedimento *metanarrativo* à reprodução da modernidade-colonialidade. Conforme pode ser apreendido através do relato de **P.1**, para quem a necessidade de sobrevivência, que o levou ao trabalho na mina, é justamente o que tem usurpado a sua existência. **P.1** foi entrevistado no âmbito de seu exercício, repleto de pó, há dias sem se alimentar. Quando indagado se há pretensões de realizar outra atividade que não a mineração, a resposta foi o silenciamento. Não se entendeu se **P.1** se sentiu ofendido já que a mineração é, de fato, manifestação dele próprio, engolido e engolindo cotidianamente pó de estanho; ou se expressa a condição construída pela monotonia econômica e empregatícia que acomete o altiplano boliviano.

Esta dimensão da necessidade do trabalho minerador nutre todas as narrativas apreendidas em Potosí (Bolívia). Em cinco entrevistas realizadas, onde o perfil socioespacial está sistematizado na tabela 2, com dois mineradores (dois homens, um jovem e um adulto, sendo este último também guia à visitação de turistas na mina de Cerro Rico), um taxista (jovem, ex-minerador), uma vendedora formal (mulher, jovem, com filhos, esposa de minerador) e uma comerciante informal (mulher, idosa, mãe, viúva de minerador); foi apresentada uma questão central (entre outras realizadas, conforme o andamento da entrevista): “o que a mineração representa para a sua vida?”⁴¹.

Tabela 2: Perfil socioespacial de entrevistados potosinos (Bolívia).

Código	Identificação social	Morador do centro tombado / periferia	Ocupação
P.1	Homem, jovem entre 25 e 30 anos, casado	Periferia	Minerador
P.2	Homem, entre 45 e 50 anos, casado, com filhos	Periferia	Minerador e guia turístico nas minas gerenciadas por cooperativas em Cerro Rico
P.3	Homem, entre 25 e 30 anos, solteiro, ex-minerador	Periferia	Taxista
P.4	Mulher, entre 30 e 35 anos, mãe, esposa de metalúrgico (Comibol)	Centro tombado, com compartilhamento de pátio interno com hostel.	Vendedora, emprego formal
P.5	Mulher, entre 60 e 70 anos, mãe, viúva de minerador	Entre a periferia e a zona rural Porco	Comerciante informal

Este eixo de indagação procurou analisar as narrativas que compõe o *ser* minerador, na denúncia da condicionante *situação espacial duradoura* do sujeito potosino entrevistado.

⁴¹ Traduzido por: “¿Qué representa la minería para tu vida?”.

Salienta-se que, a imposição da diferença entre as línguas – entre o português brasileiro e o castelhano boliviano somado à língua quechua – contribuiu para o mecanismo evidente de diferenciação entre quem indaga e os/as entrevistadas, além de ter imposto um desafio a mais para o estabelecimento não só da comunicação, como o da apreensão de nuances, não-ditos (Pollak, 1989) e aprofundamentos para além da entrevista. Também por isso, quando comparado com a abertura à apreensão da genealogia e de não-ditos de entrevistados em Mariana (Brasil), houve a preocupação de absorver pelo menos os paradoxos nas respostas à questão central realizada. As narrativas de tais entrevistados/as foram todas transcritas em torno do mencionado eixo de indagação. A transcrição buscou revelar manifestações de *injunções paradoxais*, partindo do princípio de conceber tais narrativas enquanto denúncia da *situação espacial duradoura* (Costa, 2016).

Para Costa (2016, p. 21), “na dimensão da modernidade e da colonialidade, a América Latina obscureceu-se enquanto totalidade concreta, dada a concepção eurocêntrico-parcial de totalidade e universalidade [o que se operou por meio da negação política, do apagamento simbólico e da reclusão econômicoterritorial de indígenas e negros]”. O que se respalda na reprodução da *construção-destrutiva* enquanto norma à América Latina, na perpetuação da modernidade-colonialidade. Este movimento fundamentaliza a violência como parte da realização socioespacial do continente, por meio de suas expressões atreladas também à precariedade do trabalho, como pode ser apreendido através da narrativa de **P.2**.

Percebeu-se a partir da narrativa deste entrevistado uma espécie de duplo vínculo, que resguarda a sua *injunção paradoxal*. Para **P.2**, o trabalho na mineração contribui para que exerça a sua segunda atividade econômica, de ser guia de turismo em agência que oportuniza ao visitante conhecer a precariedade do trabalho mineiro. Isto porque, sua versão artesanal é o que atrai este fluxo turístico, que compõe a segunda atividade principal desta região. **P.2** pertence ao ramo que estetiza a precarização, e por isso estimula que turistas amenizem o cotidiano cruel dos trabalhadores levando-lhes regalos: bebidas, coca e dinamites; ao mesmo tempo em que este mesmo ramo é o que lhe fornece maior qualidade de vida, já que não precisa se dedicar tanto à lavra de blocos. O curioso é notar que **P.2** dissimula as narrativas de tragédia do minerar, que cotidianamente sacrifica corpos nos corredores escuros e subterrâneos de Cerro Rico, através do apontamento de se tratar de um serviço “muito seguro”, mesmo com incontáveis mortes e degradantes condições que distanciam, simbolicamente, **P.3** e **P.4** das minas de Cerro Rico: **P.3** no desenvolvimento da ocupação de taxista que oportuniza que consiga manter seus

irmãos mais novos fora de Cerro Rico “Estando aqui, quero que não estejam lá”; e **P.4** em ressaltar a informalidade do trabalho nas minas de Cerro Rico, através de sua subvalorização quando comparado ao trabalho de seu companheiro em empresa estatal.

Padilha (2012, p. 160) descreve tais condições, e identifica a forma como a resignação à *construção-destrutiva* também se converte em possibilidade de resistência através da manutenção da mineração artesanal, no que concerne o trabalho em Potosí. Esta autora retrata a dureza do trabalho artesanal, essencialmente braçal, mas destaca a vinculação do trabalhador não somente à esfera produtiva, mas a todo caudal cultural, político e religioso, nesta cidade. Assim, a despeito da mutilação da vida, já que se trata de uma atividade que provoca dezenas de mortes anuais (Padilha, 2012), é também a matriz da realização espacial de tais sujeitos, que contribuem à reprodução da mineração da maneira como ela se instaura, porque trata-se de um trabalho que confina sujeitos num mesmo espaço compartilhado, e os unem numa saber-fazer. Para Padilha (2012, p. 52), “O minério é fruto do contato do homem com a rocha e, também resquício da estreita relação entre a atividade e o imaginário do povo. Eles conciliam, mais que isso, encarnam na atividade e em consequência no corpo o imaginário através dos rituais e do saber-fazer na atividade: a técnica laboral”.

Assim, a reprodução da *construção-destrutiva* pela mineração, que revela a natureza da *Espacialidade Mineratória*, também se catalisa através da memória do saber-fazer minerador, que pode emergir como potencial germe de sua destruição. Isto porque, em Potosí, a mineração artesanal responde por 92% da empregabilidade de todo o setor mineral, segundo Padilha (2012); já em análise realizada com assentados de reforma agrária Cafundão (Mariana, Minas Gerais, Brasil), Rúbio-Schrage (2019) conclui que o saber-fazer minerador através da produção artesanal de painéis se institui enquanto marco da realização espacial destes assentados. Assim, em ambos os casos verifica-se certa resistência à incorporação tecnológica (tanto em termos técnicos, quanto da organização produtiva), o que institui uma velocidade diferenciada da realização espacial desta *Espacialidade* específica, e que pode denunciar uma forma socioespacial e utópica de conferir resistência a este movimento. O que Costa (2016, p. 29-30) chamaria de “possibilidades transgressoras” por meio do espaço.

Ademais, enquanto P.2 aponta se tratar de um trabalho extremamente seguro, ao mesmo tempo faz um alerta da importância dos turistas obedecerem quando este sinalizar que devem entrar numa espécie de refúgio (curva lateral no interior das minas, que permite que se proteja contra as toneladas de blocos arrastadas por trilhos coloniais). A responsabilização por acidente

nas minas de Cerro Rico é flexibilizada, aos trabalhadores e turistas, pela falta de cuidado no processo, ou não atendimento à exigência de encaminhar-se (de forma rastejante) aos refúgios em meio aos trilhos. Assim, a despeito da diferenciada mecanização produtiva que singularizam o processo nas concreções Potosí (Bolívia) e Mariana (Brasil), a *Espacialidade Mineratória* se reproduz por meio de suas *metanarrativas espaciais*, que catalisam o movimento, e da *situação espacial duradoura* que garante a duração da modernidade-colonialidade. Trata-se de um processo de colonização, pelo minerar, de corpos, mentes, territórios e, se não revertida a *situação espacial duradoura*, de devires.

Já na entrevista realizada com **P.5**, comerciante informal que atua nos arredores da mina, percebe-se de que forma a mineração ultrapassa a dimensão de ocupação (no caso de **P.5** de certa forma indireta), e se realiza por meio da tragédia do minerar, onde a morte é a sua face mais dramática. **P.5** menciona ter perdido um filho “lá dentro, lá dentro do morro”, no trabalho minerador. A memória da sua perda parece instigar sentimentos paradoxais e simultâneos: a sensibilidade do lembrar, provoca a dureza de ter que prosseguir tendo lembrado. A violência se converte nisso: no silêncio do sentir, e da necessidade em lutar para continuar, esta é a essencialidade do *ser* minerador (figura 17) e, mais ainda, do *ser* latino-americano.

Portanto, quando instigados a pensar sobre si no processo que o contextualiza, a reação frequente ora fora o silenciamento, ora a adoção de mensagens que demonstram sentidos paradoxais quando analisadas à luz dos significados atribuídos pelo próprio sujeito. A noção de que a jornada de trabalho na mineração é livre (conforme aponta **P.2**) se contrasta com as formas de controle e autocontrole do trabalho verificadas, onde a necessidade faz com que **P.1** fique dois dias sem se alimentar. As narrativas se vinculam ao eixo norteador da mineração, e este executa uma influência paradoxal sobre os entrevistados: ao mesmo tempo em que oportuniza de forma diversa a sobrevivência socioeconômica da cidade, é justamente o minerar quem mutila a existência corpórea e familiar do trabalhador-minerador, assim como cinde o ser social, já que se reproduz na perpetuação da individualização de classe e na realização espacial da *construção-destrutiva*, expressa na precarização do trabalho e do homem que trabalha e nas mortes destas condições decorrentes. São tragédias cotidianas da mineração.

Assim, a *situação espacial duradoura* definida por Costa (2016), em diálogo com H. Zaoual, J. P. Sartre, M. Santos e outros, revela a condicionante socioespacial do continente, como também converte-se simultaneamente em mecanismo de esclarecimento acerca dessa situação, à forja utópica de práticas territoriais alternativas a este movimento. Desta forma, a

situação espacial duradoura confidencializa as *injunções paradoxais* que atuam como *metanarrativas espaciais* de consecução da modernidade-colonialidade.

Figura 17: Ser minerador em Potosí.



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal (2018).

Conclui-se que a *injunção paradoxal* se refere à colonização da mente e do corpo e, a partir da relação dialética com a *situação espacial duradoura* (Costa, 2016), é possível

apreender o seu convertimento em *metanarrativa espacial* de consecução da modernidade-colonialidade. Portanto, a condicionante e duradoura situação à qual o sujeito latino-americano está submetido é revelada através da *situação espacial duradoura*, capaz de dialetizar corpo e espaço, colonialidade e espaço, sintetiza o sujeito violentado pela modernidade-colonialidade. Assim como, denuncia a dominação do corpo e sua realização socioespacial segregada, violentada, dramática. Assim, as tragédias emergem como síntese do movimento da *Espacialidade Mineratória*, onde o drama é marca da vida na América Latina.

4.3 Tragédia do minerar como síntese da *Espacialidade Mineratória*: concreção Mariana.

O *ser* minerador latino-americano reproduz a *construção-destrutiva* da modernidade-colonialidade, que é evidenciado por meio da *Espacialidade Mineratória*. Esta *Espacialidade* revela o processo, longo e duradouro favorecido por *metanarrativas espaciais* de consecução capitalista e pela condicionante *situação espacial* do sujeito na América Latina. Este processo se expande na colonização de outras áreas do globo, tais como o continente africano e periferias do asiático: mas parte-se desta localidade socioespacial latino-americana como regionalização necessária para se construir coletivamente uma resposta situada ao próprio movimento, através da perspectiva decolonial anteriormente apresentada.

Assim, enquanto evento do longo processo em curso, emerge o papel da tragédia do minerar à retotalização da *Espacialidade Mineratória*. A partir da dimensão filosófica de evento (Santos, 2006), constata-se que a tragédia do minerar atua: i. Na aparência (Kosik, 1963) de interrupção do processo; ii. Na denúncia da natureza do próprio movimento; iii. Em sua transformação em *metanarrativa espacial* que retotaliza o processo em curso; iv. E na sua face contrária e simultânea de oportunizar a percepção, conscientização e a utópica reversão da condicionante *situação espacial duradoura*.

A primeira feição da tragédia enquanto evento da *Espacialidade Mineratória* refere-se i. à criação de uma aparência de interrupção do próprio movimento, quando o sujeito em *situação espacial duradoura* (Costa, 2016) sente em seu próprio corpo o impacto da aparente paralisação do processo. Nos campos realizados em Mariana (Brasil), notou-se que este momento foi de solidariedade profunda com os atingidos e, simultaneamente, com a empresa mineradora.

Cabe a explicação de que, em tais trabalhos de campo, foram transcritas onze entrevistas (onde parte destas estão sistematizadas nos Anexos 1 e 2, e os perfis socioespaciais dos entrevistados estão sistematizados na tabela 3) durante três campos realizados em dezembro de 2016 (um ano após o rompimento da barragem e dois semestres como doutoranda da pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília), em julho de 2018 (quando já se tinha delineado bem o olhar investigativo, posterior à qualificação do doutorado e também do campo realizado em Potosí seis meses antes) e junho de 2019 (tempo limite para certificar-se através do teórico-prático da tese). O primeiro campo (dezembro de 2016) foi instigado pela percepção

de *injunção paradoxal* própria, onde a vida atrelada à mineração (tendo cursado técnico em mineração, objetivado um dia adentrar-se a uma empresa, tendo a sobrevivência garantida pelo trabalho minerador do pai, pela oportunização de trajetória de vida ao irmão, e com uma teia densa de relações estritamente relacionados com a atividade mineratória nesta mesma cidade e região), dificultou uma interpretação fácil e imediata do que estava acontecendo e o porquê, desde aquele 05 de novembro de 2015. Como concreto, havia mortes, uma cidade sepultada por lama, crise generalizada de emprego, uma relação tensa entre atingidos e trabalhadores, e uma cidade que assistia e ainda assiste o desenrolar cíclico da história forjada pela *Espacialidade Mineratória*, materializado em Brumadinho (janeiro, 2019). O primeiro campo ainda foi marcado pela dúvida e pela percepção de sentimentos que estavam acometendo uma *injunção* própria: como analisar e entender aquele evento? Este campo foi extremamente exploratório, porém fundamental para o diálogo e a orientação de se tratar de uma *Espacialidade Mineratória*, a ser revelada e neste movimento definida e conceituada. A *injunção paradoxal* é, portanto, convertida em *metanarrativa espacial*, por instigar que a tragédia e o drama sejam interpretados por sua feição aparente e imediata, o que Kosik (1963) denomina pseuconcreticidade. Já nos segundo e terceiro campos foi possível propor o eixo norteador da dialética do trabalho à apreensão do *ser* minerador, bem como entendeu-se o longo processo e as formas particulares como se resvalam nas concreções analisadas. A análise dessas narrativas em Mariana (Brasil) seguiu o mesmo princípio de Potosí (Bolívia), porém com uma abertura maior para a interpretação socioespacial do sujeito em relação aos significados que a mineração exerce sobre sua vida. Parte dos testemunhos encontram-se transcritos (Anexo 1), e se reproduz na tabela 3 o perfil socioespacial de cinco desses – os outros seis serão discutidos no que concernem à dimensão socioambiental – no próximo capítulo.

Tabela 3: Perfil socioespacial de entrevistados em Mariana (Brasil).

Código	Identificação social	Morador do centro tombado / periferia	Ocupação
M.1	Homem, entre 50 e 55 anos, casado, com filhos, cursou o ensino superior em área administrativa há poucos anos em instituição privada à distância	Arredores do centro tombado, casa própria	Cargo de chefia da Vale
M.2	Mulher, entre 40 e 45 anos, solteira, com ensino superior, cursou o mestrado na área de linguagem em Universidade Pública.	Arredores do centro tombado, casa dos pais	Professora do ensino secundarista
M.3	Homem, entre 55 e 60 anos, casado, com filhos, aposentado.	Periferia, casa própria	Ex-trabalhador da mineração

M.4	Mulher, entre 40 e 45 anos, atingida pelo rompimento da barragem.	Centro tombado, alocada pela empresa.	Reinventar-se sempre
M.5	Mulher, jovem, quase 30 anos, formada pela educação pública, doutoranda em História por Universidade pública.	Centro tombado, aluguel	Pesquisadora
M.6	Homem, entre 40 e 45 anos, pai, empresário lojista com mais de 15 funcionários diretos, com formação no ensino superior.	Centro tombado, casa própria. Dono também de outros prédios no centro da cidade.	Empresário
M.7	Homem, entre 28 e 30 anos, casado, técnico em mineração, engenheiro de minas, pós-graduação recente sobre barragens.	Periferia, morador de Ouro Preto.	Consultor
M.8	Mulher, entre 25 e 30 anos, solteira, formada em curso superior.	Arredor do centro tombado, casa própria, dos pais.	Serviço especializado na área de saúde
M.9	Homem, entre 30 e 35 anos, casado, com filho, curso superior.	Periferia, casa dos pais.	Trabalhador da mineração
M.10	Homem, entre 40 e 50 anos, solteiro, com trajetória na vida pública.	Centro tombado	Servidor público
M.11	Homem, 24 anos, solteiro, se autodenomina ecologista.	Em moradia coletiva, arredor do centro tombado	Guia turístico-ecológico, e artesão

Assim, acerca desta primeira feição atrelada à imediatividade ou aparência do evento, destaca-se duas narrativas que demonstram as diferentes solidariedades que o rompimento da barragem provoca no território marianense, e esta cisão também foi apontada pelos entrevistados **M.2**, **M.5**, **M.9**. Enquanto **M.1**, que ocupa a posição de chefia em empresa mineradora, acredita que a tragédia possui fundamento técnico [postura consoante com **M.7**], e que a “empresa não errará novamente”, pois ela emerge como “ato falho”; tem-se também **M.2**, que se incomoda com o silenciamento e a violência com o atingido, e apresenta uma visão diferente:

Está tudo errado. O momento mais humano que eu sinto em tudo isso é no minuto da serene, onde bate raiva, angústia, mas sente alguma solidariedade, sabe? Todo 05 de novembro a cidade se permite lembrar. Nos outros dias, há uma tensão impregnada aqui sabe? Os atingidos que são obrigados a morarem por aqui (em casas alugadas pela empresa) enfrentam todo tipo de agressão. São hostilizados. As crianças andam reclamando de serem chamados de pé de lama. Ah... é uma tristeza tão grande. Parecem que são vistos como barreira para empresa voltar a funcionar. [..]

Outro dia, coitado, amparei um senhor todo curvado ali naquela ribanceira. Ele me disse que lá [em Bento Rodrigues, enterrado por lama da mineração] era acostumado a andar pra todo lado. Mas era chão, né, terra. Esse homem tinha força pra roçar, e hoje está aí, morrendo e é de tristeza. Agora eu entendo quando a gente lê um poema ou uma música que diz que ser quem se é fortalece. Fortalece mesmo. Esse povo todo fica todo perdido na cidade.

Vinham aqui mal mal pra fazer compras. Agora estão aqui, praticamente soterrados. A sua cidade foi, e eles foram junto (Entrevistada M.2, arquivo pessoal, 2018).

A entrevistada **M.2** sente-se agoniada com tudo que presencia. O que ela sente é justamente em decorrência de perceber-se condicionada pela *situação espacial duradoura* (Costa, 2016) que a faz sentir essa agonia de verificar esta espécie de impasse marianense, materializado na violência cotidiana com os atingidos: “quem perdeu emprego parece que odeia os atingidos. Quem ainda tem, parece que odeia ainda mais por conhecer alguém que perdeu o emprego”.

Além disso, a entrevistada **M.2** percebe os interesses capitalizados que norteiam os processos decisórios: “Desculpa esse pessimismo todo, mas ando muito triste. O prefeito é um fantoche, igual todos foram. E a gente parece que fica aqui, assistindo. Tem até alguma movimentação assim, meio social, meio ONG... Mas, o que esse povo é perto desses engravatados de empresa?”. O que se encontra com a segunda feição, que se relaciona à capacidade de a tragédia do minerar **ii**. Denunciar a natureza violenta da *Espacialidade Mineratória*, dada a cotidianidade das mortes (verificada em Potosí), ou a dramaticidade dos rompimentos de barragem, que é a realidade socioespacial do minerar na América Latina, agravada nos últimos anos no Brasil e nos estados aprofundados pela lógica neoliberal da extração, tal como Minas Gerais e Pará. Desta forma, as tragédias de Mariana e Brumadinho expressam os mais dramáticos eventos contemporâneos. Mas, as tragédias do minerar vão além: soma-se a tais rompimentos a violência cotidiana pelo trabalho, pelo corpo e pelo território por meio do *ser* minerador, além das ameaças de rompimento de tantas outras barragens que recobrem o continente, e que tem forjado o drama em contextos espaciais que são concreções deste movimento, tal como Barão de Cocais.

O testemunho de **M.3** revela a precariedade e a forma contemporânea de exercer o controle do trabalho na mineração, por meio da responsabilização e do aumento da carga produtiva ao trabalhador. **M.3** relata que fora mutilado por conta de acidente de trabalho, sendo induzido a assumir toda a responsabilidade. Como forma de conforto à violência do minerar, **M.3** relega à Deus a tarefa de explicar e conduzir a realidade que presencia, mesmo tendo sido constrangido a assinar um documento contra si mesmo. Assim, sobre o rompimento da barragem, **M.3** afirma: “Deus sabe o que faz”. O que se encontra com a narrativa de **M.4** que converte a violência sofrida pelo rompimento em algo a ser superado com a ajuda da própria

empresa que promoverá a sua salvação. Assim, **M.4** passa a se identificar com a empresa mineradora, pois vislumbra que será ela quem resolverá o seu drama, que transformado em esperança de uma vida melhor: “Tenho [saúde de Bento], mas o novo Bento vai ser melhor pra nós. Se Deus quiser”.

O que leva à terceira feição, atrelada aos **iii.** mecanismos *metanarrativos espaciais* que revelam os ajustamentos necessários para que se garanta a continuidade da *Espacialidade Mineratória*. Além do testemunho da atingida **M.4**, que está distante das mobilizações coletivas de atingidos e movimentos sociais, pois acredita que a empresa irá amenizar o seu drama, destaca-se Serra (2018) que alerta para a transformação de Bento Rodrigues (Mariana-MG, enterrado pela lama da mineração, em 2015, figura 18, e retratado no mapa 1) sendo transformado num dique de ampliação de uma nova e ainda maior barragem que ampliaria a capacidade de exploração mineral da região.

Figura 18: Tragédia de Mariana: síntese da *Espacialidade Mineratória*.



Fonte: A imagem superior (primeira linha) expressa uma porção do que sobrou de Bento Rodrigues. A restrição de acesso impede que se enfoque as marcas de lama que ainda se fazem presentes três anos após a tragédia (na ocasião do campo). Essa restrição está expressa nas imagens que compõe a segunda linha, que demonstram o totem de indicação da Estrada Real (interrompida pela lama, corresponde a trecho do Caminho Velho, principal rota de escoamento de ouro da Coroa lusitana, liga Ouro Preto/MG ao porto regional de Paraty/RJ, que seguiria para o porto central no Rio de Janeiro/RJ). E, à direita, o portão que privatiza Bento Rodrigues, com as devidas sanções listadas em placa (as três fotografias foram tiradas no trabalho de campo realizado em 2018).

Assim como, salienta-se a importante atuação das mídias alternativas na denúncia das *metanarrativas espaciais*, que aproveitam-se das tragédias do minerar à expansão da *empresa* colonial mineradora, onde assinala-se a atuação da fotojornalista Ísis Medeiros que, por meio do projeto Evacuados⁴², denuncia a expropriação material e subjetiva não só dos atingidos por barragem, mas daqueles em áreas de expansão da mineração pela tragédia. Assim, a tragédia do minerar expressa não somente o drama dos sujeitos e territórios violentados, mas é convertida em *metanarrativa espacial* de expansão da *Espacialidade Mineratória*.

Testemunho-síntese, **M.5** percebe uma violência que lhe é parte integrante. Além de sentir a cidade de Mariana presa a um movimento cíclico atrelado à mineração – que se revela aqui como *Espacialidade Mineratória*, **M.5** se assusta com a reação rápida da cidade, no que concerne à solidariedade para com atingidos e empresa.

[...] Na mesma noite, ela conversando com o marido, eles discutiram sobre isso. Por que ela disse: agora a cidade vai ter uma nova relação com a mineração, ela experimentou o impacto disso, e ela vai precisar repensar a forma como o poder público e como ela tem visto isso. O marido dela disse: não, elas não vão. Ela disse: vão. Ele disse: não, não vão. Enfim. [...]. O que aconteceu minutos depois, foi que havia páginas de “somos todos samarco”, foram minutos depois, foi uma reação realmente muito rápida. E foi uma certa, houve uma solidariedade imediata, com relação às famílias e etc, mas também em relação à empresa, muito radicalmente. Então, e aí, claro, a gente sabe, uma relação de dependência econômica que a cidade tem. Então, houve o medo do trabalhador de perder o emprego, absolutamente legítima, e o problema é que as coisas ficaram cada vez piores (Entrevistada M.5, arquivo pessoal, 2018).

A narrativa de **M.5** é reveladora da *Espacialidade Mineratória*. Percebe-se, também a partir dela, várias faces do convertimento da noção de tragédia em *metanarrativa espacial* de consecução da expansão capitalista, que se reproduz pela e para gerar *injunção paradoxal* que contribui à durabilidade da *situação espacial duradoura* (Costa, 2016). O mecanismo de perpetuar uma certa solidariedade para com a empresa que orienta o anseio pela retomada da atividade mineradora distancia, material e subjetivamente, a classe de trabalhadores da mineração e os atingidos e violentados pelo rompimento da barragem, que gera a paralisação da atividade. Desta forma, a cisão destes dois grupos se perpetua numa paradoxal dessubjetivação, já que todos – empregados, atingidos, estudantes, ambientalistas e a cúpula de

⁴² As fotografias e narrativas (fotojornalismo) estão sistematizadas em sua página em rede social: @isismedeiros_photo

organização administrativa urbana; torna-se refém da expansividade capitalista, o qual inibe a identificação de classe, sendo todos trabalhadores.

As pessoas depressivas, tentando suicídio. As pessoas fora do seu lugar. O preconceito que elas sofreram. No dia em que fez um ano da queda da barragem, eu me lembro que as pessoas estavam na rua com camisas de “somos todos samarco”, e indo à feira. Isso ofendia aquelas pessoas, não que elas estavam contra a empresa efetivamente, mas tem uma relação de tensão que não dá pra evitar. Isso desrespeitava elas, elas sofriam, elas se sentem até hoje desrespeitadas. E isso é muito difícil, porque Bento Rodrigues é Mariana, é um distrito e tem a sua especificidade, mas é Mariana. Então você tem essa falta de empatia, de uma determinada classe trabalhadora, por essa situação. [...]. Então, a audiência pública por exemplo organizada pela empresa há uns anos para retomada das atividades foi muito violenta! Você tinha toda a cidade, todos os trabalhadores, que foram incentivados pela empresa, com discursos muito estranhos, muito violentos. Contra os atingidos, quase que responsabilizando-os. E isso é muito difícil de lidar, é muito difícil de entender. É claro que se compreende uma luta pelo trabalho, pela dignidade do trabalho, que é muito legítima. E que não se trata de um discurso contra a mineração, porque isso não é viável. Mas o que é muito difícil de engolir é que não há em termos coletivos, a não ser em determinados indivíduos, uma preocupação em repensar isso [...]. Mariana caminha para o mesmo lugar. Tendo acompanhado um pouco de perto as decisões políticas, que as pessoas estão falando, há uma preocupação gigante em torno de uma retomada de emprego. (Entrevistada M.5, arquivo pessoal, 2018).

Esta dimensão fica ainda mais evidente através da análise da tragédia no que concerne ao seu aspecto socioambiental (capítulo 5), que contribui à retotalização da *Espacialidade Mineratória*. Assim, os testemunhos denunciam que os entrevistados não vislumbram outra forma de realização socioespacial que não seja através da perpetuação deste modelo de *desenvolvimento* que se realiza através da *construção-destrutiva* espacial-capitalista, por estarem presos a necessidades de sobrevivência e, por este motivo, estão submetidos à *situação espacial duradoura*.

Contudo, a tragédia convertida em *metanarrativa espacial* como algo efêmero, acidental e que necessário se faz a superação (não revolucionária) deste momento; também vislumbra o seu contrário e simultâneo: a possibilidade de compreendê-la enquanto síntese da *Espacialidade Mineratória*, reveladora de sua natureza que expropria o território e deixa rastros de corpos sob a lama. O mapa 1 pretende sintetizar a tragédia do minerar enquanto lógica que orienta a mineração no espaço latino-americano.

Mapa 1: Tragédias do minerar enquanto síntese e evento da *Espacialidade Mineratória*.

Tragédias do minerar enquanto síntese e evento da *Espacialidade Mineratória*

Barcarena (Pará, Brasil), vazamento de rejeitos em mina de bauxita, de concessão mineral à empresa norueguesa, apurado por meio da denúncia de moradores locais. Tal empresa acumula multas ambientais pelo mesmo motivo desde 2009.
Fonte: Foto extraída de G1

Vazamento da Mina Buena Vista (Cananea, México), de ácidos oriundos do tratamento de cobre, considerado o maior tragédia do minerar no México, despeja o volume de 0,1% em relação ao volume de rejeitos derramado em Mariana (Fundão, em 2015).
Fonte: Hector Guerrero/AFP

Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Estas duas imagens sintetizam as tragédias do minerar que são transformadas em evento. Mas, não são as únicas em Minas Gerais, Cita-se, além das tragédias cotidianas do minerar, Itabirito (1986; 2014); Nova Lima (2001); Macacos (2001); Mirai (2006; 2007); e tantas outras que assumem versões de projeção na forma de evento, mas que forja o drama à *situação espacial duradoura*.

Cucunutá (Cundinamarca, Colômbia), explosão em mina de carvão, em 23 de junho de 2017 deixa vítimas fatais. Acidentes em minas deste tipo é frequente, além do destaque do trabalho infantil como norma.
Fonte: Agência Brasil

Huanuni (Departamento de Oruro, Bolívia), explosão em mina nacional de estanho, em 2018.
Fonte: AP Photo/Juan Karita

Cerro Rico (Potosí, Bolívia), "no ano passado morreram 12. Quatro de acidentes, o resto de silicose", relato apreendido pela jornalista Ivete Carneiro, em 26 de agosto de 2016. Tragédia cotidiana de Potosí.
Fonte: Fotografia/legenda Ivete Carneiro-JN

Mina de San José (Copiapó, Atacama, Chile) soterramento de trinta e três mineiros em mineração subterrânea, em 05 de agosto de 2010, que durou 69 dias de resgate. O soterramento marca a mineração latino-americana, predominantemente aquelas que ainda se assentam na lógica da lavra subterrânea.
Fonte: Agência Brasil

Mina clandestina Cabeza de Negro (Quilque, Lima, Peru), soterramento de nove mineiros, 05 de abril de 2012.
Fonte: Agence France-Presse (AFP)

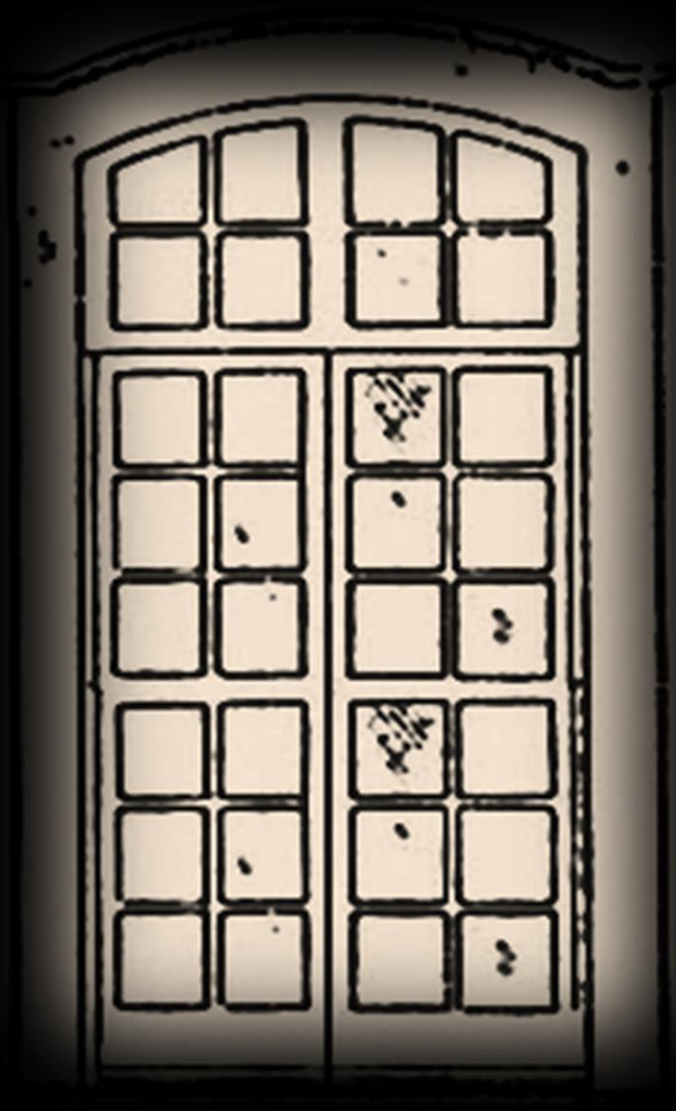
Fonte: Extraída de Istoé, pertencente ao Estádio Conteúdo.

Fonte: Christophé Simon / AFP

Datum Sirgas 2000

Conforme já discutido, a transformação da tragédia do minerar (que descreve a natureza da *Espacialidade Mineratória*) em evento fugaz serve à execução do presente-contínuo que rege a modernização capitalista. E, mais ainda: a transformação do evento (enquanto síntese do processo histórico) em sua face naturalizada, o que Santos (2006) denomina de evento natural, atua na reconstituição material e simbólica das tragédias do minerar, que dificulta a reação coletiva e institucional de criminalização e responsabilização, e favorece sua retotalização por meio de suas *metanarrativas espaciais*. O que instiga a quarta e última feição da conversão das tragédias do minerar em evento ao processo, que se relaciona à **iv.** oportunização de reação coletiva, de desinjunção, despertar para a *situação espacial duradoura*, e para a violência do movimento condicionador da vida na América Latina – que será discutida na próxima parte.

Portanto, a *Espacialidade Mineratória* forja a tragédia do minerar como evento que oportuniza à catalisação de seu próprio movimento, mas instiga, contraditória e simultaneamente, a capacidade de reação e mobilização coletiva frente a *situação espacial duradoura* (Costa, 2016). Por este motivo, as narrativas apreendidas na concreção Mariana (Brasil) tangenciaram as dimensões de tragédia (com aparência de consequência territorial, mas que atua como *metanarrativa espacial* de consecução da modernidade-colonialidade) e de drama (que abarca a dimensão da vida concreta, do sujeito situado), incentivados pelo evento do rompimento da barragem de rejeitos, em 2015.



PARTE III

*METANARRATIVAS ESPACIAIS DA MINERAÇÃO
À CATALISAÇÃO DA ESPACIALIDADE
MINERATÓRIA*

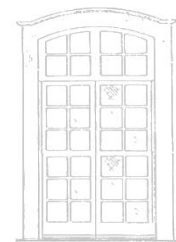
A última Parte desta tese analisa o panorama socioeconômico da *Espacialidade Mineratória* através do revelar de seu movimento contemporâneo.

O movimento dialético é denunciado pelas *metanarrativas espaciais da mineração*, que revelam os fundamentos, estruturações e operações da *construção-destrutiva* pelo minerar na modernidade-colonialidade.

Estes elementos metanarrativos manifestam-se na forma de ideais, mitos, metáforas, que sintetizam a natureza de suas consequências territoriais. Tal como a noção socioambiental, que serve à apreensão da cisão material e subjetiva da sociedade com a natureza, que também é forjada pela dialética do trabalho. Essa cisão do próprio homem contribui para a catalisação da *Espacialidade Mineratória*.

Neste contexto, as tragédias do minerar são sínteses deste movimento, e forja o drama à vida do sujeito situado. A crítica à *Espacialidade Mineratória* configura-se num tratado geográfico que denuncia a lógica dilapidadora da realização socioespacial na América Latina, onde a este espaço se impõe a gestão das violências territoriais e os custos da expoliação de seus recursos naturais e humanos.

5. Cartografia latino-americana da *Espacialidade Mineratória* na modernidade-colonialidade;



Algo fundamental que distingue a natureza do minerar no espaço latino-americano, em diferenciação com outras formas de manifestação capitalista [expressa na *construtiva-destrutiva*, tal como as violências que decorrem da capitalização do campo); reside nos sentidos e significados atinentes à *Espacialidade Mineratória*.

O testemunho da boliviana Domitila (Viezzler, 2003) denuncia a natureza da atividade econômica mineradora no território boliviano, de maneira a perpetuar a precarização não só das condições de trabalho do homem mineiro, mas de toda a rede de relações sociais e familiares. Enquanto dirigente do sindicato das Donas de Casa, primeira e ímpar associação representativa das mulheres e esposas do altiplano boliviano (zona mineira, que abarca o Departamento de Potosí); Domitila revela que a sua luta começa primeiro dentro de sua casa e se amplia para as demais Donas de Casa. Esta luta é pela valorização do papel da mulher nas zonas mineradoras, que acumulam muito mais atividades e horas-trabalho do que os sacrifícios do masculino exercício nas minas.

Além disso, ressalta o quão fundamental a mulher se torna na luta pela humanidade na zona mineira, que vai da alimentação e suprimentos médicos, à reivindicação por melhores condições de vida, moradia, educação. Assim como, submetem-se a uma espécie de atividade mineradora submergida, pois é realizada em acúmulos montanhosos de materiais já dispensados por uma primeira exploração na mina – chamadas de *Palliris*, termo aimará que se refere às que “recolhem escolhendo”, espécie de catadoras de sobras rochosas.

Algo crucial para se entender a capacidade urbanizadora da mineração reside na própria dissociação imobiliária, por meio de sua dualidade, comentada no item 2.2 “*regulação jurídica da economia minerária na expansão capitalista moderna*”. A mineração distingue-se fundamentalmente das atividades agrário-agrícola por ser dissociada do substrato que a alimenta. A terra, o solo, a natureza que fornece suas entranhas minerais não é mesma que se torna o lugar de vida de quem nela trabalha. Por este motivo, Mealla (2014) denuncia como a

mineração altera a lógica da vida no território boliviano historicamente ligado à agropecuária. O estar atrelado ao campo expressa também uma dinâmica espacial da relação sociedade-natureza. Necessário se faz o cuidado, a preocupação, os ritos e sagrados em torno da terra, pois é ela quem concede a vida e a reprodução espacial de si mesmo. É, inclusive, herança.

Na mineração boliviana, a despeito de todos os ritos que associam a riqueza mineral à divindade Mãe-Natureza Pachamama, as minas correspondem ao lugar-trabalho, que não resolve as questões sociais e familiares em torno do lugar-de-vida. A vida em zonas mineiras associa-se à capacidade do exercício do trabalho nas minas. Interrompido este exercício, se impõe a reformulação de toda a lógica espacial e familiar, já que o ser-minerador (a despeito de poder se reproduzir como saber-fazer), não angaria a continuidade da reprodução social, como ocorre na herança da terra. Domitila (Viezzler, 2003), inclusive, denuncia que entre as décadas 1960 a 1986 se o trabalhador não consegue prosseguir com a atividade nas minas, seja por doenças que subtraíam suas vidas antes dos 40 anos, seja por morte; impunham-se à família o prazo de 90 dias para saída do emprestado cômodo onde viviam (a maioria destes, com banheiros coletivos e concessão de banhos a cada dois dias). Assim, se executa uma cisão material e simbólica com a mineração e um movimento de busca de um novo lugar de vida, num fenômeno denominado realocização.

Portanto, a categoria trabalho intermedia a relação sociedade-natureza também na reprodução da *Espacialidade Mineratória*. Por este motivo, emerge a necessária análise de narrativas desde Mariana (Brasil) para o elucidar de representações de natureza que denunciam sua versão metafórica (Souza, 2009) favorecedoras de *injunções paradoxais* atinentes a esta relação, e que forja a *situação espacial duradoura* [que disporá sobre sujeitos que dissociam-se da natureza, pois esta é grafada como contemplativa, metafórica, e dissociada do ser social, também através da dialética do trabalho]. Esta versão, a quem Souza (2009) denomina metáforas do capitalismo, atua como *metanarrativa espacial da mineração*, tais como os ideais de *progresso e desenvolvimento*, somado aos discursos de empregabilidade e crescimento econômico, como também à construção paradoxal entre a execução de políticas sociais, economia exportadora de recursos minerais e o avanço do minerar sobre áreas de biodiversidade e povos originários e tradicionais.

Assim, as *metanarrativas espaciais da mineração* garantem à consecução e continuidade da *Espacialidade Mineratória* latino-americana, mas também contraditória e

simultaneamente revelam a natureza de seu movimento, o que pode se converter em mecanismo de reação e utopia de transformação do minerar na América Latina.

5.1 Noção socioambiental como *metanarrativa espacial da mineração*

A apreensão de narrativas que revelam a relação sociedade-natureza na concreção Mariana (Brasil) é realizada pela tragédia do rompimento da barragem de rejeitos (em 2015, e de novo em Brumadinho neste ano, localizada há 125km de Mariana. Cabe salientar que as narrativas antecedem o ano de 2019), que contribui para forjar um imaginário em torno do tão amplamente utilizado termo socioambiental.

A investigação deste conceito em Potosí (Bolívia) mostrou-se lânguida, já que a sua matriz de formação predominantemente indígena parece estreitar material e simbolicamente esta relação, intensificado pela rusticidade da técnica que intermedia as relações sociais e as rochas mineradas (conforme também observa Viezzer, 2003; Padilha, 2012; Zagalsky, 2014). Foi sentido, em trabalho de campo, que a interpretação sociedade-natureza deveria seguir por caminhos etno-antropológicos que se aprofundam na matriz de formação deste povo, com significados e significantes mais intrínsecos, do que aqueles percebidos. Por mais que se apreenda a expressão da vida através da Mãe Natureza, em contrapartida ao terreno Tío e seu vultuoso falo, que protege a virilidade, produtividade e força no trabalho nas minas; a representação material e simbólica destes elementos na relação sociedade-natureza é feita de um ponto de vista geográfico e com uma metodologia neste momento não preocupada com a etnologia das interpretações profundas.

E, por este motivo, destaca-se que a análise realizada não fornecerá as construções alegóricas, de linguagem e significados de um povo, e do entroncamento etnológico dos significantes atribuídos. A interpretação realizada busca apreender as narrativas que possam revelar a dissociação (material e simbólica) da relação sociedade-natureza que se manifestam por meio de *injunções paradoxais*, isto é, quando o *sujeito situado* não consegue perceber fronteiras que se estabelecem entre si mesmo e a chamada natureza e sua representação revela-se metafórica, pois é distanciada da realização socioespacial de si. Irá se perceber como esta dissociação ocorre na escala do corpo, o que resvala na sua dimensão existencial de manifestação.

Assim, a tabela 3, apresentada no tópico 4.3, traz o perfil socioespacial dos entrevistados na concreção Mariana (Brasil), assim como transcreveu-se parte das narrativas em torno da percepção do termo socioambiental, que estão dispostas no Anexo 2. Ressalta-se que somente a entrevistada **M.5** não fora questionada sobre essa dimensão. As narrativas são reveladoras da

dimensão sociedade-natureza manifesta através de *injunção paradoxal*, que sintetiza a confusão do indivíduo não só na interpretação de mensagens, como nas escalas de acontecimento, o que esvazia a dimensão socioambiental de significados. Notou-se que as representações de natureza conciliadas à tragédia do minerar podem ser agrupadas em tipologias de expressões: i. A ideia de socioambiental emerge como aparente barreira ao desenvolvimento; ii. O entrevistado entende que há uma sinergia conceitual, mas não operacionaliza na leitura que faz do mundo; iii. Há uma romantização de proximidade com a natureza, o que esvazia o socioambiental de forma a distanciá-la da luta de classes concreta; iv. A dimensão socioambiental se esvazia de sentido mediante a violência narrada pelos sujeitos no espaço marianense por meio da cisão percebida entre (ex) empregados versus atingidos e movimentos sociais.

O primeiro grupo de representações se atrela à necessidade de invenção “do conceito de desenvolvimento sustentável [...], um conceito político interessando a uma nação – a americana -, mas permeando intervenções desde então no mundo inteiro!” (Souza, 2009, p. 111). Assim, a questão ambiental que emerge através da ideia de Ecodesenvolvimento na Conferência de Estocolmo em 1970, primeira vez que se pensa em escala mundial sobre a manutenção dos recursos naturais à vida humana no planeta, é substituída por uma noção mais branda à manutenção da própria *construção-destrutiva*. O desenvolvimento sustentável já emerge como *metanarrativa espacial* de consecução da expansividade capitalista, pautado no que Souza (2009, p. 103) denomina como “necessidade do capitalismo de se reciclar, [que] funda [...] uma falácia que tomará conta das mentes críticas pela perspicácia da sua elaboração”. E esta noção aparece na narrativa de **M.1**, para quem o termo socioambiental ainda instiga imaginários de expressar uma natureza intacta que se impõe ao desenvolvimento fabril e tecnológico e à demanda por ampliação contínua da produção que irá garantir a manutenção dos postos de trabalho. A dimensão social desaparece em meio ao conservacionismo natural que incomoda **M.1**, pois ameaça o seu próprio trabalho. O entrevistado relata as ações atreladas à reciclagem no trabalho minerador, em meio ao espaço marianense que se preocupa secundariamente com a ação: a mineração, para ele, executa o desenvolvimento sustentável, o que explica a sua postura reativa para perguntas que questionam se a mineração se executa com princípios de respeito e conciliação com o chamado meio ambiente. “Ah, você quer saber sobre o Rio Doce, né? Ou é o trabalho sério que fazemos reutilizando a água em todo o sistema? Isso ninguém fala. Há conversa até da mineração se tornar à seco. Pergunta se alguém fala?”. No que concerne ao rompimento da barragem de rejeitos, **M.1** somente observa o movimento de compensação

econômica aos atingidos através de cartão de crédito, e contrapõe ao trabalhador que não foi recompensado. A revolta não se direciona contra a empresa, causadora do problema: **M.1** se enraivece com aqueles que solicitam uma mudança da forma como se executa a mineração, e por isso sua revolta direciona-se aos que reivindicam, ou seja, atingidos, coletivos sociais, universitários, setores da sociedade civil.

[Você acha que o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão foi um desastre ambiental? Uma tragédia socioambiental? Um crime contra a humanidade?] Que crime? Que mané crime, ficou doida? Atingiu a natureza, mas ela e a gente tá trabalhando pra recuperar. Um dia vai limpar. Os atingidos não podem reclamar, porque a vida até melhorou. Eles têm um cartão de crédito da empresa. Aiai. O trabalhador mesmo está desempregado. Não tem crime. Tudo vai se ajeitar. E a sociedade na hora de colher os frutos, colhe, na hora de ser paciente e aguardar que tudo se resolva, acha que é crime. Não adianta pra ninguém esse alarme todo. Cuidado com o que vai botar aí, hein? (Entrevistado M.1, acervo pessoal, 2018).

Incrivelmente, a postura de **M.1** (cargo de chefia em empresa de mineração) se converge com a de **M.4** (atingida pela lama). **M.4** se coloca em posição de defender que o reparo necessário já está em andamento sendo executado pela empresa, ao mesmo tempo em que se preenche da esperança de que tudo se reconstrua novamente. Para ela, não só é possível reconstruir, mas o novo Bento será melhor a todos. A entrevistada se coloca numa posição de ser necessário virar a página e esperar pelo Novo Bento. É percebido que a sua postura não é combativa, pois ela acredita que a empresa executará o plano de construção, e que sua vida inclusive irá melhorar. **M.4** não permitiu que se entrasse nas memórias do seu lugar de vida, pois entende que isso a fará lembrar, o que atrapalharia a sua virada de página, o seu desejo de prosseguir.

Além disso, **M.6** contrapõe bruscamente a noção de natureza às necessidade de emprego, o que demonstra a cisão do ser social empreendida pela dialética do trabalho (Marx, 1867; Lukács, 1984; 1986): “Esse papo de natureza só atrapalha a economia, sabe? As tecnologias estão aí pra resolver o problema. Quando surge esse papinho é só de gente que não se preocupa com a realidade da cidade. Vai perguntar o que é natureza na fila do Sine [Sistema Nacional de Emprego]. O povo quer trabalho!”. Conforme discutido anteriormente, o agravamento da precarização leva ao distanciamento, material e simbólico, da dimensão mais profunda do ser social. Assim, a própria precarização repercute-se como *metanarrativa espacial*, somada à cisão do próprio homem.

Já o segundo grupo de mensagens se refere à compreensão de que a noção socioambiental é formada por duas palavras justapostas, mas o sujeito não operacionaliza este entendimento, o que denuncia a sua *situação espacial duradoura*, já que expressa a dicotomização da sociedade-natureza expressão da colonialidade que violenta o continente (Costa, 2016). As narrativas de **M.6** e **M.7** são exemplares às maneiras como a *construção-destrutiva* resvala-se no local, na manutenção de sua lógica. Os dois entrevistados dão exemplos de discursos que tentam garantir a defesa de seus interesses, em cenário de tragédia e drama: **M.6** destaca as transformações econômicas e comerciais sofridas com a interrupção da atividade mineradora que culminará num atrativo autocontrole do trabalho, já **M.7** se autopromove a partir dela.

M.6 entende que socioambiental pressupõe a relação da sociedade com o meio, e que o evento da barragem atingiu a dinâmica socioambiental local. Mas, destaca a dimensão comercial da interrupção da atividade, que reformula toda a dinâmica, lucratividade e funcionamento dos comércios na cidade. Mas, **M.6** percebe algo de positivo na geração do medo em seus funcionários, que agora temem serem demitidos, e por isso se preocupam mais em atingir as metas impostas por ele: “Não tem trabalho. Funcionário meu ficou até mais esperto, sabe? Agora honra o trabalho, tenta bater meta”. Assim, **M.6** percebe que o autocontrole do trabalho atende bem ao seu negócio. Tendo um ponto de vista comercial, desacredita que essa interrupção dure muito tempo, já que o que se espera de uma empresa é a busca pela lucratividade. A posição de **M.6** frente aos seus negócios contribui para que ele entenda que a empresa mineradora busque o mesmo, ou seja, lucratividade. Isso parece gerar certa solidariedade que aproxima comerciante de empresa, e uma reação discursiva combativa contra aqueles que reivindicam alguma mudança na dinâmica como se realiza a *Espacialidade Mineratória*.

Já **M.7** se coloca em posição autopromotora de possuir o conhecimento técnico necessário para impedir que novas barragens se rompam, enquanto engenheiro de minas e especialista em barragens [último título pós-rompimento]. Para ele, trata-se de um acidente tecnológico, solucionado com melhores cálculos e com a contratação de si mesmo. **M.7** reajusta a sua carreira de engenheiro de mina para adentrar-se na área em que percebe que poderia possuir êxito. **M.7** não percebe, mas ele denuncia a *Espacialidade Mineratória* na medida em que revela que há uma lógica da lucratividade tanto na forma como se assume a tragédia, como

na construção das próprias barragens, o que necessitaria de intervenção contínua e sistemática na revisão de todas elas, e por isso se coloca disponível e necessário à contratação.

Neste sentido, Zhouri et al (2016, p. 45) elucidam de que forma o eixo de investigação das tragédias da mineração (a qual denomina desastre) tem se deslocado da interpretação de se tratarem de crimes – que poderiam ser judicializados – para a dimensão de *conflitos socioambientais* a serem resolvidos com mero acordo entre as partes. O que contribui para se executar, segundo os autores, a colonialidade geradora de sofrimento social, que coopta inclusive simbolicamente certos termos a fim de esvaziá-los e encobrir a intencionalidade que coloca em risco a dignidade humana. A isto serviria, por exemplo, o amplo termo socioambiental que otimiza a execução das *injunções paradoxais* ao inibir o entendimento e, por isso, a reação social coletiva a momentos de expressão da condicionante *situação espacial duradoura* (Costa, 2016).

O que se encontra com a perspectiva de Souza (2009) para quem as ideias de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, meio ambiente e questão ambiental são metáforas que servem ao acobertamento de temas que são concretos e necessários à discussão. Há o deslocamento intencional do foco a ser tratado, através da vulgarização de um tema amplo, difuso e vitalmente fundamental. O que se defende é que tais noções servem, de fato, como metáforas do capitalismo (Souza, 2009, p. 101), pois denunciam a deturpação de significados e expressam sua natureza paradoxal, já que atendem a um sistema eminentemente pautado na “insustentabilidade, na escassez, para a sua dinâmica essencial.” Mas, que ultrapassa a dimensão de metáfora e orienta a manutenção e realização socioespacial da *construção-destrutiva*, pois dispõe sobre estruturações, mecanismos e ajustamentos – discursos e concretos, que balizam a organicidade de intenções e ações das *metanarrativas espaciais*.

Já o terceiro grupo de mensagens referenciam uma espécie de vida atrelada à natureza, mas que abranda a contraditoriedade da luta de classes, na medida em que essa se converte numa espécie de drama sinérgico com a natureza e as divindades. Neste sentido, a fala de **M.3** se encontra com a de **M.2** e **M.11**, em certo sentido. **M.3** não sabe distinguir entre as consequências de um rompimento de barragem e a poluição quase contínua de ir aliviando o sistema através do escape de material nos recursos hídricos: “Tinha que abrir a válvula, sabe? Chefe mandava. Ia tudo pro rio. Pra não arrebentar, abria.”. Quando se sente enclausurado por perceber naquele momento o efeito ambiental da ação, ele relega a deus a tarefa de cuidar do que é pra ser cuidado. **M.3** parece ter se apegado ao seu deus como espécie de alívio ao seu

cotidiano, o que o coloca numa posição de aceitação da própria tragédia, já que a sua vida também foi marcada por ela.

Por sua vez, **M.2** e **M.11** também espiritualizam a percepção, mas de forma a demonstrar certa escolha diferenciada que realizam numa vida mais sensível tanto no que concerne à natureza, como ao engajamento social, ao altruísmo manifestado e, no caso de **M.11**, na própria desvinculação material com a lógica capitalista, na valoração dos valores de uso.

Minha irmã, [socioambiental] é esta harmonia. Quando a gente se distancia das ambições da carne, consegue perceber a harmonia vital. [...] Irmã, tem coisa que não tem explicação assim não. Vim pra recuperar a harmonia. [Harmonia da cidade, a sua, do planeta?]. Tá tudo ligado, irmã. [...]. [Então, socioambiental seria harmonia]. E não é? Veja, irmã: **social e ambiental, é tudo**. O que não seria isso? **E é preciso harmonia, senão uma esfera mata a outra**.

[E o que tem feito na cidade?] O que mais? Sobrevivido. Faço uns lances aí de guia, mas levo pra cachoeiras e pro parque, mas está bem miado. Faço meus artesanatos. Ando por aí. Faço umas artes. **O povo aqui não tá acostumado com gente como eu não. Acha que sou mendigo. Nunca pedi nada pra ninguém, mas se me oferecerem, eu aceito** [risadas]. **Eu sei que estou aqui porque eu preciso dessas pessoas. É um lance aí de espiritualidade**. Difícil explicar.

[Então, o caminho à harmonia seria essa interligação com a natureza?] Agora a gente está se entendendo. É esse o caminho. **Respeita e será respeitado. Mate só o que for comer. Receba o que lhe é justo. Use pensando em reusar. E assim vai. A natureza é uma espécie de deus: ela dá e tira. É vida e morte**. Ela quer que respeite, aí deixa a gente viver em harmonia. Papo louco demais? [E quanto tempo ficará?] Até surgir um lance mais caótico, fraga? [risadas]. (Entrevistado M.11, acervo pessoal, 2018).

E como última versão apreendida, constatou-se aqueles que conseguem perceber inclusive as nuances do conceito, que se esvazia de sentido mediante a violência apontada pelos sujeitos no espaço marianense percebido por esses na cisão entre (ex) empregados versus atingidos e movimentos sociais. Assim, **M.8**, **M.9** e **M.10** estão inseridos direta e indiretamente na atividade mineradora, e demonstram certo altruísmo para com os atingidos. **M.8** interpreta que socioambiental corresponde ao equilíbrio entre a sociedade e a natureza, e não percebe manifestação deste equilíbrio no espaço marianense. **M.8** percebe que em Mariana imperava a lógica da ganância antes do rompimento da barragem, o que se confirma em dados de produção que demonstram que, no ano anterior, o lucro da Vale subiu 729%⁴³, e da conclusão do

⁴³ “Lucro da Vale em 2014 sobe 729%, mas houve prejuízo no último trimestre” (Folha, 2015). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/02/1595014-apesar-de-preco-baixo-do-minerio-lucro-da-vale-aumenta-729-em-2014.shtml>

Ministério Público que confirma que esta empresa pressionava o sistema da barragem Fundão (Samarco) através do descarte de rejeitos de beneficiamento (sem nenhum tipo de licença ambiental específica) em barragem de sua acionária Samarco, que se rompeu⁴⁴. Além disso, **M.8** percebe que a relação socioambiental não mudará, pois isso requisitaria uma mudança de mentalidade. Para **M.8**, o rompimento da barragem serviu para deixar evidente não só a individualidade, mas a desumanidade, principalmente para com os atingidos.

Já **M.9** emerge como espécie de esperança ao cenário cíclico apontado por **M.8**. Enquanto trabalhador da mineração, **M.9** demonstra não só altruísmo para com os atingidos, mas o desejo de que a mineração se reestabeleça de forma diferenciada, ao caminho anteriormente adotado. **M.9** reconhece como a cidade se dividiu raivosamente, entre os que demonstram solidariedade para com a empresa, e àqueles com os atingidos. Não havia naquele momento espaço para o meio termo. Além disso, **M.9** relata o papel não só do conhecimento para explicar o fenômeno que está imerso, mas a tarefa de sua esposa na elucidação e tranquilidade para lidar com o que há porvir.

Por fim, **M.10**, como funcionário público, já lidava com entrevistas que questionam o efeito do rompimento da barragem ao espaço marianense. Mas, o questionamento acerca do socioambiental lhe parece nova, e o inquieta, pois ele não entende imediatamente a intenção da pesquisa. A pergunta primeiro o remete a uma espécie do desenvolvimento humano, com as suas técnicas e tecnologias, o que não daria para recompor a relação sociedade-natureza, pois impossível seria o retorno ao estágio menos mediado por técnicas. E depois, o questionamento o fez chegar a sua mãe. **M.10** percebeu, ao pensar na sua mãe, que o verdadeiro socioambiental não seria somente uma questão de técnicas e tecnologias. Esta dimensão remete à postura reverenciosa que a mãe de **M.10** possui consigo mesma, com a natureza, com o tempo do acontecer. A natureza não lhe é exterior, e sim parte constituinte. O tempo de vida de sua mãe é o espaço-tempo do acontecer a sua volta. A mãe de **M.10** não teria o seu ritmo de vida estimulado pelas noções de *progresso* e *desenvolvimento* que intermediam não só a dimensão sociedade-natureza, mas a própria construção do ser social e sua cisão entre necessidade e sobrevivência. Assim, a *Espacialidade Mineratória* se resvala sobre a mãe de **M.10** por meio de uma tristeza profunda, mas não orienta a realização socioespacial de si mesma.

⁴⁴ “Vale jogava lama em Fundão Barragem que se rompeu também tinha rejeitos de usina de tratamento da maior mineradora do Brasil” (O Tempo, 2015). Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/vale-jogava-lama-em-fundao-1.1177636>.

De forma geral, percebe-se nas falas de alguns entrevistados uma capacidade de interpretação da sociedade-natureza dissociada e exterior ao rompimento da barragem, pois a dimensão da necessidade do trabalho subtrai as reflexões em torno do ser social ou de si mesmo no mundo. A cisão do homem manifesta-se na emergência de que a empresa volte a funcionar, a despeito dos atingidos, das compensações humanas, ambientais e financeiras, do andamento jurídico do processo, e da própria reformulação da forma como se executa no espaço marianense. É percebido que a *Espacialidade Mineratória*, a lógica do minerar na América Latina, se catalisa na apropriação da confusão no entendimento das escalas e motivos de acontecimento, ou seja, é a *injunção paradoxal* sendo mecanismo de reprodução da *construção-destrutiva*. Além disso, percebeu-se uma tendência ao presente-contínuo, através da ênfase de consequências imediatas (atreladas à falta de emprego e à diminuição da receita municipal) que diminuem, material e simbolicamente, o drama da vida dos atingidos que ainda estão em situação de tragédia. Assim, todas estas versões são elementos de constituição da chamada *situação espacial duradoura* (Costa, 2016), que cria mecanismos de silenciamento, inação e concordância mediante o avanço da *Espacialidade Mineratória*, e, por isso, se convertem em *metanarrativa espacial*.

Assim, as *metanarrativas espaciais da mineração* totalizam os mitos, as metáforas, os ideais, as intenções, os efeitos e consequências territoriais da realização socioespacial (das dinâmicas presentes e dos propósitos do movimento) que denunciam a lógica da *construção-destrutiva* capitalista, que forja a *situação espacial duradoura* (Costa, 2016) à manutenção de seu processo.

5.2 Mineração ao suposto *desenvolvimento* marianense.

A entrevistada M.5 questiona onde estaria, por exemplo, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)⁴⁵ acumulada durante todos esses anos de intensa exploração, senão nas fazendas dos dirigentes políticos do município (Anexo 1). Esta percepção se relaciona à fluidez de um recurso recebido, e a à falta de transparência em sua aplicação. No sítio destinado à transparência das contas públicas⁴⁶, não há a explicitação da utilização da CFEM, e recentemente um ex-prefeito da cidade foi condenado a devolver mais de R\$ 1 milhão aos cofres públicos⁴⁷ por uso indevido deste imposto. Ao conversar com um vereador⁴⁸ da cidade, ele confirma que o mapeamento dos recursos CFEM é algo nebuloso e que gera muito estranhamento aos políticos atuais e mais antigos, a ponto de não se ter conseguido instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) à investigação da destinação e uso da CFEM.

Tem-se, ao contrário, no Portal da Transparência municipal a menção às fontes pagadoras do município. Para o ano referência 2014, a Samarco Mineração S.A é a maior fonte pagadora, com destinação de 9,2 milhões de reais, seguido pela Vale S.A (R\$ 6,3 mi), pela repetição da Samarco (R\$ 481,9 mil). Para o ano referência 2015, este cenário se repete (Samarco, R\$ 9,3 milhões; Vale R\$ 4,7 milhões, Município de Mariana R\$ 294,3 mil; Samarco R\$ 227,5 mil). Depois do rompimento da barragem de rejeitos, percebe-se que a Samarco aumenta a sua participação como fonte pagadora, para os anos 2016 (com o pagamento de R\$14,8 milhões, e queda da participação da Vale para R\$ 3,2 milhões) e 2017 (com R\$ 10,9 milhões, e aumento da participação da Vale para R\$5,7 milhões). Enquanto em 2018, esse pagamento é realizado predominantemente via Fundação Renova (R\$ 8,9 milhões), Vale (R\$ 5,5 milhões), Samarco (R\$ 3,8 milhões). Aliás, conforme o panorama e dimensão apontado anteriormente em Zhouri et al (2016), a Fundação Renova materializa a dimensão de conflitos

⁴⁵ No Novo Marco Regulatório (Leis 13.540/2017; 13.575/2017; Decreto 9.406/2018), houve diminuição das alíquotas dos minerais destinados à construção civil (de 2% para 1%), do potássio (3% para 2%) e águas minerais e termais (2% para 1%). E aumento das demais alíquotas (ouro: de 1% para 1,5%; diamante 0,2% para 2%; Bauxita, manganês, nióbio e sal-gema: (de 0,2% do nióbio para 3% todos); minério de ferro (2% para 3,5%, com possibilidade de redução para 2% novamente via pedido e sanção pelo Presidente, com base em condições extraordinárias e de limitação de viabilidade); e manutenção da alíquota das rochas fosfáticas e demais substâncias para fertilizantes (que se manteve em 2%)

⁴⁶ Em https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-024/con_ingressosreceitas.faces.

⁴⁷ “Ex-prefeito de Mariana é condenado por uso indevido de recursos da CFEM” (Jornal O Liberal, abril de 2019). Disponível em: <https://site.jornaloliberal.net/noticia/808/ex-prefeito-de-mariana-e-condenado-por-uso-indevido-de-recursos-da-cfem>

⁴⁸ Por conta de sua importante ação pela cidade, julga-se impreterível a proteção à identidade.

socioambientais na medida em que atua na conciliação entre atingidos da barragem de Mariana em 2015 e os setores empresariais responsabilizados, tratando-se de uma ONG que gerencia as ações e planos de compensação e reparação, criada por Termo de Ajustamento de Conduta.

Para o ano de 2014, os municípios de Minas Gerais maiores arrecadadores da CFEM (todos os valores em reais) foram: 1º Nova Lima (106.732.701,67); 2º Mariana (106.059.897,92); 3º Itabira (87.654.211,13); 4º Congonhas (74.044.400,53); 5º São Gonçalo do Rio Abaixo (70.697.724,69); 6º Itabirito (67.068.440,68); 7º Brumadinho (50.001.650,54) e 8º Ouro Preto (48.320.807,84). Ao considerar a arrecadação para os mesmos municípios de Minas Gerais no ano 2016 (depois do rompimento da barragem em 2015), o município Mariana que antes ocupa a 2ª posição cai para 6ª, seguido da inserção de Conceição do Mato Dentro (7º), Paracatu (8º) Ouro Preto (9º) e Brumadinho (10º). Já para este ano corrente, Congonhas (1º) ultrapassa Nova Lima (2º) e a oitava e nona posição passa a ser ocupada por Mariana e Brumadinho (ao considerar o rompimento da barragem de Feijão, em janeiro) respectivamente.

Ao considerar o cenário nacional de exploração, dois municípios paraenses encabeçaria a lista (para o ano referência 2019), qual seja: Parauapebas e Canaã dos Carajás (com 683.832.180,31 e 430.026.403,92), seguidos predominantemente pelos municípios de Minas Gerais (com exceção da 6ª posição, com Marabá-PA), onde Mariana e Brumadinho ocupam ainda a 11ª e 12ª posição. Ao retomar o cenário para o ano de referência mais antigo disponível (2004), tem-se: 1º Parauapebas-PA; 2º Itabira-MG; 3º Nova Lima-MG; 4º Mariana-MG; 5º Oriximiná-PA; 6º Itabirito-MG; 7º Brumadinho-MG; 8º Ouro Preto-MG; 9º Ipixuna do Pará-PA; 10º Congonhas-MG. Assim, Mariana (concreção aqui analisada) sempre perpassou as primeiras colocações dos municípios com maiores recepções de CFEM. O valor recebido entre 2004 e 2019 corresponde a mais de R\$8,6 bilhões, conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4: Arrecadação CFEM município de Mariana (2004-2019).

MARIANA ANO	Quantidade de títulos	VALOR			TOTAL
		Operação	Recolhimento CFEM	%Recolhimento CFEM	
2004	1	1.050.772.773,41	16.895.658,01	1,60%	1.050.772.773,41
2005	6	1.710.919.647,50	28.772.357,73	1,68%	1.710.919.647,50
2006	9	2.451.311.532,74	40.666.791,53	1,65%	2.451.311.532,74
2007	6	2.143.486.000,37	35.462.385,52	1,65%	2.143.486.000,37
2008	7	3.401.023.013,84	68.818.749,07	2,02%	3.401.023.013,84
2009	8	2.690.772.351,37	48.417.630,49	1,79%	2.690.772.351,37
2010	8	3.553.214.550,60	65.446.556,18	1,84%	3.553.214.550,60
2011	9	5.280.478.967,43	98.812.140,63	1,87%	5.280.478.967,43

2012	10	5.843.316.035,32	118.963.054,29	2,03%	5.843.316.035,32
2013	11	6.693.394.021,66	140.013.921,74	2,09%	6.693.394.021,66
2014	11	5.435.536.251,50	5.435.536.251,50	1,95%	5.435.536.251,50
2015	11	5.072.693.351,85	104.389.607,06	2,05%	5.072.693.351,85
2016	12	2.806.694.041,38	76.343.514,00	2,72%	2.806.694.041,38
2017	13	3.572.070.387,30	65.841.958,09	1,84%	3.572.070.387,30
2018	17	3.136.647.344,22	106.118.900,14	3,38%	3.136.647.344,22
2019 (até set/)	13	2.214.178.369,98	2.214.178.369,98	3,57%	2.214.178.369,98

2004-2019	Total da operação: 57.056.508.640,47	Total recolhimento CFEM: 8.664.677.845,96
-----------	---	--

Fonte: Conforme dados extraídos do sistema DNPM, organizadora pela autora.

Conforme a tabela 4, o total da operação da atividade mineradora no município de Mariana gerou quase 57,1 bilhões de reais, dentre os quais aproximadamente 8,7 bilhões foram recolhidas ao município, entre os anos de 2004 a 2019. De acordo com o folheto Notícias da Mineração⁴⁹, “O rompimento da barragem de Fundão [...] repercutiu no PIB local no ano de 2016. Conforme a pesquisa PIB dos Municípios 2016, divulgado [...] pelo IBGE, o PIB de Mariana recuou de R\$ 5 bilhões em 2014 para R\$ 2,1 bilhões em 2016, considerando preços correntes, uma queda nominal de 58%”.

Mesmo com toda essa cifra acumulada ao longo dos intensos anos de produção, e ao considerar a obscuridade na aplicação deste recurso ao desenvolvimento efetivo do município, Mariana (MG) ocupa somente a 719ª posição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM / 2010) entre 5.565 municípios. Neste ano, a população economicamente ativa (PEA) ocupada era de 66% e a PEA desocupada era de 9,7%. Para o ano de 2017, a PEA ocupada cai para 26,1%, conforme os dados do Panorama Cidade do IBGE.

Mariana (MG) convive com uma crise profunda da empregabilidade, expressa na redução brusca da taxa de ocupação, mediante paralisação parcial da empresa Samarco. Isso agrava e precariza a vida, onde a sua causa está associada imediatamente ao rompimento. Por este motivo, o rompimento da barragem de rejeitos é incentivador de *injunção paradoxal* que distancia atingidos de empregados, constrói a cisão e dessubjetivação de classe, inibe a capacidade de reação para se mobilizar em torno de se pensar uma mineração diferenciada da forma como ela vinha sendo empreendida, na execução da Espacialidade Mineratória, e todos

⁴⁹ “PIB de Mariana cai 58% em 2 anos com paralisação da Samarco” (Notícias da Mineração, dezembro de 2018). Disponível em: <https://www.noticiasdemineracao.com/brasil/news/1353147/pib-de-mariana-cai-58-em-2-anos-com-rompimento-da-barragem-em-mg>

estes elementos culminam na situação condicionante ao sujeito situado, ou seja, *situação espacial duradoura* (Costa, 2016). Assim, a condicionante situação se converte em *metanarrativa espacial* na medida em que a própria população reivindica o retorno imediato das atividades. A precariedade da vida, instaurada nas modificações profundas na forma como Mariana realiza-se espacialmente por meio da mineração, contribui para retotalizar o próprio movimento da *Espacialidade Mineratória*. A tragédia serviu/serve, portanto, ao próprio movimento desta *Espacialidade* específica.

Além disso, transforma as reações e resistências contra ela num sentimento generalizado de impasse ao *desenvolvimento* marianense, já que este espaço é dependente da receita da mineração, o que instiga a emergência ao retorno dessas atividades, confirmado no próprio discurso oficial do município por meio da fala de seu prefeito Duarte Júnior: "[...] é óbvio que precisamos diversificar nossas receitas. Mas também não podemos abrir mão destes recursos da noite para o dia [...]. Imagina todo dia você recebendo alguém pedindo ajuda para encontrar emprego porque tem uma família para sustentar e o município não consegue gerar renda a essas pessoas. Muita gente entra em desespero e nos incomoda. Por isso **queremos o retorno da empresa**, que nem resolve completamente a situação, mas minimiza o problema"⁵⁰.

Com quase quatro anos que decorrem do rompimento, o discurso oficial torna-se aparentemente mais alarmante, com a decretação de estado de calamidade financeira instigado pela paralisação de mais uma mina (Alegria, da Vale). Agora, há uma tentativa de reconhecer institucionalmente a responsabilidade unidirecional da empresa pelo contexto de precarização criado, conforme a fala do mesmo prefeito: "**Somos reféns da mineração** e precisamos de socorro do Poder Judiciário para que as mineradoras mantenham os serviços essenciais que dependem desse recurso". E prossegue: "**A Vale é responsável por tudo que está acontecendo em Mariana**, por toda essa crise. Sendo assim, ela tem que arcar com os prejuízos do seu dano. Quem sofre com tudo isso é a população e não vou permitir que ela pague por irresponsabilidade de empresa alguma"⁵¹.

Assim, com o agravamento do contexto espacial marianense, que forja o drama à vida do sujeito situado [por este motivo, se em outras escalas do acontecer já se grafa um pós-

⁵⁰ "Mariana vive desafio de diversificar receitas, mas retorno da Samarco é plano A" (Agência Brasil, novembro de 2016). Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/mariana-vive-desafio-de-diversificar-receitas-mas-retorno-da-samarco-e-plano>.

⁵¹ "Prefeito de Mariana (MG) decreta estado de calamidade financeira" (Agência Brasil, março de 2019). Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/prefeito-de-mariana-mg-decreta-estado-de-calamidade-financeira>.

tragédia, na medida em que esta emerge como *evento* a ser superado, para o sujeito o drama persiste e prolonga as tragédias do minerar] parece se criar um novo panorama que rege o município: de um lado, a aparente descrença daqueles que já haviam entendido a violência da exploração capitalizada dos recursos minerais e, de certa forma, temem que seja de fato cíclica e se mantém na luta contra o esquecimento; e, do outro, a reação tardia de uma Prefeitura que confirma não conseguir pagar as suas contas mediante um contexto de dependência econômica da mineração e falta de planejamento na diversificação setorial e econômica do município.

Assim, a falta de diversificação econômica é marca de cenários nacionais baseados na dedicação intensiva à exportação de recursos naturais (minerais, hídricos, vegetais e animais). Esta falta de diversificação, balizada pela produção e exportação de primários se dá, conforme se verá, em detrimento do desenvolvimento manufatureiro e da produção diversificada significativa, o que culmina na fuga de divisas e no agravamento das desigualdades socioeconômicas internas – conforme pode ser analisado para a concreção Bolívia no próximo item. Irá se perceber de que forma a reprimarização produtiva orienta a realização espacial do minerar e baliza a capitalística *construção-destrutiva* do espaço latinoamericano. Onde sua manifestação produtiva se dá através da discutida divisão territorial do trabalho, que se ascende à acepção simbólica que orienta a execução da colonialidade na forja de subalternidade originaria ao continente, que se respalda nos princípios intangíveis *desenvolvimento* e *progresso*, e por isso são chamados aqui de *supostos* para afirmar o seu desdobramento perverso à América Latina. Assim, não se questiona avanços técnicos, tecnológicos e sociais, que se desdobram de alguns governos progressistas que marcaram/marcam a virada do século, como é o caso do Brasil e da Bolívia. Aqui, se questiona a validade destes ideais enquanto balizadores de análise e que se impõe enquanto meta e futuro ao espaço latino-americano.

5.3 A mineração ao suposto *progresso* boliviano.

Com base em dados do *Observatory of Economic Complexity* (OEC), a economia de exportação da Bolívia estava organizada (para o ano referência 1997, transação que rendeu a entrada de US\$ 1,2 bilhões) em 32% de produtos minerais, 11% de metais e pedras preciosas no geral e 8,3% de metais comuns e suas obras, o que contabiliza o total de 51,3% de exportação de produtos de matriz extrativista mineral; enquanto a exportação de manufaturados corresponde a 22,2% (15% oriunda da indústria alimentar, de bebidas e tabaco; 1,1% de produção industrial; 6,1% de matérias têxteis e suas obras). Os demais setores estariam relacionados à exportação de recursos vegetais. Ao ser analisado para o ano referência 2003 (com US\$1,67 bilhões em produtos exportados), os produtos minerais somam 43%, os metais comuns 4,5% e as pedras preciosas 4,6%, o que totaliza 52,1% dos produtos exportados. Neste ano, verifica-se o reforço na exportação de máquinas (3,3%) e de peles e couros (1,5%).

Somente dois anos depois (ano referência 2005, com US\$ 2,79 bilhões em produtos exportados), os produtos de origem mineral passam a representar 69,3% de todas exportações, enquanto os manufaturados correspondem aproximadamente a 13%, ou seja, ocorre uma retração significativa das indústrias na participação de produtos exportados. Esta tendência é marca das duas primeiras décadas do século XXI da economia exportadora da Bolívia com as cifras: em 2007, US\$4,81 bilhões de exportação, sendo 80% de produtos de origem extrativa mineral; já em 2009, US\$ 5,37 bilhões, os minerais correspondem a 73,4%; em 2011, com o valor total de exportação de US\$ 9,01 bilhões, com 80,7% de minerais; em 2013, US\$11,8 bilhões em exportações, 78,2% de origem mineral.

Para o ano 2015, houve uma retração no valor adquirido nas exportações para US\$ 9,11 bilhões de dólares, com a setorização de 64% de produtos minerais, 11% de pedras preciosas, 3,9% de metais comuns, o que contabiliza cerca de 78,9% do total exportado. Já para o último ano referência disponível, 2017 (com US\$8,08 bilhões em exportações), os produtos minerais correspondem a 61%, as pedras preciosas 15% e os metais comuns 5%, o que gera um total de 81% de produtos exportados de origem mineral.

Ao analisar a balança comercial boliviana, tem-se que a Bolívia exportou cerca de US\$8,08 bilhões, mas importou US\$9,4 bilhões, o que resulta no saldo negativo de US\$1,29 bilhões, e revela a tendência verificada anteriormente de os manufaturados corresponderem a cada vez menos no âmbito dos setores econômicos, além de denunciar a retração da indústria

na participação da economia. Dentre os principais produtos exportados, os hidrocarburos e os minérios ocupam as maiores posições, e o total de produtos de origem mineral que estão listados somam 76,4%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 5: Panorama da exportação da Bolívia em 2017, segundo OEC.

Produtos	Porcentagem
Gás de petróleo e hidrocarbonetos gasosos	32
Minérios Concentrados de Zinco	17
Ouro bruto, semimanufaturadas ou em pó	13
Minérios de metais preciosos e seus concentrado	6,5
Tortas e outros resíduos sólidos da extração de soja	5,5
Estanho em forma bruta	4,5
Minérios de chumbo e seus concentrados	3,4
Óleos de soja	3,1
Cocos e castanhas	2,3
Outros	12,7

Fonte: <https://oec.world/> . Organizado pela autora.

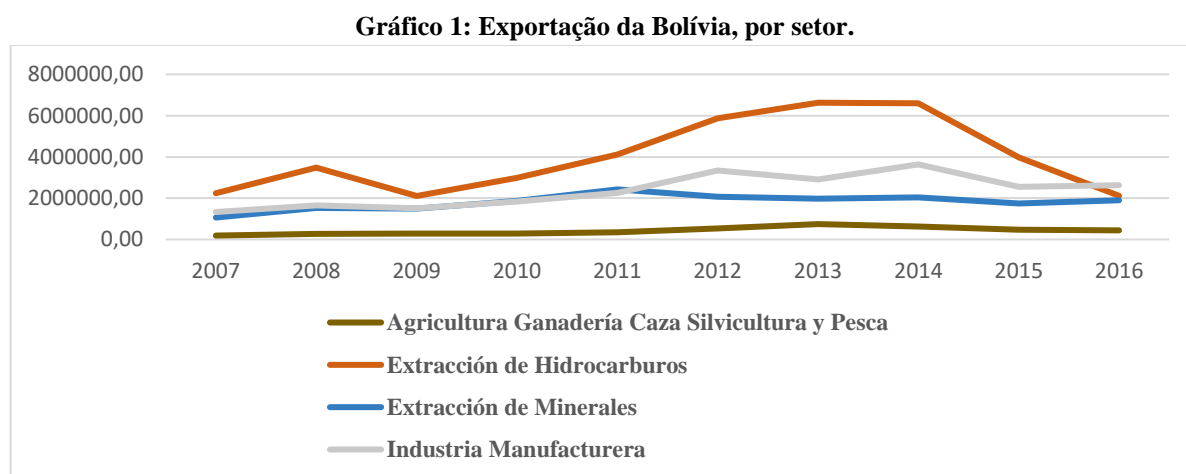
Os principais destinatários da exportação boliviana (segundo a OEC) são: Brasil (\$1,41 bi)⁵², Argentina (\$1,24 bi), Coreia do Sul (\$574 milhão), Índia (\$552 mi) e os Estados Unidos (\$542 Mi). Enquanto as importações da Bolívia advêm principalmente da China (\$1,93 bi), o Brasil (\$1,52 bi), o Chile (\$999 mi), os Estados Unidos (\$706 mi) e a Argentina (\$698 mi). Ao comparar com dados do Brasil, tem-se como os seus principais compradores: China (\$ 48 bi), Estados Unidos (\$ 25,1 bi), Argentina (\$ 17,8 bi), Holanda (\$ 7,57 bi) e Alemanha (\$ 6,18 bi). Enquanto os vendedores possuem alguma congruência com o contexto boliviano, qual seja: China (\$27 bi), EUA (20,4 bi), Argentina 9\$ 9,3 bi), Alemanha (\$ 9,3 bi) e a Coreia do Sul (\$ 5,39 bi). Percebe-se, portanto, não só o papel dos países no mercado mundial, notadamente as centralidades EUA e China, como a importância das transações no interior do bloco econômico regional.

Porquanto, as principais importações bolivianas são: automóveis de uso coletivo, automóveis de uso particular, combustíveis complexos e insumos de agricultura, como inseticidas e fertilizantes. Já o Brasil exporta para a Bolívia uma gama variada de produtos,

⁵² 96% dos produtos exportados da Bolívia para o Brasil são gases de petróleo ou outros hidrocarbonetos gasosos. 95% dos produtos exportados para a Argentina também são gases de petróleo ou outros hidrocarbonetos gasosos. Já a Coreia, Índia e Estados Unidos compram minérios em sua maioria.

sendo o principal produto ferro (8% do total de exportação), seguido de maquinário agrícola e tratores (5,7%), preparações alimentícias (2,8%), calçados (2,3%), polímeros (2,1%), fios e cabos condutores (2,1%) dentre outros produtos alimentares e agrícolas. A China exporta à Bolívia veículos coletivos ou particulares (8,2%, que inclusive marca o espaço boliviano), inseticidas (4,9%), maquinários diversos (4,7%), aparelhos emissores e celulares (3,2%), pneumáticos (3%), dentre outros elementos industriais e agrícolas. Estas transações regionais é marca de iniciativas que “procuram propiciar uma integração territorial com alcance nas esferas econômica, social e política, e uma coordenação e cooperação maior em assuntos de educação, cultura, infraestrutura, energia, ciências e finanças” (Arroyo, 2015, p. 20). O que para Arroyo (2015, p. 20-21) denota o surgimento de novos regionalismos, com base nas estruturas políticas que marcam a década de 1990 países como México, Brasil, Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela e Chile, até a construção da crise que ameaçam e vulnerabilizam tais territórios nacionais e estruturação regional, a fim de impor a lógica das duas tiranias, pautadas em Milton Santos: a do dinheiro e a da informação, “intimamente relacionadas, e sempre vigentes em nossos territórios estruturalmente desiguais”.

Porquanto, no isolamento dos dados que correspondem aos setores de exportação da economia boliviana, tem-se (segundo o Instituto Nacional de Estatística da Bolívia)⁵³ que os hidrocarburetos são seguidos pela indústria manufatureira e da extração de metais, conforme gráfico a seguir.



Fonte: INE (Bolívia): ine.gob.bo/. Organizado pela autora.

⁵³ <http://ine.gob.bo/>

Contudo, ao fazer o isolamento dos produtos considerados pertencentes à indústria manufatureira, tem-se que a metade desses correspondem ao extrativismo mineral, ainda que de alguma forma beneficiado, conforme destacado na tabela a seguir.

**Tabela 6: Exportação da Indústria Manufatureira em 2007 e 2016
(com produção acima de 3000 dólares em 2016)**

Produtos	2007	2016
Soya y Productos de Soya	399091,00	855629,00
Productos Textiles	42157,00	11002,00
Cueros y Manufacturas de Cuero	36927,00	39387,00
Maderas y Manufacturas de Madera	99379,00	42985,00
Productos de la Refinación del Petróleo	50797,00	46207,00
Estaño Metálico	178825,00	295195,00
Oro Metálico	122412,00	742762,00
Plata Metálica	10226,00	108650,00
Joyería de Oro	53449,00	100998,00
Joyería con Oro Importado	16370,00	45240,00
Girasol y Productos de Girasol	76500,00	41119,00
Alcohol Etilico	29057,00	47958,00
	1.115.190	2.377.132

Fonte: INE (Bolívia): ine.gob.bo/. Organizado pela autora.

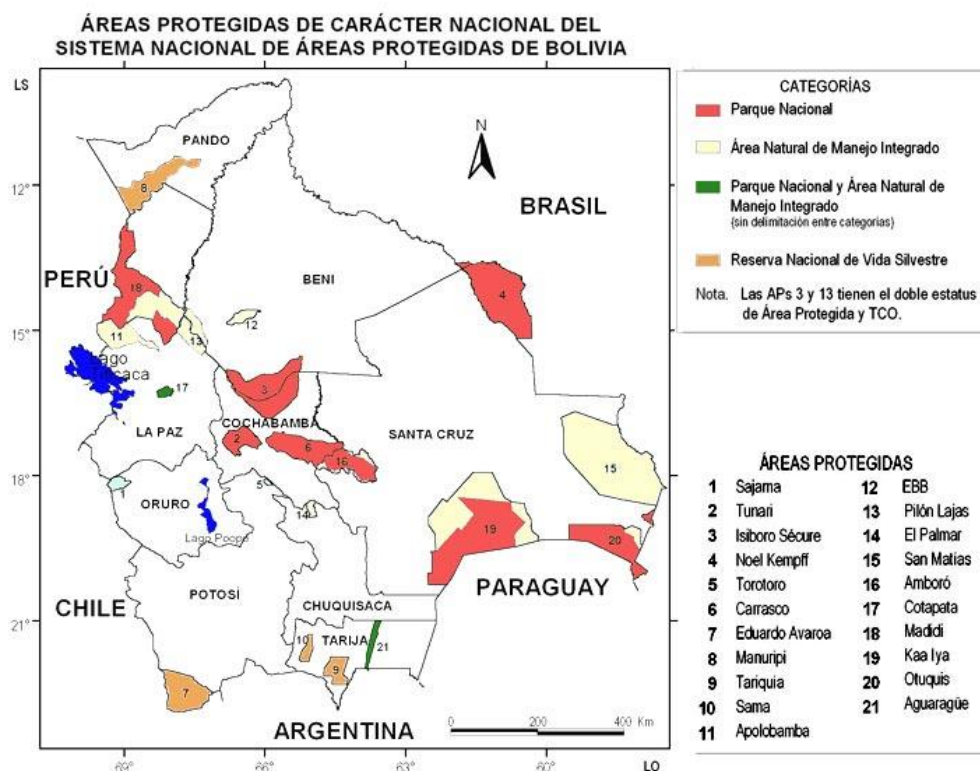
Se houver a ocultação dos dados relativos aos produtos de origem mineral (destacado pela cor vermelha), o somatório para o ano de 2007 e 2016 seriam, respectivamente, 683.111 e 1.038.080, ou seja, ocorre uma redução de 39% e 56% da produção manufatureira dissociada dos minerais, para os anos analisados. Assim, a indústria manufatureira da Bolívia vem se desenvolvendo também em torno do beneficiamento de minerais e hidrocarburetos, o que expressa a centralidade da atividade mineratória ao espaço boliviano.

Em termos de desenvolvimento econômico da Bolívia por setor econômico na participação do PIB, o setor de comércio e serviços abarca aproximadamente 49%, seguido pela indústria (40%) e agricultura (11%). Diferentemente da oscilação no crescimento econômico que percorre países latino-americanos, a análise do PIB boliviano demonstra certa estabilidade, inclusive sendo considerado entre 2014-2019 a maior taxa de crescimento da América do sul, com média aritmética anual (considerando o decenal período 2009-2018) de 4,761%.

Apesar das taxas que poderiam representar o *progreso* boliviano através de seus êxitos econômicos, Gudynas (2015) denuncia as ações nacionais necessárias à sustentação destes índices que são centrais para as medidas sociais executadas por Evo Morales, que fundamenta

o seu paradoxal papel como governante na América Latina. O autor aponta a centralidade do gás natural para a economia boliviana, que gerou o esgotamento de suas reservas e a expansão para áreas de proteção natural. Assim, dialoga sobre os dois decretos que conclui ser uma ameaça não só à sustentabilidade, mas ao avanço da atividade extrativa para áreas pertencentes a povos tradicionalmente indígenas. Trata-se do Decreto Supremo nº 2366 (que concede a exploração em onze das vinte e duas áreas de proteção natural, sistematizadas no mapa 2) e o Decreto Supremo nº 2298, que diminui o tempo para 45 dias ao pronunciamento das comunidades e que, se não realizado, o trâmite da licença prossegue sob norma específica (na comparação com o Brasil, o prazo para o órgão ambiental licenciador de consultar a população local é de no máximo de 60 dias, e ainda assim também se exerce de forma consultiva e não deliberativa. Caso não o faça no período desejado, e dependendo da Unidade Federativa, o empreendimento pode ficar estacionado ou não).

Mapa 2: Territórios indígenas e áreas de proteção ambiental bolivianas.



Fonte: Território Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS).

Gudynas (2015) ressalta que, mediante a ocorrência de oposições que condenam a medida, o posicionamento do presidente Evo foi o de expulsar do território nacional aqueles

que representam ameaça ao *desenvolvimento* e *progresso* boliviano, ainda que eminentemente associado à exploração de recursos naturais e de sua gente. Assim, a despeito de se tratar de um território Plurinacional através da consideração das nações indígenas e orientado pela política do Vivir Bien (Bautista, 2014), e de o jovem Evo ter participado ativamente na luta pela água em Cochabamba e dos cocaleros pela proteção simbólica da coca (por parte de indígenas ex-mineiros que retornaram à agricultura através do cultivo de coca); a lógica da *construção-destrutiva* se reproduz no espaço boliviano por meio da *Espacialidade Mineratória* que avança sobre territórios indígenas e atinge também a biodiversidade.

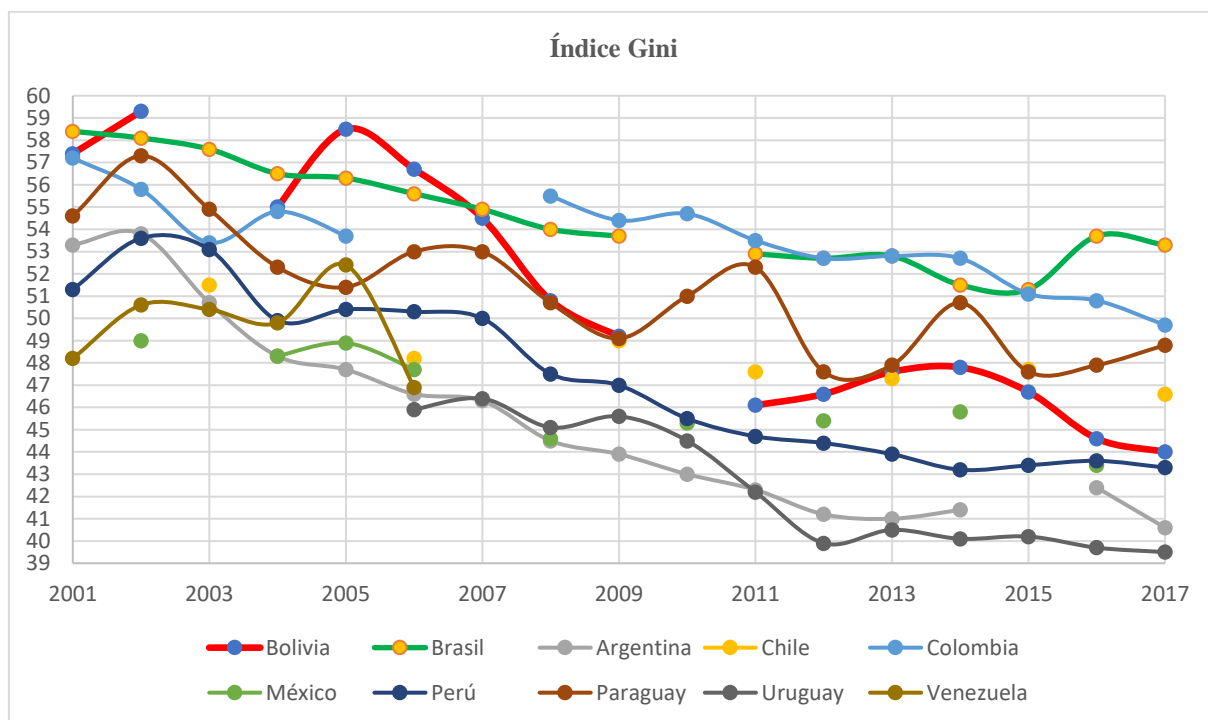
Os decretos que regularizam a exploração sobre áreas indígenas revelam a que preço a Bolívia percorre o *desenvolvimento* e sustenta o seu *progresso* na América Latina. Numa análise conjuntural desde o continente, Arroyo (2015, p. 19) verifica os eleitos da década de 1990 que representam projetos de priorização do combate à pobreza associado à expansão e fortalecimento do mercado interno, onde se destacam os “presidentes Hugo Chaves, na Venezuela; Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef no Brasil; Néstor e Cristina Kirchner na Argentina; Tabaré Vasquez e José Mujica no Uruguai; Evo Morales na Bolívia; Rafael Correa no Equador”. Contudo, mediante a construção da crise que vem inclusive para recompor a lógica da expansão capitalista – o que a autora destaca se dá através das duas tiranias sistematizadas por Milton Santos, a do dinheiro e a da informação; todo este regionalismo é vulnerabilizado.

Como resposta, Arroyo (2015) sugere a construção de consensos ativos, que envolve o reforço da relação entre países progressistas, a regulação e reconstrução legislativa da indústria de informação e comunicação, o que respaldaria na transformação da nação passiva em ativa [e que converge com a dimensão aqui adotada da reversão da *situação espacial duradoura* que acomete indivíduos e povos], a centralidade popular, uma profunda discussão sobre o Estado [tal como, a instituição do Plurinacional boliviano]; em suma, em projetos propositivos.

No destaque de avanço em se pensar o próprio Estado, evidencia-se para o contexto boliviano, mas extensivo a todos os países destacados por Arroyo (2015) que avançam significativamente em governos progressistas; a perda de uma janela de oportunidade à implementação de uma maneira alternativa e significativa aos próprios modelos de desenvolvimento instaurados, a despeito da diminuição da porcentagem da população na linha da extrema pobreza que, segundo Gudynas (2015), passa de 38,2% para 18,8% nos últimos nove anos (no Governo Evo, 2006-2015).

O indicador Gini, que considera a distribuição de renda (gráfico 2), denuncia uma tendência ao espaço latino-americano de conviver com a concentração de riquezas, a despeito de melhoras significativas nos últimos anos decorrentes principalmente de políticas sociais.

Gráfico 2: Índice de Gini em países latino-americanos (2001-2017).



Fonte: Banco Mundial. Organizado pela autora.

Verifica-se, portanto, que os mecanismos de especialização produtiva oportunizada pelos transportes criam certas áreas destinadas à produção e exportação de bem que podem ser manufaturados em outras e distantes áreas. O que forja a divisão territorial do trabalho enquanto “intercambio de produtos [que] é possível porque existe uma repartição do trabalho vivo em diferentes lugares, mais ou menos próximos. Isto pressupõe, por sua vez, a existência de certa espacialização produtiva dos lugares” (Arroyo, 2004, p. 52). A este respeito, para Santos (2006), tais mecanismos de diferenciação entre os lugares são forjados pela seletividade espacial e socioeconômica do sistema capitalista, que orienta a chamada divisão territorial do trabalho. Por este motivo, necessário se faz uma análise acerca da forma como se executa a divisão territorial do trabalho na América Latina na modernidade-colonialidade, para denunciar o modelo de *desenvolvimento* que não só reforça a subalternidade latino-americana, como ainda coloniza este espaço.

5.4 Divisão territorial do trabalho na modernidade-colonialidade: economia exportadora, privatização e reprimarização econômica.

Os mesmos dados do *Observatory of Economic Complexity* (OEC) acusam uma maior participação econômica dos recursos primários (onde se destaca os minerais) no volume da exportação brasileira, nos últimos anos. Quando comparada com o cenário produtivo boliviano, a economia brasileira ganha visibilidade devido à maior diversificação de seus setores, além do quantitativo negociado. A produção industrial interna minimiza o peso das importações à balança comercial, o que, para o ano 2017, representou o saldo comercial positivo de US\$ 78,3bi (Exportação: US\$ 219bi e importação US\$ 140bi). Para o primeiro ano referência disponível (1997, com \$53,7bi), a exportação de metais comuns (12%) e de produtos minerais (7,4%) somam, juntos, menos de 20% do total de produtos exportados, e diversos setores industriais cobrem mais que 50% do volume exportado. Para o ano 2001, com a entrada de \$61,6 bi, há a liderança do setor de transportes (13%) seguido pelos produtos manufaturados do ramo alimentício (13%), máquinas elétricas (13%), produtos minerais (9,9%) e metais (9,5%). Estes setores oscilam nas primeiras colocações até o ano de 2005, quando os produtos minerais e os metais comuns (27%) passam a se tornarem mais centrais às exportações brasileiras, com um salto financeiro para \$126bi, o que se converge com o panorama identificado também para a Bolívia.

O cenário para o ano 2009 (\$158 bi) é de confirmação da tendência de o país ser primário exportador, já que os produtos minerais (19%), produtos do reino vegetal (12%), metais comuns (7,9%), e os produtos do reino animal (7,2%) somam, juntos, 46,1% das exportações. Contudo, os produtos minerais (28%) passam por um brusco aumento ao considerar o ano referência 2011, com o incremento de mais de \$100,1bi ao valor negociado, seguido pela indústria alimentar (13%), os produtos vegetais (12%) e os metais comuns (7,8%).

Desde 2005, a partir de quando a liderança nas exportações brasileiras é de produtos de origem mineral, ocorre a reversão no ano de 2015 (que se verifica uma queda do valor negociado para \$196 bi), quando os produtos do reino vegetal (18%) encabeçam a lista. Neste citado ano, ocorre retração da economia brasileira, o que faz com que as importações sejam drasticamente diminuídas, o que contribui ao balanço comercial positivo, sustentado pelas exportações de vegetais (18%) seguido da produção mineral (17%). Para o último ano referência (2017, com \$219 bi negociado), os produtos minerais (20%) voltam à liderança no

ramo das exportações, seguido pelos produtos do reino vegetal (17%), manufaturado alimentício (12%), material de transporte (9,2%), metais (7,4%) e animais vivos e produtos do reino animal (7,1%).

No que concerne à dinâmica do setor mineral para a economia brasileira, assim como na centralidade da mineração para o próprio processo de industrialização do país, Lamoso (2001) emerge como leitura fundamental. Através da cadeia produtiva do minério de ferro, a autora percorre toda a tendência macroeconômica brasileira e dimensões atreladas à intencionalidade fundamentais ao elucidar da formação socioeconômica do país. Esta intencionalidade, Lamoso (2001) analisa à luz da teoria econômica de Ignácio Rangel, e a sua teoria sobre os “pactos de poder”. Esta teoria se converge com a dimensão de modernização conservadora subsidiada em Bosi (1992), Moraes (2000) e nas próprias anomalias de Marx (1867).

Assim, a autora analisa o comportamento das exportações minerais brasileiras através de períodos, que denunciam não só a formação socioeconômica interna, mas o próprio panorama produtivo mundial. Neste sentido, entre 1930-1950, Lamoso (2001, p. 28) demonstra de que forma a produção de minério de ferro estava concentrada nos poucos polos que eram, neste momento, centrais à Segunda Guerra, qual seja, URSS (21,3%), Estados Unidos (24,5%) e França (25,5%). O que se reformula para o cenário entre 1935 a 1965, com o surgimento de novos centros de produção e nova dinamicidade operacional para circular e suprir a demanda do mercado mundial, onde neste contexto o Brasil produziu 3,3% do total da produção mundial.

As transformações que decorrem do campo tecnológico, da necessária reconstrução do pós-guerra e da corrida armamentista da Guerra Fria, contribuem científico-tecnicamente para “um novo arranjo para o comércio internacional e para os processos siderúrgicos em geral”, o que culmina na progressão para a exploração minerária em minas a céu aberto (substitutiva da lavra subterrânea), no aprimoramento de instrumentos e máquinas tal como a escavadeira elétrica, e no aumento da capacidade de transporte terrestres (caminhões) e náuticos, como os cargueiros e graneleiros que atendem ao mercado mundial (Lamoso, 2001, p. 31). Para a autora (idem), a “evolução na capacidade de transporte dos navios graneleiros fazem parte das condições técnicas que permitiram ao Japão tornar-se o principal mercado consumidor do minério de ferro brasileiro, apesar de estar mais próximo das minas australianas, fornecedor do qual as siderúrgicas japonesas não queriam manter-se reféns”.

Neste contexto, a necessária reconstrução do pós-guerra faz competir o principal comprador (EUA) de ferro brasileiro com o Japão e a Alemanha, o que incentiva as medidas de arranque das mineradoras e siderúrgicas. Assim, entre 1975-1985, o Brasil se torna o segundo maior produtor mundial, atrás somente da URSS e seguido pela Austrália. Neste período, a China “que não figurava como um produtor significativo em 1975 e passou a responder por 9% do total mundial de minério de ferro, [passa a ocupar] o quarto lugar em 1985” (Lamoso, 2001, p. 56). A este respeito, no concerne as exportações atualizadas de ferro, segundo a Vale (2018, p. 37),

Em 2017, a China respondeu por 57% de nossos embarques de minério de ferro e pelotas, e a Ásia, como um todo, respondeu por 71%. A Europa respondeu por 13%, seguida pelo Brasil, com 9%. Nossos dez maiores clientes adquiriram, juntos, 134 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e pelotas de nossa produção, representando 39% dos nossos volumes de venda de minério de ferro e pelotas em 2017 e 39% de nossa receita total de minério de ferro e pelotas. Em 2017, nenhum cliente respondeu individualmente por mais de 7% de nossos embarques de minério de ferro e pelotas.

Esta volumosa participação da China irá influenciar para a composição da reprimarização produtiva nas economias latino-americanas, a ser apontada ao longo deste item. Porquanto, ainda segundo Lamoso (2001), em 1952, é criado o principal órgão financiador de projetos que serviram de estímulo à industrialização brasileira, mas que também proporcionou que o país conhecesse indiretamente a privatização, antes mesmo de essa se tornar uma receita neoliberal de *desenvolvimento*, qual seja: Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE (hoje, BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). No contexto de crise do setor minerário internacional, que respalda sobre o Brasil na chamada *década perdida* de retração econômica, Lamoso (2001) destaca os desdobramentos através da redução de recursos à mineração, o que culmina no fim do Fundo Nacional de Mineração (FNM) em 1981. Sobre este Fundo, trata-se de um imposto único sobre toda a produção nacional minerária (uma espécie de quinto contemporâneo, mas a cifra correspondia a 10% sobre produção mineral e 8% sobre carvão). Este cenário estimula o endividamento das empresas, e indiretamente o BNDES torna-se acionista daquelas empresas tomadas como medida de reembolso para empréstimos não quitados. Segundo Lamoso (2001, p. 62), cerca de 25 empresas ficaram sob sua administração, o que culmina no encaminhamento político para empreender

uma abrangente privatização, que transferiu para a iniciativa privada não apenas empresas deficitárias, mas empresas competitivas, que não

necessitavam de grandes investimentos. A transferência pura e simples não resolve a questão da retomada do desenvolvimento. Na indústria mineral, a estatal [Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, hoje somente Vale] foi privatizada, não por ser uma empresa deficitária ou pouco competitiva, como a propaganda pró-privatização anunciou [...]. “A privatização ainda não era uma política do governo, mas um processo que teve início ‘tecnicamente’ no interior do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Dentre as empresas privatizadas, dos setores de mineração, siderúrgicos, químico e petroquímico, de fertilizantes, ferroviário, elétrico, portuário, financeiro, informática e outros; destaca-se a importante Companhia Siderúrgica Tubarão que integrou-se ao grupo ArcelorMittal (que absorveu no primeiro quarto do século anterior a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira); a Usiminas (empresa crucial ao Vale do Aço, localização central no estado de Minas Gerais); a maior siderúrgica nacional, latino-americana e uma das maiores do mundo, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN; e a citada CVRD que forma a Vale S.A.

Para Lamoso (2001, p. 70), “o processo de privatização não foi caso isolado do Brasil, mas desenvolveu-se em um contexto maior, tendo atingido diversos países. E, em particular, América Latina, com bastante intensidade”. Uma característica fundamental de tais privatizações, e que denuncia a lógica da expansão capitalista por meio da *construção-destrutiva* do espaço latino-americano, reside na simples transferência patrimonial para a iniciativa privada. A autora ressalta que houve não só uma subvalorização patrimonial (em termos de valores e da situação administrativa-econômica em que operava) das empresas transferidas, como os custos destas transferências foram amplamente questionados, tanto por intelectuais de esquerda, quanto por economistas conservadores. E tudo isso, operacionalizado através da construção do imaginário popular de que a privatização seria fundamental ao *desenvolvimento* e *progresso* do país (por meio também de melhorias na saúde e educação), catalisado através das nítidas expansões de tais empresas no mercado nacional e internacional, já que se trata de estatais de reconhecido potencial de crescimento.

Por este motivo, Lamoso (2001) conclui que a privatização que marca o final do século XX tratou-se de transferência patrimonial sistemática. Neste contexto de análise, pode-se verificar ser uma dimensão cíclica deste estágio de expansão capitalista, na medida em que se configura em ação em franco exercício pelo Estado brasileiro (a despeito da reconhecida falência econômica, social e patrimonial de um programa como esse), expresso na listagem de

dezessete⁵⁴ empresas anunciadas pelo Governo Bolsonaro, que serão alvo de privatização. A listagem inclui a gigantesca Correio (que consegue chegar a todos os municípios brasileiros); a Eletrobrás (líder em geração e transmissão de energia elétrica no Brasil); a secular Casa da Moeda com fundação no século XVII e franca capacidade de operação; o que restou da Telebras e sua importante rede de fibra óptica e satélite; o líder do mercado de Tecnologia da Informação SERPRO; o importante sistema online de pagamento de benefícios previdenciários e de liberação de seguro-desemprego Dataprev; a Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex) que arrecadou somente em 2016 R\$13 bi; a Codesp que administra o Porto de Santos, que é simplesmente o maior complexo portuário da América Latina; e o maior centro abastecimento alimentar da América Latina, a Ceagesp. Além dessa vultuosa e triste lista, que revela se estar diante de uma nova e sistemática transferência patrimonial, este governo também anunciou estar com um grupo de trabalho que visa operacionalizar a privatização da Petrobrás, que em 2011 tornou-se a quinta maior empresa petrolífera do mundo, e é a principal reguladora de preços e mercado nacional, no que se refere ao petróleo e derivados.

Além da economia essencialmente exportadora e do incentivo à privatização, que atende à expansão capitalista e fundamenta os elementos representativos do papel da América Latina na divisão territorial do trabalho, tem-se a reprimarização produtiva econômica⁵⁵, somada aos efeitos derrame (Gudynas, 2016), enquanto concretizações da *construção-destrutiva* pelo minerar no espaço latino-americano.

No que concerne à reprimarização produtiva, Bolinaga e Slipak (2015) elucidam se tratar de um processo complexo que implica na reorientação da matriz produtiva e econômica de um país para atividades que possuem menor valor agregado, tais como aquelas primário-extrativas (como a exploração de recursos naturais). No âmbito da divisão territorial do trabalho (Santos, 2006), essa dedicação funcionalista produtiva (Arroyo, 2004) primário-extrativo exportadora dificulta a inserção comercial do país em atividades econômicas de maior dinamismo, tal como aquelas manufactureiras. Até porque, os ganhos econômicos oriundos dessa dedicação à agroexportação e à exportação de recursos minerais orientam a acumulação se assenta na lógica da expropriação capitalista, que transforma o espaço latino-americano em

⁵⁴ Conforme reportagem “Governo anunciou 17 privatizações” (O Globo, agosto de 2019). Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-anunciou-17-privatizacoes-veja-lista-23892489>

⁵⁵ Autores como Bresser-Pereira e Marconi (2010) associam a reprimarização econômica a uma versão de manifestação da doença holandesa, em contraposição ao trabalho realizado por Strack e Azevedo (2012, p. 89) que refutam a hipótese de doença holandesa no Brasil, “porém a participação destes setores na exportação aponta para uma reprimarização da pauta de exportações do país que, eventualmente, poderá levar à doença”.

espaços para se ganhar (Moraes, 2005), tanto no seio da divisão internacional do trabalho, quanto no colonialismo interno que explica a profunda desigualdade social enquanto marca do continente, principalmente no Brasil.

Por este motivo, há interpretações que identificam que a dedicação à exploração e exportação de produtos primários que contrai o desenvolvimento de manufaturas podem ser uma versão representativa de uma face da chamada doença-holandesa (Bresser-Pereira e Marconi, 2010), que ocasiona a desindustrialização de um país. A este respeito, Svampa (2012, p. 2) menciona que, nos últimos anos, a América Latina está marcada pelo Consenso dos Commodities, “basado en la exportación de bienes primarios a gran escala”. Tais atividades não são novas ao continente, e continuam a caracterizar o modelo de desenvolvimento neste momento de acumulação. Esta autora analisa as melhoras significativas das economias latino-americanas, expresso no seu crescimento econômico como um todo. Contudo, aponta as fissuras estruturais que também marcam este espaço, tal como a reprimarização das economias latino-americanas. Assim,

en la Comunidad Andina el porcentaje de exportación de productos primarios pasó del 81% en 2008, a 82,3% en 2009, y para el caso del MERCOSUR el crecimiento fue aún mayor, ya que éstas pasaron del 59,8% al 63,1% (Cepal, informe económico, 2009). Como afirma Gudynas (2009), en la región, es Bolivia quien se halla a la cabeza del proceso de reprimarización (92,9% de sus exportaciones corresponden a productos primarios), pero la dinámica alcanza incluso a un país como el Brasil, pues durante las dos presidencias de Lula da Silva, la participación de los bienes primarios en las exportaciones pasó del 48,5% en 2003, al 60,9% en 2009.

Além do direcionamento produtivo ao setor primário-exportador, Svampa (2012, p. 2) identifica que o processo da reprimarização também se relaciona com a perda de soberania alimentar (através da monocultura), com a dedicação à produção em larga escala e direcionado à exportação, bem como com a produção de biocombustíveis à concorrência energética mundial somado ao agravamento das condições climáticas. E, sobretudo, “desde el punto de vista de la lógica de acumulación, el nuevo Consenso de los Commodities, conlleva la profundización de una dinámica de desposesión o despojo de tierras, recursos y territorios, al tiempo que genera nuevas formas de dependencia y dominación”. Para a autora, a América Latina estaria submetida não somente à exploração de minérios e petróleo, mas a toda uma lógica extrativista que consolida um modelo monoprodutor, que avança sobre a biodiversidade, reformula a função social da terra, e reconfigura os territórios a sua própria lógica; sendo expressão,

portanto, da *construção-destrutiva* do espaço latino-americano na expansão capitalista moderna.

O movimento do Consenso de Commodities, teorizado por Svampa (2012), se converge à análise de Bolinaga e Slipak (2015) que discutem as transformações importantes da economia global e as relações de poder marcadas pela elevação da influência chinesa nas periferias do sistema capitalista, tal como América Latina. Os autores reforçam as influências da execução de medidas neoliberais enquanto receituário do Consenso de Washington (1989), mas ressaltam a ascensão da China na construção de um modelo de desenvolvimento conhecido como Consenso de Beijing, que estimula a reprimarização produtiva das periferias, conforme anteriormente destacado através do papel da China aos mercados de exportação brasileiro e boliviano, e verificado por estes autores enquanto marca do espaço argentino. Bolinaga e Slipak (2015) denunciam que o Consenso de Beijing não se trata, de fato, de um consenso, de um acordo bilateral, um sóciorregional a este continente, conforme perpetuam Kuwayama e Rosales (2012). Ao contrário, expressa a execução impositiva dessa grande potência sobre toda a região latino-americana, onde a reprimarização produtiva de suas economias é a sua maior expressão, e materializa a reprodução da lógica centro-periferia, versão da *construção-destrutiva*.

Esta dimensão de uma lógica que opera para a execução de empreendimentos extrativistas em um país é denominada por Gudynas (2016) como “efeitos derrame”. Tais efeitos dispõem sobre fatos e transformações imprescindíveis à execução de um empreendimento específico, ou de uma política geral, como o exercício da reprimarização produtiva. Para o autor, trata-se das medidas que são necessárias à operacionalização de um projeto e política, com consequências sobre o resto do país, em suas dimensões democráticas, econômicas, de justiça social, flexibilização de leis ambientais, reformulações territoriais, e até sobre a concepção de natureza – conforme anteriormente discutido. Os efeitos derrames podem ser percebidos, por exemplo, nos decretos assinados por Evo (anteriormente citados) que reformula, material e simbolicamente, a dimensão indígena em seu governo, que de pertencimento e identificação passa a expressar-se como aquele que empreende a violência da concessão da exploração minerária em seus territórios. Assim como, através da transformação das tragédias do minerar em *conflitos socioambientais*, o que retira a dimensão de crime e de responsabilidade humanas.

Enquanto exemplificações do efeito derrame, Gudynas (2016) aponta casos por toda a América Latina. No que se refere à esfera ambiental, o autor destaca a mercantilização da natureza que retira a sua organicidade; a redução de importância da natureza, através das flexibilizações ambientais à consecução de empreendimentos, que culmina na tragédia do minerar marianense em 2015; à transformação do caráter deliberativo em consultivo dos órgãos licenciadores ambientais, conforme verifica ocorrer na Colômbia, Peru e Bolívia; ao caráter somente formal do licenciamento ambiental, destituído de importância à execução, conforme verifica no Chile.

Ao considerar a dimensão territorial, Gudynas (2016) reforça os efeitos derrame que invadem os territórios e as territorialidades e os convertem à sua lógica, conforme analisa a partir do redesenho territorial do Peru, que possui 45% de seu território concedido às atividades mineradoras e 75% do seu solo amazônico ocupado por petroleiras. Este autor destaca a esfera social do efeito derrame, que dispõe sobre a segurança e qualidade do trabalho, sobre os direitos sindicais, os baixos salários, as longas jornadas de trabalho, a tolerância com a qualidade de vida precarizada em territórios compartilhados com empreendimentos (onde ocorre a condenação da qualidade da água, do solo, do ar, do encarecimento dos produtos locais, etc...). A sua análise sobre a dimensão econômica dos efeitos derrame se aproximam da consequente reprimarização econômica e dos princípios que balizam as noções *desenvolvimento* e *progresso*, o que se executa na América Latina na defesa de que, a exportação de recursos naturais geram o excedente necessário à execução de políticas sociais de combate à pobreza.

Assim, os efeitos derrame é a realização concreta e espacial das *metanarrativas espaciais da mineração* que catalisam o movimento da *Espacialidade Mineratória*. Os efeitos derrame dispõe sobre as consequências territoriais, sobre os efeitos da *construção-destrutiva* do espaço latino-americano, em suas diversas representações espaciais (sociais, territoriais, ambientais, econômicas...). Por sua vez, as *metanarrativas espaciais* abrangem tais efeitos e consequências, mas vão mais profundo. São capazes de denunciarem a natureza violenta da *construção-destrutiva*, e de revelarem o movimento de retotalização da expansão capitalista moderna. São capazes de explicar, por exemplo, a violência que extrapola as estruturas de execução, e condiciona o *sujeito situado*. Por serem reveladoras do movimento, as *metanarrativas espaciais* não somente denunciam as realizações socioespaciais da violenta e capitalista *construção-destrutiva*, mas revelam a própria *tendência* do cíclico processo, o que

cria condições utópicas e necessárias de interromper e revolucionar a direção dilapidadora deste giro.

Desta forma, necessário se faz uma análise sobre os garimpos, em sua dimensão de atuaram como circuito inferior da *Espacialidade Mineratória*, já que perpetua-se sob a lógica da *construção-destrutiva*, que forja as tragédias do minerar.

5.4.1 Nota sobre os garimpos no Brasil.

Os garimpos retratam uma espécie de escala tecnoprodutiva minerária, na medida em que dispõe sobre o baixo volume extrativo em cada lavra outorgada, quando comparada com megamineração. Essa dinâmica está empriada pelo território latino-americano, predominantemente com ocorrência em áreas de floresta e de fronteira, conforme verificado por Oliveira (2013), dado o desenvolvimento de uma economia submergida, por vezes até incentivada por políticas favorecedoras de conflitos territoriais entre povos indígenas e quilombolas.

Oliveira (2013) realiza uma profunda análise sobre as multiterritorialidades do garimpo, através de sua dinâmica, fluxos, comercializações e estruturações. Analisa os movimentos de territorialização e reterritorialização, mediante o enfrentamento à economia submergida, que conta com especializações produtivas subsidiárias, tal como o comércio, a alimentação e o sexo. O seu trabalho verifica que a grande maioria dos garimpos estudados por pesquisadores brasileiros situam-se na região norte e centro-oeste do Brasil, o que destaca ainda mais o seu trabalho de tangenciar-se à fronteira do garimpo para além do limite territorial do país. Isto porque, o autor verifica através das mobilidades geográficas que a expansão das territorialidades dos garimpos e garimpeiros além-fronteira [e é importante destacar que a sua verificação constata que há mais brasileiros em certos garimpos, do que locais, tais como na Venezuela e Suriname] acontece associada aos movimentos de criminalização no Brasil, que são favorecedoras da reterritorialização na busca pelo ouro.

Assim, os garimpos expressam uma versão do avanço da *Espacialidade Mineratória* por conta seus elementos fundamentais: o avanço violento pela mineração sobre territórios, biodiversidade, e conflitos com povos originários e tradicionais; além do caráter submergido de sua economia, o que dificulta mecanismos de controle e regulação, pois se dão para além

destes. Neste sentido, Gudynas (2016) investiga os circuitos informais do garimpo, apontados pelo autor como geradores de situações de violência, prostituição, tráficos de pessoas, trabalho forçado e redes de contrabando – mas que também depõe sobre formas de garantir a sobrevivência por meio do trabalho minerador.

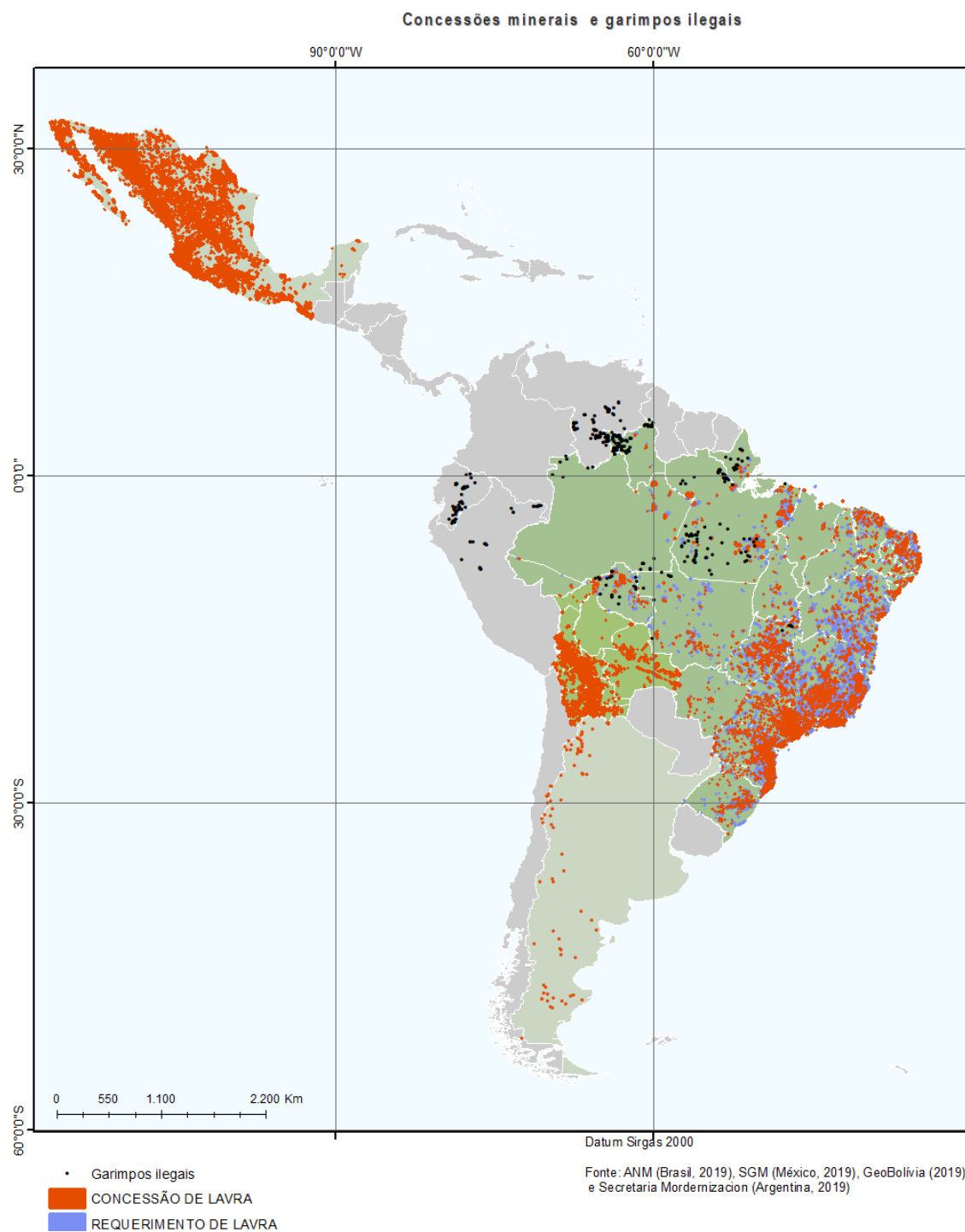
Neste sentido, nas cartografias a seguir, foram sistematizadas as concessões de lavra para os países Brasil, Bolívia, Argentina e México (com dados disponíveis), os requerimentos de lavra no território brasileiro, somados aos garimpos ilegais identificados na Amazônia (sob abrangência dos territórios de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

O mapa 3 retrata a fronteira de exploração minerária nos territórios brasileiro, boliviano, argentino e mexicano. Percebe-se a predominância da concessão de lavra na região centro-sul brasileira, mas com consideráveis manchas no litoral nordestino, no estado goiano, e dispersos por toda a Amazônia, sobretudo no Pará. Pode-se destacar também a localização da fronteira minerária boliviana que fundamentalmente exploram o seu altiplano e avança sobre os territórios amazônicos. A Argentina possui concessões de lavra espalhadas, predominantemente, em sua fronteira oeste. Já o México representa a capacidade urbanizadora da mineração, na medida em que predomina-se como lógica deste espaço.

Além disso, ressalta-se de que forma ocorre o espraiamento da lavra formal, com o destaque para a intensificação da mineração a partir do protótipo de uma *primeira rede urbana brasileira* (Costa e Scarlato, 2009, p. 17), forjada no século XVIII, onde a mineração estabelece um urbanismo em torno de seu elemento principal e atividades subsidiárias, favorecedoras da *empresa* colonial. E estas ainda perduram, no destaque das manchas de concessões mais intensas desde o quadrilátero ferrífero, expandindo-se à região sudeste, centro-sul e nordeste e ao estado Goiás. Esta mancha descreve o movimento da *Espacialidade Mineratória* que forja fixos urbanos no fluxo do capital minerador, onde as cidades da mineração – tal como Mariana e Potosí emergem como concreções (patrimoniais, inclusive) deste movimento.

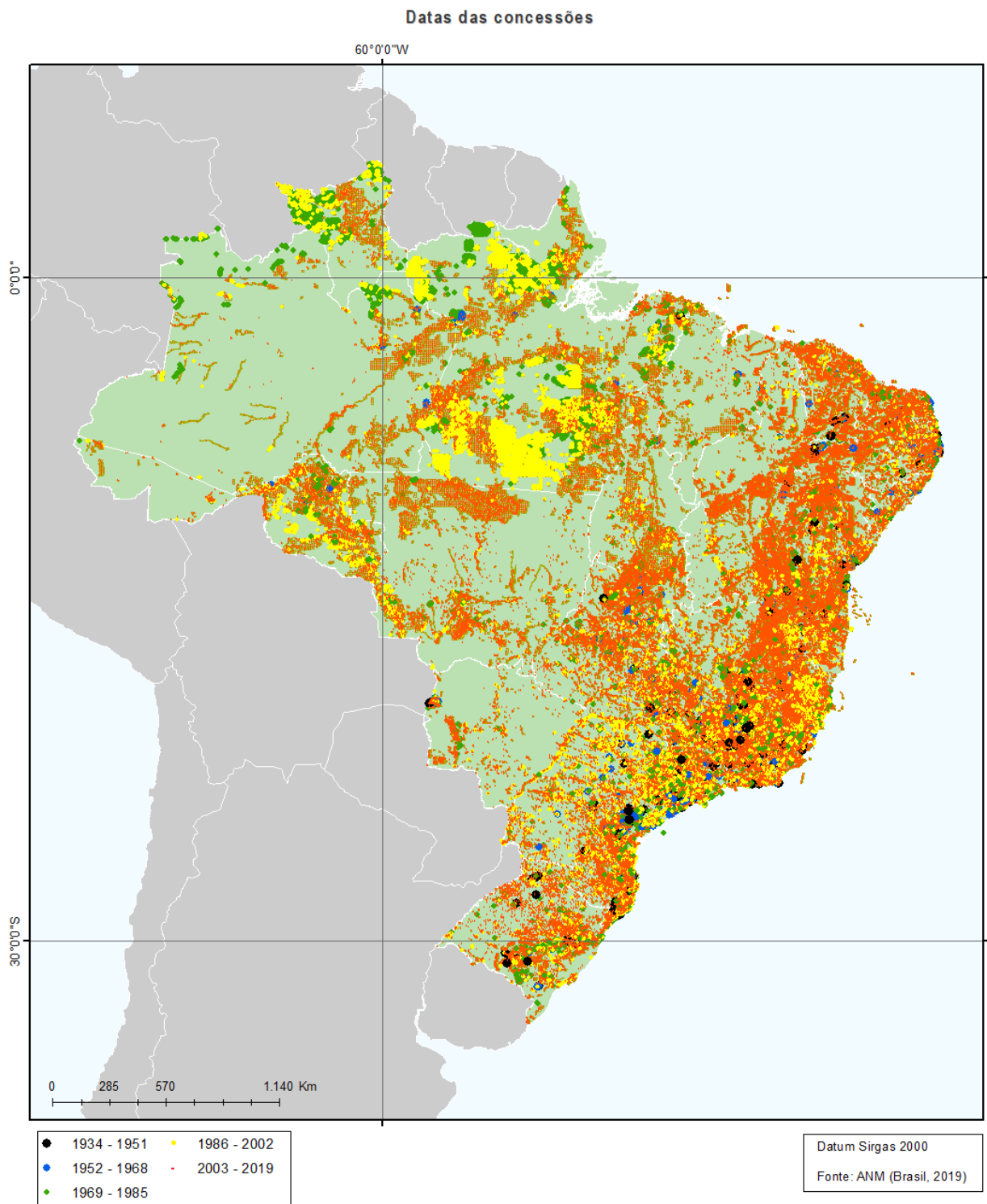
Já o mapa 4 demonstra as concessões minerárias por períodos, a partir de sua legalização em 1934, onde a intensidade da ocorrência de concessões pós-2003 demarca e expressa a chamada fronteira do neoextrativismo no Brasil. Tais cartografias representam, portanto, registros do movimento da *Espacialidade Mineratória* aos territórios analisados.

Mapa 3: Outorgas minerárias no Brasil, Bolívia, México e Argentina, requerimento de lavra no Brasil e os garimpos ilegais na Amazônia.



Fonte: ANM (Brasil, 2019), SGM (México, 2019), GeoBolívia (2019), Secretaría de Modernización (Argentina, 2019) e RAISG (2019). Organizado pela autora.

Mapa 4: Periodização das concessões minerárias do território brasileiro.



Fonte: ANM (Brasil, 2019). Organização da autora.

Destaca-se a continuidade do processo civilizatório pelo minerar que avança sobre territórios latino-americanos transformando-os em centralidades de exploração minerária, onde

o seu caráter vinculado à expansão capitalista confirma a continuidade da *empresa* colonial que revela a natureza da *Espacialidade Mineratória*. Contudo, estes mapas não conseguem retratar (por meio destes pontos identificados) a proporção da economia submergida que sustenta a lógica do garimpo ilegal que avança sobre territórios indígenas brasileiros, e recebem alvará de realização socioespacial através do anúncio do governo que promete legalizar tais lavras sob terras indígenas⁵⁶. Este anúncio fere o Artigo 204, item VII, da Portaria Nº 155, de 12 de maio de 2016⁵⁷ que regulamenta a própria outorga da lavra garimpeira, além da violência instaurada como norma à expansão das atividades minerárias (e que constrange os direitos humanos, além da violação da própria democracia).

Em recente reportagem, há a denúncia da violenta capacidade extrativa e submergida dos garimpos que “jogam ‘uma Brumadinho’ a cada 20 meses no Tapajós”⁵⁸, além de registrar avanço sobre terras indígenas, onde só no território Yanomami estima-se a atuação de mais de 10 mil garimpeiros, que utilizam a mecanização do processo produtivo à substituição dos formigueiros humanos, que marca a exploração minerária submergida do final do século XX. Assim, o garimpo configura-se numa tragédia do minerar que não possui a repercussão de um evento localizado em áreas, diga-se, mais centrais. São tragédias cotidianas, marcadas pelo drama condicionante: trata-se, portanto, da *situação espacial duradoura* (Costa, 2016) pelo minerar.

No mapa 5, há a representação de pressão e ameaça sobre a região Amazônica, considerando atividades diversas. Segundo a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG)⁵⁹, verifica-se formas de pressão ao território amazônico atreladas à mineração, à construção de hidrelétricas, à exploração de petróleo e gás, à construção de estradas e vias, às queimadas, e ao processo de desflorestamento. A escala de cor utilizada relaciona a ocorrência de uma ameaça (cor verde) até seis ou mais ameaças (cor vermelha).

Organizações da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela uniram-se nessa rede que constrói mapas interativos e atualizados que sintetizam o panorama da Amazônia, que

⁵⁶ “Bolsonaro volta defender legalização de garimpos em terras indígenas: Presidente afirmou que a proposta ainda está em análise pelo Ministério de Minas e Energia, mas deve ser encaminhada ao Congresso em breve”. (Exame, 2019). Recuperado de: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-volta-defender-legalizacao-de-garimpos-em-terras-indigenas/>.

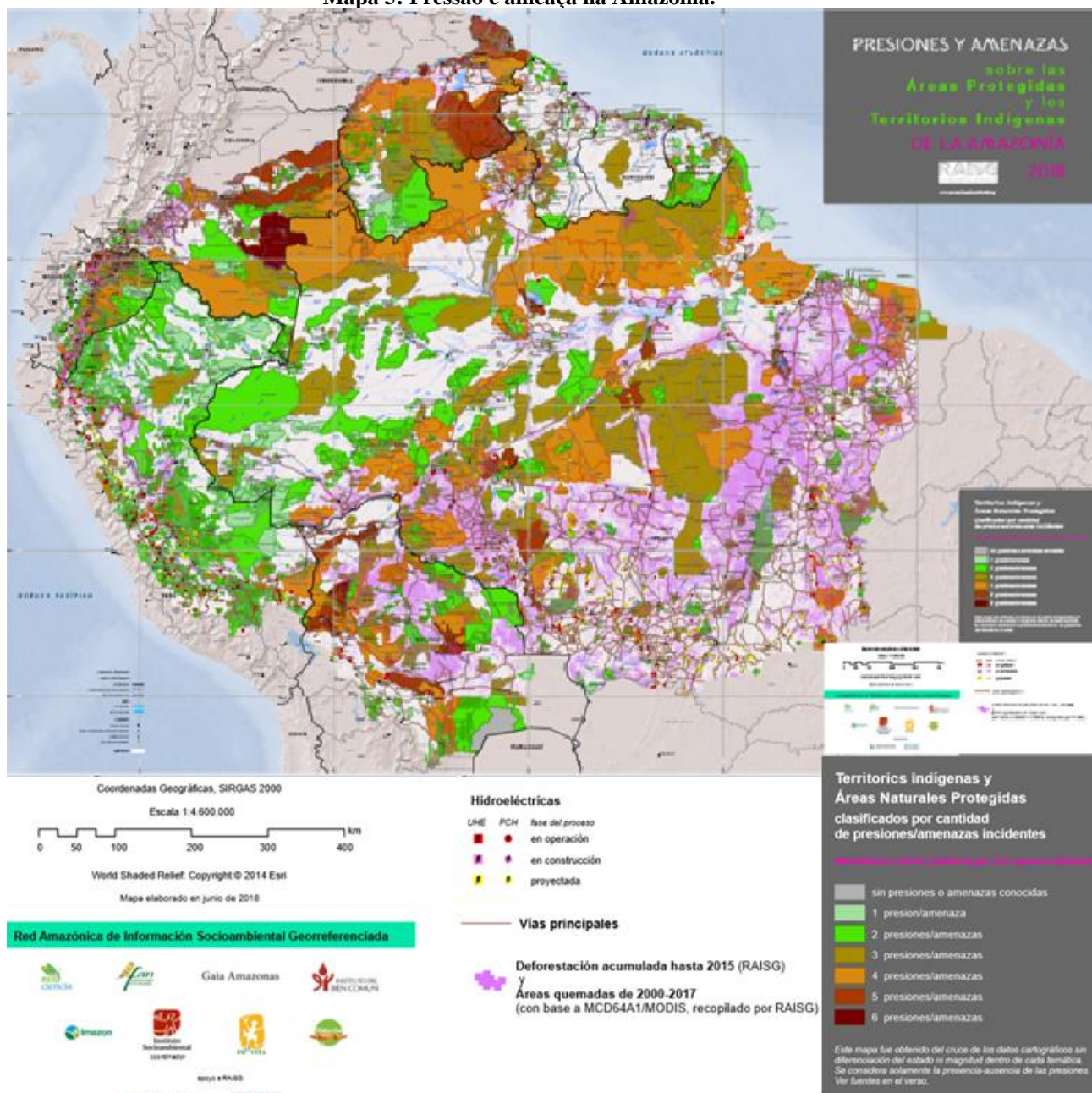
⁵⁷ Diz o item: *Art. 204. O requerimento de PLG [Permissão de Lavra Garimpeira] será indeferido de plano quando: VII - a área objetivada situar-se em terras indígenas, nos termos do art. 23, "a", da Lei nº 7.805, de 1989.*

⁵⁸ “Amazônia: garimpos jogam ‘uma Brumadinho’ a cada 20 meses no Tapajós” (Carta Capital, 2019). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/amazonia-garimpos-jogam-uma-brumadinho-a-cada-20-meses-no-tapajos/>.

⁵⁹ Disponível em: <https://garimpoilegal.amazoniasocioambiental.org/story>.

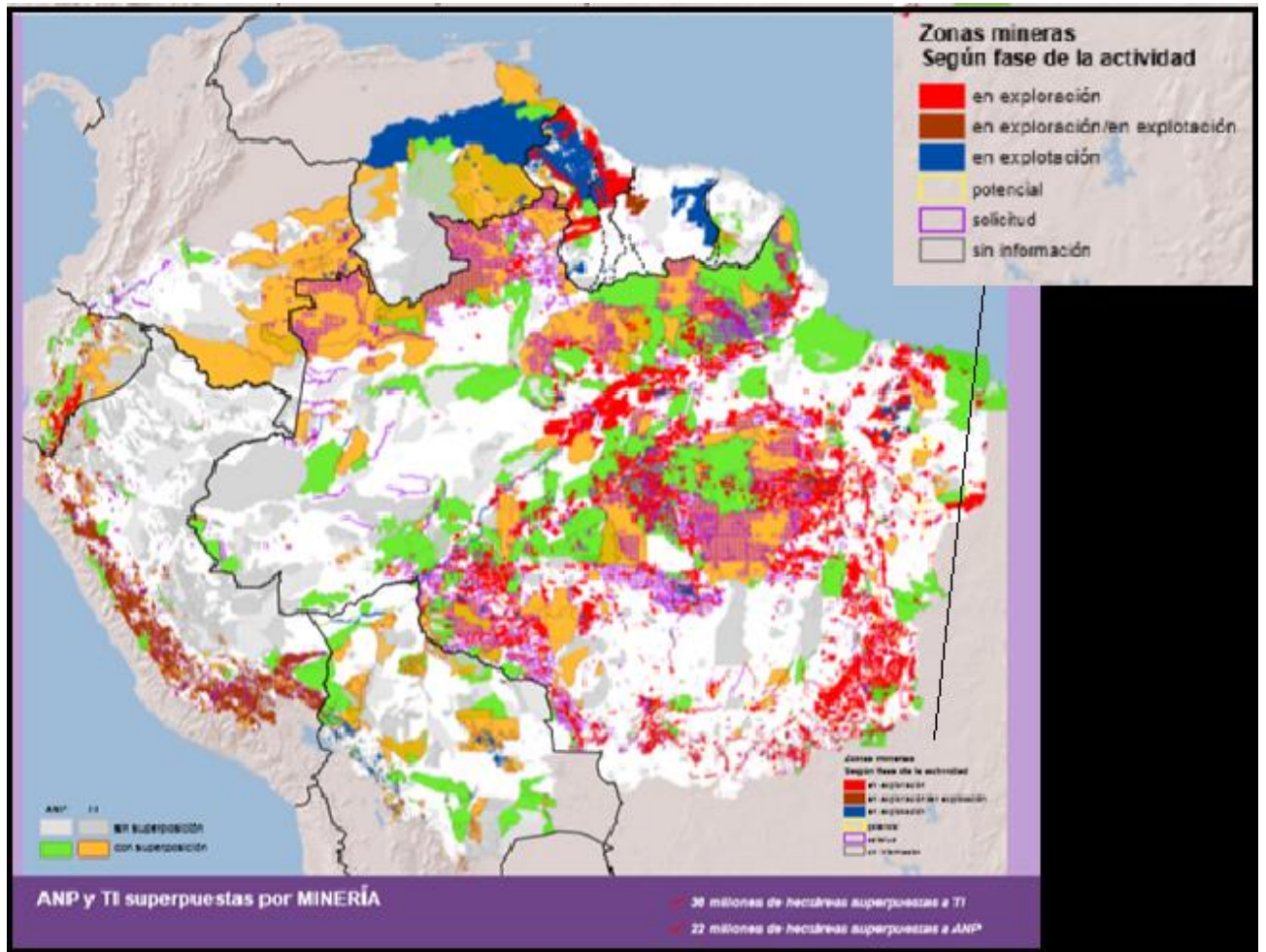
já conta, por exemplo, com “pelo menos 2312 pontos e 245 áreas de garimpo ou extração de minerais, como ouro, diamantes e coltan. Além disso, foram mapeados 30 rios afetados pela mineração ou rotas para a entrada de máquinas, insumos e a saída de minerais”. Assim, para a Rede, a mineração ilegal é “um forte vetor de destruição e contaminação da Amazônia”, conforme pode ser analisado no mapa 6.

Mapa 5: Pressão e ameaça na Amazônia.



Fonte: RAISG (2018).

Mapa 6: Avanço da mineração sobre Amazônia.



Fonte: RAISG (2018).

Realizando um comparativo, para o ano de 2016, houve no Brasil (segundo Brasil/DNPM, 2018), 3.522 autorizações de pesquisa, 32 concessões de lavra (destas, 17 localizam-se na região centro-oeste, sendo todas elas no estado de Goiás) e 87 permissões de lavra garimpeira (destas 87 permissões de garimpo, 61 localizam-se somente na região norte, e 46 no estado do Pará). Segundo o mesmo órgão, há o acumulado superior a 11 mil concessões de lavra no território brasileiro, entre 1934 (data da primeira concessão) e 2019, e esta atividade ainda avança para territórios indígenas e áreas de proteção ambiental.

O avanço sobre tais áreas relaciona-se ao que Souza (2009, p. 113, grifos da autora) denuncia como dinâmica e funcionamento do sistema técnico pautado na fragmentação e insustentabilidade socioespacial, que explica “os processos sociais que levam a isso e definem os projetos de *exploração da natureza*”. O avanço sobre a natureza integra o que Costa (2016, p. 6) chamaria de colonialidade que ainda se executa através das estruturas criadas pelo

colonialismo, pautadas na exploração, “em que a política, os recursos, os povos no trabalho são dominados por agentes de identidade e território externos”, inclusive em sua reprodução capitalizada no interior do próprio país, o que Mealla (2014) complementaria como colonialismo interno.

Assim, sobre a repercussão dos processos de exploração da natureza, de territórios e de sujeitos, salienta-se a abordagem diferenciada de um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) realizado desde 2014 na reserva Yanomami (Roraima, Brasil)⁶⁰. Esta pesquisa é inédita na detecção dos efeitos do garimpo aos indígenas brasileiros, pois diferencia-se da dimensão das lutas e conflitos territoriais e dos danos da atividade à natureza. Resultados da pesquisa afirmam que 92% das pessoas indígenas examinadas estão contaminadas com mercúrio, que é um metal utilizado na lavra de ouro e prata em garimpos.

Ressalta-se: a lógica dilapidadora do minerar no espaço latino-americano não usurpa somente o trabalhador minerador submetido à precariedade das condições de trabalho e às necessidades de sobrevivência. Esta lama de consequências é densamente violenta no controle processual dos corpos, na forja da *situação espacial duradoura*. A contaminação gerada pelo garimpo (mas não somente esta problemática) tem usurpado a vida de uma população considerada uma das mais isoladas, nas entranhas da Floresta Amazônica, que resistiu a mais de cinco séculos de colonialidade – e agora estão sendo contaminados com mercúrio, além das mais diversas formas de violência física e simbólica.

Propõe-se a leitura dos garimpos ilegais à lógica da *Espacialidade Mineratória* por conta de sua capacidade urbanizadora e associação com as próprias estruturas de pobreza⁶¹, decorrentes da ilegalidade, das condições de trabalho (e por vezes, ainda escravocratas⁶²), da inserção à economia submergida atinente ao tráfico de minerais, e do estado de vigilância permanente em relação à execução de operações ambientais, mas da própria proteção contra

⁶⁰ Disponível em: https://portal.fiocruz.br/busca?search_api_views_fulltext=yanomami .

⁶¹ “Escravos do ouro: Até namorar era proibido em garimpo aberto dentro de área de proteção no Pará. Endividados e isolados, trabalhadores viviam sob o rígido comando da proprietária” (Repórter Brasil, 2018). Recuperado de: <https://reporterbrasil.org.br/2018/08/resgate-trabalho-escravo-garimpo-ouro-para/> .

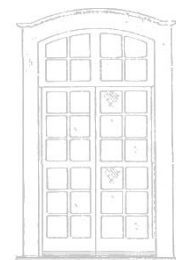
⁶² “Operação resgata trabalhadores de garimpo ilegal: Esse foi o maior resgate de trabalhadores em extração de minérios e metais preciosos realizado em operação conjunta entre Grupos Móveis de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho, ICMBio, Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, com apoio do Batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar do Pará” (ICMBio, 2018). Recuperado de: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9911-operacao-resgata-trabalhadores-de-garimpo-ilegal> .

roubos de recursos ilegalmente expropriados. Além disso, necessário se faz o reconhecimento dessa manifestação da *Espacialidade Mineratória* para que fortaleça a denúncia da lógica de sua consecução por meio da *construção-destrutiva*.

A mineração tem se realizado violentamente, onde a expropriação de recursos dos territórios expressa a sua face mais submergida, frente aos vinte corpos da lama marianense; aos mais de 270 mortos em Brumadinho; aos inúmeros suicídios não contabilizados em cidades do minerar (onde a interrupção da atividade gera sofrimento social e intensifica a precariedade da vida); à desolação e à ausência do dormir tranquilo mediante ameaça de novos rompimentos; aos pulmões dos mineiros que aguentam poucos anos de intenso trabalho; às mães que além de perderem seus filhos no ventre lutam para retomá-los à vida que importa à mineração; aos inúmeros dedos, braços, colunas que marcam uma vida dedicada ao trabalho minerador; aos indígenas que lutam por cada respiro em cenário de fumaça, mercúrio, motosserras, e discursos que concedem alvará para a sua morte; às crianças arrastadas para cenários mineiros e possuem em suas veias muito da lógica mineral; às mulheres que na busca pelo romper da divisão sexual do trabalho minerador acumula ainda mais atividades em sua luta cotidiana pela dignidade humana; aos líderes de comunidades sociais que, na luta pela humanidade do ser social, é usurpado do direito à sua própria vida.

A mineração, em si, não mata. Mas, a forma como tem se estabelecido, por meio da *Espacialidade Mineratória*, faz morrer.

6. Crítica e resistência coletiva à *Espacialidade Mineratória*: por uma utopia do minerar como construção significativa;



Foi necessário o esforço da abstração realizada, no que concerne ao *ser* minerador latino-americano, porque só através dessa reflexão pode-se constatar que o processo históricoespacial da *Espacialidade Mineratória* se retotaliza no movimento de expansão capitalista, e garante a sua reprodução no deslocar da modernidade-colonialidade.

A apreensão da totalidade do processo histórico e ontológico do minerar na América Latina e o seu movimento de forja na modernidade-colonialidade revelam a sua natureza, que possui um duplo caráter de realização socioespacial: na medida em que impõe-se ao *sujeito situado* por meio da condicionante *situação espacial duradoura*; este mesmo movimento revela o seu próprio percurso intrincado à expansão capitalista e, assim, denuncia suas *metanarrativas espaciais* que operacionalizam a sua continuidade, mas que contraditória e simultaneamente confidencializam o embrião de sua destruição. Ou seja, é por meio da desconstrução de elementos que balizam as *metanarrativas espaciais* que se constrói o meio necessário de se operar resistência ao movimento da *Espacialidade Mineratória*.

Dentre outros elementos metanarrativos, explana-se sobre a empregabilidade efetiva da mineração, que reside na dimensão que mais aparece nas narrativas dos *sujeitos situados* que perpetuam enquanto justificativa para a exigência da manutenção da atividade mineratória (ao considerar a capitalista cisão do homem), no contexto marianense e potosino da tragédia do minerar. Segundo a maior mineradora que atua no território brasileiro, a sua força de trabalho (que inclui estagiários, contratos com base em tempos diversos e, de fato, empregados) soma aproximadamente 73,6 mil pessoas, dentre as quais 58,5 mil localizam-se na América do Sul e não há distinção da cifra para o território brasileiro (Vale, 2018, p. 143), sendo os setores que mais empregam à cadeia produtiva a exploração de ferro e a produção de metais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2011), a força de trabalho na mineração, para o ano referência 2011, era de 165 mil trabalhadores diretos no Brasil. Se houver

a consideração de que todos os trabalhadores da Vale que estão na América do Sul fossem convertidos aos dados correspondentes somente ao Brasil (o que expressa uma irrealidade sem tamanho), a Vale empregaria diretamente cerca de 35% de toda mão de obra, mas é responsável por metade de toda a produção mineral brasileira. Assim, a empregabilidade não acompanha a produtividade, e se explica por meio do caráter da mecanização da produção.

Ao realizar os ajustes concernentes ao *efeito multiplicador* 1:13 (ao considerar toda a cadeia, do fornecedor ao prestador de serviço), recomendado pelo IBRAM (2011), tem-se que a rede produtiva empregaria cerca de 1,9 milhões de pessoas, desconsiderando os garimpos ilegais e a prospecção. O mesmo órgão estima que essa cifra pode ser de 2,1 milhões de empregos gerados pela mineração, o que representa somente 2,29% do total de (91,9 milhões) brasileiros ocupados.

Ao considerar as quinze (15) maiores mineradoras que atuam no Brasil e a sua participação aproximada na Produção Mineral Brasileira (PMB), através de dados colhidos até o ano referência 2015, teria-se: Vale (com 44,9%), Samarco (5,9%), Kinross (2,3%), Mineração Maracá (2,2%), AngloGold (2,1%), CSN (2,1%), Mineração Rio do Norte (1,8%), Congonhas Minérios (1,4%), Mineração Paragominas (1,3%), Anglo American (1,2%), Gerdau Açominas (1,0%), Vale Fertilizantes (0,9%), Alcoa World Alumina (0,9%), Votorantim (0,9 %) e CBMM (0,7%). Tais empresas contabilizam o total de 69,6% da produção, restando cerca de 30% a todas as outras mineradoras de grande, médio, pequeno microporte, que contabilizam mais de 6 mil empresas, além dos garimpos.

Ainda segundo o DNPM (ano referência 2015), contabilizam-se: 236 mineradoras (2,9% do total de mineradoras) de grande porte, com produção maior que 1 milhão de t/ano); 1.233 mineradoras médias (14,7% do total) e sua produção entre 100 mil e 1 milhão t/ano; 2.815 mineradoras pequenas (que correspondem a 33,5% do total), com produção entre 10 mil e 100 mil t/ano; e as micromineradoras (que abarcam quase a metade das empresas, com 48,9% do total), e produção menor que 10 mil t/ano. Soma-se a esse contexto a taxa de que a mineração de pequeno e microporte (o que inclui os garimpos) sejam responsáveis por mais de 82% de todas as empresas mineradoras do país, com uma taxa de empregabilidade direta de 25% do total dos empregos gerados em todo o setor minerário, podendo atingir 40% (do total) na ampliação para toda a cadeia produtiva e informalidade; e a sua produção é ínfima quando comparada com aquela realizada somente por 15 empresas no território brasileiro.

A dedicação à economia exportadora de bens primários fundamenta o cíclico movimento que alça ao crescimento econômico, que é destituído da construção significativa ampliadora da criação de valores de uso (por meio, por exemplo, da execução de políticas sociais que garantam a dignidade humana). O movimento da *Espacialidade Mineratória* serve à garantia da própria expansão capitalista, através de sua lógica interna que se fundamenta na própria expansão, identificada por Marx (1867, p. 228) como “um fim em si mesmo [...]”. Contudo, a pequena mineração, na reprodução da natureza da *Espacialidade Mineratória*, apresenta uma escala produtiva diferenciada que respalda sobre a sua realização espacial. Assim, a pequena mineração revela a capacidade de ramificar-se mais pelo território, por meio do espraiamento de empresas, além de absorver proporcionalmente mais força de trabalho do que aquela da megamineração, além de violentar o território num espaço-tempo mais lento em relação à sua capacidade produtiva. A grande dificuldade reside no controle, via regras ambientais e do trabalho, das consequências territoriais da exploração, e de sua realização não pautada no avanço sobre povos e biodiversidade.

Neste sentido, os interesses estratégicos nacionais seriam mais bem atendidos por meio da pequena mineração, ao considerar a dedicação da megamineração à exportação volumosa de recursos naturais à sustentação da reprimarização produtiva, das fugas de divisas, ao atendimento à internacionalização capitalista e aos interesses das centralidades decisórias, como versão latino-americana de inserção à divisão territorial do trabalho (Santos, 2006). A lógica como se executa a megamineração, vinculada à circulação e ao fluxo do mercado mundial, gera um mecanismo de dependência nacional em relação à extração do recurso como *commoditie*, a ser negociado mundialmente. Assim, para se operar no mercado, insere-se na divisão territorial do trabalho (Santos, 2006) de forma a suprir volumosamente este mesmo mercado, o que respalda na durabilidade e velocidade extrativa da megamineração, mas que também se reproduz nos garimpos e minerações em menores escalas. Contudo, é necessário ressaltar a dimensão histórica da própria divisão territorial do trabalho, que forja a distribuição de recursos localmente combinados e da diferenciação de lugares (Santos, 2006), somado ao presente-contínuo capitalista, para que se reconstitua a capacidade de reação à própria colonialidade, que se executa via divisão. Esta dimensão aparece nas entrevistas por meio das palavras vocação e futuro como vinculadas à mineração como caminhos de *desenvolvimento e progresso*. Assim, a *situação espacial duradoura* (Costa, 2016) pelo minerar projeta e faz catalisar a continuidade da *Espacialidade Mineratória*.

Porquanto, tais interesses estratégicos que estão sendo suprimidos poderiam ser apontados através de uma breve análise (através dos anuários minerais do sistema DNPM) acerca da produção de ferro, ouro, quartzo, nióbio, estanho, amianto e água.

A velocidade extrativa do ferro, que na análise do comportamento brasileiro verifica-se se tratar 11,9% de toda reserva mundial, lidera desde a década de 1970 as primeiras colocações no volume exportado, comparado à cifra dedicada ao consumo interno. O que se repete ao analisar a cadeia produtiva do ouro, onde menos de 40% do volume extraído serve ao consumo interno. O caso do quartzo e do nióbio representa o interesse capitalista em detrimento de uma política estratégica. Isto porque, o Brasil detém 95% das reservas de quartzo, e ainda assim não controla o mercado mundial para este elemento, exportando-o na forma bruta (\$ 3,1 milhões) e importando manufaturados (41,2 milhões), segundo sumário mineral do DNPM (2014). No que concerne à cadeia do nióbio, o Brasil possui 98% de todas as reservas e atende o mercado mundial em franca velocidade, sendo responsável por 93% de toda a produção. Assim como, atende às centralidades capitalistas no que se refere às ligas (Holanda, China, Cingapura, EUA e Japão) e aos óxidos (com dois parceiros comerciais: NAFTA e China). Somente 10% da produção é destinada ao consumo interno.

A cadeia produtiva do estanho é expressão da simultaneidade das concreções Brasil e Bolívia ao movimento da *Espacialidade Mineratória*, através do posicionamento mundial das reservas minerais (Brasil sendo o terceiro, e Bolívia o quarto) relacionado à velocidade de produção (o Brasil permanece em terceiro, já a Bolívia é ultrapassada pelo Peru que não possui nem a nona posição em quantitativo de reservas). Sobre a cadeia do amianto, é reconhecida sua versão agressiva à saúde que precariza as condições de trabalho e, ainda assim, o Brasil é o terceiro produtor mundial com uma única mina localizada no estado de Goiás.

Algo que deve ser ressaltado reside na cadeia produtiva da água. Esse crucial recurso mineral que possui aparente destinação ao consumo interno como uso principal (para o ano 2013), é exportado como Composição de Produtos Industrializados (CPI), ou seja, em sua utilização nos processos agropecuários, manufatureiros e de transformação. Essa cifra chega a quase metade do volume engarrafado, tratando-se de 3,9 bilhões de litros de água exportada, o que corresponde a 35% de todo o consumo aparente.

Posterior ao interesse estratégico brasileiro, ressalta-se: a pequena mineração, que poderia expressar-se enquanto espaço-tempo diferenciado do minerar, não pressupõe a sua construção significativa ao espaço latino-americano; caso contrário, o caráter civilizatório

colonial da *Espacialidade Mineratória* estaria resignado à escala ampla de acontecimento, e às fronteiras da megaminação. Há, ao contrário, uma construção material e subjetiva que concede o alvará necessário para que a mineração se execute por meio da modernidade-colonialidade; e este alvará é estruturado pelas *metanarrativas espaciais da mineração*. Assim, salienta-se o papel importante da desconstrução de *metanarrativas espaciais*, as quais atribuem a essencialidade mineradora ao *desenvolvimento* nacional e ao *progresso* econômico, e catalisam, assim, a *Espacialidade Mineratória*.

Destaca-se um outro elemento metanarrativo que reside no papel das centralidades capitalistas na construção de indicadores que reforçam o distanciamento concreto e subjetivo centro-periferia, e contemporanizam a subalternidade como marca latino-americana (e também africana, e poderia se analisar o contexto asiático). O Instituto de economia canadense Fraser considera a América Latina como a pior área atrativa para a exploração mineral (figura 19), seguida pelo continente africano e asiático, segundo o seu indicador *Global Mining Investment Attractiveness Ranking* (2016).

Figura 19: Áreas globais atrativas à exploração mineral (Fraser, 2016).



Fonte: Extraído de: <https://www.mining-journal.com/politics/news/1315770/-sound-regulatory-regimes-are-an-absolute-must>. Elaborado com base em dados do Instituto Fraser (2016).

Este indicador considera que os seguintes fatores podem influenciar neste índice de atratividade, quais sejam: a ocorrência e tipologia mineral; o conhecimento geológico; o tipo de legislação e a forma como se gerencia a mineração; a infraestrutura disponível e requisitada; a legislação ambiental e suas restrições; a disponibilidade de mão de obra qualificada e barata; a estabilidade econômica; a estabilidade política; os mecanismos de tributação; e a capacidade laboratorial. É curioso notar que a despeito dessa construção imagética desta péssima atratividade da exploração mineral ao território latino-americano, ela não diminui a velocidade e o volume extraído sobretudo pelos grandes grupos multinacionais, e nem se concretiza na falta de interesse global à exploração dos recursos minerais. Trata-se, ao contrário, de mecanismo criado pelo próprio capital de desconstruir material e simbolicamente o espaço latino-americano e a sua gente, com respaldo na influência exercida pelo mercado global de executar a divisão territorial do trabalho à continuidade da modernidade-colonialidade. Além disso, essa construção imagética serve ao cenário da própria precarização do trabalho, ressaltado no distanciamento simbólico para com os territórios explorados, e na propagação de indicadores como esse como ideais a serem perseguidos pelos subalternos da divisão.

Desta lógica, a própria América Latina se assenta, concreta e simbolicamente, sobre mecanismos que a subalterniza; assume *metanarrativas espaciais* (*progresso, desenvolvimento, privatização e transferência patrimonial, reprimarização produtiva, economia exportadora, empregabilidade da megamineração, os efeitos derrame...*) como seus princípios orientadores e perseguidos; empreende com velocidade a operacionalização da *Espacialidade Mineratória* como lógica em seu território; atende e executa os interesses impositivos de grandes centros transvertidos de acordos bilaterais; flexibiliza o que resta de lei ambiental e constrange órgãos fiscalizadores; distancia concreta e simbolicamente a sociedade-natureza e usurpa as vidas indígenas; impõe uma qualificação técnica à elitização (branca, masculina) de certos postos de trabalho e a massa de operadores negros – chamados na zona mineira de peões – que morrem

mais⁶³ nas tragédias do minerar: é a mineração favorecendo a *necropolítica*, é a *necropolítica espacial da mineração*⁶⁴.

Assim, é urgente a construção significativa e resistente de se executar a atividade minerária de forma alternativa a própria dimensão de *desenvolvimento e progresso* e, por isso, na reação à *Espacialidade Mineratória*. Tal como, as resistências coletivas atreladas à articulação indígena (Toledo e Gutiérrez, 2016), à memória da relação com o recurso (García, 2016), à mobilização coletiva (Lorena e Álvarez, 2016), aos movimento sociais (Castro et al, 2016), ao patrimônio-territorial (Costa, 2016) e este associado ao saber-local (Rúbio-Schrage, 2019); resistências empreendidas desde a cidade-campo na América Latina.

Esta dimensão coletiva de resistência e crítica à *Espacialidade Mineratória* (que aqui se conceitua através de seu movimento) contribui à aglutinação da cisão do homem, através de sua luta pela dignidade humana e por sua práxis efetiva e elucidativa da dimensão de classe. Por isto, é salutar entender de que forma as *injunções paradoxais* ofuscam a subjetivação e percepção de classe à forja contemporânea da *situação espacial duradoura* (Costa, 2016); pois atua na subtração da humanidade do ser social, inibe as reflexões em torno da essencialidade humana da sociedade-natureza cindido pela expansão capitalista, se operacionaliza por meio do tolher da percepção espacial do indivíduo frente aos processos identitários, genealógicos e sociais que o compõe - e, por isso, num repensar significativo da sociedade-natureza, e da essencialidade humana do ser social que o recompõe na relação com a própria natureza. Assim como, a *situação espacial duradoura* veda o próprio pensar de si (e assim, pensar-se-ia no outro), mediante a precarização da vida que o condiciona.

Assim, as *injunções paradoxais* descrevem os mecanismos que acometem e condicionam o *sujeito situado*, mas também são reveladoras da forma como este mesmo sujeito pode converter processualmente a sua situação duradoura, através do necessário pensar sobre si no processo. Neste sentido, a sujeição duradoura que dispõe sobre a totalizante condição capitalista imposta ao *sujeito situado* também revela, contraditória e simultaneamente, o necessário movimento de resistência que iria de dentro para fora, ulterior, capaz de desconstruir

⁶³ “Desde a escravidão a mineração mata negros e negras em Minas Gerais: Minas Gerais carrega, em seu nome e sua história, a mineração e a escravidão. Essa relação também pode ser observada nos dados e nas vítimas do crime socioambiental de responsabilidade da Vale, que ocorreu em Brumadinho no último dia 25. Os números dessa tragédia capitalista se atualizam diariamente e já são 142 mortos e 194 desaparecidos, dentre os quais estão trabalhadores efetivos e terceirizados, que são, em sua maioria esmagadora, trabalhadores negros.” (Esquerda Diário, 2019). Recuperado de: <https://www.esquerdadiario.com.br/Desde-a-escravidao-a-mineracao-mata-negros-e-negras-em-Minas-Gerais>.

⁶⁴ Tema de interesse de pesquisa aos próximos trabalhos.

metanarrativas espaciais que se cristalizam e usurpam a capacidade de reação do *sujeito situado*.

Por meio do desnudar das *metanarrativas espaciais da mineração* (que coopta, subjulga e converte territórios e sua gente à lógica da expansão capitalista) e da denúncia da *situação espacial duradoura* (que inibem e dilapidam as reações humanas frente à *construção-destrutiva* capitalista do espaço latino); torna-se possível empreender resistência frente ao longo processo instaurado pela *Espacialidade Mineratória*. Por meio dessa tríade singular que descreve o *ser* minerador latino-americano, é possibilitado o deslocar-se do plano de análise das consequências territoriais de uma mineração dilapidadora, e empenhar-se à construção de formas alternativas de empreender resistência a este processo totalizante, e de inscrever uma nova lógica pautada na defesa da dignidade humana e de um espaço-tempo diferenciado e significativo do minerar.

Por fim, verifica-se como fundamental para a construção significativa e coletiva da crítica e reação à *Espacialidade Mineratória* o caminho que leva à aglutinação da relação sociedade-natureza: esta dimensão se relaciona à recomposição da humanidade por meio da reverência positiva à natureza, à necessária consciência de classe (sociedade), somado ao primaz repensar profundo e significativo sobre si no mundo, para que reintegre a essencialidade de si na aglutinação.

Considerações Finais

O movimento deste trabalho de tese também é a de uma vida - e isso será explicado.

A compreensão de que a expansão capitalista forja um processo duradouro, onde a colonialidade é expressão de sua *construção-destrutiva* serve de base à uma leitura comprometida de mundo. Uma análise pautada na localidade regional latino-americana, enquanto base empírica à reação concreta a este movimento. E, por isso, o *Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe* (GECIPA) possui este esforço de diálogo com realidades que lhe são dialeticamente consubstanciais na totalidade geohistórica continental, não há muito tempo ou desde 2015. Esta busca por analisar duas concreções, Mariana (Brasil) e Potosí (Bolívia), possui incentivos primaz advindos do próprio grupo.

A influência deste ponto de vista vislumbrado desde a América Latina, em termos de necessidade para a construção de uma ciência geográfica desde o Sul, é motivado pelas teorias decoloniais que não se pautam somente em homens latino-americanos, tais como Galeano (1978), Dussel (2005), Mignolo (2005), Quijano (2000a; 2000b), Moraes (2000), Costa (2016), Mealla, 2014); importantes mulheres, necessariamente, empreendem este movimento de reação à colonialidade em suas múltiplas manifestações que segrega, duplamente, o corpo da mulher e, mais ainda, da mulher negra e indígena, tais como Domitila (Viezzler, 2003), Svampa (2012), Souza (2009), Arroyo (2015), Segato (2012), Palermo (2010), Ballestrin (2013), Lamoso (2001) e a autora desta tese (uma *força superior* destinou quatro mulheres para a banca de defesa deste trabalho orientada por dois professores).

Esta perspectiva decolonial orienta a importante noção da *situação espacial duradoura* formulada por Costa (2016), que é convocada neste trabalho a compor a triangulação necessária à apreensão da natureza do minerar na América Latina. Esta noção denuncia o resvelar do movimento da *construção-destrutiva* (Costa, 2015) no sujeito situado, condicionando-o, submetendo-o, violentando-o, na cidade-campo. A compreensão da capitalística condição duradoura permite que se compreenda os mecanismos que levam à inação do sujeito que é processualmente incapacitado de reagir às tragédias, enquanto evento e cotidiano, que violentam o seu corpo. E, por isso, recorreu-se ao entendimento socioclínico da *injunção*

paradoxal (Gaulejac, 2014), para se constatar que a imposição de paradoxos serve como mecanismo de reprodução da própria expansão capitalista.

Esta expansão que cinde o próprio homem por meio da dialética do trabalho (Marx, 1867) e do homem que trabalha, destituindo de humanidade o ser social (Lukács, 1984; 1986)) estrutura meios de se garantir a sua durabilidade, reprodução, expansão e catalisação. Tais meios são totalizados pela noção *metanarrativa espacial*, que se executa via *dialética da construção destrutiva* (Costa, 2015). As *metanarrativas espaciais* configuram-se numa proposta filosófica com intervenção teórico-prática de elucidar e denunciar a violência capitalista e sua realização socioespacial no continente. Carrega o movimento dialético de consecução, e denuncia também a sua lógica em franca operação, na subalternização simbólica e material deste espaço. Configura-se em meio de perceber a violência do processo que forja a condicionante *situação espacial duradoura* (Costa, 2016).

Este longo e duradouro processo se executa pela mineração, e poderia se pensar, futuramente, nas similitudes com a lógica e estruturação da agropecuária na América Latina, assim como em mecanismos de reforço do centro-periferia enquanto lógicas territoriais contraditórias e simultâneas, mas que são dissociadas socioespacialmente na gestão territorial, e todas as fragmentações desta derivadas.

O longo processo pelo minerar trata-se, portanto, de uma *Espacialidade Mineratória* que se realiza socioespacialmente com uma lógica, associada ao movimento de expansão capitalista (moderno), enquanto hipótese central de pesquisa verificada confirmada pela tese. Irá se verificar que esta lógica espacial, relativa à *Espacialidade Mineratória*, se executa por meio da perpetuação de uma *construção-destrutiva* capitalística que coloniza territórios, recursos e povos, e violenta sujeitos situados.

A dimensão de violência é tão profunda que esta expansão converte a tragédia do minerar em evento de consecução de seu próprio movimento. Torna a tragédia algo efêmero, que fornece uma paralisia aparente do processo, precariza os contextos espaciais, mobiliza imediatamente esforços e agentes solucionadores de tensões, retira a dimensão do crime e transforma em gestão de conflitos territoriais no esvaziamento do drama que se impõe à vida do sujeito. Além disso, mobiliza esforços (inclusive, tecnocientíficos) que perpetuam a transformação de um evento histórico em evento natural, na dimensão relatada por Santos (2006). A naturalização da violência converte-se em mecanismo metanarrativo primaz durante todo o longo processo civilizatório do minerar na América Latina.

Assim, a dimensão de tragédia, considera aqui um evento (Santos, 2006) da *Espacialidade Mineratória*, aproveita-se do drama que se impõe ao sujeito situado, mas o converte em algo também a ser superado, em nome do *desenvolvimento*, do *progresso*, da empregabilidade. O indivíduo, ser social, compõe o cenário somente durante o evento, e o seu drama cotidiano é invisibilizado intencionalmente pela história, pelo presente-contínuo, pela contínua modernização, pela modernidade-colonialidade.

O interesse pela mineração parte exatamente disso: como explicar eventos como Mariana, Brumadinho, Tapajós? Como explicar momentos que não são mobilizados como eventos, mas que grafam a violência pelo minerar na América Latina? Como explicar que tais eventos são superados como se fossem qualquer notícias? Como explicar o pós-tragédia na verificação da intensificação da própria mineração, nos mesmos contextos e concreções espaciais que subdiam tais eventos? Como explicar que mesmo tendo corpos sepultados pela lama há ainda narrativas, fortes narrativas, que aliviam a criminalidade deste movimento em nome de um processo que subalterniza ele próprio, enquanto trabalhador, no anseio do trabalho a ser perdido?

Esta tese parte de algo que, em 2016, início do doutoramento, era até então inexplicável, dada a agonia e profundidade do drama da tragédia que atravessávamos em Mariana, que [me] acometia diretamente, e por isso há também nesta tese os tempos de uma vida. Aqui, dialogam sistematizações teóricas, vivências e percepções, significados e realizações, instantes e processo. Representa uma trajetória de vida, num recorte objetivo de interesse: aquele pelo processo do minerar experienciado. Os anos em que se distancia do lócus de nascimento, que é Mariana (Minas Gerais, Brasil), na ocasião instigada pela realização dos estudos de Mestrado e Doutorado na Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil), contribui para um processo concomitante de distanciamento-aproximação. A identificação, em terreno de relações estabelecidas entre as memórias que compõem a identidade própria, fez emergir um sentimento de lugar, enquanto parte-de-mim, em relação ao que Mariana-MG passaria a representar. As lajotas nas ruas, as cores das janelas, o barroco fotogênico nunca tinha sido, até este momento, algo que instigasse um registro fotográfico. A centralidade tombada nunca tinha sido, até então, uma *paisagem-memória* incorporada à vida, a despeito de se ter experienciado diversas relações deste barroco enquanto centralidade funcional cidadina – já que a vida se dava nas periferias-morros. Passaria a reconhecer Mariana-MG quando se mudou desta, em direção àquela cidade-arquitetura diametralmente dita moderna em que se vive - Brasília.

Para além de um encontro em relação ao leque de significados suscitados pela estética que resguarda o processo histórico, deparou-se com um sentido profundamente confuso, e que na análise percebeu-se também amplo. Havia algo de dramático no viver desta cidade, e que seria diferente das formas de tensão e silenciamento presenciadas na vida na capital federal Brasília-DF. Contraditoriamente, o barroco parecia amenizar o drama nesta trama espacial experienciada.

A chamada tragédia de Mariana – que aqui representa uma concreção da análise proposta – revela a natureza deste drama. Numa tarde de quinta-feira, 05 de novembro de 2015, o estrondo da barragem Fundão parecia ter alcançado os mais de mil quilômetros que separavam as duas cidades. Mariana chegaria a Brasília pela lama. Sentia-se o deslizar grosseiro do rejeito como se este arrastasse toda a ligeira segurança que o cotidiano ajuda a construir. A lama carregaria toda uma espécie de estabilidade e normalidade criadas pela impressão de prosperidade econômica, e escancara questões que passariam a gritar pela reflexão, posterior àquela tarde/noite de paralisia. São lembradas as lágrimas que escorreram naquela semana. Foi uma busca por tentar achar resposta, para lidar com as certezas de opinião que já se anunciavam. A barragem rompeu novamente perante a construção dos discursos ensaiados de mero acidente: segunda morte dos corpos.

Havia vários Eu's em confronto gerador de *injunção paradoxal*: a pesquisadora, a geógrafa, a professora; a técnica aspirante ao trabalho na mineração; a filha, irmã, sobrinha, amiga de envolvidos diretamente no processo minerário por meio do trabalho; a marianense que viveu na pele a dependência econômica de uma cidade inteira em relação à uma atividade; a sujeita que saberia do rastro de corpos, deixados pela barragem. O confronto foi incorporado subjetivamente na objetividade da reflexão, sendo uma transposição de *injunção paradoxal* própria.

Mencionar o rompimento da barragem de Fundão como uma tragédia forjadora de drama não reduz o significado desta atribuição. Haveria, em cheque, o sentido do próprio destino: das pessoas, da mineração, da cidade, dos recursos. Poderia se tratar de um momento de bifurcação histórica, de quebra de paradigma, de repensar da ação: uma paralisia ao repensar da continuidade. Contudo, a *Espacialidade Mineratória* revela que o processo histórico permanece em curso, seguindo-se preceitos coloniais de exploração minerária, por sua vinculação à expansão capitalista em suas fases e centralidades. A América Latina é forjada, dia após dia, tragédia após tragédia, na imposição da violência e do drama sob signos civilizatórios,

mascarados e sustentados por *metanarrativas* que garantem à continuidade do processo histórico. No que concerne ao minerar, as *metanarrativas espaciais da mineração* seguem sendo forjadas à *continuance* e retotalização da *Espacialidade Mineratória*.

A paralisia, a falência da escolha, a *injunção paradoxal* otimiza e garante a verticalização que derrota a capacidade de agir e reagir do território e dos sujeitos no processo, sintetizado pela *situação espacial duradoura*. Paralisia individual e coletiva, que ultrapassa as relações sociais e impõe-se à construção espacial, em seu aspecto também normativo, adentrando-se ao próprio Estado. Neste sentido, a identificação e análise da facticidade ontológica da *Espacialidade Mineratória* revela o aspecto civilizatório da reprodução do *ser* da mineração, por meio dos sentidos atinentes às *metanarrativas espaciais da mineração*, que também conspiram à forja de *situações espaciais duradouras* reveladas pelas *injunções paradoxais*. Por este motivo, acredita-se que esta tese se converte num chamado geográfico à forja de alternativas à *situação espacial duradoura*.

Assim, adianta-se algo elementar. Pretende-se que esta tese contribua de alguma forma com o movimento defendido aqui: o de elucidação da *situação espacial duradoura* pelo minerar, a fim de contribuir para formas de mobilização coletiva e significativa enquanto maneira de reação à *Espacialidade Mineratória*. Por este motivo, está se estruturando um projeto desde a Geografia escolar, para se construir uma material didático que denuncie o processo histórico que forja a tragédia do minerar enquanto evento, e que atue na sensibilização acerca do drama que acomete sujeitos. Em fase de mentoria, este projeto pretende envolver não só uma forma de tradução à apropriação coletiva da própria tese, mas de criar meios de representar as narrativas e os olhares de sujeitos acerca da *situação espacial duradoura*, que servirá de ponto de partida para se pensar em alternativas criativas, significativas e concretas de reação a este movimento, na valoração de um utópico espaço-tempo diferenciado pelo minerar.

A partir da tríade proposta, as tragédias do minerar podem, portanto, ser entendidas não como o lapso do presente-contínuo, mas como síntese de um processo longo que descreve a natureza do minerar no espaço latino-americano. Oportuniza a crítica à *Espacialidade Mineratória*, através do revelar de seu caráter violento e processual, que contribui para subsidiar as frentes alternativas que resistem à continuidade da lógica deste minerar – e que reside na principal intenção desta pesquisa em Geografia.

REFERÊNCIAS

- Alencastro, L. (2000). *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Alvarado-Sizzo, I.; Costa, E. (2019). Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina. *Investigaciones Geográficas*. eissn: 2448-7279 doi: 10.14350/riig.59792. ARTÍCULOS, Núm. 99, Agosto, 2019, e59792.
- Alves, G. (2011). Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Revista da RET – Rede de Estudos do Trabalho: Estudos do Trabalho*, Ano V, Número 8.
- Amade, P.; Lima, H. (2009). Sustainable development and garimpo - The case of the Engenho Podre Garimpo in Mariana, Minas Gerais). *REM: R. Esc. Minas, Ouro Preto*, 62(2): 237-242, abr . jun. 2009.
- Antunes, R. (2005). L. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*, São Paulo: Boitempo.
- Arroyo, M. (2004). Território, mercado e Estado: uma convergência histórica. *GEOgraphia - Ano. 6 - Nu 12 – 2004*.
- Arroyo, M. (2012). Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. *Boletim Campineiro de Geografia*. v. 2, n. 1.
- Arroyo, M. (2015). América Latina na aurora do século XXI: por uma busca de consensos ativos. *Ciência Geográfica - Bauru - XIX - Vol. XIX - (1): Janeiro/Dezembro*.
- Ayaviri, N.; y Alarcón, L. (2014). *Clasificación socioeconómica de los municipios de Bolivia*. Perspectivas, Año 17 – Nº 33 – mayo 2014. pp. 2955. Universidad Católica Boliviana “San Pablo”, Unidad Académica Regional Cochabamba.
- Azibeiro, N. (2007). ModernidadeColonialidade ocidental e a produção subalterna do outro. (c) *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 18, n. 2, maio./ago.2007[53].
- Baldivieso, V. (1998). *Mitayos de Potosí: em uma economia sumergida*. Barcelona, Espanha: Técnicos Editoriales Asociados, S. A. Hurope / AS, Recadero, 1998.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- Barreiros, F. (1838). *Memória sobre os pesos e medidas de Portugal, Espanha, Inglaterra e França, que se empregão nos trabalhos da Arma Artilheria; e noticia das principaes medidas da mesma especie, usadas para fins militares em outros nações*. Typografia da Academia Real das

Sciencias, Lisboa. Versão digitalizada e disponibilizada em: <https://books.google.com.br/books?id=e7wLAAAAYAAJ&pg=PA4#v=onepage&q&f=false>.

Bateson, G.; Jackson, D.; Haley, D.; Weakland, J. (1956). Toward a theory of schizophrenia. *Behavioral Science*, Vol. 1, 251–264.

Bautista, R. (2014). *Reflexiones descoloniales*. Colección abrelosojos: 6º número, diciembre, 2014.

Biscari, A. (1660). La ciudad no tiene muralla, ni fossa, ni fortaleza para defenderse. In: *La ciudad de Potosí vista por viajeros y autores nacionales del siglo XVI al XXI*. Pp. 60-67. Selección y prólogo de Mariano Baptista Gumucio. Bolívia: Potosí, 2011.

Bolinaga, L.; Slipak, A. (2015). Le Consensus de Beijing et la nouvelle primarisation productive de l'Amérique Latine: le cas Argentin. *Prob. Des* [online]. 2015, vol.46, n.183, pp.33-58. ISSN 0301-7036. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rpd.2015.10.003>.

Bosi, A. (1936). *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Brasil. Departamento Nacional de Produção Mineral. (2018). Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas / Coord. Geral Wagner Fernandes Pinheiro, Osvaldo Barbosa Ferreira Filho, Carlos Augusto Ramos Neves; Equipe Técnica por Marina Dalla Costa... [et. Al.]; – Brasília: DNPM, 2018. 33 p.: il.

Bresser-Pereira, L.; Marconi, N. (2010). Existe doença holandesa no Brasil? In: Luiz Carlos Bresser Pereira. (Org.). *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 207-230.

Capoche, L. (1585). El sitio del lugar es áspero y com cuestras y quebradas. In: *La ciudad de Potosí vista por viajeros y autores nacionales del siglo XVI al XXI*. Pp. 53-57. Selección y prólogo de Mariano Baptista Gumucio. Bolívia: Potosí, 2011.

Castro, E.; Alonso, S.; Nascimento, S. (2016). Mineração na pan-amazônica: neoextrativismo, colonialidade e lutas territoriais. In: Zhouri, A.; Bolados, P.; Castro, E. (2016). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. (Orgs). São Paulo: Annablume, 382p.

Chávez, H. y Aguilar, R. (2010). *Actividades económicas y organización social en la Nueva España*. México: Portal Academico, CCH, Universidade Nacional Autónoma de México. Enero de 2010, p. 1-9.

Coelho, L. (2009). *Economia e tributos em tempos coloniais*. Joinville-SC: Editora Univille, 303p.

Costa, E.; Scarlato, F. (2009). Notas sobre a formação de uma rede urbana de um ‘tempo lento’ no período da mineração no Brasil Colônia. *REVISTA ACTA GEOGRÁFICA*, ANO III, Nº5, JAN./JUN. DE 2009. P.07-21.DOI: 10.5654/actageo2009.0305.0001

Costa, E.; Suzuki, J. (2012). Materialismo histórico e Existência: Discurso Geográfico e Utopias. *Espaço & Geografia*, Vol.15, No 1 (2012), 115:147 ISSN: 1516-9375.

Costa, E. (2015). *Cidades da patrimonialização global simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015, 480p.

Costa, E. (2016). Utopismos patrimoniais pela América Latina - resistências à colonialidade do poder. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. v. 1. p. 1-30. Recuperado de: www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf

Del Castillo, G. (1983). América Hispánica (1492-1898). *Ambos Mundos*. Madrid: Fundación Jorge Juan, Marcial Pons Historia, S. A. San Sotero, 2009.

Delgado, L. (2006). *História oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica.

De Paula, P.; Crivellari, H. (2002). Informação e subjetividade no trabalho contemporâneo. Estudo de caso no setor eletroeletrônico de Minas Gerais. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 12, p. 119-121, dez. 2002

D'Esposito, F. et Jacobs, A. (2015). Auge y ocaso de la primera sociedad minera de América. Santo Domingo 1503-1520 », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Colloques, mis en ligne le 10 mars 2015, consulté le 13 mars 2019. URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/67723> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.67723

De Las Casas, B. (1502-1566). *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*. Bartolomé de las Casas (*1474-1566†). Edición: José Miguel Martínez Torrejón (ed. lit.). Universidad de Antioquia: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2015. ISBN 978-958-714-466-6

Dupas, G. (2007). O mito do progresso. *NOVOS ESTUDOS*, 77, março de 2007.

Dussel, E. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, *CLACSO*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

Elias, N. (2011). *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Tradução: Ruy Jugmann – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar.

Enríquez, M. (2007). Maldição ou Dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. Brasília: Tese de doutorado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, p. 449.

Espanha. *Leyes y ordenanzas nuevamente hechas por S. M. para la gobernación de las indias, y buen tratamiento y conservación de los indios*. 13 de março de 1544. Extraído de Biblioteca Digital Valenciana. Disponível em: <http://www.lluisvives.com/servlet/SirveOb ras/public/06922752100647273089079/p0000026.htm>.

Faoro, R. (1958). *Os donos do poder: formação do patronado político brasileiro*. Raymundo Faoro: prefácio Gabriel Cohn – 5ª edição – São Paulo: Globo, 2012.

Freire, W.; Mattos, T. (2014). *Coletânea de legislação mineral*. 2ª ed. Belo Horizonte: Jurpídica Editora, 1742p.

- Furtado, C. (1982). *O mito do desenvolvimento econômico*. Círculo do livro, 1982
- Furtado, C. (2001). *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: Hucitec, 200p.
- Galeano, E. (1978). *As Veias Abertas da América Latina*. Tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra: Estudos latino-americano, v.12, 1978.
- Galeano, E. (1999). “España tenía la vaca pero otros tomaban la leche”. In: *La ciudad de Potosí vista por viajeros y autores nacionales del siglo XVI al XXI*. Pp. 281-287. Selección y prólogo de Mariano Baptista Gumucio. Bolívia: Potosí, 2011.
- García, P. (2016). Cartografías del extractivismo minero en el desierto de Atacama – Norte de Chile. In: Zhouri, A.; Bolados, P.; Castro, E. (2016). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. (Orgs). São Paulo: Annablume, 382p.
- Gaulejac, V. (2014). *A neurose de classe: trajetória social e conflitos de identidade*. Tradução: Maria Beatriz de Medina, Norma Takeuti (col.), 1. 1 ed. São Paulo: Via Lettera, 2014.
- Gaulejac, V. (2015). *Le capitalisme paradoxant: un système qui rend fou*. Éditions du seuil: 25, bd Romain-Rolland, paris XIV.
- Gorceix, H. (1881). O ferro e os mestres da forja na Província de Minas Gerais. *Revista de Engenharia*, Ano 1881, Edição 0001, Hemeroteca Digital Nacional, p. 12-. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=709743&pagfis=330&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2018.
- Gudynas, E. (2015). Bolívia sem fronteiras para o extrativismo: exploração em áreas naturais protegidas. *Revista IHU online*, 20 de agosto de 2015. Recuperado de: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/545924-bolivia-sem-fronteiras-para-o-extrativismo-exploracao-em-areas-naturais-protégidas>.
- Gudynas, E. (2016). Extractivismos en América del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: Zhouri, A.; Bolados, P.; Castro, E. (2016). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. (Orgs). São Paulo: Annablume, 382p.
- Gumucio, M. (2011). Prologo. In: *La ciudad de Potosí vista por viajeros y autores nacionales del siglo XVI al XXI*. Pp. 9-48. Selección y prólogo de Mariano Baptista Gumucio. Bolívia: Potosí, 2011.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (1992). São Paulo. Edições Loyola.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Hostensky, I. (2018). *Patrimônio-territorial em Olinda – PE: Comunidade quilombola do Portão do Gelo – Nação Xambá, valorização da cultura afro-latino-americana*. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 250p.

Hoyos, G. (2015). Prólogo. In. De Las Casas, B. (2015). *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* [p. xv-xxxii]. Bartolomé de las Casas (1474-1566). Edición: José Miguel Martínez Torrejón (ed. lit.). Universidad de Antioquia: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2015. ISBN 978-958-714-466-6

Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM. (2011). *Informações e Análises da Economia Mineral brasileira*. Brasil: IBRAM, 6ª edição.

Jimenez, G. (2015). *Geografía del extractivismo en Bolivia: territorios en sacrificio*. PetroPress, 35, p. 4-21.

Knight, H. (1991). Double-Bind e Esquizofrenia. *Notas Didácticas*. Instituto universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, edição de 1991, p. 235-238.

Kosik, K. (1963). *Dialética do concreto*. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ªed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Kuwayama, M.; Rosales, O. (2012). China y América Latina y el Caribe: hacia una relación económica y comercial estratégica. Série: Libros de la Cepal, nº 114, 252p.

Lamoso, L. (2001). A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul. São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 309p.

León, P. (1988). Em ninguna parte del mundo, se haloo cerro tan rico. In: *La ciudad de Potosí vista por viajeros y autores nacionales del siglo XVI al XXI*. Pp. 49-51. Selección y prólogo de Mariano Baptista Gumucio. Bolívia: Potosí, 2011.

Lindón, A. (2008). De lãs Geografias constructivistas a lãs narrativas de vidas espaciales como metodologías geográficas cualitativas. *Revista ANPEGE*, v.4, p.03-27, 2008.

Linera, A. (2015). Bolívia. São Paulo: *Enciclopédia Latinoamericana*, versão digital. Acesso em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/b/bolivia>.

Loayza, R. (1585). “Son como las sardinhas em el mar”. In: *La ciudad de Potosí vista por viajeros y autores nacionales del siglo XVI al XXI*. Pp. 52. Selección y prólogo de Mariano Baptista Gumucio. Bolívia: Potosí, 2011.

Lorena, B.; Álvarez, S. (2016). Escalas, actores y conflictos: etapas de la movilización en respuesta al avance de la megaminería en Argentina. In. Zhouri, A.; Bolados, P.; Castro, E. (2016). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. (Orgs). São Paulo: Annablume, 382p.

Lukács, G. (1984). *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayner e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

Lukács, G. (1986). *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

Mainka, P. (2003). A luta europeia entre as dinastias Habsburgo e dos Valois pela Borgonha e Itália (1477-1559). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 185-224, 2003. Editora UFPR.

Maluly, V. (2017). *Como se fossem para o Cabo do Mundo: geohistória e cartografias sobre os caminhos e os descaminhos de Goyaz (1725-1752)*. 2017. 250 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Marx, K. (1858). *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução: Nélcio Schneider, 1ª edição, Coleção Marx & Engels, Boitempo, 2011.

Marx, K. (1867). *O capital: crítica da economia política: livro 1 / o processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

Mealla, L. (2014). *Dialectica del colonialismo interno*. Coleccion: El Horizont. La Paz: Editora Autodeterminación, 93p.

Meléndrez, A. (2015). *Descripción y carta geográfica de la Imperial Villa y Cerro Rico de Potosí y de otros partidos, de Pedro Vicente Cañete y Domínguez. Un proyecto ilustrado en Potosí a fines del siglo XVIII. 1787-1789*. UNAM: Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Investigaciones Históricas, México, Tese de Doutorado, março de 2015.

Mesquita, E. (2019). Patrimônio-territorial ante a patrimonialização global em Assunção, Paraguai. 2019. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Mészáros, István (1930). *Produção destrutiva e estado capitalista*. Tradução: Georg Toscheff e Marcelo Cipolla. - São Paulo: Editora Ensaio, 2ª edição, 1996.

Mignolo, W. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

_____. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *RBCS* Vol. 32 n° 94 junho/2017: e329402

Moraes, A.C. (1999). *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 432p.

Moraes, A.C. (2000). *Geografia, Capitalismo e Meio Ambiente*, Tese de Livre Docência: FFLCH-USP, 2000, capítulo 1 “Geografia: A Dimensão Espacial da Sociedade”.

Moraes, A.C. (2005). *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 4ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

Navarro, R. (2006). A Evolução dos Materiais. Parte1: da Pré-história ao Início da Era Moderna. *Revista Eletrônica de Materiais e Processos*, v.1, 1 (2006) 01-11. ISSN 1809-8797

Oliveira, F. (1977). *Elegia para um re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. São Paulo: Paz e Terra.

Oliveira, R. (2013). *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, 400p.

Oliveira, R. F. (2016). *Do aldeamento jesuítico a periferia metropolitana: Carapicuíba-SP como rugosidade patrimonial*. Universidade de Brasília: Tese de Rafael Fabrício Oliveira, orientador Everaldo Costa, Brasília, 378p.

Padilha, A. (2012). *Trabalho e Imaginário em Potosí – Bolívia*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação (Dissertação de mestrado).

Palermo, Z. (2010). Uma violência invisível: la “colonialidad del saber”. *CUADERNOS FHyCS-UNJu*, Nro. 38:79-88, Año 2010.

Picanço, J. *A pesquisa mineral no século XVII: o mapa da baía de Paranaguá, de Pedro de Souza Pereira (1653)*. III Simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica: passado e presente para o futuro, novembro, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.

Pinelo, A. (1635). Potosí, em “el paraiso en el nuevo mundo”. In: *La ciudad de Potosí vista por viajeros y autores nacionales del siglo XVI al XXI*. Pp. 58-59. Selección y prólogo de Mariano Baptista Gumucio. Bolívia: Potosí, 2011.

Pires, M. (2012). O termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo / Mariana e suas freguesias no século XVIII. In: Orgs. Chaves et al. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. (p. 26- 48). Ouro Preto: Edufop/ PPGHIS.

Pires, M.; Magalhães, S. (2012). Câmara Municipal: um pequeno histórico. In: Orgs. Chaves et al. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. (p. 11- 25). Ouro Preto: Edufop/ PPGHIS.

Pollak, M. (1989). “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p.3-15.

Quijano, A. (2000a). “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386.

Quijano, A. (2000b). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En libro: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Edgardo Lander (comp.) *CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2000. p. 246. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>.

Ribeiro, D. (1998). *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo, Cia. das Letras.

Romero, E. (2006). *História econômica del Perú*. Lima: Universidad Alas Peruanas. Fondo Editorial UNMSM, setembro de 2006.

Rosenfield, C. (2002). Autonomia outorgada e resistência: a relação do trabalhador industrial com seu trabalho. *Socius Working Papers* – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, número 6, 2002, p. 1-32.

Rúbio-(Schrage), R. (2015). Memória e território: sociogênese da luta pela terra dos assentados do Cafundão (Mariana-MG), Repositório Institucional UnB, UnB-GEA, Mestre, Gestão Ambiental e Territorial, 229p. Recuperado de: repositorio.unb.br/handle/10482/20314

Rúbio-Schrage, R. (2019). Patrimônio-territorial e saber local. *PatryTer*, 2(3). <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.19954>.

Ruy Barbosa, A. (1994). *Breve panorama la legislação minerária*. Revista de direito administrativo, julho-setembro, v. 107.

Santos, M. (1979). O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Santos, M. (2006). A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - (Coleção Milton Santos; 1).

Santos, M.; Silveira, M. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.

Seabra, M; Goldenstein, L. (1982). Divisão territorial do trabalho e a nova regionalização. In *Revista do departamento de Geografia*, 1, São Paulo: USP, 1982, pp 21 a 47. Disponível em : <http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/view/292/272>

Segato, R. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradutor: Rose Barboza. *Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, e-cadernos CES*, 18, 2012.

Serra, C. (2018). *Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil*. 1ª edição, Rio de Janeiro, Record.

Serra, S. (2012). *Mineração: doutrina, jurisprudência, legislação e regulação setorial*. Silva Helena Serra; Cristina Campos Esteves e Fernando Herren Aguillar, coordenador. São Paulo: Saraiva, 414p.

Soriano, R. (2003). *Historia temática de los Derechos Humanos*. Colección Universitaria: Textos Judicicos, MAD S.L., primera edición, octubre, 388p.

Souza, M. (2009). *Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo*. Cronos, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 101-117, jul./dez. 2009.

Strack, D.; Azevedo, F. (2012). A doença Holandesa no Brasil: sintomas e efeitos. *Revista Economia e Desenvolvimento*, vol. 24, n. 2, 2012. 68.

Svampa, M. (2012). Pensar el desarrollo desde América Latina. In: G.Massuh, Renunciar al bien común. Extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina, Buenos Aires, Mardulce.

Toledo, H.; Gutiérrez, F. (2016). Conflictos socioterritoriales mineros: la expansión minera y la articulación identitaria indígena en el Norte Grande de Chile. In: Zhouri, A.; Bolados, P.; Castro, E. (2016). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. (Orgs). São Paulo: Annablume, 382p.

Universidade Federal de Minas Gerais. (2006). Vídeo: Lições de pedra para quem soletrá-la – Parte I. (2006). Direção: Gisele Favacho Edição: Eduardo Navaro/Paulo Fernando. UFMG: *Grupo de Pesquisa Conexões Saberes sobre o Trabalho*. Recuperado de: <http://trabalho.fae.ufmg.br/arquivos>. Acesso em: julho/2019.

Vale S. A. (2018). Relatório anual, de acordo com a seção 13 ou 159d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934. Para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Recuperado de: www.vale.com/PT/investors/information-market/annualreports/20f/20FDocs/Vale_20F_2017_p.pdf.

Veiga, M.; Fernandes, F. (1991). Poconé: um campo de estudos do impacto ambiental do garimpo / Org. por Marcello M. Veiga e Francisco Rego C. Fernandes. - Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1991.

Vieira, Padre Antônio (1608-1697). *Sermões* (Parte 1). Brasil: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Extraído de: [<http://www.bn.br/bibvirtual/acervo/>]. Copyright Domínio Público.

Viezzer, M. (2003). “Se me deixam falar...”: testemunho de Domitila Barrios de Chungarra, uma mulher de Bolívia – 25 anos depois. Tradução: Edmilson Bizelli, Beatriz Cannabrava. 15ª edição, revisada. São Paulo: Global.

Wallerstein, I. (1974). *O Sistema Mundial Moderno, volume I - A Agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Proto: Edições Afrontamento, 1990, p. 1-163.

Zagalsky, P. (2014). Trabajadores indígenas mineros en el Cerro Rico de Potosí: tras los rastros de sus prácticas laborales (siglos XVI y XVII). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 6, n. 12, julho-dezembro de 2014| p. 55-82.

Zhouri, A.; Bolados, P.; Castro, E. (2016). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. (Orgs). São Paulo: Annablume, 382p.

Zhouri, A.; Valencio, N.; Oliveira, R.; Zucatelli, M.; Laschefski, K.; Santos, A. (2016). O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: Zhouri, A.; Bolados, P.; Castro, E. (2016). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. (Orgs). São Paulo: Annablume, 382p.

Plataformas de pesquisa de dados estatísticos:

Banco Mundial. World Bank Open Data. Plataforma: <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt> .

Betha E-Gov. Plataforma integrada de dados estatísticos. Portal da Transparência Municipal. Plataforma: <https://e-gov.betha.com.br>

Bolívia. Instituto Nacional de Estatística da Bolívia. Plataforma: <http://ine.gob.bo/>

Brasil. Censo Agropecuário, 2017. Plataforma: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>

Brasil. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Sumário Mineral (2014, 2016, 2018). Plataforma: <https://sistemas.dnpm.gov.br/SCM/site/admin/Default.aspx>.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Plataforma: <https://ibge.gov.br>

Brasil. Ministério de Minas e Energia – MME. Boletim Informativo 2019. Plataforma: <http://www.mme.gov.br>.

Fraser Institute. *Global Mining Investment Attractiveness Ranking*. Plataforma: <https://www.fraserinstitute.org/resource-file?nid=12730&fid=11530>.

Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada - RAISG. Plataforma: <https://garimpoilegal.amazoniasocioambiental.org>.

Suíça. The Observatory of Economics Complexity – OEC. Plataforma: <https://oec.world/pt/profile/country/che/> .

Reportagens jornalísticas (em ordem de aparecimento no texto):

“Lucro da Vale em 2014 sobe 729%, mas houve prejuízo no último trimestre” (Folha, 2015). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/02/1595014-apesar-de-preco-baixo-do-minerio-lucro-da-vale-aumenta-729-em-2014.shtml>

“Vale jogava lama em Fundão Barragem que se rompeu também tinha rejeitos de usina de tratamento da maior mineradora do Brasil” (O Tempo, 2015). Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/vale-jogava-lama-em-fundao-1.1177636>.

“Ex-prefeito de Mariana é condenado por uso indevido de recursos da CFEM” (Jornal O Liberal, abril de 2019). Disponível em: <https://site.jornaloliberal.net/noticia/808/ex-prefeito-de-mariana-e-condenado-por-uso-indevido-de-recursos-da-cfem>

“PIB de Mariana cai 58% em 2 anos com paralisação da Samarco” (Notícias da Mineração, dezembro de 2018). Disponível em: <https://www.noticiasdeminerao.com/brasil/news/1353147/pib-de-mariana-cai-58-em-2-anos-com-rompimento-da-barragem-em-mg>

“Mariana vive desafio de diversificar receitas, mas retorno da Samarco é plano A” (Agência Brasil, novembro de 2016). Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/mariana-vive-desafio-de-diversificar-receitas-mas-retorno-da-samarco-e-plano>.

“Prefeito de Mariana (MG) decreta estado de calamidade financeira” (Agência Brasil, março de 2019). Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/prefeito-de-mariana-mg-decreta-estado-de-calamidade-financeira>.

“Governo anunciou 17 privatizações” (O Globo, agosto de 2019). Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-anunciou-17-privatizacoes-veja-lista-23892489>.

“Bolsonaro volta defender legalização de garimpos em terras indígenas: Presidente afirmou que a proposta ainda está em análise pelo Ministério de Minas e Energia, mas deve ser encaminhada ao Congresso em breve”. (Exame, 2019). Recuperado de: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-volta-defender-legalizacao-de-garimpos-em-terras-indigenas/>.

“Escravos do ouro: Até namorar era proibido em garimpo aberto dentro de área de proteção no Pará. Endividados e isolados, trabalhadores viviam sob o rígido comando da proprietária” (Repórter Brasil, 2018). Recuperado de: <https://reporterbrasil.org.br/2018/08/resgate-trabalho-escravo-garimpo-ouro-para/>.

“Operação resgata trabalhadores de garimpo ilegal: Esse foi o maior resgate de trabalhadores em extração de minérios e metais preciosos realizado em operação conjunta entre Grupos Móveis de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho, ICMBio, Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, com apoio do Batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar do Pará” (ICMBio, 2018). Recuperado de: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9911-operacao-resgata-trabalhadores-de-garimpo-ilegal> .

“Desde a escravidão a mineração mata negros e negras em Minas Gerais: Minas Gerais carrega, em seu nome e sua história, a mineração e a escravidão. Essa relação também pode ser observada nos dados e nas vítimas do crime socioambiental de responsabilidade da Vale, que ocorreu em Brumadinho no último dia 25. Os números dessa tragédia capitalista se atualizam diariamente e já são 142 mortos e 194 desaparecidos, dentre os quais estão trabalhadores efetivos e terceirizados, que são, em sua maioria esmagadora, trabalhadores negros.” (Esquerda Diário, 2019). Recuperado de: <https://www.esquerdadiario.com.br/Desde-a-escravidao-a-mineracao-mata-negros-e-negras-em-Minas-Gerais>.

ANEXO 1:

Narrativas de entrevistados marianenses que relacionam a mineração a sua vida: sobrevivência e existência.

*

M1, Homem, entre 50 e 55 anos, casado, com filhos, morador dos arredores do centro tombado, exerce cargo de chefia da Vale

M.1 ocupa um cargo de chefe de equipe na empresa mineradora Vale. Ele apresentou-se receoso antes da entrevista, e teve-se que reforçar que o interesse estava na sua vida, e não no rompimento da barragem. Somente assim, M.1 concorda em conversar.

Indaga-se: o que a mineração representa para a sua vida? [M.1 menciona]: Ah, a mineração já foi tudo, sabe? Já foi... Agora eu penso mais nas minhas filhas, na minha companheira, até voltei a fazer uns trem pra mim, me exercitar... [Como assim? Você estava meio parado em função da empresa?]. Ah menina, é muita pressão. Antes, eu queria resultado, ficava no pé dos outros, tinha que apurar coisa o tempo todo, peão querendo te ferrar. [quem são os peões?]. São os operários, por aqui a gente chama assim. Seu pai foi peão também [risos]. [Agora é um peão aposentado?]. Peão também.

[E como era o dia a dia lá mina?]. Ah, uns anos atrás, a área era diferente. Parecia mais devagar. tinham umas equipes mais fixas. Depois de um tempo a pressão era pra bater produção. Reunião atrás de reunião pra pensar em como bater produção. Ficar no pé de peão, pra bater produção, preencher formulário, bater produção. É assim.

[E hoje, como está lá?]. Ah... Meio parado. A gente tem medo né? Vê gente de carreira sendo mandado embora. Uns caras dizem que já voltaram pra terra. Mariana é caro pra viver. Não dá pra ficar sem emprego aqui não. Vai lá na rua e compra uma camisa! É feio o negócio. Pra mim já tá meio feio, imagina pra quem perdeu [emprego]. Tem que estabilizar... Senão tudo pára.

[Sei que pediu pra não tocar no assunto, mas você acha que acontecerá de novo outro rompimento da barragem?] Então, numa empresa, acontece um trem errado aí que eles vão se preocupar em impedir que aquilo aconteça de novo, entende? Já foi uma barragem, não vai outra mais. Não vão errar de novo. Sai caro errar. Eles estão mais espertos. [Você diz conscientes de que erraram?] Ah, eles sabem que perdem parando tudo. Fica atingido apelando na justiça, e isso e aquilo. Uma enrolação pra voltar a operar... Agora já foi.

M.1 também não acreditava no que pudesse acontecer em janeiro de 2019, com o rompimento da barragem de Brumadinho – a maior violência do trabalho do Brasil.

*

M.2, mulher, entre 40 e 45 anos, solteira, com ensino superior, cursou o mestrado na área de linguagem em Universidade pública, moradora dos arredores do centro tombado. E professora do ensino secundarista

Encontrou-se M.2 num café, no centro urbano. Esta ocasião não tratou-se de um encontro marcado. Ela disse que eu lhe lembrava alguém, e começamos a conversar. Indagada sobre como estaria a cidade, o seu testemunho foi como um desabafo. Pedi então para registrá-lo.

Está tudo errado, ela começa. O momento mais humano que eu sinto em tudo isso é no minuto da serene, onde bate raiva, angústia, mas sente alguma solidariedade, sabe? Todo 05 de novembro a cidade se permite lembrar. Nos outros dias, há uma tensão impregnada aqui sabe? Os atingidos que são obrigados a moraram por aqui (em casas alugadas pela empresa) enfrentam todo tipo de agressão. São hostilizados. As crianças andam reclamando de serem chamados de pé de lama. Ah... é uma tristeza tão grande. Parecem que são vistos como barreira para empresa voltar a funcionar.

Outro dia, coitado, amparei um senhor todo curvado ali naquela ribanceira. Ele me disse que lá [em Bento Rodrigues, enterrado por lama da mineração] era acostumado a andar pra todo lado. Mas era chão, né, terra. Esse homem tinha força pra roçar, e hoje está aí, morrendo e é de tristeza. Agora eu entendo quando a gente lê um poema ou uma música que diz que ser quem se é fortalece. Fortalece mesmo. Esse povo todo fica todo perdido na cidade. Vinham aqui mal mal pra fazer compras. Agora estão aqui, praticamente soterrados. A sua cidade foi, e eles foram junto.

[E como você percebe a continuidade da mineração por aqui?]. oh, vendo o que a gente vê, vai voltar e vai ser pior. Desculpa esse pessimismo todo, mas ando muito triste. O prefeito é um fantoche, igual todos foram. E a gente parece que fica aqui, assistindo. Tem até alguma movimentação assim, meio social, meio ONG... mas o que esse povo é perto desses engravatados de empresa?

Quem perdeu emprego parece que odeia os atingidos. Quem ainda tem, parece que odeia ainda mais por conhecer alguém que perdeu o emprego. Antes se via carrão aqui no centro, uma juventude gasta sabe? Isso também abalou esse modo de vida que tava tendo aqui. Você via essas cervejarias aí tudo lotada, lojas lotadas...

Agora até a implicância que esse povo tinha com os estudantes [da Universidade Federal de Ouro Preto] tá passando... é quem consome né? Chegavam com cabelo pintado, sexualidade bem resolvida... e abalava o centro. Agora o centro tenta atraí-los, cria uns trem meio gourmet. Pelo menos essa palhaçada toda serviu pra isso. Assim... quer dizer. É mais triste isso né? Ai meu deus, quando eu paro para pensar me dá um trem ruim. Vamos pedir outro café.

*

M.3, homem, entre 55 e 60 anos, casado, com filhos, aposentado da mineração. Morador de periferia, em casa própria.

M.3 demonstrou-se ser um senhor acolhedor. Lembra-se com nostalgia das rotinas de trabalho, quando a empresa ainda era a Samitri. Menciona que os colegas de trabalho nesta época eram amigos, onde um apadrinhava o filho do outro. Era o *cumpadre* do britador, o *cumpadre* da escavadeira, *cumpadre* pra lá, *cumpadre* pra cá. Outros tempos, M3 relembra. Depois, começou uma rotina mais dispersiva, com constantes mudanças nos turnos. Um as regras...

Numa dessas, eu tava lá né. Corpo moído, de um tal jeito. Aquele dia um frio danado, de doer os ossos. Nu, que friagem. Aí tô pra lá, tô pra cá, resolvendo trem. Do nada, a peneira para. Eu pensei: eta, lascou. Vou precisar resolver isso.

Olho pro lado, cadê? Não tinha um pra ajudar... e o supervisor tava mais longe. Aí pensei. Vou um jeitinho de levantar isso aqui, curvo a malha, e aí pronto, resolvido. Vou eu. Menina, o cabo do trem entorna e tum no meu dedo. Quase chorei de dor. Mas continuei e resolvi, porque a esteira não podia ficar parada não, porque senão já já eles vinham puxar minha orelha.

Aí fiquei com aquele dedo. Lateja. Incha. Ficou uma bola vermelha. O supervisor viu, e perguntou: falei que não era nada. Pra que? No dia seguinte, chego pra trabalhar e havia notificação lá de reunião. Entro na sala tá eu, o mais bobo de todos, e chefe do sei lá quem, chefe daquele outro lá, chefe sei lá de quê. Pergunta pra mim: fulano esse seu dedo foi acidente de trabalho? Como que eu falo? Olho pros lados, chefe. Eu falei que não era não senhor. Me fizeram assinar um negócio lá, que nem li de tanto medo. E voltei a trabalhar.

Esse dedo torto aqui, menina, tem história. [É uma história de medo?]. ah, é e muito trabalho. Já dei muito jeitinho pra eles [pros chefes]. Quando dá certo, ninguém fala. Quando dá errado, entorta o dedo. Vai reclamar com quem? Você tem que agradecer...

[Sente saudades de trabalhar na mineração]. Sou muito agradecido à Deus por ter me ajudado a criar meus filhos, tão tudo criado. Mas, com o perdão de parecer ingrato, não sou ingrato não senhor, pelo amor de Deus... Mas, não sei como aguentei tudo. É frio, chuva, vento, raio, fome, sono... as vezes tudo num só dia. E o piro de tudo: as pressão né? Aposentei com a graça do senhor, Deus seja louvado. E posso dizer, com saúde. Vi gente velha quase aposentando sendo trocado por estagiário... Não tá fácil não. Rezo todo dia pra quem ficou lá.

[E o futuro da cidade, você acha que será com mineração?]. ah, e vai fazer mais o que? Pra você abrir uma lojinha aqui... Ih, é difícil. Vai ver o preço de aluguel... aquele centro parece pra rico!

[E você desejaria que um filho ou sobrinho fosse um dia um aposentado da mineração?]
Ah, hoje em dia os garotos entram mais formado né? E hoje tem muita tecnologia. É pesado, tem pressão, mas ele quase que não suja mais a mão. Acho que a tendência é o trabalho ficar um pouco melhor... [E a barragem que se rompeu?]. Ah! Deus sabe o que faz!

*

M.4, mulher, entre 40 e 45 anos, atingida pelo rompimento da barragem. Moradora do centro tombado, alocada pela empresa. Reinventa-se sempre em termos de ocupação.

M.4 foi o testemunho mais difícil de ser colhido. Foram captadas frases soltas em diversas ocasiões. M.4 mostrou-se resistente, por conta de um cansaço, decorridos anos do acontecimento ainda sem a devida compensação.

M.4 acumula alguns mal-estares entre os próprios atingidos, já que não deseja que a empresa seja efetivamente punida, já que sente saudades de ter trabalhado algumas semanas antes do rompimento. M.4 deseja compensação financeira e a reconstrução do Novo Bento, o resto entrega nas mãos de Deus para fazer justiça.

M.4 faz questão de apontar aqueles que são filhos de atingidos estarem reivindicando na justiça a compensação financeira, sendo que no momento do rompimento estes não moravam na região: tinham ido tentar vida nova. [Então, você acha que eles deveriam perder o direito?] Ah, senão a empresa não vai pagar quem deve né? Barra o de nós, uai.

M.4 busca explicações também na esfera política. Ela menciona que o partido político que estava no poder em 2015 também deveria ser responsabilizado. Nas três tentativas de encontro, M.4 finaliza a conversa sobre a barragem, e passa a difundir ideais ultraconservadores, de que tudo dali pra frente iria mudar.

Insiste-se [você tem saudade de Bento?]. Tenho, mas o novo Bento vai ser melhor pra nós. Se Deus quiser.

M.4 acumula discussões sendo acusada de realizar um desfavor ao movimento dos atingidos, desagregando-o ainda mais. M.4 acredita que a empresa não fez por in consequência ou porque quis: mas ela há de nos ajudar agora.

*

M5, mulher, jovem, quase 30 anos, formada pela educação pública, doutoranda em História por Universidade pública, moradora do centro tombado aluguel, é pesquisadora.

[a sua fala ocorreu na terceira pessoa]⁶⁵

[...]

Bom, ela vem de uma família do interior, de uma família completamente interiorana, provinciana. Sabe-se que a bisavó era italiana, imigrante, mas sabe-se muito pouco sobre eles. A minha avó, filha deles, era dona de casa com seis filhos. Muito rabugenta. Tinha uma crítica incessante ao marido, que eu não conheci, porque era alcoólatra, batia nela, enfim, uma vida de interior muito previsível. A minha avó era apaixonada pelos dois filhos homens que ela teve, que era a loucura dela, sendo o meu pai e o tio. O meu avô era

⁶⁵ Em relação a M.5, aplicou-se a percepção da *injunção paradoxal* através de uma técnica denominada Seminário (Gauljac, 2014), onde o sujeito a partir de sua própria genealogia é convidado a falar sobre si no processo. Escolheu-se o nome genérico Betânia e foi sugerida a utilização da terceira pessoa do singular, por tornar mais fácil a construção da narrativa, seguindo os preceitos metodológicos. Primeiramente, aponta livros preferidos, depois atribui características marcantes, posteriormente reconstrói a genealogia familiar, e por fim testemunha sobre o evento.

minerador, retirava ouro no rio em Catas Altas [Da Noruega]. A minha avó era muito branca e cabelo muito lisinho, e ele era muito negro, com uma descendência de escravos quase direta. Provavelmente os bisavós dele eram escravos.

O meu pai era um homem simples, um operador de máquinas, trabalhou a vida inteira na mineração, tinha muito orgulho de fazer o que fazia. Reproduziu um certo destino do pai através do alcoolismo, através da cor, mas ao mesmo tempo tinha uma postura política muito incisiva, em relação à política de esquerda, sobretudo na figura do Lula. Isso é uma coisa marcante para mim. Que se dava pelos sindicatos, uma relação de trabalho e de vida constituída dentro dos sindicatos, que determinava essa forma de vida, que ia tanto o alcoolismo quanto uma certa opção de mundo, visão de mundo.

A família da mãe, há uma história que não se sabe ser verdade, porque a minha avó é uma mulher contadora de histórias. Não sabemos se é verdade, mas há uma história de que ela teria sido roubada de uma aldeia indígena. E, tanto os meus bisavós maternos, quanto nela, tem traços claramente indígenas, muito facilmente identificados. Mas a parte do roubo e da violência a gente não sabe se é verdade, porque a minha avó é uma grande contadora de histórias. Então a gente não sabe até que ponto essas lembranças se misturam com alguma fantasia. Ela teve doze filhos, um casal de gêmeos que faleceram ao nascer, e ela enterrou embaixo do fogão à lenha da casa. Ela não queria se casar com o marido dela, ela era muito jovem e foi obrigada a se casar. Ela se dizia ter sido apaixonada por um outro homem. Então, tem de novo essa tensão nas relações. O avô era um trabalhador rural, vivia migrando de roça em roça, pelo sertão mineiro, até que em 1972 foram para Catas Altas e lá terem ficado – mudando de casa em casa, mas na mesma cidade.

A minha mãe foi a primeira pessoa a sair do interior e ir para Belo Horizonte, como babá. Foi trabalhar numa família muito, muito rica. Onde ela aprendeu outras experiências, onde ela viveu outras experiências. Estabeleceu uma certa autonomia, colocava o dinheiro em casa, mas também vivia outras coisas, viajava bastante. E quando eu nasci, minha mãe parou de trabalhar, e projetou em nós [nela e irmão] uma determinada vida que ela viu, e não pode viver. Que é uma certa autonomia financeira, e estudar, sobretudo. Essa conquista pelos estudos.

O irmão dela é uma figura muito doce, muito tímida, são muito próximos, cuidam um do outro, embora não possam se ver sempre. Tem uma diferença de personalidade gigante: ele é muito mais discreto, mais sério, e ela é muito mais falante, divertida. Mas essas diferenças são organizadas por algumas afinidades: na política, na música, por uma certa invasão de privacidade minha na vida dele que se dá pela insistência, e acho que é isso.

Em relação ao marido, foi uma paixão à primeira vista, imediata. E desde o primeiro dia que eles se viram, eles estão juntos. Tem um companheirismo muito forte, numa relação que se dá pela aceitação e negociação das diferenças, porque elas existem. Ela é muito interiorana, muito provinciana, e ele veio do Rio de Janeiro, então há uma malandragem carioca, e isso traz diferenças. Há uma bagagem diferente. Mas tem uma afinidade enorme, na forma de ver o mundo, nas coisas que se quer para a vida. E uma parceria muito rara no que tange à forma de trabalhar, os trabalhos são muito parecidos, e eles gostam de trabalhar juntos. Vivem bem trabalhando juntos, e ajudam muito um ao outro.

A Betânia herdou uma violência, é uma história violenta, porque todas estas histórias têm um traço de violência de gênero, de raça, nas relações entre marido e mulher. E essa violência está nos gestos, está numa certa forma de ver o mundo. Está numa certa urgência em ver as coisas, desde tom de voz. Então tem uma violência que precisa sempre ser negociada, sobretudo no casamento, que é onde isso fica mais evidente. Numa relação com a mãe também, porque a relação com a mãe é sempre onde essas tensões aparecem mais. Então ela herdou a violência, mas ela também herdou uma certa... - e não foi só na família, a universidade também contribuiu – não é banal dizer, mas uma certa consciência de classe, que conquistei muito recentemente de não ter vergonha de ser isso que eu sou: de ter vindo de onde eu vim, de ser de uma família do interior, de ser uma pessoa do interior, na família basicamente ninguém ter estudos, ninguém ter passado pela universidade.

Então, ela herda uma certa responsabilidade, nesse sentido, porque nesta conjuntura de vida, fica claro que isso é quase um privilégio. É muito difícil, não há um mérito nessa trajetória, apesar de todo um esforço familiar. Tem uma série de conjuntura individual, mas também social que permite esse olhar, que permite conseguir ver isso. Então ela herda isso, mas só conseguir ver não é suficiente, porque isso está todos os dias: na cidade em que ela tem vivido, e isso é uma questão interessante. Ela teve a oportunidade de morar um ano fora [Estados Unidos] numa cidade completamente cosmopolita, que ela adorou, mas que ela não era completamente feliz. E essa dúvida quando volta, de que ela quer voltar, mas quando volta não quer ficar em Mariana. Porque Mariana tem um peso numa certa escolha de vida. Então quando ela terminar o doutorado, ela sempre se pergunta: será que ela quer viver aqui? Ela quer. Mas, é fácil viver em Mariana para sempre? É muito difícil, por uma série de conjunturas. A cidade parece que faz um esforço cotidiano de lembrar esta história. [pausa, respiro]. E ela lembra: desde os uniformes dos trabalhadores, desde um certo abandono de uma determinada população. É como se a cidade ficasse perguntando: se eu não vou romper com essa herança? Por que romper com essa herança pressupõe quase um abandono do lugar. E tem uma dificuldade em fazer isso. Então ela herdou uma dúvida: se ela gosta ou não de viver onde ela vive?! Ela gosta, mas até que ponto não se paga um preço também por isso. Por essa atmosfera.

Como é viver em Mariana: ela ama ver a cidade andando. Ela adora andar, como exercício quase obrigatório, tanto pela cena histórica, e isso é um prazer enorme, sobretudo à noite. Mas também gosta de caminhar pelas zonas mais periféricas, isso faz bem. Ver a cidade faz bem. Mas isso de modo geral, inclusive em cidades maiores. Mas ela gosta de andar, ela gosta de ver as pessoas. Isso faz bem a ela. O que ela não gosta de lembrar, ou de experimentar, [fala com pausas] é uma certa lembrança, uma certa experiência de uma certa estética da pobreza, que marca a cidade, mas que marca as pessoas. Qual é o problema dessa estética: ela não, ela traz todo um lugar da minha infância. É... que é bonito, e etc, que tem também certa nostalgia, mas que demarca este espaço de violência. É uma cidade que, quando você anda por ela, fica muito evidente determinadas relações de marido e mulher, determinadas relações de pais com filhos, uma insistência das pessoas de terem vergonha do que elas são. Não quererem ser o que elas são.

Uma determinada diferença, por exemplo, de classe, é quando você sai em Mariana, são as pessoas falarem do jardim à noite: o jardim à noite é ruim de estar porque só tem gente feia,

de onde saem essas pessoas (?), as pessoas perguntam. E ouvir isso dói, porque as pessoas não conseguem se ver vindo do mesmo lugar. Elas se acham diferentes daquelas pessoas que se reúnem ali, daqueles adolescentes que vêm da periferia ao jardim à noite, e eu me lembro que eu vinha da periferia ao jardim à noite. Claro que tem uma questão que diferencia isso que é a questão da cor, mas é exatamente o mesmo processo de saída da periferia para se encontrar no jardim à noite. E ter essas tensões e essas divisões.

Isso não mudou. A diferença é que eu consigo ver hoje que estas tensões existem. E que estas tensões determinam muito esses sujeitos. A forma como eles se sentem em relação aos outros. Ou vem a partir de um discurso de protecionismo de uma certa classe média em relação a eles, ou de uma determinada exclusão como se não tivesse agência [conceito sociológico]. Enfim, a cidade me traz isso com uma certa força.

[O que nutre esses discursos?]. Tem uma relação com a escravidão muito clara, com essa ideia de servidão, com diferenças que a gente parece que perdeu num plano de consciência histórica, mas que é visível. Isso está no comportamento dessas pessoas. Elas não conseguem entender que quando elas falam que as pessoas no jardim à noite são feias, não entendem que estão lidando com um racismo de base, que vem da história dessa cidade, que é escravista. E isso acaba automatizando, fazendo com que essa determinada classe média se sinta alguém mais autorizado para falar e reivindicar a cidade. O que essa classe média não entende, é que ela também vem do mesmo processo. Porque Mariana não é uma cidade de pessoas ricas, de modo geral, de uma classe média alta no sentido cosmopolita. Ela vem de pessoas que vão ter ou vão passar por relações de trabalho também com a mineração. Então o enriquecimento dessas famílias também passou por aí. Nem sei bem se é enriquecimento, porque não sei se são ricas. Mas, essa espécie de diferenciação. Não tem como você sustentar um discurso tradicional em torno da cidade, dos bons marianenses versus os forasteiros, e não dá conta de que na verdade isso não existe. Todos passaram por um processo econômico que vem desde o século XVII, XVIII, em uma relação com a mineração, que vai ter determinadas rupturas e etc, mas que as pessoas vivem quase que o mesmo destino.

[Sobre o sentimento perante o rompimento da barragem]. A vida dela mudou. Definitivamente, em todos os sentidos. Primeiro, quando ela viu as imagens, não se sabia se essas pessoas tinham sobrevivido ou não. E, o desespero pensando que aquelas pessoas tinham morrido. Quando se teve a notícia que havia morrido 19 pessoas, que a maior parte havia conseguido escapar, isso trouxe um alívio, e na mesma noite, ela conversando com o marido, eles discutiram sobre isso. Por que ela disse: agora a cidade vai ter uma nova relação com a mineração, ela experimentou o impacto disso, e ela vai precisar repensar a forma como o poder público e como ela tem visto isso. O marido dela disse: não, elas não vão. Ela disse: vão. Ele disse: não, não vão. Enfim.

E essa discussão ficou ali, houve uma tensão. O que aconteceu minutos depois, foi que havia páginas de “somos todos samarco”, foram minutos depois, foi uma reação realmente muito rápida. E foi uma certa, houve uma solidariedade imediata, com relação às famílias e etc, mas também em relação à empresa, muito radicalmente. Então, e aí, claro, a gente sabe, uma relação de dependência econômica que a cidade tem. Então, houve o medo do

trabalhador de perder o emprego, absolutamente legítima, e o problema é que as coisas ficaram cada vez piores.

Então, conheceu gente que não conhecia. Atuou muito em rede social, à época. Algumas pessoas que ela não conhecia, a procuraram, escreveram. Convidaram para montar uma associação, para pensar outras possibilidades de ver a cidade [chamado Nossa Mariana]. Ela foi para essa associação, e esta foi bacana por um tempo, porque ela reunia pessoas muito diferentes, do ponto de vista político. Então, você tinha pessoas muito conservadoras, mas você tinha pessoas muito progressistas, onde ela se enquadra.

Por um tempo funcionou bem pra ela, mas depois ficou claro que as pessoas ainda tinham uma concepção de política, de fazer política e ocupar o espaço público, de forma muito conservadora em certo sentido, repercutindo em alguns lugares como a “boa sociedade de Mariana”, versus os não-marianenses, ou uma certa dificuldade de criticar o poder público, por que as pessoas estão sempre e de alguma forma relacionadas com isso, então depois de um tempo parou de fazer efeito. Então, teve momentos excelentes, discussões de espaço público e audiências públicas, fez grande amigos, mas não é o tipo de atuação política que ela queria. Não porque não fosse radical, mas porque era conservador. Ficou um pouco preso na burocracia, ao invés de determinar atuação política. Ela também sempre participou do Coletivo Um Minuto de Sirene, não como uma integrante, ficando um mês como integrante antes da viagem [doutorado sanduíche]. Mas ela sempre esteve em todos os atos, em todo dia cinco. Ela sempre conversou com os atingidos. Ela participa de audiências públicas e tenta acompanhar um pouco as discussões. Mas, o que ficou, é um desgaste e um sofrimento muito grande das pessoas, por que se você vai acompanhando a luta delas é, difícil suportar, já tem todo este tempo e já sabemos como andam as indenizações, que não andam.

As pessoas depressivas, tentando suicídio. As pessoas fora do seu lugar. O preconceito que elas sofreram. No dia em que fez um ano da queda da barragem, eu me lembro que as pessoas estavam na rua com camisetas de “somos todos samarco”, e indo à feira. Isso ofendia aquelas pessoas, não que elas estavam contra a empresa efetivamente, mas tem uma relação de tensão que não dá pra evitar. Isso desrespeitava elas, elas sofriam, elas se sentem até hoje desrespeitadas. E isso é muito difícil, porque Bento Rodrigues é Mariana, é um distrito e tem a sua especificidade, mas é Mariana. Então você tem essa falta de empatia, de uma determinada classe trabalhadora, por essa situação.

Então, a audiência pública por exemplo organizada pela empresa há uns anos para retomada das atividades foi muito violenta! Você tinha toda a cidade, todos os trabalhadores, que foram incentivados pela empresa, com discursos muito estranhos, muito violentos. Contra os atingidos, quase que responsabilizando-os. E isso é muito difícil de lidar, é muito difícil de entender. É claro que se compreende uma luta pelo trabalho, pela dignidade do trabalho, que é muito legítima. E que não se trata de um discurso contra a mineração, porque isso não é viável. Mas o que é muito difícil de engolir é que não há em termos coletivos, a não ser em determinados indivíduos, uma preocupação em repensar isso. De incorporar uma nova tecnologia, um novo tratamento do minério. Identificar os recursos, onde estão os recursos milionários? [Refere-se a por exemplo o CFEN]. Nós sabemos onde eles estão:

estão nas casas e em fazendas de ex prefeitos da cidade. E as pessoas sabem disso. E o sistema judiciário sabe disso. Esse dinheiro está no financiamento de campanhas dos filhos deles. Esse dinheiro não retorna. E nesse sentido que a população, claro, muito preocupada com o comer e o sobreviver, essa sempre vai ser a primeira preocupação de um pai de família.

Mas é uma cidade que não conseguiu encontrar um espaço de diálogo e de se observar. Tem uma prefeitura neste sentido incompetente, que ficou num primeiro momento de pratos na mão da empresa, e agora ele experimenta as dificuldades dessa política, perde uma determinada empatia popular já, por que a situação ficou insustentável para todo mundo: para o trabalhador que perdeu o emprego, pro comerciante, ninguém se deu bem nessa história, todo mundo se deu mal. E isso é difícil, essa relação de uma cidade que não conseguiu criar uma empatia, uma certa solidariedade. E não é falar “ah, tadinho, mas a empresa vai dar o dinheiro”, mas uma empatia de verdade, de olhar para a cidade e pensar quem somos, o que vamos fazer com isso agora. E isso é porque falta instâncias, né, institucionais. Falta... você não teve, por mais que a universidade possa ser um espaço decisivo, ela não consegue ser espaço para isso, a câmara de vereadores não consegue, a prefeitura não consegue, as associações como a Nossa Mariana não consegue. Porque tem uma dificuldade de diálogo muito forte, porque a cidade é difícil, ela é dinâmica, ela tem muitas diferenças, e sem a atuação de partidos políticos e associações que comecem a trabalhar isso nas bases, como sindicatos, por exemplo, sem isso é inviável. Esse diálogo é muito difícil. E as pessoas estão desempregadas. Elas estão desempregadas. E isso dificulta tudo.

[Futuro – Para onde caminha Mariana]. Pro mesmo lugar. Mariana caminha para o mesmo lugar. Tendo acompanhado um pouco de perto as decisões políticas, que as pessoas estão falando, há uma preocupação gigante em torno de uma retomada de emprego. A partir do momento que isso acontecer, se não vier a partir diretamente da mineração, e eu acho difícil não ser, virá por uma outra estrutura econômica semelhante de alguma forma, ou um parque industrial que talvez tenha menos impacto ambiental num primeiro nível, que vai articular uma determinada dependência. É uma cidade com pouca capacidade de dinamismo econômico, porque ela sempre quer um retorno a curto prazo, e imediato. É uma cidade acostumada com cofres públicos cheios, pouca infraestrutura pra cidade, é... saneamento, não tem estruturas mínimas para saneamento... esta estrutura não vem, então é uma prefeitura acostumada com isso, e uma população acostumada com isso.

Então, introduzir alguns debates como atividades culturais, turismo de negócios, pensar nessa estrutura é difícil pois perpassa pensar como um todo e envolver os grupos empresariais, os comerciantes, e não há o interesse de investir, por exemplo, numa área de turismo, um café, hotéis, etc. Porque há uma espécie de consenso geral de que isso não traz um retorno, de que isso é difícil, de que em Mariana as coisas não dão certo. Mas falta trabalho nisso. Uma prefeitura que não tem concursos públicos em áreas básicas. Se você não tem concurso público, como vai criar uma política de gestão a longo prazo. Mariana oito anos, nove prefeitos – parece slogan. Se você tem uma saída contingencial de prefeitos, e você não tem concurso público, você não consegue ter uma política de gestão a longo prazo. Então sai o arquiteto, sai o engenheiro, sai o secretário, sai tudo, e depois entra

novo... É uma cidade que parece que está tendo que recomeçar, o tempo todo. Falta forma de se organizar. Isto é muito angustiante, muito angustiante.

Então o futuro, é um futuro sendo mais do mesmo. Se não tiver uma política de gestão a longo prazo, por pegar uma prefeitura onde o cara ou a cara se interesse por efetivar professores, engenheiros, médicos, reestruturar a cidade, em questões pequenas, no patrimônio, no turismo, e, claro, discutir a mineração, por que a mineração é uma realidade. Ela não pode e não vai desaparecer. Ela está aqui. Tem muito pra minerar ainda, por um tempo. Poderia falar 50 a 60 anos, é o que eu escuto. Não sei se é verdade. É muito tempo né? Meio século ainda.

Eu acho que o futuro tende a ser um futuro sempre muito cíclico. Uma aura econômica, alguma coisa bacana, emprego etc, dependendo também sempre da conjuntura nacional e internacional, quando isso está bem, está tudo bem. Quando está ruim, e as pessoas desempregadas, ainda assim está tudo bem também de uma certa forma, as pessoas vão vivendo. As pessoas vivem, sobrevivem. Nessa história que também passa pela dela de muita violência, de uma certa exaustão, um cansaço. E vai ser assim, até que não mais.

*

ANEXO 2:

Narrativas dos entrevistados marianenses em torno da temática *socioambiental*

*

M.1, Homem, entre 50 e 55 anos, casado, com filhos, cursou o ensino superior em área administrativa há poucos anos em instituição privada à distância. Morador do arredor do centro tombado, em casa própria. Cargo de chefia da Vale.

Ah, menina. Nos últimos anos, tem tido curso de educação ambiental, seria isso? A gente faz um trabalho na comunidade também. Fazia muito mais, mas ainda tem. Na empresa, tinha uns exercícios dos R's, já ouviu falar? Reciclar, reutilizar... Vários R's. Umas dinâmicas interessantes, sabe, porque tirava um monte de gente do trabalho. Não era sempre. Os peão [trabalhador, operário] adoram.

Mas esse socioambiental aí... Tem gente que fala que a mineração estraga a natureza. Mas é claro, vai tirar minério como? E se não tirar, como vamos ter celular? Internet? Computador? O povo é muito hipócrita. Quer tudo, mas não aceita o preço.

[Você acha que teria como conciliar a atividade da mineração de uma melhor forma com a natureza?] Olha, a produção não pode cair se não a empresa contrai, e será preciso demitir. Se demitir, como sobrevive? Por aqui, quase que só tem isso. Claro que tem que cuidar do meio ambiente... Lá dentro, reciclamos os papéis, há lixeiras coloridas de separação de material, separamos o orgânico, coisa que a cidade mesmo não faz. E se faz, só anda fazendo agora.

[E questão da água?]. Ah, você quer saber sobre o Rio Doce, né? Ou é o trabalho sério que fazemos reutilizando a água em todo o sistema? Isso ninguém fala. Há conversa até da mineração se tornar à seco. Pergunta se alguém fala? Me desculpa ser grosseiro, mas o povo não mede o que fala. Não adianta criticar o que aconteceu no Rio Doce. A Samarco é uma empresa que emprega muita gente. A Vale então. Aqui tem gente de tudo quanto lugar. Se não for mineração, será o que?

[Você acha que o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão foi um desastre ambiental? Uma tragédia socioambiental? Um crime contra a humanidade?] Que crime? Que mané crime, ficou doida? Atingiu a natureza, mas ela e a gente tá trabalhando pra recuperar. Um dia vai limpar. Os atingidos não podem reclamar, porque a vida até melhorou. Eles têm um cartão de crédito da empresa. Aiai. O trabalhador mesmo está desempregado. Não tem crime. Tudo vai se ajeitar. E a sociedade na hora de colher os frutos, colhe, na hora de ser paciente e aguardar que tudo se resolva, acha que é crime. Não adianta pra ninguém esse alarme todo. Cuidado com o que vai botar aí, hein?

*

M.2, Mulher, entre 40 e 45 anos, solteira, com ensino superior, cursou o mestrado na área de linguagem em Universidade Pública. Moradora dos Arredores do centro tombado, casa dos pais. Professora do ensino secundarista.

Olha, Rúbia, você está perguntando isso para todos os seus entrevistados? Eu estou especialmente curiosa para ler as respostas. Eu trabalhei isso há alguns meses atrás com os meus alunos. A direção queria trabalhar o tema da educação ambiental, e veio um

palestrante e falou sobre as alternativas para uma vida mais equilibrada com o meio ambiente. E entrou um pouco nesse tal socioambiental. Depois, propôs uma oficina onde o estudantes construíram uma bolsa com embalagem de leite. Compraram tecido, cola, botões. Pensa? Um adolescente de 15 anos fazendo bolsinha de papelão. É óbvio que ele nem levou pra casa, tacou logo no lixo da escola. Acho meio vulgarizado, sabe?

[Como assim? Poderia me explicar?] Rúbia, se fazer bolsa com caixa de leite resolvesse o problema para que atingidos por barragem não existisse mais, essa Renova aí funcionaria igual uma benção. Eu fico muito triste e incomodada. As pessoas não percebem como somos tão dependentes da natureza. Eu uso esses brincos de pena e esse patuá de semente e me chamam de hippie. Tem até uma nomenclatura para quem admira a natureza. E Mariana não tá lotada de hippie. Quer dizer, aumenta um tiquim se você vai aqui na UFOP [risadas]. Mas, em vários momentos eu sou a hippie. Então, parece ser anormal se você é um ser humano preocupado com o planeta. Aqui as escolas devem tá cheio de projeto de bolsa de caixa de leite, e acham que estão fazendo a sua parte. Trouxeram os menino pra estudar aqui, olha só!

[Que meninos?] Uai, os estudantes de Bento [soterrado pela lama de Mariana, 2015]. Uns meninos que cresceram abraçando galinha, no meio do mato, agora estudam aqui. Ninguém entende, nem política pública, nem pessoas entendem o significado da natureza. Imagina o que é pra eles? Perde casa, mas perde a vida que tinha. E me deixa triste que a gente só consiga se aproximar da por uma espécie de espiritualidade, sabe? Sendo hippie.

[O que seria ser hippie em Mariana]. Ah, hoje em dia é capaz de me chamarem de comunista também, né? [risadas]. Parece que são pessoas que vão mostrando ser diferente. E o nosso corpo vai falando, com roupas, os cabelos, os brincos, as cores... Há uns anos atrás, a gente incomodava mais. Agora, parece que nem nos olham. Só as crianças, elas acham bacana as cores das roupas.

[De que forma você se sente mais próxima da natureza, em relação àqueles que vivem o cotidiano da vida urbana?]. Eu também vivo. O trem não é o lance do urbano. É o significado que a gente dá para as coisas, sabe? O sentido... se é importante ou não. Acho que a diferença é essa. A gente sabe da importância da natureza pra nossa vida. A maioria das pessoas nem pensa nisso. Abre a torneira e sai água. Vai no mercado e há comida. Não interessa se tem veneno. As pessoas não se preocupam com a origem das coisas. Somente vive, meio robô.

[Você sente que a relação mais estreita com a natureza aumenta a humanidade de nós, seres humanos]. Esse é ponto. Quem não se preocupa nada, é meio vazio. E não sabe que vai morrer por não se preocupar.

*

M.3, Homem, entre 55 e 60 anos, casado, com filhos, aposentado. Periferia, casa própria. Ex-trabalhador da mineração.

Isso fala bastante nos programas, né? Globo repórter, como viver melhor com a natureza, energia limpa. Não sei muito como praticar, não. Na empresa dava uns cursos de reciclagem, aí aqui em casa a gente separa, e o caminhão da Camar [Cooperativa de Catadores de Mariana] passa e pega. Olhei uma vez o painel [solar] mas é caro demais. Nossa senhora, ninguém aguenta. Aqui o banho é regulado, pra não gastar, senão a conta sobe. Anda faltando água demais, agora querem cobrar. Tão já instalando os trem aí pra cobrar.

[A empresa mineradora que você trabalhou era socioambiental?]. Ah, era. Eles reutilizavam a água pra voltar pro beneficiamento. Era obrigado a separar o lixo. Os blocos de anotações era tudo com aquele papel mais escuro, sabe, reciclável.

[Gastavam muita água?] Você não trabalha os blocos sem água. É claro que tinha que gastar. Já viu o tamanho daquelas usinas? Você conhece? Nu, tinha que ir ver.

[De certa forma, você já viu acontecer algo, que pudesse interpretar como uma agressão ao meio ambiente?]. Eita moça. Aí acontecia sim. Eita, mas ninguém terá coragem de falar isso agora não. [Porque agora não?]. Ah, por causa da barragem né? Tinha uma conversa lá, e teve uma vez que eu tava perto. Tinha que abrir a válvula, sabe? Chefe mandava. Ia tudo pro rio. Pra não arrebentar, abria.

[Você acredita que se isso não fosse feito cotidianamente pra aliviar o sistema, a barragem já teria arrebentado antes?]. Ah, agora você me apertou. Não gosto de entrar nesse assunto não.

[E o que você considera mais prejudicial? Abrir a válvula de vez em quando, ou a barragem estourar de uma só vez?]. Olha, abrir não mata ninguém né? [Mas, isso não poluiria os recursos hídricos, os rios, que é o mesmo que chegará ao seu copo de água?]. O rio daqui só desce. Mariana capta lá de cima. [Mas, e as outras comunidades descendo o rio?]. [Silêncio].

[Sr...] Deus sabe o que faz. Já terminou né?

*

M.4, Mulher, entre 40 e 45 anos, atingida pelo rompimento da barragem. Centro tombado, alocada pela empresa. Reinventa-se sempre.

Não sei o que é isso não. [Pra você, o que é a natureza?] Natureza são as árvores, os passarinhos, o meio ambiente. [Onde morava, você vivia com a natureza?] Ah, claro. Meus bichos, minhas criações eram tudo natureza. Natureza é diferente do homem, né? [E aqui no centro de Mariana, você vive com a natureza?] Aqui não tem natureza, mas tem clientes [para o pequeno estabelecimento que ela tenta manter].

[Você acha que o rompimento da barragem afetou mais as pessoas ou a natureza?]. Olha moça, não é fácil. Agora é olhar pra frente pra resolver a nossa vida. Não adianta lamentar não. Agora é viver uma nova vida no Bento.

[Como está a construção do novo Bento?]. A empresa já está fazendo. Vai ficar mais chique do que eles pensam. Cê vai ver.

*

M.6, Homem, entre 40 e 45 anos, empresário lojista com mais de 15 funcionários diretos, com formação no ensino superior. Moro do centro tombado, em casa própria, dono também de outros prédios no centro da cidade.

Você quer saber o que significa socioambiental? São duas palavras juntas né, social e ambiental. Social parece ser a sociedade, e ambiental o meio ambiente. Meio ambiente é tudo, tudo ao nosso redor. E sociedade somos nós. Então, deve ser nós nesse meio ambiente.

[Você considera que o rompimento da barragem de Mariana tenha sido um desastre, ou tragédia, ou crime socioambiental?]. Sim, né. Afetou o meio ambiente e nós. Eu chamaria

de desastre comercial também [risadas]. [Como assim, desastre comercial?] O comércio aqui parou demais. Antes, o dinheiro circulava. Agora, a cidade está meio parada. Se bem que, está começando devagarzinho a melhorar...

[De que forma o comércio se relaciona com a mineração em Mariana?]. Aqui tinha muita gente que gastava o salário por aqui mesmo. Esses bares aí viviam lotados. Vestiam roupa de marca, relógio da moda. Circulava gerentes, chefes, peões, tudo gastando dinheiro. [O que são os peões?] Uai, você não é daqui? Deveria saber. São os trabalhadores. Aqui o povo chama de peão quando o trabalhador é peixe pequeno lá na área.

[E qual foi o impacto para você e suas lojas?] Todos. A gente que está pagando o pato. Sem a mineração, já pode ir pensando em fechar as portas. O povo vai comprar com o que? Não tem trabalho. Funcionário meu ficou até mais esperto, sabe? Agora honra o trabalho, tenta bater meta, agora eles pelo menos sabem o quanto a gente se esforça pra manter aberto. A mineração tem mesmo é que voltar.

[E como e quando você acha que ela voltará?] Ah, já rola conversa, né. Tem uns boatos que a justiça está ajudando. Ainda tem minério aí, e duvido que não volte. Vão deixar o minério enterrado? É a mesma coisa que deixar mercadoria na vitrine. E o tanto de investimento que fizeram por aí? Não vão sair de mãos abanando não. Eu não sairia.

[Como assim? O que quer dizer?] Qual empresa decretaria falência tendo comprador na porta pedindo mercadoria? O mundo quer minério, e Mariana tem. [E o marianense quer o que?] Trabalho. Se você sair aí pela rua, não há um santo que dirá diferente. A não ser aquelas coisas da universidade. [Que coisas?] Aqueles estudantes que vêm aqui, passam uns anos, pintam a cara na manifestação, quase não tem dinheiro pra consumir, mas gasta água, transporte... E depois vem querendo fazer manifestação. Eles nem entendem o que é Mariana. [E o que é Mariana?] O minério está no nosso sangue. Tomara que isso seja ensinado até hoje nas escolas, como surgiu Mariana. Com ouro, e agora ferro. Não tem como não. Se Mariana é minério, tem que ser minério, tudo gira em torno disso.

[Mas, o minério é recurso finito, correto? E o que será depois que ele terminar?] A conversa é que tem minério pra daqui 30 anos ainda. Daqui 30 anos, meus filhos é que se preocupem com isso. [Quantos filhos são? E no que eles pensam em trabalhar, já falam sobre isso] São dois. Um quer ser piloto de caça, e o outro médico. [Pensam em continuar em Mariana?] Médico precisa em qualquer lugar, e piloto terá que sair mesmo. [Então, eles serão os estudantes em outra cidade?] É verdade, né. Mas, pelo menos eles terão algum dinheirinho.

[E, como última pergunta, como você conciliaria a vida em sociedade com a natureza?] Esse papo de natureza só atrapalha a economia, sabe? As tecnologias estão aí pra resolver o problema. Quando surge esse papinho é só de gente que não se preocupa com a realidade da cidade. Vai perguntar o que é natureza na fila do Sine [Sistema Nacional de Emprego]. O povo quer trabalho [Qual trabalho?]. Uai, fixado, carteira, segurança. E aqui é mina, é isso que tem. [Há tentativas de diversificar a economia?]. Até há. Estão tentando incentivar gente a abrir comércio por aí. Mas, quem é que tem dinheiro? O povo aqui foi gastão demais. Pode perguntar por aí quem tem pé de meia. A verdade é que tem muita gente de braço cruzado esperando a mina operar. Vai passando o tempo, e o povo vai vendo como aperta. Agora que tão voltando a procurar trabalho.

[Você acha que os tempos áureos de Mariana, quando circulava dinheiro, irá voltar?]. Claro. Aqui está todo mundo buscando isso. Um ou outro tenta criar desordem, mas vai voltar sim. [que desordem?] Um povo que não deve ter filho pra criar, deve mamar nas tetas do estado, e fica aí, gritando na praça. Tenho paciência não.

*

M.7, Homem, entre 28 e 30 anos, casado, técnico em mineração, engenheiro de minas, pós-graduação recente sobre barragens. Periferia, morador de Ouro Preto. Atua como Consultor e Engenheiro.

Ah, Rúbia, sério mesmo que você vai vir com esse trem. [risadas]. Você sempre foi assim né? Umas perguntas cabulosas. O que a gente aprendeu a fazer com natureza no ensino técnico [em Mineração], esqueceu? A gente extrai da natureza. É isso. A sociedade vai lá e pega o que interesse da natureza. Removemos montanhas de materiais, e depois que terminamos, colocamos lá no buraco e pronto. Ela faz o resto. Não tem que romantizar não. [Como assim, romantizar?] Ah, você está perguntando igual os estudantes perguntam. Tem que atacar a raiz do problema. O que que saber socioambiental vai te ajudar?

[Qual seria a raiz do problema]. Ora, problema técnico. Alguém errou no cálculo, e rompeu a barragem. Pronto. Só fazer o cálculo direito. Também, eles ficam contratando gente que não é eficiente. [Você seria um profissional que impediria o desastre?] E você tem dúvida. Ando dando uns cursos, mostrando onde erraram. O povo fica de cara. [Mas, não é, de certa forma, mais fácil, já que você lida com o evento no passado, e não como projeção preventiva?] Ah tá, vai dizer que eu não dou conta? [Tecnicamente, você pode ser muito eficiente. Mas, e se tivesse que lidar com pressões externas que fogem do seu controle, um exemplo, seria ter que assinar um relatório para manter o seu emprego, ou ter que providenciar um laudo específico para atender a demanda solicitada?] Comigo, isso não aconteceria.

[A quanto tempo trabalha na mineração?] Desde 2013. [E você assinaria embaixo concordando com tudo que já fez até hoje?]. Bem, aí você exagerou. [M.7, quem está romantizando a coisa? Risos]. Olha, Rúbia, minha opinião é que foi um problema técnico, eu divulgo o problema para ele não acontecer mais. [M.7 não imaginava o que ocorreria com Brumadinho, no ano seguinte, ou pudesse afirmar que somente aconteceu, pois ele não foi consultado].

[E os desdobramentos do que aconteceu? Como podemos nomeá-los?] Chama de incompetência técnica. [Crime socioambiental não?] Um erro técnico que afetou o meio ambiente. [E as vidas humanas?] Lá vem você de novo...

*

M.8, Mulher, entre 25 e 30 anos, solteira, formada em curso superior. Moradora dos arredores do centro tombado, casa própria, dos pais. Serviço especializado na área de saúde.

Socioambiental seria essa conciliação entre o social e o ambiental, né? Um equilíbrio das duas esferas. [Esse equilíbrio ocorre aqui em Mariana?]. Eita, menina, longe disso. A barragem está aí para mostrar né? O homem é muito ganancioso, não pensa nas consequências. Nem a curto, muito menos a longo prazo. Tudo é pra ontem, parece. Tem minério, vai lá e arranca tudo, numa velocidade que nem te falo. Mariana nos últimos meses antes de acontecer o trem... Ixi, o que se via era caminhonete por aqui, sabe. Gente saindo e entrando da cidade. A cidade estava lotada. Agora, depois do rompimento, tem esse povo simples [de Bento Rodrigues] que foi jogado aqui dentro da cidade. Dava dó, eu atendia alguns simples mesmo sabe. Humilde. Parecia que tinham saído de uns cantão. Aí quando saiu uma parte da indenização de alguns, aqueles que parece que fizeram um acordo, os comerciantes aqui cresceram o olho neles. Antes, riam, porque eram simples mesmo. Agora, ficavam loucos pra eles gastarem o dinheiro aqui dentro da cidade. Só não

estenderam tapete, porque o povo aqui é muito preconceituoso, cheio de si. Tem gente que posa de rico, e deve até as calcinhas. E adoram ostentar, nunca vi igual. Nem os de BH [Belo Horizonte, capital] são tão metidos. Metido a barão. [São provincianos?] Exatamente.

[A relação homem-natureza aqui na cidade você acha que reformulou?]. Olha, se entendi bem, pra mudar a relação que a gente tem com o meio teria que mudar a cabeça das pessoas, sabe? Então, mudou nada. Quem era ruim, parece que ficou pior, por que agora estão ganhando umas coragens pra sair falando baboseira. [Que tipo de baboseira?] Estão pedindo a volta da Samarco antes mesmo de punir quem deve punir, indenizar quem deve indenizar, e de pensar como prosseguir para que não aconteça de novo. Eles querem a volta pra ontem. Isso é coisa de gente mesquinha. [Individualista?]. Não, isso eles já eram. Pegavam a grana do salário, gastava, e não tinha ninguém pensando em como não depender tanto da mineração, sabe? Agora eles estão também meio desumanos, não tem solidariedade, só aquela de quando aconteceu. Agora se não tomar cuidado, cai no esquecimento.

*

M.9, Homem, entre 30 e 35 anos, casado, com filho, curso superior. Periferia, casa dos pais. Trabalhador da mineração.

Vou te dizer que até um ano, um ano e meio atrás, se você perguntasse isso aqui na rua iam te bater, sabia. Os ânimos estavam alterados demais. Tinha muita gente nervosa. [Por qual motivo me bateriam?] Esta é uma palavra que faz o povo concluir que você é contra a mineração na cidade, entende? O povo não podia ouvir há uns tempos atrás nada sobre ambiental, ambiente, natureza. Nada. Não era difícil presenciar discussões. Quando havia uma passeata, ou a sirene (no Um minuto de Sirene), ou até procissão, sempre surgia alguém discutindo. Tinha os que gritavam pra Samarco voltar, e tinham os que mandavam a mineradora embora.

[E como você encarou isso tudo?] Eu trabalho na mineração né? Eu sustento minha família, mas minha esposa também é bem sucedida. Sei que conseguiríamos enfrentar juntos a situação. Mas não é todo mundo que tem a tranquilidade que temos. Sou formado, tenho um bom carro, consigo apoio dos meus pais. A casa é boa, tanto que moramos aqui. Eu sei que se eu quisesse recomeçar estou numa melhor situação, sabe. Tem gente desesperada. Tive um amigo que cometeu suicídio. O povo fala que foi porque estava endividado, e até culpa ele que já partiu. A gente mais próximo dele percebeu como ele ficou perdido. Foi dispensado logo de cara. Trabalhava numa empreiteira que prestava serviço. O menino virou outro. Descabeçou. Dizem que envolveu até com drogas.

[Você acha que a mineradora deveria voltar ou ir embora?] Se ficar, terá que propor algo diferente. E se for embora, teremos todos que propor algo diferente. Não dá pra ficar igual depois disso.

[Você chamaria o evento da barragem de desastre, de crime, ou de tragédia?]. As três coisas. Desastre porque matou gente e destruiu o meio ambiente. Crime porque houve culpados, e forma de impedir. A tragédia por conta de todo o dano. Mariana não será mais a mesma. E não tem que ser mesmo.

[Você sabia que você foi o trabalhador direto da mineração que mais demonstrou lucidez sobre os fenômenos, até agora?] É, eu sei. Eu fico até calado com as minhas opiniões. Tem muita gente cega de raiva por aqui, ou porque perdeu parentes, ou emprego, ou bens, ou clientes... E assim vai. [E por que isso acontecesse? Por que você acha que possui essa opinião e outros não compartilham dela?] Vou te falar. Minha esposa me ajuda muito a

entender as coisas, sabe. Ela é da UFOP. Isso deixa a gente mais confortável pra entender o que ocorre. Ela fala que não adianta cair em desespero. Tem que continuar. Quanto mais a gente entende, mais a gente consegue planejar como continuar. [Então, você conclui que é o conhecimento que faz isso? Que o deixa em condições de analisar a realidade a sua volta?]. É. E vou brincar um pouquinho, mas não coloque aí tá? Não há nada mais fácil de aceitar do que aquilo que minha doce esposa diz. Se você a entrevistasse, ela ia fazer o seu trabalho todinho. É *entrona* demais.

*

M.10, homem, entre 40 e 50 anos, solteiro, com trajetória na vida pública. Centro tombado. Servidor público.

Hm, que interessante. Sua pergunta é meio nova. Já nos perguntaram aqui sobre o efeito da barragem na saúde pública, nas despesas, no orçamento, na economia, nas vendas, no PIB, em tudo. Agora, saber o que é socioambiental foi diferente. Eu fico tentando imaginar qual a sua real intenção, sabe. Você quer saber se eu tive uma boa educação ambiental, se eu sei separar lixo, ou se eu conheço formas de degradar o meio ambiente? [risos, não senhor]. Pois é, fico imaginando o que isso tem a ver com a mineração. Você é pesquisadora da mineração né? Tá, tá, vou te responder, e você depois me diz o que acha. Se tiver errado, não coloca meu nome [risadas].

Socioambiental é uma palavra a mais, pra dizer sustentabilidade. Seria essa vida mais equilibrada com a natureza né? Mas, costumo pensar que quando falamos natureza a gente ajuda a tirá-la de nós, entende? Deve ser por isso que inventaram essa palavra onde social e ambiental estão juntos né? Algo assim.

[E como seria essa vida onde homem e natureza não estão separados?]. Difícil. Parece que não dá para voltar pra trás. A partir do momento que o homem conquistou um caminho, ele não volta. Quer é que quer viver longe da tecnologia se a gente necessita dela?

[Então, o que separa o homem da natureza seria a tecnologia?]. Claro. Quando visito minha mãe, no meio do mato, e ela fica lá me pedindo um neto, acordo com o sol, e dorme com as galinhas, fico pensando em criar meus filhos assim um dia, sossegado, em contato com a natureza, e até se misturando a ela. [De que forma?]. Parece que o relógio biológico de mamãe se desenvolveu junto com a natureza, sabe? A hora que ela acorda, ela sabe se vai chover, ela sabe se o ano será produtivo, ela sabe quando a vaca tá com alguma coisa e não vai dar leite... Ela sabe tudo. Parece que ela se comunica diferente com a natureza. Sem dúvida, a relação dela com a natureza é diferente da minha.

[Eu queria entrevistar sua mamãe. O que ela relatou sobre o rompimento da barragem?]. Mamãe rezou. Ficou tristes um dia. Até achei que alguém que morreu pudesse ser amigo dela. Ela ficou triste pelas vidas. Mamãe nunca viu uma máquina da mineração, uma usina, e vê pouco a quantidade de gente uniformizada que trabalha lá. Mas o dia que mostrou a mancha pela TV, e ela pode comparar ao tamanho das árvores, ela ficou triste. Quase não falava. Ela vinha à cidade só para tirar o salário, anos atrás. Agora, nem isso, eu que levo pra ela. [O que você acha que passava pela cabeça dela nesses dias que ela ficou em silêncio]. Mamãe é rezadeira, né? Ela sente diferente. Ela sente mais profundo. E por ela conversar muito com a natureza dela, parece que sentiu as mortes em dobro.

Agora pensando, se você me perguntasse o que é socioambiental, eu te diria que a relação que mamãe tem com ela mesma. Ela pede bença [benção] todos os dias por acordar, por trabalhar [benção à natureza?]. Sim, à terra, aos bichos, às árvores. É o que não fazemos no

nosso dia a dia aqui na cidade. Coloque mamãe no seu trabalho... Está cada vez mais raro alguém como ela. Aqui nessa região, tem que andar muito nesses cantos pra achar.

*

M.11, Homem, 24 anos, solteiro, se autodenomina ecologista. Morador nos arredores do centro tombado. Guia turístico-ecológico, e artesanão.

Minha irmã, é esta harmonia. Quando a gente se distancia das ambições da carne, consegue perceber a harmonia vital. Muita gente me chama de louco, tá ligado. Vim de São Paulo, percorri esse litoral todinho. Lá perto da sua terra tem a chapada, tenho uns manos lá também. Aqui em Mariana vim de passagem, e fui ficando. Parece que tem uma missão aqui, tá ligado? Aqui tem dois mundos. Tem um povo acolhedor, massa, tira do prato pra te dar. Mas tem muita coisa pesada também. Vim aqui, por que uma ex-namorada minha veio pra ajudar os cachorros resgatados... ela tinha uma ONG. Me empolguei demais por aqui, tem um povo bonito aí, e ela deu no pé. Fiquei. Mas agora entrei na missão. [Que missão? Quem te deu a missão?] Irmã, tem coisa que não tem explicação assim não. Vim pra recuperar a harmonia. [Harmonia da cidade, a sua, do planeta?]. Tá tudo ligado, irmã. Se tem algo não resolvido, tudo tá ligado. Andei por aí tudinho, fui me achar por aqui, no lugar onde a energia é mais cabulosa... Toda vez que eu piso em Ouro Preto, me dá um transe. Agora eu vou andando, porque preciso ir resolvendo isso... Na estrada, vou me acertando. Vou pedindo harmonia.

[Então, socioambiental seria harmonia]. E não é? Veja, irmã: social e ambiental, é tudo. O que não seria isso? E é preciso harmonia, senão uma esfera mata a outra.

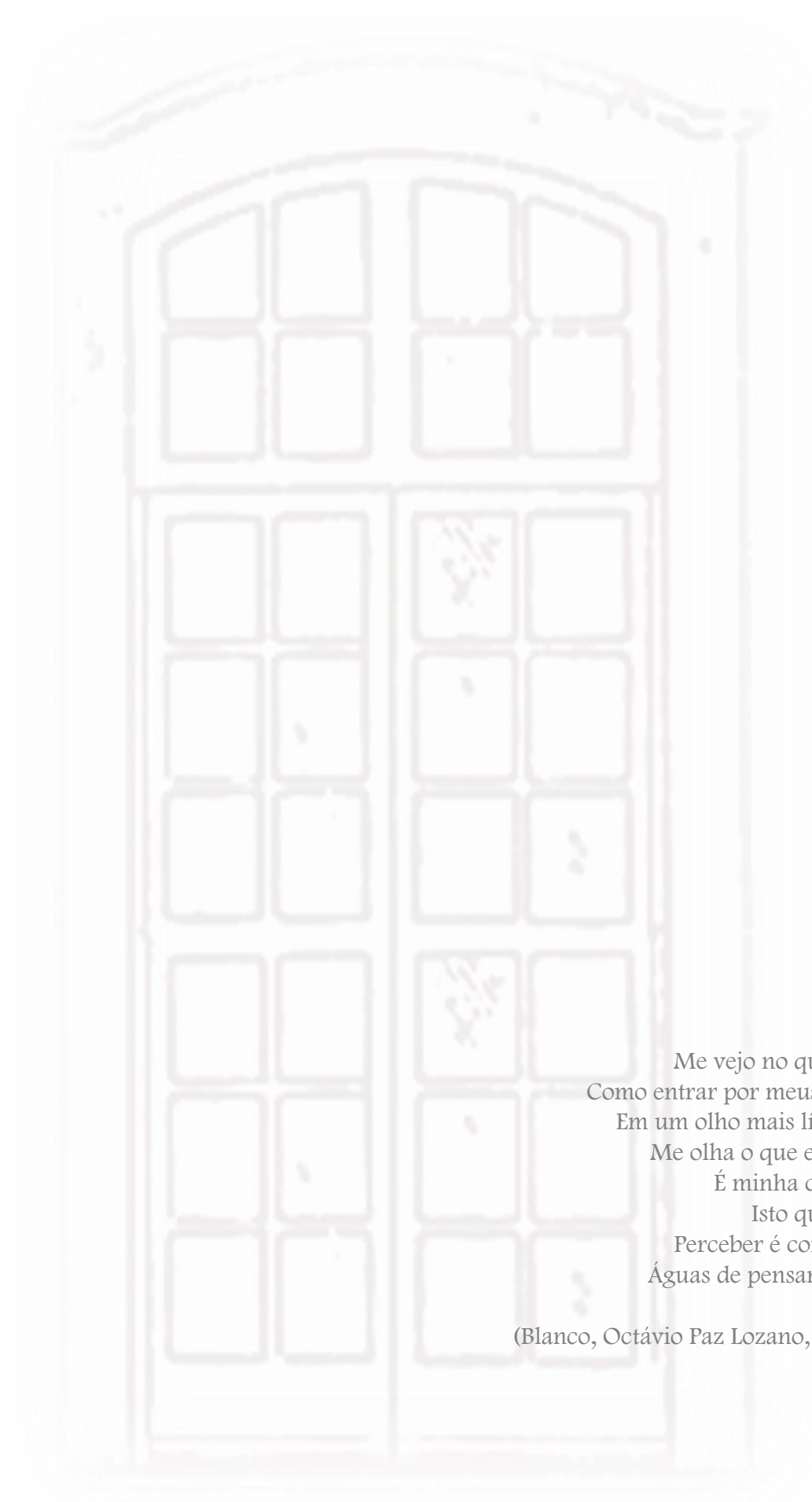
[E o que tem feito na cidade?] O que mais? Sobrevivido. Faço uns lances aí de guia, mas levo pra cachoeiras e pro parque, mas está bem miado. Faço meus artesanatos. Ando por aí. Faço umas artes. O povo aqui não tá acostumado com gente como eu não. Acha que sou mendigo. Nunca pedi nada pra ninguém, mas se me oferecerem, eu aceito [risadas]. Eu sei que estou aqui porque eu preciso dessas pessoas. É um lance aí de espiritualidade. Difícil explicar.

[Você acha que estaria aqui justamente por ser um local onde não há harmonia?]. Quando o cosmo dá aquela mexida, atrapalha tudo, e tudo desanda. O povo ainda não sentiu as consequências da barragem. Mexeu em todo o lance espiritual, fraga? O povo vai sofrer até entender... O Universo está um caos. Mas, estou aqui, para ajudar na harmonia.

[Você acha que contribui para a harmonia como?] O lance ambiental. Já levei gente em cachoeira que eu vi a descarga de energia. Louco. A pessoa saiu outra. A pessoa que fica nesse lance intenso de grande cidade, de trânsito, e pá, quando para tudo e respira debaixo de uma cachoeira, tudo muda ou pode mudar. Abre a porta pra se chegar à harmonia, fraga?


[Então, o caminho à harmonia seria essa interligação com a natureza?] Agora a gente está se entendendo. É esse o caminho. Respeita e será respeitado. Mate só o que for comer. Receba o que lhe é justo. Use pensando em reusar. E assim vai. A natureza é uma espécie de deus: ela dá e tira. É vida e morte. Ela quer que respeite, aí deixa a gente viver em harmonia. Papo louco demais? [E quanto tempo ficará?] Até surgir um lance mais caótico, fraga? [risadas].

M.4 não tinha telefone para que pudesse consultar se ele seguiu para Brumadinho este ano.



Me vejo no que vejo
Como entrar por meus olhos
Em um olho mais límpido
Me olha o que eu olho
É minha criação
Isto que vejo
Perceber é conceber
Águas de pensamentos

(Blanco, Octávio Paz Lozano, 1986)



Lapidar
minha procura toda
trama lapidar
o que o coração
com toda inspiração
achou de nomear
gritando: alma

Recriar
cada momento belo já vivido
e ir mais
atravessar fronteiras do amanhecer
e ao entardecer
olhar com calma
então

Alma, vai além de tudo
o que o nosso mundo ousa perceber
casa cheia de coragem, vida
tira a mancha que há no meu ser
te quero ver
te quero ser
alma

Viajar nessa procura toda
de me lapidar
neste momento agora de me recriar
de me gratificar
de busto, alma, eu sei
casa aberta
onde mora o mestre, o mago da luz
onde se encontra o templo

que inventa a cor

Animará o amor
Onde se esquece a paz

(Änimã, Milton Nascimento, 1982)



UnB